

DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS

**O PALCO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS CARIOCAS:  
UM ESTUDO DA ESPACIALIZAÇÃO URBANA DA AVENIDA  
RIO BRANCO**

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Urbanismo  
Área de Concentração: História da Cidade e do Urbanismo  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Eliane da Silva Bessa

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Letras e Artes  
PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Rio de Janeiro  
2015

DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS  
**O PALCO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS CARIOCAS:  
UM ESTUDO DA ESPACIALIZAÇÃO URBANA DA AVENIDA  
RIO BRANCO**

Dissertação de mestrado acadêmico  
apresentado ao Programa de Pós-  
Graduação em Urbanismo – PROURB  
da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como parte dos requisitos para  
obtenção de grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Eliane da Silva Bessa

Rio de Janeiro  
2015

Ramos, Diego Marques dos Santos.

R175 O palco das manifestações sociais cariocas: um estudo da espacialização urbana da Avenida Rio Branco / Diego Marques dos Santos Ramos. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

ix, 293 f.: il.; 21 cm.

Orientador: Eliane da Silva Bessa.

Dissertação (mestrado) – UFRJ / PROURB / Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2015.

Referências bibliográficas: f. 290-293.

1. Planejamento urbano – Aspectos sociais 2. Espaço urbano. 3. História urbana - Rio de Janeiro (RJ). 4. Manifestações sociais – Avenida Rio Branco - Rio de Janeiro (RJ). I. Bessa, Eliane da Silva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711.13

DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS  
**O PALCO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS CARIOCAS: UM  
ESTUDO DA ESPACIALIZAÇÃO URBANA DA AVENIDA RIO  
BRANCO**

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para obtenção de grau de Mestre.

Aprovado por:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane da Silva Bessa

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa de Lacerda Pessôa Borde

---

Dr. DSc. Paulo Roberto Tavares Bellinha

Rio de Janeiro  
Fevereiro  
2015

Ao Leitor

Ao meu avô,  
Que acordado me levava ao mundo dos sonhos;  
Me fazia viajar de olhos abertos pelas ruas;  
E aos olhos cerrados, idealizávamos grandes feitos..

Despretensiosas e sob ouvidos atentos, narradas,  
diversas formas à cidade, manifestavam-se.

Assim, tal qual seus olhos, em um período, fecharam-se...  
Meus horizontes, aos seus, abriram-se!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao CNPq que financiou parte desta pesquisa através de bolsa de estudos, e a FAPERJ, com a mesma finalidade, acrescento a honra de ter tido o reconhecimento, enquanto "bolsista Nota Dez", no ano de 2014, do Mestrado em Urbanismo.

Empreender minha sincera felicidade em fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a qual devo reconhecer a dedicação de cada membro, altamente capacitados e dispostos a alicerçar meus objetivos científicos e concretizar minha dissertação com méritos.

Agradeço, assim, aos professores, colegas e funcionários do Mestrado, sobretudo, à Eliane da Silva Bessa, incansável orientadora, auxiliando para que minha pesquisa ficasse cada vez mais clara em seus princípios e foco, e, principalmente, por apresentar caminhos inimagináveis na pesquisa, levando-me a melhor embasá-la teoricamente; de nosso núcleo de discussões pelas enriquecedoras contribuições agradeço a: Carolina Teixeira, Carlos Henrique e Margarida Tavares.

Agradeço, especialmente, aos professores Gustavo Peixoto e Denise Pinheiro que no exercício de suas funções de diretores, seus bons exemplos e amor à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, incentivaram a dedicar-me ainda mais aos estudos e seguir em carreira acadêmica. A professora Margarete Pereira, coordenadora do PROURB, pela entrega incondicional a missão de formar arquitetos e urbanistas conscientes de seu real papel social. A mais que inspiradora professora Andréa Borde e seu conhecimento transbordante. Ao professor Jacques Sillos, por acreditar em mim, desde o primeiro instante, e por instruir-me na representação gráfica de ideias projetuais complexas. As professoras Flávia Farias, Cristiane Rose Duarte, Marise Machado e Fabíolla Zonno pela conduta apaixonada e inspiradora em sala de aula, e pela inventividade ao trabalhar o currículo de forma inovadora e desafiadora. Ao Professor José Barki pelas grandes performances em sala de aula, e por personificar o espírito do arquiteto para mim, falando através de seus projetos e por meio de sua gráfica; por demonstrar-me que objetividade e simplicidade não são sinônimos de pouca dedicação; apresentou-me, incansavelmente, o poder da síntese, que pouco sei usar, porém muito prático.

Agradeço ao Setor de Intercâmbio Internacional da FAU - UFRJ ao qual dediquei, profissionalmente, longos anos e no qual encontrei grandes amizades, como Sonia Santos, Antônia e Juliana Moraes.

Agradeço a minhas companheiras de graduação, que me ajudaram a focar nos estudos: Dezza, Re, Beta, Déia, Lucas e Paula Cristina;

Agradeço o carinho dos companheiros da minha empresa: a Cia. Teatral Juca Niterói; A Anibal Erthal, Wil Lopes e Vilmar pela crença e compreensão; Aos amigos de tantos anos Larissa Kitzinger, Calil Lago, (tia) Iatiara Lago e Diogo Bastos; A Filipe Vigo pela grande dedicação a nossa arte; A Itaiara Lago pela companhia, disponibilidade e imensurável amizade; A Nicolle Guenther, meu grande amor e parceira, por tornar este processo divertido e nada solitário; pela presença amorosa e tranquilizadora; pela revisão e interesse pelo tema.; A sua mãe Suzette Lopes pela acolhida e a dindinha Solange Lopes pelo exemplo profissional, e por sempre incentivar os estudos e a cultura; A minha madrinha Rosane Torres e tia Rosely Pegorim e famílias, pelo afeto constante neste processo.

Estes agradecimentos se completam mencionando o carinho e o incentivo recebido pela minha família em todos os momentos desse trabalho. Especial tributo ao meu avô Darci Ramos, a minha tia Lucia Maria e minha bisavó Maria, por seus significados que carrego no coração; Deixo um beijo a minha avó sanguínea Maria Marlene e para minha avó Sheilita, pelas piadas e afetividade e a minha avó Lalita, pelo carinho e cuidado costumeiros. Sobre tudo, agradeço aos meus pais Paulo Ramos e Rose Ramos, que me educaram reconhecendo o verdadeiro valor e sentido da vida, guiando-a e orientando-a pelo conhecimento e valorizando a família enquanto porto seguro. À eles pela enorme compreensão de minha ausência e pelo grande orgulho que pouco sou capaz de expressar. Minha mãe, por estimular em mim a sensibilidade, através dos livros e poesias, e por me ensinar a direcioná-la nas artes. Ao meu pai pelos debates políticos, pelas teorias sociais e recomendações de leituras. Aos queridos irmãos Lucas Ramos e Luana Ramos (e seus parceiros) pelo amor incondicional e pelas leves piadas virtuais que energizariam minha dissertação. A minha primeira sobrinha, Maya, por traduzir o ciclo da vida, enquanto amor que renova-se.

Por vocês e com vocês estas páginas foram escritas e muitas outras, ao que se espera, virão.



***“Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas abrem outras... Estão doidos!!!”***

Lima Barreto (A respeito das reformas urbanas de Pereira Passos em 1904) *Recordações do escrivão Isaias Caminha*



il. 1. Momento do protesto contra o aumento da passagem de ônibus no Rio de Janeiro, pela Avenida Rio Branco, chegando ao Teatro Municipal, no centro da cidade. 17 de Junho de 2013  
Fotos: Marcelo Sayão / EFE

## RESUMO

### **O PALCO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS CARIOCAS: UM ESTUDO DA ESPACIALIZAÇÃO URBANA DA AVENIDA RIO BRANCO**

O objetivo desse trabalho é investigar o processo histórico de consolidação da Avenida Rio Branco, situada no núcleo urbano original de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco a questão da sua forma urbana, desde o início de sua construção (1904) até os dias atuais, como o lugar da cidade onde ocorrem eventos e manifestações sociais. Os movimentos que tomaram as ruas do mundo e das principais cidades do Brasil no ano de 2013 despertaram o interesse em analisar o potencial espacial e físico da avenida como lugar de realização histórica das manifestações sociais no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica ajuda na análise das relações construídas ao longo do tempo, entre a estrutura física da avenida e sua apropriação pela sociedade, por meio do levantamento e do mapeamento de fatos evidenciados por jornais, revistas, crônicas, charges, fotos e músicas publicadas. Pretende-se, assim, remontar a formação da avenida através da história de suas manifestações e dos contextos onde elas ocorrem. Tem-se como hipótese de que a antiga Avenida Central (em toda sua extensão e, posteriormente, como polo ativador a Cinelândia), concebida para ser a “Vitrine do progresso”, ainda quando o Rio de Janeiro era Capital Federal, se afirmou como uma centralidade funcional e uma área de vitalidade da cidade. O presente trabalho adota o sentido de manifestação não só como ativismo da sociedade em favor de uma causa, visando expressar publicamente ideias, como considera, principalmente, a influência do espaço nas transformações impostas à e pela sociedade.

**Palavras- chave:** avenida Rio Branco; manifestação social; história urbana carioca; formas urbanas

## **ABSTRACT**

### **THE STAGE OF RIO'S SOCIAL MANIFESTATIONS: A STUDY OF URBAN SPATIALITY OF RIO BRANCO AVENUE**

The aim of this study is to investigate the historical process of Rio Branco Avenue's consolidation, located in the original urban core of occupancy in the city of Rio de Janeiro, focusing on the question of its urban form, from the beginning of its construction (1904) to the present day, as the place of the city where events and social manifestations occur. The movements that took the streets of the cities of Brazil in the year of 2013 sparked interest in analyzing the spatial and physical potential of the Avenue as a place of historic achievement of Rio's social manifestations. From this perspective, historical research helps in analyzing the relationships built over the time, between the physical structure of the avenue and its appropriation by society, through survey and mapping facts evidenced by newspapers, magazines, essays, cartoons, photos and published songs. It is intended, therefore, to trace the formation of the avenue through the history of its manifestations and contexts in which they occur. It has been hypothesized that the former Central Avenue (in all its extension and later as an activator pole of Cinelândia), designed to be the "showcase of progress", even when Rio de Janeiro was the federal capital, has emerged as a functional centrality and an area of vitality of the city. This paper adopts the meaning of manifestation not only as society activism in favor of a cause, seeking to express ideas publicly, but mainly consider the influence of space in the transformations imposed on and by society.

**Keywords:** Rio Branco Avenue, social manifestation, Rio's urban history, urban forms.

# SUMÁRIO

|                 |    |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 22 |
|-----------------|----|

## **PARTE I - CONCEITOS E CIDADE COLONIAL .....44**

|  |           |
|--|-----------|
| Morfologia Urbana e Direito a Cidade.....  | 44        |
| A Origem da Formação Social Carioca.....   | 47        |
| Ambiência Urbano-Colonial .....  | 49        |
| Absorção da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil .....                                | 51        |
| <b>OS CONTRASTES URBANOS, PRECARIZAÇÃO E REVOLTAS - FINAL DO SÉCULO XIX. ....</b>      | <b>59</b> |
| 1879 (31 de outubro) - Revolta do Vintém .....   | 59        |
| 1891 - Ópera: "Dona Branca" - Theatro Lyrico Fluminense.....                           | 62        |
| 1893 - Revolta da Armada .....   | 65        |
| 1893 - Demolição do Cortiço: "Cabeça de Porco" .....                                   | 68        |
| Diretores dos Conflitos e a Polícia .....  | 70        |
| Inauguração do jornal "Correio da Manhã" .....   | 72        |
| 1901 - Protesto do Aumento da Passagem de Bondes .....                                 | 73        |
| 1902 - A Revolta das Carnes Verdes .....   | 74        |
| <b>LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, DO FINAL DO SÉCULO XIX .....</b> | <b>84</b> |

## **PARTE II - CONSTRUÇÃO URBANA DA VITRINE DO PROGRESSO .....85**

|  |    |
|--|----|
| Males Tropicais.....                         | 85 |
| O Clima De Revolta .....                     | 86 |
| 1903, 14 de agosto - Greve Geral .....       | 92 |
| Moradia Operária.....                        | 98 |
| 1903, 16 de agosto - Batalha Das Flores..... | 99 |

|   |            |
|---|------------|
| A RE(INVENÇÃO) URBANA DO RIO DE JANEIRO E A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DO ESPAÇO PÚBLICO - REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS..... | 100        |
| O “Bota-Abaixo”: A Cidade em Ruínas .....   | 107        |
| Desdobramentos da Força da Picareta .....   | 111        |
| 1903 - Caçada aos Velhos Costumes .....   | 115        |
| 1904 - Revolta da Vacina.....   | 126        |
| A Questão da Vacinação .....  | 131        |
| A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL COSMOPOLITA INTERNACIONAL .....   | 143        |
| 1904- Concurso de Fachadas.....   | 149        |
| Inaugurações Festivas.....  | 157        |
| Espaço Público e os Novos Costumes .....  | 163        |
| Vitrine do Progresso e a realidade carioca .....  | 173        |
| 1906 - Festa popular de Nossa Senhora da Penha.....   | 174        |
| A festa popular do carnaval .....   | 174        |
| LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, DO INÍCIO DO SÉCULO XX .....   | 179        |
| <br>  |            |
| <b>PARTE III - PÓS-CONCEPÇÃO: A AVENIDA VIVE .....</b>  | <b>181</b> |
| <br>  |            |
| A nova Avenida: Rio Branco - 1912.....  | 183        |
| 1918, 12 de novembro - Festejos do encerramento da Primeira Guerra Mundial.....   | 189        |
| (1917-1918) - Movimentos Grevistas.....   | 193        |
| 1922, 07 de setembro a março de 1923 - Exposição do Centenário de Independência e Reformulações Urbanas .....               | 198        |
| A AVENIDA RIO BRANCO AMERICANIZA-SE .....   | 203        |
| Análise Simbólica da Avenida Central .....  | 206        |
| Plano Agache .....  | 209        |
| 1930 - Revolução de 30.....   | 212        |
| 1945 - Chegada dos Pracinhas - Segunda Guerra Mundial .....   | 221        |
| Avenida Presidente Vargas - 1942 .....  | 229        |
| Carnaval das Avenidas .....   | 237        |

|  |            |
|--|------------|
| Vargas Deposto .....   | 239        |
| <b>GOVERNO JK - TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL.....</b>  | <b>240</b> |
| 1964 - Comício da Central - A Ditadura Militar .....   | 243        |
| 1964 - Revolução ou Golpe de 64 .....  | 245        |
| 1964 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade, chamada de<br>Marcha da Vitória, no Rio de Janeiro ..... | 248        |
| 1968 - Protestos de 68 e Passeata ou Marcha dos Cem Mil .....  | 252        |
| Anos 70 e o tombamento aspirando a um novo momento.....  | 262        |
| 1984 - Comício das Diretas Já.....   | 264        |
| 1987 - Protesto contra o aumento da passagem de ônibus.....  | 269        |
| 1992 - Os "cara-pintada" (Impeachment de Collor) .....   | 274        |
| Desfiles Carnavalescos atuais e o Cordão do Bola Preta .....   | 279        |
| <b>LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, MEADOS E<br/>FINAL DO SÉCULO XX.....</b>             | <b>281</b> |
| <br>   |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>284</b> |
| <br>   |            |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>   | <b>290</b> |

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| il. 1. Momento do protesto contra o aumento da passagem de ônibus no Rio de Janeiro, pela Avenida Rio Branco, chegando ao Teatro Municipal, no centro da cidade. 17 de Junho de 2013<br>Fotos: Marcelo Sayão / EFE ..... | 9  |
| il. 2 Panorama do Rio de Janeiro tomado ao alto do Corcovado, c. 1885 Marc Ferrez .....  | 24 |
| il. 3 Panorama do Rio de Janeiro tomado ao alto do Corcovado, c. 2010. ....  | 24 |
| il. 4 Rua Direita, vista do morro do Castelo em direção ao morro de São Bento, c. 1885.<br>Marc Ferrez .....   | 26 |
| il. 5 Panorama da área central do Rio de Janeiro, tomado da ilha das Cobras, c. 1890.<br>Marc Ferrez .....   | 26 |
| il. 6 Paris e suas amplas avenidas, depois das reformas de Haussmann (ao fundo, o famoso<br>teatro Ópera), c. 1880-1890. Cartão-postal .....   | 27 |
| il. 7 Avenida Central, RJ. 7.10.1906. ....   | 27 |
| il. 8 Os novos edifícios da Avenida Central em fase de construção, 1905. ....  | 28 |
| il. 9 Reconstrução histórica por meio de montagens de computação Cinelândia de<br>1611 – 2011 29 outubro 2013. ....  | 29 |
| il. 10 Vista aérea do carnaval da Avenida Rio Branco – Cordão do Bola Preta, 2014 .....  | 30 |
| il. 11 Funeral de Rui Barbosa nas escadarias da Biblioteca Nacional, 2.3.1923. ....  | 32 |
| il. 12 Protesto dos servidores públicos do Ministério da Cultura do Rio nas escadarias da<br>Biblioteca Nacional 29 outubro 2013.....  | 32 |
| il. 13 início das obras de construção da avenida, 8 de março de 1904.....  | 34 |
| il. 14 Vista aérea da Praça Mauá, antigo Largo da Prainha e Avenida Rio Branco, c. 1920. ....  | 35 |
| il. 15 Vista aérea da Avenida Rio Branco, destacando-se o edifício do jornal A Noite, c. 1930..  | 35 |
| il. 16 Vista aérea da Avenida Rio Branco, crescimento do Centro, c. 2012. ....   | 35 |
| il. 17 Carta topográfica do Rio de Janeiro, 1750. ....   | 49 |
| il. 18 O aqueduto da Carioca: um emblema da colônia no cenário da cidade que se transforma<br>com a chegada da Corte, 1828.....  | 50 |
| il. 19 Rua Direita, vista do morro do Castelo em direção ao morro de São Bento, c. 1885. ....  | 53 |
| il. 20 Rua do Ouvidor, c. 1890 .....   | 54 |

|   |     |
|---|-----|
| il. 21 Superlotação e péssimas condições sanitárias em um cortiço. Estalagem com entrada pelo número 47. Visconde do Rio Branco, c. 1906. ....                                    | 57  |
| il. 22 Crianças brincando e trabalhando como ambulantes nas ruas da favela, no morro de Santo Antônio, 3.3.1914.....  | 57  |
| il. 23 Largo da Carioca, c. 1904.....   | 58  |
| il. 24 O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880.....  | 59  |
| il. 25 A ampla Sala do Teatro Lírico na tarde de 19.02.1927, lotado para o concurso “O QUE É NOSSO”. ....   | 63  |
| il. 26 Revolta da Armada, 1893 .....  | 67  |
| il. 27 Um cortiço visto por dentro. Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios nos 12 e 44 da rua do Senado, 27.3.1906.....                     | 69  |
| il. 28 Panorama da área portuária do Rio de Janeiro, c. 1890. ....  | 85  |
| il. 29 Cinematógrafo - O Rio da Belle Epoque: Cinematographo Rio Branco.....  | 90  |
| il. 30 Vila Operária da fábrica de Tecidos Alliança no início do século XX. ....  | 99  |
| il. 31 Rua da Carioca - Remodelação do Rio de Janeiro. A construção de uma nova cidade. 31/01/1906. ....  | 101 |
| il. 32 Obras de alargamento e junção das antigas “rua estreita” e “rua larga” de São Joaquim, rebatizadas como rua Marechal Floriano, c. 1904.....                                | 106 |
| il. 33 Detalhe do Projeto da Avenida Central (atual Rio Branco), 1982. ....   | 109 |
| il. 34 Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905.....  | 109 |
| il. 35 Linha de bondes instalada no percurso das obras da avenida Central, c. 1904.....   | 110 |
| il. 36 A imprensa ilustrada e a crítica social: Querem arrasar o morro? Pois arrasem, mas se não há casas, façam barracões para a gente pobre! Descendo do Castelo. 2.9.1905..... | 110 |
| il. 37 Remoção de entulho nas proximidades do antigo Convento da Ajuda, c. 1905.....  | 111 |
| il. 38 A fúria demolidora nos planos de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos. Um barracão de menos = O Malho, 31.3.1903.....   | 111 |
| il. 39 O prefeito Pereira Passos em ação. Depressa! Depressa! O Malho, 18.3.1905.....   | 112 |
| il. 40 Edificações que foram abaixo para dar lugar à Avenida Central, c. 1904. ....   | 113 |
| il. 41. Prédios já derrubados ou à espera da destruição, c. 1904-1905. ....   | 114 |
| il. 42 Demolições na encosta do morro do Castelo, 1904. ....  | 115 |



|   |     |
|---|-----|
| il. 43 A quitandeira "condenada" a desaparecer, tal como o quiosque, c. 1895. Marc Ferrez. In: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. ....  | 117 |
| il. 44 O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880.....  | 117 |
| il. 45 Caricatura do prefeito Pereira Passos Empréstimo Municipal O Malho, 13.8.1904.....   | 122 |
| il. 46 Quiosque nas proximidades dos Arcos, aos pés da ladeira de Santa Tereza, 7.11.1904. ....   | 126 |
| il. 47 Equipe de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> , causador da febre amarela, c. 1904.....   | 130 |
| il. 48 O médico Osvaldo Cruz, com seu exército sanitário, enfrentando a fúria da multidão. <i>O Malho</i> 29.10.1904. ....  | 135 |
| il. 49 Cena de manifestação popular no início do século XX. Praça Tiradentes. ....  | 136 |
| il. 50 Cena de manifestação popular no início do século XX. Largo do São Francisco. ....  | 136 |
| il. 51 Cenas de guerra nas ruas do Rio. Barricada de Porto Arthur. Revista da Semana, 27 de novembro de 1904. ....  | 138 |
| il. 52 Cena de guerra nas ruas do Rio. Bondes virados e incendiados na Praça da República. Revista da Semana, 27 de novembro de 1904. ....  | 138 |
| il. 53 A comparação do Rio de Janeiro com Buenos Aires foi uma constante na Imprensa Carioca do final do século XIX e início do século atual. As críticas à Intendência Municipal, ao estado sanitário da cidade e à ausência de melhoramentos urbanos eram inúmeras, como bem demonstra a charge. .... | 144 |
| il. 54 A comparação do Rio de Janeiro com Buenos Aires foi uma constante na Imprensa Carioca do final do século XIX e início do século atual. As críticas à Intendência Municipal, ao estado sanitário da cidade e à ausência de melhoramentos urbanos eram inúmeras, ....                              | 144 |
| il. 55 O início dos trabalhos de abertura da Avenida Central (vista em direção à Prainha, atual Praça Mauá), 1904. ....   | 146 |
| il. 56 Os novos edifícios da avenida Central em fase de construção, 1905. ....  | 146 |
| il. 57. Avenida Central e seus edifícios, ainda em construção, tendo ao fundo o Pão de Açúcar, c. 1905-1906.....  | 147 |
| il. 58 A Avenida Central, já plenamente integrada à paisagem carioca, c. 1910 .....   | 147 |
| il. 59 A avenida, rebatizada em homenagem ao barão do Rio Branco, vista em direção ao cais do porto, c. 1915-1920.....  | 148 |
| il. 60 Obras de saneamento paralelas às demais medidas sanitárias. Caixa da Rua da Carioca, em frente da travessa de S. Francisco de Paula, c. 1906 .....   | 149 |

|  |     |
|--|-----|
| il. 61 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 151 |
| il. 62 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 151 |
| il. 63 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 152 |
| il. 64 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 153 |
| il. 65 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 153 |
| il. 66 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 154 |
| il. 67 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 155 |
| il. 68 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908 .....   | 156 |
| il. 69 Cerimônia comemorativa do início das obras de construção da avenida, 8 de março de 1904.....  | 158 |
| il. 70. Cerimônia de inauguração do eixo da avenida, 7 de setembro de 1904.....  | 158 |
| il. 71 Desfile militar na inauguração da Avenida Central (ao fundo, as torres e a cúpula da igreja Candelária), 15.11.1905. ....   | 159 |
| il. 72 Autoridades e populares na inauguração da Avenida Central, 15.11.1905.....  | 160 |
| il. 73 Desenhos das fachadas da Avenida Central. Acervo LAURD.....   | 161 |
| il. 74 Avenida Central, c. 1910.....   | 162 |
| il. 75 O edifício-sede do Jornal do Brasil, na Avenida Rio Branco, c. 1915. ....   | 163 |
| il. 76 Desfilando na Avenida Central, 7.10.1906. ....  | 165 |
| il. 77 Vista noturna da Avenida Central, c. 1910-1912. Da esquerda para a direita, a então Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu Nacional de Belas Artes), a Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal Federal (hoje Centro Cultural da Justiça Federal). .... | 165 |
| il. 78 Artes e modismos no cenário da Avenida, c. 1912 .....   | 166 |
| il. 79 Apreciando a vitrine da nova filial da loja Parc Royal na Avenida, 27.3.1906.....   | 168 |
| il. 80 A tradicional loja Parc Royal, “templo” da moda na Belle Époque carioca, c. 1905-1910. ....   | 168 |
| il. 81 Inauguração do Café do Rio, 1911.....   | 169 |
| il. 82 O cinema Pathé na Avenida Central, c. 1915 .....  | 171 |
| il. 83 Pedestres e automóveis disputando o mesmo espaço, c. 1930 Rio de Janeiro, trecho da Avenida Rio Branco. ....  | 173 |
| il. 84 Irreverência e humor no desfile carnavalesco pelas ruas da cidade. Carnaval de 1917..   | 177 |

|   |     |
|---|-----|
| il. 85 A multidão na Avenida Rio Branco durante os dias de carnaval, c. 1914. ....  | 177 |
| il. 86 Carnaval na Avenida Central, (Kósmos, revista artística, científica e literária, Ano IV, número 2, Fevereiro de 1907, Rio de Janeiro). 1907. ....      | 178 |
| il. 87 O Carnaval: carros de crítica proibidos pela polícia O Malho, 11.3.1905. ....  | 179 |
| il. 88 O trânsito intenso no trajeto da avenida, c. 1915-1920. ....   | 181 |
| il. 89 Funerais de Rui Barbosa nas escadarias da Biblioteca Nacional, 2.3.1923. ....  | 187 |
| il. 90 Multidão comemora no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, o fim da Primeira Guerra Mundial. 1918. ....   | 191 |
| il. 91 Visita do Rei da Bélgica Alberto I e sua Esposa Rainha Elizabeth. ....   | 198 |
| il. 92 Construção do Cristo Redentor - Corcovado 1930. ....   | 203 |
| il. 93 Cinelândia na década de 20. Cinemas e movimentação cultural. 1920. ....  | 204 |
| il. 94 Recorte Im. - p. 23 - Vista aérea da Avenida Rio Branco, destacando-se o edifício do jornal A Noite, c. 1930. ....                                     | 205 |
| il. 95 Desenho urbano e inserção das avenidas em suas malhas colônias, Avenida de Central e Avenida de Maio. ....   | 207 |
| il. 96 Novo Governo. Tropas da cavalaria desfilam pelas ruas do Centro. Outubro de 1930 ...   | 215 |
| il. 97 Sede do Jornal A Noite é incendiada após tumulto na Praça Mauá Novembro de 1930  | 216 |
| il. 98 Chegada da Cavalaria ao Obelisco da Avenida Rio Branco 3 de Novembro de 1930. ....   | 219 |
| il. 99 Cavalarianos amarram seus cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco. 3 de Novembro de 1930. ....   | 219 |
| il. 100 Um avião sobrevoa a sede do Governo Federal (Catete) 1930 Foto: ....  | 220 |
| il. 101 O Desfile da Glória marcou a vitória da Revolução de 1930. ....   | 220 |
| il. 102 De volta. Na Praça Mauá, multidão aguarda os pracinhas que lutaram na Itália. Ao fundo, o edifício do jornal "A Noite" e da Rádio Nacional 1945. .... | 224 |
| il. 103 Praça cumprimenta população, Avenida Rio Branco 1945. ....  | 225 |
| il. 104 Desfile da FEB no Rio, Cinelândia. SECHIN, Carlos. Cinelândia: breve histórico de um sonho. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. ....                    | 227 |
| il. 105 Praças em Marcha, Centro do Rio de Janeiro 1945. ....   | 228 |
| il. 106 Cumprimento do Praça, Centro do Rio de Janeiro 1945. ....   | 228 |
| il. 107 Cartão Postal da Avenida Presidente Vargas, c.1947. ....  | 230 |

|  |     |
|--|-----|
| il. 108 Foto aérea da Avenida Presidente Vargas, c.2012.....   | 230 |
| il. 109 Central do Brasil - Avenida Presidente Vargas. Manifestações sociais contra aumento da passagem de ônibus, c. 2013.....  | 231 |
| il. 110 Hora da mudança: funcionários carregam caixas durante os dias de transferência da capital do Rio para Brasília.....  | 242 |
| il. 111 Golpe de 64. Deslocamento de tanques para o Ministério de Guerra - Avenida Presidente Vargas .....   | 247 |
| il. 112 Vista da Avenida Rio Branco por uma das edificações da Marcha da Vitória no Rio de Janeiro. 02 de abril de1964.....  | 250 |
| il. 114 A atriz, cineasta, cantora e ativista política Vanja Orico seguia a passeata, quando o comboio avançou e ela resolveu parar os manifestantes. Vanja se ajoelhou diante da tropa gritando: “Não Atirem, Somos Todos Brasileiros”, tentando evitar mais mortes. Na passeata, o estudante Edson Luiz foi morto. 26 de junho de1968..... | 253 |
| il. 115 Corpo do estudante Edson Luís de Lima Souto é levado em cortejo até a Assembleia Legislativa 26 de junho de1968.....   | 254 |
| il. 116 Multidão acompanha o enterro do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado 26 de junho de1968 .....   | 255 |
| il. 117 Ao final da missa de sétimo dia, violência. Golpes de sabre em meninos, meninas, moças e senhoras. Bombas de gás voltaram a ser jogadas, cavalos atropelavam quem ousasse sair da Candelária. 1968. ....   | 256 |
| il. 118 Faixa pedindo mais diálogo. 26 de junho de1968.....  | 257 |
| il. 119 Discurso na Passeata dos Cem Mil - Avenida Rio Branco. 26 de junho de1968.....   | 258 |
| il. 120 Manifestantes da Passeata dos Cem Mil expondo suas faixas nas escadarias da Assembleia Legislativa 1968.....   | 259 |
| il. 121 Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil. 1968. ....  | 260 |
| il. 122 Paulo Autran, Tonia Carreiro, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nana Caymmi na Passeata dos Cem Mil. 1968.....   | 260 |
| il. 123 Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil. 1968. ....  | 261 |
| il. 124 Passeata Av. Rio Branco - Assembleia Legislativa, em protesto pelos gastos com a Copa do Mundo, o aumento da tarifa de ônibus e melhorias na saúde e educação. 18 de junho de 2013.....  | 261 |
| il. 125 Passeata dos Cem Mil - Av. Rio Branco. 1968. ....  | 262 |

|  |     |
|--|-----|
| il. 126 Manchete do Jornal do Brasil - Comício das Diretas Já!.....  | 265 |
| il. 127 O comício pelas eleições diretas. 1984 .....   | 266 |
| il. 128 Cartaz convocando todos a transformar a véspera da votação num protesto sonoro c. 1984.....                                  | 267 |
| il. 129 Passeata em direção à Candelária, pela Avenida Rio Branco, c. 2013 .....   | 268 |
| il. 130 Na Avenida Rio Branco, enquanto colegas tentam apagar o fogo do ônibus, um bombeiro pede calma aos manifestantes. 1987 ..... | 270 |
| il. 131 Com faixa contra Sarney, um pequeno grupo inicia as manifestações que culminam na destruição de ônibus. 1987 .....           | 271 |
| il. 132 Grande quantidade de veículos de transporte coletivo são incendiados em plena avenida Rio Branco. 1987 .....                 | 272 |
| il. 133 Centenas de trabalhadores ficaram trancados dentro da CSN cercados pelo Exército e a PM. 1987 .....                          | 273 |
| il. 134 Compilação de fotos da Avenida Rio Branco - Manifestação pelo Impeachment de Collor. 1993.....                               | 276 |
| il. 135 Cordão do Bola Preta - Teatro Municipal ao fundo 2013.....   | 280 |
| il. 136. Cordão do Bola Preta - Desfile pela Avenida Rio Branco separação entre as edificações e a população. 2013.....              | 281 |
| il. 137 Protestos de 2013 - Avenida Rio Branco - Foto tirada de um edifício da avenida. 2013.....                                    | 286 |
| il. 138 Ônibus incendiado em plena Avenida Rio Branco - Manifestações de junho de 2013..   | 286 |

## INTRODUÇÃO

“Quem disse que eu me mudei?  
Não importa que a tenham demolido:  
A gente continua morando na velha casa em que nasceu”.  
Mario Quintana

"Onde quer que haja divórcio entre o conhecimento e a ação,  
deixa de existir espaço para a liberdade".

Hannah Arendt

A Avenida Rio Branco, desde sua construção em 1904, proporciona e intermedia, a partir de sua forma urbana uma série de interações sociais. Tem-se como premissa que a pesquisa aqui apresentada caracteriza não apenas uma época e uma atmosfera de conflitos de interesses e anseios da cidade do Rio de Janeiro, ainda quando Capital Federal, mas reflete o contexto internacional posterior no qual o Brasil, em seu período republicano, pretendia se afirmar; o que, supostamente, perdura até hoje. A cidade figurava como mecanismo para esta inserção internacional, adequando suas formas e proporções aos padrões estabelecidos no âmbito mundial.

Tratar da abertura da maior avenida da capital federal do início do século XX é evidentemente falar em rupturas, imposições, problemas sociais, mas, também, falar em melhorias e em progresso, em atos de coragem, crença e serviço - dependendo do ponto de vista e do interesse social confrontado. Evidencia-se, em relação ao urbano, que esta região central da cidade tem sido frequentemente palco de grandes movimentações políticas e culturais de diversas ordens em diferentes contextos, como respostas ao questionamento da vida social intensificada pelas atividades, ritmos e tempos diversos. A área central da cidade vem sendo ocupada por uma população atuante politicamente que manifesta suas opiniões, anseios e oposições às decisões

políticas que lhes são impostas, bem como vem sendo utilizada para o desenvolvimento de atividades culturais.

O objeto empírico da pesquisa, a Avenida Rio Branco, discutido por meio de sua estrutura física como elemento estimulante às manifestações sociais será importante mecanismo de reflexão sobre os atores, as trocas, formas, processo e o tempo, fatores fundamentais nas discussões urbanas. O mesmo cenário vibrante de comemorações de títulos, carnavais e atos artísticos acolheu, também, desfiles militares, marchas de resistência, performances, funerais e decisões políticas. Foi assim desde que ela surgiu, há pouco mais de um século, originada do desmonte parcial, no início do século XX, e depois integral (1921) do morro do Castelo, sepultando parte da história da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, justifica-se recorrer à história da evolução urbana da Avenida Rio Branco observando a repercussão do lugar na vida da cidade e da cidade no lugar, para entender o significado da sua representação. Resgatando, assim, a memória de uma cidade, mas, sobretudo de um povo que atravessou intensas modificações em relativo pouco tempo, ressaltando a relevância da composição do eixo linear, de grande escala, como palco fomentador de uma sociedade que precisava se afirmar. Cidade colonial, sede do Império português, capital federal e polo cultural/turístico do país, o Rio de Janeiro teve que aprender a absorver e responder bem às grandes e seguidas intervenções urbanas e sociais feitas na cidade, que refletiam sinais de progresso econômico do país.

A começar pela transferência da família real portuguesa e de sua corte<sup>1</sup> (1808), que causou grande impacto à cidade, com o aumento do número de habitantes. Com a construção, em apenas oito anos, de cerca de 600 casas, rompeu-se a consonância adquirida em longos anos de vivências empíricas, entre população e ambiente construído. A imposição da inserção de uma nova cidade àquela original abalaria as estruturas alicerçadas anteriormente, recontextualizando-as. Embora a combatida aparência colonial permanecesse, apesar da introdução de fortes marcas culturais neoclássicas.

---

<sup>1</sup>As fontes divergem com relação à quantidade de pessoas que vieram ao Brasil em decorrência da invasão de Napoleão a Portugal. Schultz (1998) fala que aproximadamente 15 mil membros da corte e da família real portuguesa optaram por mudar-se para o Brasil; ou, conforme citado por Nireu Cavalcanti em Rio de Janeiro Setecentista, 522 pessoas sendo 420 civis e 102 militares (Esparteiros, 1979, que aparecem no Almanaque da cidade do Rio de Janeiro de 1811, ou na Gazeta).

*Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano, podia ser imaginado. As casas surgiram como sementes ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como bulevares e acabam estreitas como vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado (BARRETO, Lima - 1881 - 1992 - Em narrativa de fatos anteriores a seu nascimento). Crescimento desordenado da cidade do Rio de Janeiro observado pelo escritor.*



il. 2 Panorama do Rio de Janeiro tomado ao alto do Corcovado, c. 1885 Marc Ferrez



il. 3 Panorama do Rio de Janeiro tomado ao alto do Corcovado, c. 2010.

Anônimo

Para se transformar um local em um ambiente vital, entendido como meio adequado para a vida, é necessário reunir características que proporcionem melhor condição de habitar o espaço (Lynch, 1981).

Assim, podemos dizer que a preparação urbana de infraestrutura da Avenida Central, que envolveu grande preocupação sanitária imposta social e urbanisticamente pelo princípio do higienismo e uma valorização de embelezamento dos espaços, criou um dinamismo próprio que favoreceu



condições de permanência e conforto no local que atraíram a população elitizada. O projeto lançou mão de alguns dispositivos espaciais como: infraestrutura básica; acessibilidade à via; construção de edificações institucionais e culturais; provisão de serviços; estabelecimento de padrão internacional às fachadas; preocupação com disposições formais do local, além de um rigoroso código de condutas imposto à cidade, que acabou tendo implicações na Revolta da Vacina <sup>2</sup> (1904).

*Um bom aglomerado populacional é aquele em que os riscos, os tóxicos e as doenças estão ausentes ou controlados, e em que é reduzido o medo de encontrar qualquer um destes elementos. [...] A lista é longa, mas os objetivos e os meios físicos estão relativamente definidos, uma vez que todos eles pretendem evitar um problema específico (Lynch, Kevin).*

Inspirada na reforma de Paris<sup>3</sup> e baseada no plano urbanístico (1903) para a capital, então sob o comando do prefeito Pereira Passos, a Avenida Rio Branco foi concebida sob uma forte ótica sanitária e de combate à criminalidade, implantada em pleno centro urbano da cidade. Surge enquanto grande eixo monumental, retilíneo, “rasgando” o traçado colonial preexistente: a antiga Avenida Central. A proposta era a construção de um moderno centro urbano, tendo como eixo modernizador a avenida, eliminando as habitações coletivas, comuns na região e que eram vistas como focos de doenças e polos de reunião de marginais e revoltas. Pretendia-se criar uma imagem próspera da capital através da avenida e seus costumes.

A existência dos bulevares nos projetos tinha uma implicação sanitária óbvia e caminhava junto com as novas demandas para a circulação urbana estabelecidas pelas grandes indústrias. Nesse sentido, a Avenida Rio Branco se enquadra totalmente no tema do progresso atendendo às exigências patenteadas pelas grandes reformas urbanísticas da época. O historiador Giulio Carlo Argan ao referir-se à reforma de Haussmann em Paris diz que ela representou a “intervenção do poder sobre a imagem e a funcionalidade

---

<sup>2</sup>Kók, 2005, chama atenção para a relação que existe entre o código de condutas e a Revolta da Vacina.

<sup>3</sup>O Plano de Reformulação de Paris a partir de uma reforma urbana proposta pelo barão Georges Eugène Haussmann, prefeito de Paris, na França, na época do imperador Napoleão III (nas décadas de 1850 e 1860).

urbana”<sup>4</sup>, onde os bulevares poderiam facilitar a repressão às manifestações populares por possibilitar fácil e rápido deslocamento das tropas na via. Outro fator relevante daquela reforma é que atendia às necessidades da elite francesa de melhoria do fluxo do trânsito. No Rio de Janeiro, com poucos veículos, este aspecto era desconsiderado, ao contrário do embelezamento, em padrões burgueses europeus, aspiração recorrente junto às elites republicanas. Fato é que as dimensões monumentais, associadas a construções de “mansões” institucionais e culturais, parecem ter servido bem para atrair as multidões à avenida, em diversos eventos, desde a sua inauguração, passando pelo Regime Militar até, mais recentemente, a tomada das ruas pela geração das “redes sociais”.



il. 4 Rua Direita, vista do morro do Castelo em direção ao morro de São Bento, c. 1885. Marc Ferrez



il. 5 Panorama da área central do Rio de Janeiro, tomado da ilha das Cobras, c. 1890. Marc Ferrez

Define-se como hipótese que o traçado linear concebido na reforma Passos para a antiga Avenida Central estimula e facilita a sua ocupação em grandes eventos, tornando-a uma centralidade da cidade e um espaço de vitalidade, não só pelo seu poder de aglutinação e dispersão estratégico na região, mas também pela efervescência cultural e institucional da Cinelândia,

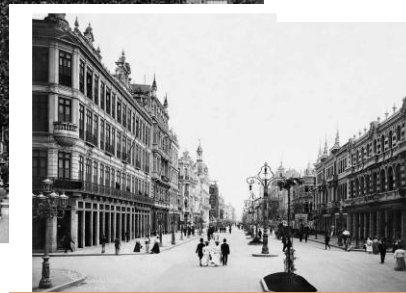
---

<sup>4</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. Tradução de Denise Bottmann e Federico Carotti. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

enquanto polo de atração de público, além da facilidade de permanência proporcionada pelas escadarias das principais edificações públicas ali localizadas. Constitui-se, portanto, como um dos espaços mais democráticos da cidade, mesmo não tendo sido projetado como tal, conseguindo absorver multidões (apesar de seguir a atual tendência prioritariamente empresarial). Há sem dúvida uma diversidade de usos na avenida, ainda que setorizados, proporcionando uma diversidade de público. No entanto, os poderes se fazem marcantes na paisagem urbana, tanto o religioso (Convento de Santo Antônio e Igreja da Candelária) como o político, educacional, empresarial e cultural, e o povo, na sua conseqüente ocupação dos espaços, bem delineados do ponto de vista da forma urbana, dispostos na avenida como meios presentes e valorizados na cidade.



il. 6 Paris e suas amplas avenidas, depois das reformas de Haussmann (ao fundo, o famoso teatro Ópera), c. 1880-1890. Cartão-postal



il. 7 Avenida Central, RJ. 7.10.1906. Augusto Malta

A pesquisa tem como principal objetivo alcançar uma melhor compreensão do processo de consolidação morfológica da Avenida Rio Branco enquanto uma centralidade e um espaço de vitalidade, identificando o papel desempenhado pelas manifestações sociais na configuração do território da avenida e, em sentido dialético, perceber de que modo essa forma urbana influencia as ações da sociedade na espacialidade constituída pela própria avenida.

Isto será feito através da investigação histórica das manifestações ocorridas na antiga “Avenida Central” protagonizadas por variados setores sociais, desde 1900 a 2013, levantando-as e categorizando-as, ainda que

superficialmente; buscando suas causas e consequências, dentre as quais as respostas populares, expostas na avenida; as ações públicas nacionais e as constantes políticas urbanas impostas à cidade pelos poderes instituídos.



il. 8 Os novos edifícios da Avenida Central em fase de construção, 1905.

João Martins Torres

A história da avenida foi amplamente estudada (Glória Kok, em “O Rio de Janeiro na época da Avenida Central”; Jane Santucci, em “Cidades Rebeldes”; Maurício de Abreu, em “A evolução urbana do Rio de Janeiro”...); observa-se, no entanto, uma lacuna ainda no que concerne aos agentes que, apropriando-se dela, tornaram-na ‘o espaço de exposição’. Uma alternativa para compreender a aceitação e absorção deste espaço como centralidade do Rio de Janeiro, conforme defende Rachel Sisson (2008). A autora retrata o desenvolvimento de três “centros” dentro do próprio centro da cidade como fundamentais para a evolução da região e a consolidação de seu perfil moderno: a Praça XV de Novembro, o Campo de Santana e a Praça Floriano (atual Cinelândia).

A Praça Floriano teve como justificativa política para a construção de suas “mansões institucionais” o fato de elas expressarem a intelectualidade da época, criando uma noção de pertencimento das edificações à praça, conformando uma espécie de “praça dos saberes conciliados”. A Cinelândia, como ficou conhecida, após a iniciativa do empresário Francisco Serrador de ali estabelecer edifícios de escritórios com cinemas no térreo, nos anos 1920, marca o território da avenida como o espaço público de reunião e dispersão das manifestações cariocas. A Cinelândia configura-se como um verdadeiro

“Complexo arquitetônico” ou “Pentágono das Artes”, formado por cinco edificações construídas entre a reforma urbana da prefeitura (1902-1905) e a comemoração do Centenário da Independência em 1922. O Supremo Tribunal Federal (1907), atual Centro Cultural da Justiça Federal, o Museu Nacional de Belas Artes (1908), o Teatro Municipal (1909), a Biblioteca Nacional (1910), a Câmara de Vereadores (1922), se juntaram logo ao pródigo protagonismo da paisagem natural. A reunião deste conjunto eclético, predominantemente neorrenascentista, de caráter institucional na Praça Floriano reafirma o projeto de “civilidade”, afrancesando o final do eixo da Avenida Central (Maranhão, 2003). Valendo ressaltar a importância do Convento da Ajuda neste contexto.



il. 9 Reconstrução histórica por meio de montagens de computação Cinelândia de 1611 – 2011 29 outubro 2013.

Professor Silveira Sampaio

A Avenida Rio Branco, nasce em moldes franceses através de concursos de fachada mediados por altos investimentos de infraestrutura urbana e

profundas mudanças de comportamento social. Ela consolida na República Velha, quando imperava a Política Café (São Paulo) com Leite (Minas Gerais) de alternância de poder, o papel do Rio como o espaço do poder, a Fachada do país (Borde, 1998). Suas construções, ao longo do tempo, explicitam a evolução urbana do Rio de Janeiro, suas influências e alternativas tais como: desapropriações, investimento privado em vias públicas, chegada do cinema e ativação da vida social noturna, influência norte-americana nos padrões urbanos e de consumo, capital bancário, tensões urbanas ditatoriais, a luta pela liberdade de expressão, sua transformação em centro empresarial entre outros. A avenida foi modificando seus padrões construtivos e estéticos e suas vivências conforme a sociedade alterava suas expectativas e a própria sociedade adequou-se aos novos padrões da avenida.



il. 10 Vista aérea do carnaval da Avenida Rio Branco – Cordão do Bola Preta, 2014

Foto: Antonio Lacerda/ EFE

Palco de incontáveis manifestações sociais (protestos, marchas, paradas, funerais), importantes na construção da presente sociedade civil brasileira, a avenida, por suas próprias condições espaciais, parece atrair o povo não só pela potencialidade urbana de aglutinação e dispersão de fluxos como pela localização central e acessibilidade facilitada por transportes públicos. Há uma receptividade no ambiente construído da avenida que estimula o povo a expor ali suas opiniões em dimensão pública. Assim, segue sendo foco de inúmeros atos públicos, agendados ou espontâneos. Em eventos como as manifestações jovens de 2013, apelidadas “Marchas de Junho” ou “Revolta do Vinagre”, reúne milhares, por vezes milhões de pessoas em seu eixo (no caso dos movimentos de junho formavam uma “massa branca<sup>5</sup>”), em prol de causas diversas; ou em eventos festivos como o desfile do “Cordão do Bola Preta” e outros blocos carnavalescos que movimentam e tomam a avenida, colorindo-a.

Muitos foram os féretros que saíram da Assembleia, na Cinelândia, em direção ao Cemitério São João Batista (Prestes etc.), passando pela Avenida Central que, inclusive, teve seu nome alterado em homenagem póstuma, passando a chamar-se Avenida Rio Branco. O funeral de Rui Barbosa, após marcha pela avenida, encerra-se nas escadarias da Biblioteca Nacional. A fotografia abaixo mostra a integração entre a forma arquitetônica, sua funcionalidade espacial e utilização, podendo servir de base para prolongados debates sobre a apropriação da forma de edificações da cidade em proveito da própria ocupação da mesma e do conforto de seus usuários. A escadaria, segundo padrões clássicos de arquitetura, confere monumentalidade e permite a visibilidade de diversos pontos da via. Além disso, a função óbvia de acesso é revisitada, e, neste evento, adquire a forma e função de palanque de exposição, colocando o sujeito em destaque na paisagem. Bem como vale a sua inversão, onde se utiliza as escadas como arquibancada para observação e controle. Este tipo de absorção de uso é comum e se torna versátil pelas diferentes formas de utilização ofertadas. Nos próprios blocos de carnaval, ou mesmo em manifestações políticas estes espaços são adaptados aos usos requeridos no momento.

---

<sup>5</sup>Os manifestantes das “Marchas de Junho” em 2013 adotaram vestimentas brancas em sinal de paz nos debates levados às ruas da capital fluminense.

É preciso entender por que esta avenida parece ter adquirido este potencial de absorver as vozes da população e ao mesmo tempo repercuti-las em vários alcances, em pleno dia a dia da rotina urbana. Por que, em geral, as manifestações sociais do Rio de Janeiro acontecem ali? Como e quando é possível afirmar que isso começou? Quais elementos ajudam a compor a atmosfera propícia para estes acontecimentos? Certamente, há muitas outras perguntas para alimentar e atualizar essa discussão, e serão muitos ainda os manifestos recebidos e emanados neste solo, do qual para a sua construção o povo teve que se retirar.



il. 11 Funeral de Rui Barbosa nas escadarias da Biblioteca Nacional, 2.3.1923.

Revista Caras y Caretas

il. 12 Protesto dos servidores públicos do Ministério da Cultura do Rio nas escadarias da Biblioteca Nacional 29 outubro 2013.

Foto - Francisco Chaves



Este trabalho representa um esforço de aproximar as visões sobre o espaço urbano baseadas em estudos históricos e sociais e aquelas voltadas a repensar as relações dialéticas entre o homem e a cidade, a partir da perspectiva de suas ações públicas. A ideia é construir um diálogo no campo do urbanismo entre as ciências humanas e as questões formais aplicadas à cidade.



Nesse sentido, substantivar a Cinelândia, praça importante na história da evolução urbana e formação da sociedade carioca, como Ágora não parece uma decisão errônea, à medida que, mais do que designar uma praça pública onde os gregos atenienses se reuniam para debater e deliberar acerca de questões políticas, esta palavra, repleta de significados, aqui denota principalmente o potencial de um espaço livre, público, democrático, por apropriação no caso da Cinelândia até o entorno da Candelária, onde é possível estabelecer debates e manifestar ideologias que influenciam nas decisões da cidade. Da tradução grega de “assembleia” e “lugar de reunião” e derivada de “reunir”, adquire o sentido de reunião de qualquer natureza, tendo sido constantemente empregada por Homero como uma reunião geral de pessoas.

Em um de seus estudos, denominado *A construção da Ágora Virtual*, Celso Candido discute questões relativas à democracia, principalmente, mas discorre sobre a tendência à transposição do espaço físico de debates, como caracterizamos aqui a Avenida Rio Branco, para o meio cibernético.

*[...] (O que define a singularidade da organização política do "animal humano", segundo Aristóteles, é o uso distintivo que fazemos da linguagem. Ela é nosso dado social elementar.) A antiga praça pública está se transformando em praça virtual planetária. Toda a questão do ponto de vista político será como organizar os debates e as tomadas de decisões a partir destes meios técnicos cibernéticos [...] (Candido, Celso, 1996)<sup>6</sup>.*

O receio da transposição do espaço real para o virtual embasado por uma suposta passividade dos jovens foi desmistificado pelas “Marchas de Junho”, onde a chamada geração “Rede Social” se articulou pela internet e transformou-se na própria mídia, noticiando em tempo real os acontecimentos e repercutindo a mobilização para a ocupação das ruas. O que vale ressaltar é que a ideia de que as fronteiras entre o meio “real” da cidade e a submersão no “virtual” configurariam uma barreira, neste momento foi revista. As ruas da cidade, e principalmente a Avenida Rio Branco e a Avenida Presidente Vargas, considerada aqui a sua extensão perpendicular, e seus dois pontos vitais de aglutinação e dispersão, a Cinelândia e a Candelária, constituem um conjunto propício a propagar as vozes da população carioca, por suas conformações

---

<sup>6</sup> Artigo: A Construção da Ágora Virtual

espaciais e, quem sabe, por ser o eixo da área central de negócios e sua zona de expansão imediata.

A Avenida Rio Branco é parte de um imaginário da cidade do Rio de Janeiro (Borde, 1998). Ao longo de sua história, o local vivenciou uma teia de significados diversos que se tornaram parte inalienável da identidade da cidade. Desde 8 de março de 1904, data da cerimônia comemorativa do início das obras de sua construção, parece ter se transformado em uma das referências urbanas para manifestações públicas de anseios sociais.



I. 13 início das obras de construção da avenida, 8 de março de 1904.

João Martins Torres

Esse eixo reúne anacronicamente edificações que ajudam a contar a história da cidade, e impõe-se como palco das modificações da vida social urbana através da cultura. Incluído num perímetro que se inicia no porto, Praça Mauá, importante nó de verticalização da cidade, seguindo padrões americanos - marcada pelo emblemático edifício sede do jornal “A Noite” (atual edifício Joseph Gire), finalizado em 1930 (primeira edificação em concreto armado), característico dos avanços tecnológicos promovidos pelo concreto armado, e o edifício RB1; continha a Praça Ferreira Viana, renomeada Praça Floriano em 1910, onde surgiria a Cinelândia duas décadas depois, concentrando diversas edificações institucionais e culturais; culminando na Glória, que a esta altura se expandia urbanisticamente. Composta por 1.800 metros de comprimento e 33 metros de largura, tem como interseções a Avenida Presidente Vargas, ruas da Alfândega e República do Chile e como limites as avenidas Rodrigues Alves e Beira Mar.

A Avenida Rio Branco é ainda uma das artérias mais significativas da cidade, na qual se encontram alguns dos principais escritórios e bancos do Rio

## Evolução urbana da Cidade do Rio de Janeiro - Av. Rio Branco



il. 14 Vista aérea da Praça Mauá, antigo Largo da Prainha e Avenida Rio Branco, c. 1920.

Foto: Jorge Kfury



il. 15 Vista aérea da Avenida Rio Branco, destacando-se o edifício do jornal A Noite, c. 1930.

Foto: Anônimo



il. 16 Vista aérea da Avenida Rio Branco, crescimento do Centro, c. 2012.

Foto: Anônimo

de Janeiro. Atualmente, por toda a sua extensão, circulam mais de 500 mil<sup>7</sup> pessoas ao dia advindas de todas as partes da cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e grande Niterói. Caracterizando-se como uma importante área de concentração cultural, aglutinação e dispersão de públicos.

Selecionado o marco geográfico, o núcleo de análise consiste em compreender como, e por que, o espaço se desenvolveu como aglutinador de eventos sociais, culturais e políticos. Nesta perspectiva buscar-se-á uma reconstituição da época, do modelo e dos critérios em que foi produzido o projeto de reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, procurando também identificar a quem se destinava e como era recepcionado pelas várias categorias sociais.

Os autores que irão embasar nosso percurso serão especialmente aqueles que já estudaram e analisaram este eixo, explorando suas visões e focando o olhar sobre a relação espaço, edificação, homem. Escolhido o tema do projeto e definidos os focos de interesse (as formas urbanas como fomentadoras das manifestações sociais na Avenida Rio Branco), fizeram-se necessárias imersões em conceitos estudados em outras disciplinas e, principalmente, um trabalho de triagem do material. Nesta etapa foram organizados bancos de autores e livros de interesse direto, bem como indicações para conceituação, resultando num catálogo, em planilha, alimentado por apontamentos dos livros e suas contribuições. Levantaram-se as vidas dos autores e os contextos em que estavam imersos, quando da construção de suas teorias, procurando sempre estabelecer e fortalecer os vínculos entre o conteúdo tratado e a temática da dissertação.

Muito foi escrito sobre a Avenida Rio Branco, a sua origem e antecedentes, talvez não tratando propriamente dos movimentos sociais que se configuravam a cada interferência urbanística. Foi feito um criterioso processo de leituras, aplicação e entendimento dos conhecimentos na área de estudo escolhida, além de uma pesquisa de imagens históricas que enriquecem o projeto. Obras como a de Ricardo Maranhão, *Retorno ao fascínio do passado*, e *Rio de Janeiro na época da Avenida Central* de Glória Kok, muito contribuem

---

<sup>7</sup>Fonte: Dicionário das Curiosidades do Rio de Janeiro, A. Campos – Da Costa e Silva, São Paulo, s/ data. (FONTE FRACA)

para fundamentar teorias e abrir discussões sobre que cidade e para quem ela se estava configurando.

Busca-se estabelecer uma conexão direta entre as formas urbanas e os movimentos sociais, pretendendo entender a motivação para que tais movimentos ocorram em tais locais; assim como explicar as etapas para consolidação da avenida e suas edificações projetadas enquanto centralidade, evidenciando, se possível, a formação de seus significados.

Nesse sentido, pesquisaram-se referências conceituais em Milton Santos, nos seus debates sobre “espaço e lugar”, as discussões sobre “concentração” e “dispersão” em urbanismo; em Kevin Lynch, a noção de “Vitalidade”; e em Adriana Sansão, a “amabilidade urbana”. Estas fontes secundárias, além do conhecimento dos autores que estudaram a evolução urbana do Rio de Janeiro, como os trabalhos de Maurício de Abreu, contribuíram muito para o aprofundamento da pesquisa. Também a produção de Cristovão Fernandes Duarte sobre as *Formas e Movimentos* e as manifestações, principalmente as referentes ao ano de 2013, no artigo *Uma cidade muda, não muda!*, por suas interpretações sobre o processo de esvaziamento e destruição dos espaços de convivência e de socialização, além do entendimento do ato de ocupar a rua como uma reconquista evidenciando o lugar do encontro como ambiente propício à celebração da vida urbana, serão importantes ferramentas conceituais de argumentação.

*Nas ruas, compartilhadas e reapropriadas pelos cidadãos, reencontramos a força de resposta do lugar e os conteúdos explosivos e revolucionários do encontro entre os diferentes* (DUARTE, Cristovão. 2013).

O conceito de Vitalidade de Kevin Lynch será tomado como um meio para compreender a antiga Av. Central enquanto espaço pensado para estabelecer conexões e relações entre a cidade e a sociedade. Os pensamentos sobre adequação, do mesmo autor, também serão considerados. As definições de Rachel Sisson em *Estética e Poder: Os três centros do Rio de Janeiro* dão acesso ao entendimento imediato da relevância do espaço estudado no contexto da expansão urbana da cidade-capital e o papel desempenhado pela Praça Floriano.

A vitalidade é uma medida de desempenho, a ser balizada pelos metaconceitos de equidade e justiça, que visa mensurar a capacidade de um ambiente em servir de suporte à saúde das espécies que ali vivem; as atuais e as futuras. São três as características fundamentais de um ambiente adequado à manutenção da vida: sustentação, segurança e consonância. Sustentação é a adequação da produção de água, do ar, dos alimentos, da energia e dos dejetos. Já a segurança é ausência de tóxicos, de doenças ou de riscos para o ambiente. Por fim, a consonância predomina como uma segunda natureza, que deve entender o homem no seu ambiente a partir dos estímulos sensoriais que o mesmo oferece.

*[...] adequação de um aglomerado populacional está relacionado com o modo como o seu padrão espacial e temporal corresponde ao comportamento habitual dos seus habitantes. É a correspondência entre a ação e a forma nos seus cenários comportamentais e nos seus circuitos de comportamento. Portanto, podemos perguntar se o edifício de uma fábrica, as máquinas que se encontram no seu interior, e o modo como esses espaços e elementos são colocados em uso, são um bom sistema para atingir a produção a que a fábrica se dedica (Lynch, 1999, pág. 145).*

A adequação pode ser entendida como um critério cultural embebido de eficiência, ou seja, depende dos comportamentos, das expectativas e dos hábitos da população e tem por objetivo o desenvolvimento dos seus membros. Os locais são modificados para se adequarem a comportamentos e os comportamentos são alterados para se adequarem ao local.

Rachel Sisson retrata o desenvolvimento de três “centros” dentro do próprio centro da cidade como fundamentais para a evolução da região e a consolidação de seu perfil moderno. Cada um em seu tempo, a Praça XV de Novembro, o Campo de Santana e a Praça Floriano foram espaços onde não houve apenas uma evolução formal um pouco mais consistente e articulada, mas constituíram marcos de poder, tanto políticos, quanto religiosos, culturais, econômicos e outros, agregando uma forte memória e identidade a cada um destes espaços e seu entorno.

Compreende-se a evolução urbana da cidade por meio destas três centralidades. Assim, o antigo Largo do Carmo, atual Praça XV, evidencia a fase em que a cidade começa a descer de seu primeiro núcleo importante de ocupação, o morro do Castelo, enfrentando alguns obstáculos naturais, e

constituindo suas primeiras ruas, a da Misericórdia e a Direita (atual Primeiro de Março), e ligando os morros de São Bento e do Castelo, que agrupados com o de Santo Antônio (quase totalmente desmontado) e o da Conceição, configuravam o “quadrilátero dos morros”, onde residia a maior parte da população.

A expansão leste-oeste, tempos depois, teve como ponto culminante o Campo da Cidade, atual Campo de Santana, principalmente após a instalação da família real portuguesa no Palácio de São Cristovão, o que desencadeou a construção de uma outra cidade, a chamada “cidade nova”, que ainda luta por sua consolidação urbana; recentemente ganhou sua estação de metrô e novos empreendimentos.

Ao tratar da Avenida Rio Branco como o eixo de manifestações da cidade e a Cinelândia como ponto importante de aglutinação e dispersão de público, a visão da Praça Floriano adotada por Sisson, como uma centralidade da expansão urbana da cidade, é interessante à análise, notadamente por agregar ainda outros valores à região. Considerada pela autora como a terceira área de expansão do centro, desta vez em direção a zona sul, marca o desenvolvimento da região principalmente através da Avenida Beira-Mar, que na época de sua construção era a maior avenida litorânea do mundo (5,2 km de extensão). Atualmente, não só teve o seu trajeto encurtado como se distanciou do mar devido aos sucessivos aterros; antes o seu traçado ia do obelisco da Avenida Rio Branco ao antigo Pavilhão Mourisco, na então tranquila e limpa praia de Botafogo. A visão empreendedora de Francisco Serrador para a Praça Floriano com seus inúmeros cinemas e investimentos na área cultural não apenas marcou a região com o nome pelo qual é conhecida, Cinelândia, mas foi capital para a mudança dos hábitos culturais noturnos do carioca. Esta região contribuiu para a consolidação da Avenida Rio Branco enquanto um espaço ativo de vivências sociais na cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho da Sisson é fundamental para fortalecer o conceito aqui adotado da Cinelândia enquanto centralidade, sobretudo seu livro ilustrado, que inclui fotos de satélite com demarcações mostrando como era o Rio de Janeiro quando a cidade era o próprio centro. Neste sentido, a autora ajuda a compreender a atmosfera e a espacialidade que precederam a construção da avenida. Assim, vemos detalhadamente a extensão dos morros desmontados,

a localização de lagoas aterradas e a imensa área conquistada do mar pelos aterros.

Quanto aos referenciais empíricos, os artigos atuais sobre as manifestações constituem um recurso dinâmico essencial para perceber como estão sendo lidos estes movimentos e o que determina as escolhas de locais ou temáticas. É importante estabelecer um diálogo com os atores participantes evidenciando a relação entre manifestantes, momento histórico e manifestações.

Fez-se uma cuidadosa pesquisa em fontes primárias, abrangendo fotografias, pinturas, charges, recortes de jornais e revistas, e também a literatura, através de obras como a de Lima Barreto e José Lins do Rego, ambientadas no Rio de Janeiro do início do século XX. Entendendo a importância do bloco carnavalesco “Cordão do Bola Preta”, e atento ao fato de ter sido reconhecido, no ano de 2014, como Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, realizou-se uma busca minuciosa em documentos, fotografias e arquivos do bloco, fundado em 1918, para melhor compor a evolução e apropriação da avenida pelos foliões.

Elaborou-se um banco de dados referente ao processo de construção da dissertação que contém tanto as fontes primárias como as secundárias, com a anexação em ordem temporal de todos os arquivos, criando um acervo comentado. Estabeleceram-se vínculos entre as imagens de diferentes épocas, visando às conexões existentes no que diz respeito aos eventos e a sua relação com as formas urbanas. O objetivo desse banco é mapear a evolução da estrutura de ocupação da Avenida Rio Branco através de suas manifestações arquitetônicas e urbanísticas, desde a sua abertura e sucessiva internacionalização, destacando e hierarquizando as principais motivações e manifestações vinculadas àquele espaço.

A Avenida Central, palco de profundas transformações desde o fim do período imperial, foi percebida em diferentes níveis conforme as diferenciações estruturadas no tempo e no espaço. Tais níveis de percepção desta importante artéria da cidade republicana e suas representações foram efetivados de acordo com as conexões que os indivíduos estabeleciam com o lugar a partir dos seus próprios valores e conceitos.



Cada capítulo trata de um contexto geral no qual se deram as manifestações ocorridas na Rio Branco, desde a sua criação, e apresenta a análise da forma urbana e dos acontecimentos históricos que ali se desenrolaram. Os itens e subitens contemplam o dinamismo intrínseco entre a forma e os movimentos sociais. Cada manifestação tem sua maneira própria de atuar e de utilizar o espaço físico disponível, o que lhe atribui uma singularidade. Ao final de cada etapa, buscou-se fazer uma simples caracterização dos movimentos identificados com base no seu caráter social, cultural, político e econômico; levantar a quantidade de pessoas envolvidas; determinar os locais onde começaram e terminaram. Ao final de cada capítulo, traçou-se um mapa conceitual temporal caracterizando as ações públicas.

No primeiro capítulo far-se-á uma breve incursão pela matriz urbana, dando trato à espacialização e salientando as contradições que deixaram suas marcas no Rio de Janeiro do final do século XIX. A intenção é mostrar de que modo essas ideias se associaram às transformações socioeconômicas que tiveram lugar no Rio de Janeiro do início do século XX e como elas foram recebidas pela sociedade, materializadas na construção da avenida, até serem absorvidas pela população do século XXI. Além disso, serão comentados os diversos aspectos pelos quais os logradouros podem ser codificados e relacionados aos novos significados impressos na paisagem urbana em transformação. Será analisado também o processo de reinvenção urbana pelo qual passava a cidade desde a chegada da família real portuguesa e sua corte, atravessando a explosão demográfica que se seguiu, o consequente crescimento urbano e expansão dos transportes públicos; a força das habitações coletivas enquanto alternativa econômica para a população e a dispersão das elites no território através de sua evasão da área central, contextualizando as péssimas condições sanitárias e a visão internacional deste problema. Avaliando sempre as ações propostas, as reações desencadeadas e o contexto espacial em que se inseriam.

No segundo capítulo a análise incide sobre o papel da cidade e particularmente da Avenida Rio Branco na construção da identidade nacional proposta pela elite política da época. A arquitetura e a vida social desempenham papel preponderante nesta análise. O enfoque cultural estará presente quando for mostrado de que modo a vida cultural na cidade foi se

alterando a partir da abertura da Avenida Central e como a população foi percebendo estas mudanças. À medida que estas transformações ocorriam, alguns movimentos estimularam novas formas de interpretação da modernidade e da função da cidade na busca por uma representação nacional. Destaca-se a importância crescente que o espaço público protagonizou a partir do período republicano. Neste capítulo, serão examinados os desencadeamentos das reformas urbanas de Pereira Passos, através das imposições do “Bota abaixo” e da “Revolta das picaretas”; a “revolta da vacina” e a recepção por parte da população das medidas sanitárias propostas; as modificações para o embelezamento da cidade, visando alcançar o imaginário criado do progresso; e a caçada aos velhos costumes (mudança no código de condutas). Tratar-se-á, ainda, do afrancesamento da capital, bem como da criação de um novo modo de se portar na cidade e, para finalizar, do surgimento da Cinelândia movimentando a noite da cidade e introduzindo, mais fortemente, a influência americana na cidade e no país.

No terceiro capítulo será avaliada a substituição da influência europeia presente na Avenida Rio Branco, identificada como espaço da civilização, por uma conjunção ideológica mais próxima do modo de vida americano que se instala nas mentalidades cariocas. Serão investigados os momentos que antecedem o Golpe Militar, focando na apropriação do espaço público e no seu esvaziamento posterior pelo medo desencadeado pela repressão nestes espaços. Mostrar-se-á, em seguida, como as consecutivas manifestações políticas contribuíram para que a avenida acolhesse não só os novos empreendimentos, edificações e serviços, mas também abrigasse desfiles de massa; e a Praça Floriano se transformasse não só no polo de reprodução cinematográfica nacional, mas a Cinelândia se consolidasse como referência de encontros da população para exposição de ideias.

Ainda no terceiro capítulo serão avaliados os impactos da abertura da avenida ao capital estrangeiro; a derrubada de uma série de edificações históricas para o surgimento de novos empreendimentos. O papel simbólico que a luta pela redemocratização do país desempenhou na herança histórica e cultural da avenida. A face descontraída que toma a artéria em dias de celebração do carnaval ou eventos festivos modifica a vocação empresarial assumida pelo espaço.

A conclusão interligará as manifestações sociais, frutos de cada um dos processos estudados, procurando destacar ou estabelecer um vínculo único capaz de agregar esta série de eventos em um mesmo espaço. Explicitar-se-á o significado intrínseco de encontro que a região central adquiriu para os jovens do século XXI, que têm nas redes sociais o seu espaço de expressão, mas que tomaram as ruas se apresentando como sociedade real e consciente do papel transformador do espaço público nas questões sociais, trazendo casos emblemáticos e as relações com as formas urbanas. Serão feitos links dos processos e de seus contextos buscando entender por que a Avenida Rio Branco, mesmo hoje, é reconhecida como uma das artérias importantes da cidade, na qual se encontram alguns dos principais escritórios e bancos do Rio de Janeiro, e desempenha ainda a função agregadora, reunindo multidões que se encontram pelas mais diversas motivações.

## PARTE I - CONCEITOS E CIDADE COLONIAL

### Morfologia Urbana e Direito a Cidade

Para a análise da relação entre as formas urbanas e as manifestações sociais e a apropriação dos espaços, objeto da nossa pesquisa, é imprescindível recorrer às noções de morfologia urbana, tipologias e mesmo a questões sobre a compreensão formal pela sociedade.

No trato da morfologia, remetendo a três aspectos: cidade, morfologia (urbana) e imagem (de cidade), Meneses (1996), ao falar sobre este conceito, afirma que não se pode considerar a morfologia como realidade autônoma, que encontra em si mesma a sua própria natureza e atributos. Assim, quer se trate de padrões gerais de organização do espaço, quer de elementos pontuais que o mobilizam, é preciso ir além do puro nível empírico, visual (Meneses, 1996, p.148).

Segundo Pereira (2007), a morfologia urbana pode ser entendida como o estudo das formas urbanas, associadas ao seu conteúdo e processos formadores. Na mesma perspectiva, Assen de Oliveira (1992) registra que a verificação da morfologia permite a apreensão da estrutura formal, das permanências e alterações, denota o caráter das mudanças e delimita os processos e relações na localidade. A morfologia urbana é condicionada e, ao mesmo tempo, condiciona as formas de desenvolvimento espacial. Considerados como constantes por Lamas (2000), é através do modo como se estruturam e se organizam os elementos morfológicos que se estabelece uma comunicação estética da arquitetura. O mesmo autor ainda diz que os elementos morfológicos são “aqueles que constituem as unidades ou partes físicas, que, associadas e estruturadas, constituem a forma” (Lamas, 2000, p.46).

Consciente de que a sociedade urbana era o caminho da humanidade, Henri Lefebvre, crítico ativo da sociedade capitalista, publicou, em Paris (1968), o livro "O direito à cidade", na verdade um manifesto. A cidade vista como

forma superior do direito. “A individualização na sociedade” e a liberdade como direito do cidadão urbano. “Deve ser garantido o direito à vida urbana - transformada e renovada” (Lefebvre, 1968, p. 154-155).

A aplicação do conceito clássico de cidade à realidade social é fonte de muitas controvérsias. Entendida como pólis, palavra oriunda do grego antigo, de onde derivam política e polícia (representação, propagação e controle de princípios e direitos), e como *urbe* e *civitas*, para os romanos antigos, daí urbano, urbanidade, urbanização e urbanismo (meios de comportamento civilizado). Nessa medida, é preciso distinguir a abrangência do conceito ao aplicá-lo à sociedade. Aí se enquadra a discussão do direito à cidade.

O direito à cidade é entendido sob três perspectivas principais: a gestão DEMOCRÁTICA da *urbe*, o exercício pleno da cidadania e a propriedade enquanto função social; a sua consideração nos leva à constatação do modo desordenado com que os morros, estradas e espaços públicos têm sido ocupados. Marcados pela desigualdade social, muitos lutam para garantir a sua inclusão, mesmo que ilegal, na cidade. Esta leitura fomentou e instigou, ainda mais, o meu interesse pelo campo do urbanismo antropológico. A cidade vista como meio central de organização, através de suas políticas, das funções sociais, garantindo o direito de seus cidadãos a uma cidade, também, funcional, autossustentável. Cidade na qual o saneamento urbano, a infraestrutura global, o transporte, os serviços públicos, o trabalho, a moradia e mesmo o lazer estejam contemplados, priorizados em suas conformações. Visão definida pelo Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, para a comunidade presente e gerações futuras. Este seria o real papel da política urbana.

O Estado percebido como o lugar do pecado e a sociedade o lugar da virtude, parece uma simples analogia, no entanto, se enfatizada pode gerar uma descrença nos agentes públicos, ou mesmo, um enfraquecimento da esfera pública.

*Daí a frase tantas vezes pronunciada, ‘todos os políticos são iguais’ – leia-se ‘corruptos’. Esta construção aposta no declínio da vida pública. A esfera pública se fragilizou e, ao mesmo tempo, ganharam força narrativas tão simplórias quanto perigosas, como a do locutor que – dedo em riste – aponta reiteradamente para o agente público que supõe corrompido sem jamais mencionar o agente privado que o corrompeu (Rovati, 2010).*

Abafando conflitos e evitando debates, a política acaba taxada como desprezível. Muitos problemas, não somente urbanos, acabam não sendo enfrentados, determinando que muitos brasileiros sigam sem acesso ao seu “direito base” – a moradia. Vivendo à margem da sociedade, considerados ilegais para o Governo e, ainda por cima, tendo que se manter em silêncio (para não serem percebidos e removidos), muitos não vão ter de fato acesso à real “cidade” de direitos: acesso à educação, assistência médica, segurança, transporte público, lazer. O desafio iminente diz respeito à criação de uma sociedade equalizada, menos segregada e segregadora; menos desigual e, mesmo que diversa culturalmente, acolhedora e interativa. É preciso lutar para a obtenção de um consenso. Este é o verdadeiro desafio: lutar por um projeto de cidade menos agressiva, onde seus cidadãos, conscientes dos espaços e ambiências que desejam e lhes são adequadas, lutem de fato por uma cidade de direitos. E não pelos seus direitos à cidade. Buscar a justiça social visando constituir atores coletivos capazes de dialogar com os agentes públicos que interferem nas formas urbanas; e que munidos de informações possam alimentar o conflito social, enriquecer o tecido urbano, qualificando os debates políticos. O acesso à informação como elemento chave na busca individual em prol de direitos coletivos.

A morfologia e as tipologias urbanas determinam a necessidade de a Arquitetura dialogar com outros campos de interesse na cidade – História, Geografia e Sociologia. Rossi, aprofundando sua discussão dos fatos urbanos e evidenciando a Arquitetura como elemento concreto constituído como técnica construtiva, ao longo do tempo e do espaço, apresenta a cidade, em seu livro "A Arquitetura da Cidade", como arte ou artefato que exige um profundo conhecimento das relações dos homens, reconhecendo os históricos como os meios, inseparáveis da Geografia e da Sociologia, de compreender o que efetivamente estrutura os fatores urbanos.

*Entendo a arquitetura em sentido positivo, como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta; ela é por natureza coletiva. Do mesmo modo que os primeiros homens construíram habitações e na sua primeira construção tendiam a realizar um ambiente mais favorável à sua vida, a construir um clima artificial, também construíram de acordo com uma intencionalidade estética. Iniciaram a arquitetura ao mesmo tempo em que os primeiros esboços das cidades; a arquitetura é, assim, inseparável da*

*formação da civilização e é um fato permanente, universal e necessário* (Rossi, 2001).

Ele fundamenta sua proposta de compreensão de área, aplicando este conceito diretamente ao urbanismo. Reconhecida como invenção social e/ou como elemento primário (nos monumentos), quando individualizada a área é caracterizada como bairro. Pensada conjuntamente constitui-se na forma de cidade. Este método é eficiente para a compreensão dos fatos urbanos, uma vez que se entenda os monumentos como elementos primários que podem evidenciar que as cidades se desenvolvem através de um núcleo agregador determinado pela dinâmica urbana. Estas centralidades são algo elaborado, construído, que perdura e se apresenta como marca determinante de um lugar.

É fundamental entender que no interior de uma estrutura urbana existem elementos que aceleram ou retardam o seu desenvolvimento. Constituída através do tempo, a cidade demanda uma verificação para garantir a sua continuidade espacial. O método adotado nesse estudo parte da escolha de uma porção da cidade, observada em suas esferas políticas, sociais e econômicas, tratando a residência como fato urbano primordial, significativo e caracterizador da cidade e dos comportamentos e hábitos do seu povo.

Assim, evidencia-se que o processo de desenvolvimento urbano não se distingue apenas pelos elementos físicos. Ele pode ter seu crescimento acelerado por um acontecimento qualquer ocorrido capaz de sustentar este desenvolvimento.

### **A Origem da Formação Social Carioca**

Aqui se busca fornecer uma visada geral, ainda que sintética, do processo de produção do espaço urbano, desde o final do século XIX, destacando o impacto da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Tomando este processo como eixo estruturador das modificações urbanas, sociais e políticas impostas à cidade e sua população, que se consolidavam na área central de ocupação original, e assinalando os conflitos, contradições e inter-relações, sob a ótica dos agentes modeladores, desencadeados a partir desta imposição formal. A ideia é compreender a sociedade, o espaço e suas interações,

enquanto conjunto fundamental para a conformação do território da cidade do Rio de Janeiro do início do século XIX até os dias atuais.

As revoltas sociais examinadas têm em sua maioria origem na segregação espacial e na estratificação social que caracterizam o processo histórico formal e de conteúdo da cidade do Rio de Janeiro. Não se pretende cair em uma descrição geográfica sem que ela se relacione diretamente com a organização interna da cidade, com destaque para a evolução de sua formação social. Integrando-se, desta maneira, padrão e processo, forma e função, espaço e tempo, conforme ressalta Maurício de Abreu (1987) em seu livro "Evolução Urbana do Rio de Janeiro".

*O processo de estruturação urbana precisa ser estudado de maneira mais abrangente. É necessário que se examine, a cada momento, a interação que se estabelece entre os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na cidade, e a forma pela qual o espaço se estrutura. Espaço e sociedade precisam ser analisados conjuntamente para que a complementaridade entre processo e forma fique evidente. Isso implica, de um lado, estudar como, numa sociedade historicamente determinada, o espaço urbano é elaborado, ou seja, como os processos que têm lugar nas cidades determinam uma forma espacial. Por outro lado, implica também estudar a essência das formas, ou seja, o papel por elas desempenhado nos diversos momentos porque passa a sociedade no tempo (Abreu, Maurício, 1987).*

O conceito de formação social permeia a compreensão da sociedade carioca que se constituía no início do século XX, entendido como "uma totalidade social concreta historicamente determinada"<sup>8</sup>. Os processos de produção (circulação, produção propriamente dita, distribuição e consumo) são determinados histórica e espacialmente através do entendimento de formação social. No entanto, a formação social e o modo de produção, segundo Milton Santos, se diferenciam, "pois estes escrevem a história no tempo, enquanto que as formações sociais escrevem-na no espaço"<sup>9</sup>.

O Rio de Janeiro do final do século XIX era uma cidade confinada entre quatro morros - Conceição e São Bento, ao norte, e Castelo e Santo Antônio na extremidade sul, apresentando em termos de classes sociais uma estrutura espacial estratificada. É a partir deste período que a forma urbana do Rio

---

<sup>8</sup> HARNECKER, Marta. *Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

<sup>9</sup> SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia, 54, junho 1977, p.88.





bubônica, varíola e tuberculose). A ocorrência destas doenças, principalmente entre as massas trabalhadoras, denuncia as condições urbanas a que as mesmas estavam expostas.

O núcleo de ocupação original da cidade do Rio de Janeiro abrigava cada vez mais uma população de baixa renda, uma vez que as famílias mais abastadas, desde o final do século XIX, vinham migrando para as novas freguesias (distritos em que a cidade dividia-se) das zonas sul e norte.

No entanto, esta análise do Rio de Janeiro já republicano só é possível se observarmos os antecedentes que levaram às condições de abandono e desordem da área central.



il. 18 O aqueduto da Carioca: um emblema da colônia no cenário da cidade que se transforma com a chegada da Corte, 1828.

Jean-Baptiste Debret

Há que retroceder à segunda metade do século XVIII, 1763, quando se deu a transferência da capital do vice-reinado de Salvador para o Rio de Janeiro, com a descoberta do ouro na região das Minas Gerais. A prosperidade da mineração trouxe uma série de melhorias urbanas, ao longo do século XVIII, para a cidade do Rio de Janeiro, que era o centro de um intenso movimento portuário de exportação de minério, açúcar e tabaco, além de outros produtos, importando manufaturados de cidades europeias e milhares de escravos africanos. Ruas foram abertas e calçadas apropriadamente; o espaço para a expansão urbana foi ampliado através de aterro de áreas pantanosas; em 1743 foi construído o Palácio dos Governadores, conhecido atualmente como Paço Imperial; instalou-se a iluminação pública em candeeiros tremulantes de azeite de peixe e ainda construíram-se os hoje emblemáticos Arcos da Lapa,

denominados Aqueduto da Carioca, um sofisticado sistema de abastecimento de água para a colônia, formado por 42 arcos em estilo romano.

## Absorção da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil

O século XIX marca uma série de modificações significativas na aparência e no conteúdo da cidade. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro, impõe-se à cidade uma classe social praticamente inexistente, a nobreza, com um padrão de consumo desconhecido até então no Rio, que passa a demandar mecanismos capazes de facilitar e agilizar as atividades econômicas, políticas e ideológicas. Um grande número de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, é atraído para a cidade com a nova fase de expansão econômica trazida pelo início do reinado do café e da independência política que acarreta. Observando-se, a partir de meados do século, um processo de atração de numerosos capitais estrangeiros, que passam a investir no Rio como nova fonte de reprodução, utilizando seus recursos, através de concessões do Estado, principalmente em serviços públicos (transporte, esgoto, gás etc.).

Na origem destas expressivas modificações na forma-aparência da cidade do século XIX, a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1808, será contextualizada como o grande impacto urbano-morfológico sofrido pela cidade colonial. Existem lacunas de dados precisos que confirmem exatamente o número de pessoas que adentrou a cidade, cuja população estimada era de 50 mil habitantes (alguns defendem a tese de que 15 mil<sup>10</sup> pessoas desembarcaram no Brasil; outros, como Nireu, acreditam que este número não chegava a 450). Mas o fato, inegável, é o impacto imposto à forma-aparência da cidade ao receber a corte.

*A instalação da corte rompeu o equilíbrio da cidade. Em menos de duas décadas, sua população duplicou, alcançando 100 mil habitantes, aproximadamente, em 1822, e 135 mil, em 1840. Entre 1808 e 1816, foram construídas cerca de 600 casas no perímetro da cidade, onde os sobrados começaram a suplantiar as toscas casas térreas dos tempos da colônia, e 150 nos arredores – chácaras, em*

---

<sup>10</sup> Glória Kók, em seu livro: *Rio de Janeiro na época da Av. Central* - p.12

*sua maioria, para a residência de verão dos senhores e sua numerosa escravaria doméstica*<sup>11</sup> (Kók, Glória. 2005 p.12).

A influência europeia iria modificar profundamente as relações existentes entre a sociedade carioca e a cidade que se configurava. Em 1808, com a Abertura dos Portos às Nações Estrangeiras "em paz com Portugal", além do crescimento das relações comerciais na cidade e da grande circulação de produtos estrangeiros, o Rio, entre 1808 e 1822, tem registrada a fixação de 4.234 estrangeiros (Glória Kók, 2005), sem contar com seus familiares; a cidade cosmopoliza-se. Ao tornar-se Capital do Reino do Brasil, (1815), cresce a preocupação do governo com a resolução dos problemas que afetavam o cotidiano urbano, como as crises no abastecimento de água e de moradia para nobres e fidalgos, e a instalação dos órgãos do governo.

Com a missão de operar mudanças na paisagem urbana e arquitetônica da cidade do Rio de Janeiro chegava, em 1816, a Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, tendo em sua equipe os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, o gravador Charles Predier e o arquiteto, introdutor do neoclassicismo no Brasil, Grandjean de Montigny, que fundaria a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Montigny foi responsável por projetos emblemáticos como a Academia de Belas Artes, o Banco do Brasil, o Real Teatro de São João e o Palácio do Comércio, além de amplas avenidas, que, mais tarde, dariam acesso ao Paço Real, em São Cristovão.

Em 1821, um ano antes da Independência do país e 13 anos após a chegada da família real portuguesa, o Rio de Janeiro ainda é uma cidade modesta. Mesmo com a introdução de fortes marcas culturais neoclássicas, a aparência colonial perdurava na cidade, onde a escravidão estava em plena vigência e era significativa a presença de uma população mestiça. Mas a cidade vinha expandindo-se em direção à zona sul e à zona norte. Aterrou-se a extensa área pantanosa entre os morros do atual Catumbi e o canal do Mangue, além da lagoa de Sentinela, para ligar essa área ao palácio da Quinta

---

<sup>11</sup> BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992, p. 25.

da Boa Vista (em São Cristovão), onde residia o príncipe-regente, originando o bairro residencial Cidade Nova<sup>12</sup>.

A cidade passa a mover-se sob duas lógicas distintas (escravista e capitalista), gerando conflitos que repercutirão claramente no espaço urbano. No decorrer do século XX, são lançados no espaço elementos que vão propiciar a separação, a princípio lenta e gradual, e depois acelerada, dos usos e das classes sociais que se amontoavam no núcleo urbano original de ocupação. Responsáveis pela produção e transporte de alimentos e mercadorias, além de desempenharem serviços urbanos variados, tais como a coleta de lixo, os negros africanos circulavam pela cidade transformando as ruas em verdadeiras vitrines de exposição do trabalho escravo.

O crescimento desordenado da cidade deixou vestígios, mesmo após as melhorias efetuadas. O antigo traçado colonial, com ruas sujas, abafadas, estreitas e sinuosas cortadas por becos, e caracterizado por suas vielas escuras e tortuosas ladeiras ainda era dominante na paisagem urbana. Nem a Rua Direita, a mais larga até então, agitada pelo intenso comércio atacadista, nem a Rua do Ouvidor, com fortes marcas formais e de produtos franceses, "templo" de um luxuoso comércio, destoavam muito do contexto da morfologia urbana colonial.

il. 19 Rua Direita, vista do morro do Castelo em direção ao morro de São Bento, c. 1885.

Marc Ferrez



<sup>12</sup> NEEDEL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*.

Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 44

*O barulho é incessante. Aqui uma chusma de pretos, seminus, cada qual levando à cabeça seu saco de café, e conduzidos à frente por um que dança e canta ao ritmo do chocalho ou batendo dois ferros um contra o outro, na cadência de monótonas estrofas a que todos fazem eco; dois mais carregam ao ombro pesado tonel de vinho, suspenso de longo varal, entoando a cada passo melancólica cantilena; além, um segundo grupo transporta fardos de sal, sem mais roupa que uma tanga e, indiferentes ao peso como ao calor, apostam corrida gritando a pleno pulmão. Acorrentados uns aos outros, aparecem acolá seis outros com baldes d'água à cabeça<sup>13</sup>.*



il. 20 Rua do Ouvidor, c.  
1890

Marc Ferrez

A partir de 1850, as freguesias centrais, que pouco haviam se modificado em relação a sua forma-aparência, começam a sofrer inúmeras transformações. O urbanismo, repartido entre dois interesses, nem sempre acordantes, estava sob as rédeas de dois agentes: o Estado e as empresas

<sup>13</sup> EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução de Joaquim de S. Leão Filho. São Paulo: Nacional, 1972, p.12.

privadas, em geral, de capital estrangeiro, que visavam à exploração dos serviços urbanos subsequentes (esgoto, lixo, transporte). Foi através de concessões do Governo Imperial para a provisão de serviços públicos que as atividades produtivas ali localizadas receberam as benesses urbanísticas modernas.

Em 1854, muitas das ruas da freguesia da Candelária passam a ser calçadas com paralelepípedos, uma vez que este local era considerado o verdadeiro centro da cidade, à época, por sua intensa atividade comercial de importação e exportação, suas grandes casas comerciais, os bancos, consulados e companhias de navegação.

Com um projeto para o país forjado pela elite imperial, a Capital Federal, o Rio de Janeiro, e algumas outras cidades brasileiras começaram também a se modernizar. Palco de exposição da próspera economia cafeeira, a capital ganha “calçamento com paralelepípedos (1853), por iniciativa de Mauá, a iluminação a gás inaugurada no centro da cidade (1854), bondes puxados a burro (1859), através dos serviços sanitários concedidos à empresa inglesa Rio de Janeiro City Improvements Company Limited rede de esgoto (1862) – foi a quinta cidade do mundo a recebê-la –, abastecimento de água domiciliar (1874)”<sup>14</sup>; beneficiando-se ainda das primeiras ferrovias do país, da instalação de modernos serviços de telégrafo e telefone e das primeiras companhias de bonde.

No entanto, o centro do Rio, embora figurando no cenário da cidade que vinha recebendo importantes modernidades urbanísticas, se mantinha como o local de residência das populações mais miseráveis.

As ruas refletiam as problemáticas enfrentadas: a oferta abundante de mão de obra, aliada ao crescimento desordenado e especulativo da cidade, resultava em uma incapacidade de absorver a força de trabalho nas principais atividades econômicas: comércio, indústria, movimento do porto e serviços públicos. Assim, ou pela escassez de emprego, ou procurando preservar a renda, grande parte das camadas populares vivia em condições precárias;

---

<sup>14</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *A Coleção do Imperador: Fotografia Brasileira e Estrangeira no Século XIX*. Catálogo da exposição realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, de 30 de janeiro a 23 de março de 1997<sup>11</sup>, p. 38. (Textos de Joaquim Marçal F. de Andrade e Marcus Venício T. Ribeiro). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Centro Cultural Banco do Brasil.

percorrendo as ruas da cidade em ocupações mal remuneradas e com funções mal definidas, tendo como objetivo apenas garantir a sobrevivência. Segundo descrito por José Murilo de Carvalho.

*Era um Rio subterrâneo, menos visível, mas que se vinculava umbilicalmente ao Rio oficial, sobreterrâneo [...] Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes.*

As classes menos abastadas, sem nenhum poder de mobilidade urbana de longa distância, precisavam manter-se na área central ou nas periferias do centro da cidade para sobreviver, uma vez que, independente de livres ou escravos, o trabalho era uma busca diária e concentrava-se ali.

As habitações coletivas, totalmente insalubres, os chamados cortiços ou estalagens, passaram a caracterizar o território do núcleo central da cidade, como solução, ainda que precária, para aqueles a quem esta proximidade com a região central era vital, abrigando diversas famílias sob o mesmo teto ou em terrenos com altíssima densidade populacional. Tipologicamente, os cortiços eram edificações de um ou dois pavimentos, sem cozinha e com lavanderia e banheiro comuns a todas as unidades habitacionais, de um ou dois cômodos. As casas de cômodos eram adaptações de antigos palacetes e casarões de famílias abastadas, que mudavam para os novos bairros, transformados em habitações para pessoas de baixa renda.

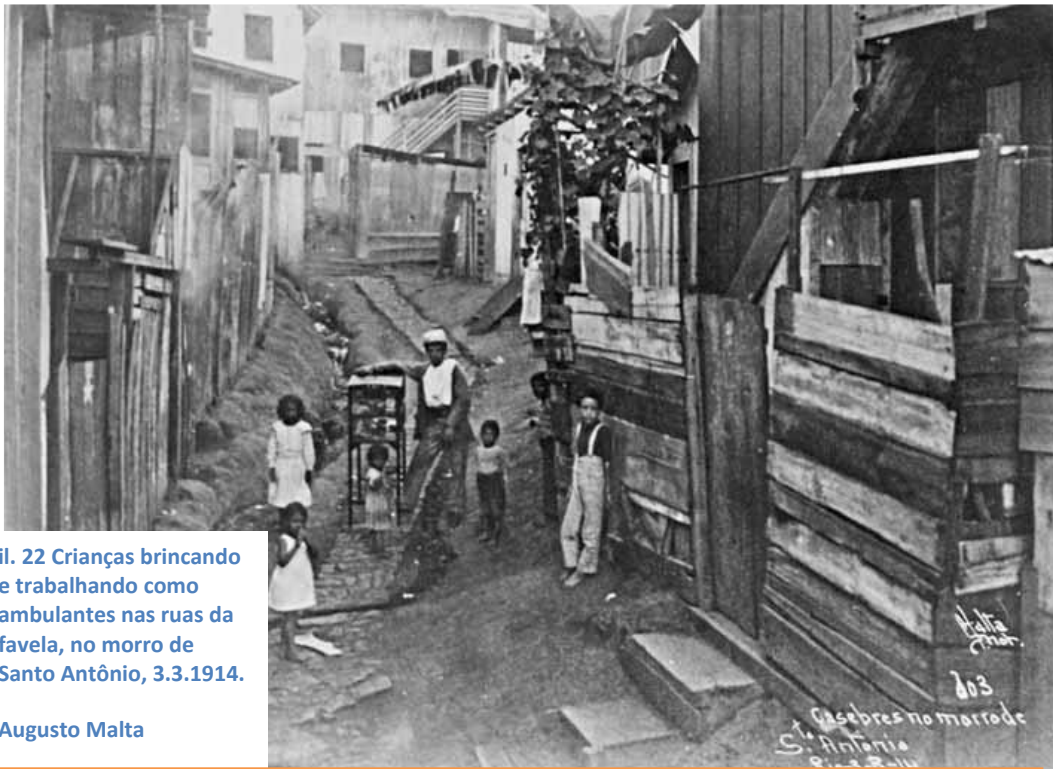
Exposta a péssimas condições de vida, esta população confrontava os ideais de desenvolvimento de uma Capital Federal. Podendo ser considerados um verdadeiro manifesto ambulante, surgiam assim os cortiços e as primeiras áreas favelizadas da cidade; estas últimas se formaram nas últimas décadas do século XIX, em sua maioria, nos morros que delimitavam a cidade, Castelo, Santo Antônio, Conceição e São Bento. As primeiras áreas favelizadas surgiram, sobretudo, nos morros de Santo Antônio, Castelo e Providência e, conforme descrito por Luís Eduardo, “as moradias são, em grande maioria, feitas de improviso, de sobras e de farrapos [...] de madeira servida, tábuas imprestáveis [...]. Tudo entrelaçando, toscamente, sem ordem e sem capricho”.





il. 21  
 Superlotação e  
 péssimas  
 condições  
 sanitárias em um  
 cortiço.  
 Estalagem com  
 entrada pelo  
 número 47.  
 Visconde do Rio  
 Branco, c. 1906.  
 Augusto Malta

*Apesar do luxo tosco, bárbaro e branco dos palácios e “perspectivas” cenográficas, a vida das cidades era triste, de provocar lágrimas. A indolência dos ricos tinha abandonado as alturas dela, as suas colinas pitorescas, e os pobres, os mais pobres, de mistura em toda espécie de desgraçados, criminosos e vagabundos, ocupavam as eminências urbanas com casebres miseráveis, sujos, feios, feitos de tábuas de caixões de sabão e cobertas com folhas desdobradas de latas em que veio acondicionado o querosene (Lima Barreto, Histórias e sonhos).*



il. 22 Crianças brincando e trabalhando como ambulantes nas ruas da favela, no morro de Santo Antônio, 3.3.1914.

Augusto Malta

O crescimento físico da cidade segue nas "direções pioneiras urbanas" já esboçadas no século XVIII, mas incrementado, a partir de 1870, pela introdução do bonde de burro e do trem a vapor. A malha urbana da cidade do Rio de Janeiro tem sua expansão acelerada, no período de 1870 a 1902, determinada pela reprodução do capital, nacional ou estrangeiro. A Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil), cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1858, permitiu a aceleração do crescimento das freguesias por onde ela passava. Em 1868, as classes e usos nobres seguem a direção dos bondes de burro, a princípio, rumo à zona sul, especialmente; enquanto os subúrbios eram destinados aos usos "sujos" de produção e às classes menos privilegiadas.



il. 23 Largo da Carioca, c. 1904.

Augusto Malta

Encarada como privilégio de poucos, a mobilidade espacial determina as áreas de maior investimento da cidade do Rio de Janeiro, e, sendo assim, pode se relacionar estes espaços às concentrações de população insatisfeita. Nesta atmosfera, manifestações sociais, principalmente de populares, seriam fortalecidas, desde que elas encontrassem ambiente propício à escuta e propagação de suas vozes.

Em três décadas, de 1872 a 1904, a população passou de 266 mil para 730 mil habitantes. Houve uma assustadora explosão demográfica, associada a outros fatores que propiciaram o aumento de população: a abolição da escravidão, em que ex-escravos decidiram permanecer e constituir suas famílias; e, ao longo da metade do século, as progressivas chegadas de imigrantes. Por volta de 1890, os estrangeiros representavam 40% da força de

trabalho do Rio de Janeiro, no total de 62,7% da população branca. Estima-se que viviam em condições marginais, na recém- proclamada República, mais de 100 mil pessoas. Glória Kók, em seu livro “Rio de Janeiro na época da Av. Central” diz que as ruas assemelhavam-se a mercados:

*[...] onde produtos variados – leite, aves, vassouras, cebolas, panelas, carvão, sorvete, doces etc. – eram comercializados muitas vezes sem higiene e quase sempre sem regulamentação. Os vendedores de quitutes, de mariscos, de vísceras animais, de ervas etc. viraram ‘donos’ de seus espaços na rua. Observou um autor. Os pregões com sotaques variados eram ouvidos à distância e ‘escreviam nos ares o poema da cidade’. Berrava o italiano vendedor de peixe: ‘Pixe camaró...’; o vendedor de vassouras: ‘Vae vasouôôôôra espanadoeire!’ e gritava o português vendedor de perus: ‘Oolha ôôô prú uuu da roda vô ôôô!’.*



il. 24 O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880.

Juan Gutierrez

## OS CONTRASTES URBANOS, PRECARIZAÇÃO E REVOLTAS - FINAL DO SÉCULO XIX.

### 1879 (31 de outubro) - Revolta do Vintém

(Marcha de 4.000 pessoas ao Palácio Imperial - Rio de Janeiro)

Em 1879 a campanha pela causa republicana já se instaurara na cidade do Rio de Janeiro, e nas esquinas, ou em frente às redações as pessoas começavam a se reunir, lendo em voz alta, debatendo ou mesmo rindo das charges que ridicularizavam a monarquia atribuindo-lhe todo o atraso vivido. O discurso republicano ecoava pelas tardes da cidade, repercutindo nas ruas seu ideal de modelo compatível com o progresso do país.

A Revolta do Vintém, aqui, será tratada como a primeira forma de protesto em que o cidadão comum aparecia à frente das questões e era o autor ou mesmo o protagonista dos acontecimentos. Depois dela, outras rebeliões populares vão ecoar pela cidade, pelas razões as mais variadas, manifestando o descontentamento ou as discordâncias da população com as políticas públicas impostas à rotina da cidade. Os protestos, que irromperam após a aprovação, no dia 31 de outubro de 1879, da "Lei do Orçamento, que procurava estabilizar a situação financeira debilitada do país", envolveram cerca de 4.000 pessoas contra a taxaço de 20 réis sobre a passagem dos bondes.

A estratégia inicial dos manifestantes foi marchar até o Palácio Imperial, onde entregaram a D. Pedro II uma petição para a revogação da lei, que foi imediatamente recusada. Assim, a multidão ocupou o centro da cidade alimentando debates e fazendo discursos, muitos, republicanos e abolicionistas. Foram promovidos diversos comícios, destacando-se oradores como Lopes Trovão e José do Patrocínio, que aproveitavam a atmosfera de revolta instaurada para incitar manifestações contra o governo imperial. A resistência popular parecia se sustentar no apoio dado pelos jornais com seus artigos incentivadores.

Até o dia 1º de janeiro de 1880, data em que o imposto sobre a tarifa passaria a vigorar, as ruas transformaram-se em um verdadeiro campo de batalha. Pedras do calçamento eram arrancadas para formar barricadas contra as investidas policiais; os bondes viraram alvo dos revoltosos que se aglomeravam para virá-los e atear fogo; a presença de capoeiras armados com navalhas foi noticiada pelos jornais, bem como as ações violentas praticadas pela polícia. Muitos foram feridos no confronto, mas não houve registro nos boletins policiais, mesmo a imprensa noticiando que havia dezenas de vítimas fatais.

Em meio a este clima de insatisfação com a imposição tarifária, parte da população ignorava a taxaço e seguia com a rotina normalmente. Aos poucos, este espírito foi ganhando adeptos e após o dia 4 de janeiro a cidade voltou a seu ritmo cotidiano. Mas ficou registrada a revolta da população disposta a manifestar sua insatisfação em ambiente urbano, atentando contra bens públicos.

Em 1882, aconteceu o primeiro quebra-lâmpios; o valor do gás aumentou e a população reagiu investindo contra postes de iluminação pública e também contra os comerciantes que não aderiram ao movimento, tendo havido interferência das tropas de cavalaria para reprimir a ação.

*O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes: não há um chefe geral nem um plano estabelecido* (Lima Barreto. Op. cit.).

As rebeliões que sacudiram as capitais da França e da Inglaterra, no início do século XIX, motivadas por ações públicas que afetaram a vida cotidiana da população, congregavam principalmente artesãos e profissionais qualificados, e mais tarde passaram a contar com operários organizados em movimentos sindicais. No Rio de Janeiro, movidos pelas mesmas questões, já na virada do século XX, os revoltosos eram basicamente pessoas que tiveram sua liberdade violada pelo poder público. Misturavam-se nas ruas estudantes, operários, capoeiras, vagabundos, subempregados, desordeiros comuns e profissionais, que circulavam em meio aos comerciantes e senhoras da alta sociedade, todos nas vias públicas da área central. Este amálgama que caracterizava a aglomeração social era possível, também, devido a uma organização invisível presente nas ruas, enquanto espaço de trabalho; vendia-se de tudo em barracas, tendas, ou mesmo nas calçadas; muitas vezes, na batalha pela sobrevivência, esta multidão que tomava a cidade durante o dia ultrapassava o tênue limite da legalidade. Se alguns se apaixonavam por este ambiente repleto de cores, sons e movimento, outros se sentiam amedrontados e ameaçados pelas multidões de populares, principalmente as classes mais elevadas.

Se no interior do país as revoltas de fazendeiros ou em pequenas cidades cessavam, quando reprimidas com violência; na capital, as rebeliões, que se

desfaziam rapidamente com a repressão policial foram com os anos ganhando contornos políticos e os manifestantes passaram a se organizar, muitas vezes, através das classes trabalhadoras. Assim, as manifestações de protesto irradiavam-se pelas ruas da cidade ao invés de se dispersarem até se dissolver.

A abolição da escravatura e a passagem para o regime republicano foram dois momentos que fomentaram a formação da opinião pública carioca. As trocas de opinião e ideias políticas e científicas transbordavam dos salões, confeitarias, redações dos jornais e ambientes tradicionais de discussão. As ruas se expandiram conforme relata a escritora Maria Tereza Chaves de Mello<sup>15</sup>:

*Por serem marginalizados em relação ao sistema, os grupos reformistas contestadores não tinham no Parlamento seu espaço de ação política e expressão. O que ocorreu, na década de 1880, foi a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares. Com isso a rua foi ressignificada. Meetings<sup>16</sup>, imagens, efeitos de retórica, ilustrações e até mesmo a repressão policial formam elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo por isso, fatores eficazes na desintegração do regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes com simbolismo renovado.*

A opinião pública, neste momento, ganha protagonismo no que se refere ao debate de ideias, multiplicam-se em praças públicas as discussões de livros, jornais, panfletos. A rua reforça sua vocação de fórum de livre pensamento e troca de ideias; os ares de espaço democrático conquistado permitem aos diferentes conviverem.

### **1891 - Ópera: "Dona Branca" - Theatro Lyrico Fluminense**

(Mil envolvidos - Campo da Aclamação - entre as ruas dos Ciganos, hoje, Constituição, e do Hospício, atual Buenos Aires, Rio de Janeiro)

A expectativa criada no Theatro Lyrico para a estreia da ópera "Dona Branca", no dia 06 de Outubro de 1891, era tamanha que a plateia encontrava-se lotada pela sociedade carioca e as galerias repletas de estudantes

---

<sup>15</sup> Livro: *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.11-12

<sup>16</sup> Meetings era o nome como eram conhecidos pelos policiais os encontros e protestos em locais públicos.

animados (totalizando, aproximadamente, mil pessoas) pela oportunidade de ver a obra regida pelo maestro português Alfredo Keil.

O Theatro Lyrico<sup>17</sup> existiu até 1875, quando teve a sua demolição justificada pela inauguração do Teatro D. Pedro II e pelas obras do centro da cidade, que objetivavam o embelezamento da Praça Aclamação, tendo sido em 1865 indeferido o pedido de demolição do engenheiro da Diretoria de Obras Municipais. Segundo descreveu o escritor Henrique Marinho, que taxou o teatro de "feio-edifício":

*...construído sem as regras da arte, este edifício é defeituoso e indigno de servir de teatro em uma capital. Não deve ser conservado; seria indecoroso para nós deixar viver esse mau edifício. O governo, a quem pertence esse teatro, deve demoli-lo, erguendo outro, belo, vasto, majestoso, que seja um dos monumentos que tenha de ornar a cidade do Rio de Janeiro.*



il. 25 A ampla Sala do Teatro Lírico na tarde de 19.02.1927, lotado para o concurso "O QUE É NOSSO".

Foto: jornal Correio da Manhã - 20.02.1927

No entanto, a expectativa transformou-se em decepção antes mesmo do fim do espetáculo; já no final do segundo ato ouvia-se o coro da multidão solicitando a presença no palco do empresário da companhia, o italiano Ducci, a fim de lhe pedir explicações. Tentou-se iniciar o terceiro ato, que foi imediatamente interrompido por fragorosas vaias e gritos de indignação que acabaram interrompendo a apresentação de maneira violenta, com a

---

<sup>17</sup> Antigo teatro Provisório (1852), cujo projeto era de Vicente Rodrigues, teve sua obra iniciada em setembro de 1851. Rapidamente concluído, deveria durar três anos. Mas como permaneceu foi rebatizado de Theatro Lyrico.

intervenção dos soldados ordenados pelo chefe da polícia, que estava no teatro; as galerias foram logo esvaziadas com violência, sendo os estudantes perseguidos em grande correria pelo saguão e galerias. Mulheres gritavam desesperadas tentando sair da confusão, enquanto os homens agiam na tentativa de deter os atos violentos, ou mesmo, exigindo providências. A ação regada a golpes por parte da polícia, armada de rifles e espadas foi registrada no jornal "Gazeta de Notícias" em 07 de outubro de 1891: "Os bárbaros soldados do corpo de polícia dominados de uma sanha extraordinária atacavam a rifles senhoras que procuravam sair pelas laterais do teatro".

Ao final, a sala de espetáculos estava completamente destruída, com cadeiras em pedaços e estilhaços dos globos de iluminação por todos os lados. A Santa Casa de Misericórdia recebeu uma série de feridos aquela noite em decorrência desta intensa ação policial destinada a evacuar o teatro à força. Neste contexto, o chefe da polícia é recebido em comitiva liderada por José do Patrocínio, que exige em nome do público reparações aos atos sofridos.

Os policiais do extinto (após a demolição do morro Santo Antônio) posto policial da Rua Santo Antônio foram surpreendidos com os jovens revoltosos que saíram com pedaços de paus e pedras do teatro, com a intenção de protestar ali contra as agressões sofridas. No dia seguinte, cerca de cem estudantes também marcharam em direção ao Palácio do Itamaraty (sede do Governo, na época) e, no centro da cidade, ocorreriam mais uma série de rebeliões com o mesmo intuito - exigir providências contra as atitudes policiais agressivas da noite anterior.

A Rua do Ouvidor é onde os interessados em saber dos acontecimentos do dia anterior se reúnem, no *Café de Londres*, conhecido reduto de intelectuais e boêmios da época. Uma multidão foi se formando nas calçadas, amplificando boatos que circulavam livremente e os ânimos começaram a se inflamar no debate do ocorrido; gritos já eram ouvidos. A polícia circulava pela rua, ciente do clima que se instaurara, e nesta junção de revoltosos e policiais de sobreaviso estourou o primeiro conflito, que provocou a debandada momentânea da polícia, que logo regressou com reforço e foi novamente recebida à paulada pela população, que a esta altura já fazia da esquina das ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias o seu ponto de concentração, levantando barricadas com as pedras arrancadas das calçadas.



A “Gazeta de Notícias” de 11 de Outubro de 1891 traçaria o perfil dos envolvidos nas revoltas:

*Nesta, como em todas as grandes cidades, há sempre um grande número de desclassificados que aproveitam a ocasião para manifestar hostilidade a tudo e a todos. A título de defesa dos direitos do povo, aparece sempre uma porção de adeptos que o verdadeiro povo é o primeiro a desprezar quando os reconhece. São os **gatunos e vadios**, gente que está sempre em contato com a polícia e que nada tem a perder, **geralmente são os únicos autores de conflitos graves**. (Grifos da Autora).<sup>18</sup>*

Nos quatro dias que se seguiram, o Largo de São Francisco e adjacências foram tomados pelos revoltosos que aproveitavam a ocasião para manifestar seus inúmeros descontentamentos, deixando claro que o episódio do Theatro Lyrico foi apenas o estopim. Este evento serve para ilustrar o espírito que impregnava a cidade, que vivia um momento de intensas disputas partidárias, justamente no ano que culminaria com a promulgação da nova Constituição do Brasil. O Congresso seria fechado no mês seguinte pelo Governo do Marechal Deodoro, que em seguida renunciaria.

### 1893 - Revolta da Armada

(Militares deodoristas da Aeronáutica - Baía de Guanabara)

A passagem de Governo Imperial à República faz parte das medidas que o país empreendia na busca pelo progresso. Esta transição foi encarada com serenidade pelo povo, em um primeiro momento, sendo apreendida pelas camadas sociais economicamente mais elevadas e intelectuais como uma atitude civilizada. Esperava-se que esta troca de regime trouxesse uma unificação da sociedade; o que não foi efetivado. Grande parte da população estava à margem do sentido de progresso adotado e privada de muitos de seus direitos civis. Assim, os anos que se seguiram foram marcados por grandes conflitos em vários segmentos, como, por exemplo, as rebeliões nos quartéis. Instabilidade econômica e novas tensões no quadro político, bem como a presença dos primeiros anarquistas estrangeiros, recrutados para trabalhar na

---

<sup>18</sup> Fonte secundária retirada do livro “Cidade Rebelde. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX”, de Jane Santucci, que grifa as palavras em Itálico.

indústria, e a perseguição aos mesmos e aos capoeiras distinguiram o período pré-Constituição.

No âmbito político, no processo da Constituinte (1891), militares e republicanos disputavam o poder. Os primeiros encontravam-se divididos entre os que lutavam por um regime autoritário - positivista e os que defendiam a outorga de plenos poderes ao presidente - os centralizadores, enquanto que os republicanos defendiam um regime civil, liberal e constitucional. A eleição direta, estabelecida pela Constituição, viria precedida de uma eleição parlamentar, movida por jogos políticos e ameaças de golpe dos dois lados que disputavam o poder; o Marechal Deodoro, pelo lado militar, e Prudente de Moraes pelos legalistas. Vitorioso, Deodoro em um primeiro momento conseguiu acalmar os ânimos, mas seu pouco diálogo e falta de destreza para lidar com a oposição culminou em uma ordem arbitrária de seu governo para o fechamento do Congresso. O vice, Marechal Floriano, associado a parlamentares e militares sob o comando do almirante Custódio de Melo prepararam os navios da Marinha para um ataque, levando a renúncia de Deodoro e à presidência o Marechal Floriano.

Segundo a Constituição, em caso de renúncia uma nova eleição deveria ser realizada. Nesse sentido, a permanência no governo do Marechal causava um enorme desconforto, tanto aos militares deodoristas quanto aos parlamentares. Sentindo-se pressionado, o presidente decretou estado de sítio, fechando jornais de oposição e prendendo militares que se opunham ao seu governo. A Revolta da Armada é conhecida como a revolta de militares de alto escalão que exigiam a realização de novas eleições. Sem obter sucesso, posicionaram navios de guerra na Baía de Guanabara (fevereiro de 1893), prontos para o ataque à Capital. Movimento que foi novamente reprimido com brutalidade por Floriano, gerando um bombardeio em plena baía entre as fortalezas e os navios revoltosos.

Na Capital e no país vivia-se este clima de instabilidade e autoritarismo governamental, instaurando-se uma insegurança em relação à forma de diálogo com a oposição, ou qualquer cidadão que fosse contra o regime vigente. Assim, formava-se uma sociedade temerosa e insatisfeita, e as camadas populares permaneciam à margem da Constituição, principalmente quando o assunto era eleição, onde 80% não tinham direito a voto, por se tratar

de analfabetos, mulheres ou estrangeiros. Verifica-se neste período, além dos conflitos internos no Exército, uma infiltração de manifestantes de outras frentes, como os anarquistas, nas camadas populares. Os anos que se seguiram, mesmo após a eleição de 1894 que deu vitória ao candidato civil Prudente de Morais, foram de grande incerteza política, sacudidos por sucessivas ameaças de golpes.



il. 26 Revolta da Armada, 1893

Foto: Juan Gutierrez

Observando as remodeladas cidades europeias, como Paris e Londres, as famílias abastadas, que, desde o final do século XIX, vinham se mudando para os novos distritos nos quais a cidade dividira-se, as zonas sul e norte, habitando palacetes de estilo europeu, sonhavam uma capital à altura dos padrões enunciados nos jornais. A classe média emergente mantinha-se próxima ao centro ou nos subúrbios, que cresciam a partir das estações de trem. Ambos, bem atendidos por serviços públicos. Mais do que meros conceitos, palavras como “progresso”, “ordem”, “civilização” e “beleza” transpareciam os anseios da elite para o seu país. Substituindo, de uma vez, a imagem de desorganização que se explicitava nas ruas e na vida no centro da capital. Nessa perspectiva, o esvaziamento do centro pela elite será aqui tratado como uma manifestação, ou resposta ativa, às péssimas condições de habitabilidade impostas pelo abandono, ou incapacidade de acompanhar o crescimento da cidade.

## 1893 - Demolição do Cortiço: "Cabeça de Porco"

(Rua Barão de São Félix, nº 154 - Centro do Rio de Janeiro)

As habitações coletivas que tomavam o centro da cidade eram vistas como “focos de epidemias”, desordem social e criminalidade, sendo perseguidas pelas autoridades municipais, que já almejavam projetos para aquelas áreas. Como marco emblemático dos novos tempos do desenvolvimento da imagem do Rio de Janeiro, e com a Proclamação da República, assinala-se o início das primeiras remoções, como foi o caso do cortiço “Cabeça de Porco”, o mais famoso da cidade, o qual servira de inspiração para Aluísio Azevedo escrever, em 1890, a obra “O Cortiço”. Segundo dados incertos, o cortiço abrigava de 2.000 a 4.000 moradores<sup>19</sup>, e foi demolido no mandato do prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), agravando o problema da moradia.

*Quem suporia que uma barata fosse capaz de devorar uma cabeça de porco em menos de 48 horas? Pois devorou-a alegremente, com ossos, pele, carne, sem deixar vestígios. E só assim a secular cabeça, que derrubou ministérios, fez as delícias do Conde d'Eu e as glórias da barbada e respeitável D. Felicidade Perpétua de Jesus, deixou de ser, sob o domínio impiedoso de uma barata... (Angelo, Agostini, “Revista Ilustrada”, fevereiro de 1893).*

Apontada por alguns estudiosos como o pai das favelas, a estalagem “Cabeça de Porco” foi demolida em um grande espetáculo. Uma verdadeira tragédia foi evitada quando, na véspera da demolição, chegou através de um ofício vindo do chefe de polícia do Distrito Federal, Bernardino Ferreira da Silva, a notícia comunicando que havia se consolidado uma resistência armada por parte dos residentes, contrários à demolição. Uma multidão foi atraída ao local para presenciar o evento da demolição, quando chegou Barata Ribeiro acompanhado de soldados do Primeiro Batalhão de Infantaria, Corpo de Bombeiros e dezenas de operários. Mesmo em meio a um despejo nada pacífico, alguns habitantes miseráveis conseguiram negociar a retirada de toda a madeira que pudesse ser aproveitada para construir a sua nova habitação.

---

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.15.

O cortiço, que estava localizado logo atrás do morro da Favella, tinha como uma das proprietárias dona Felicidade Perpétua, detentora de alguns lotes nas encostas íngremes, que rapidamente foram negociados com os despejados<sup>20</sup>.



il. 27 Um cortiço visto por dentro. Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios nos 12 e 44 da rua do Senado, 27.3.1906.

Augusto Malta

Atrás da estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, cresceria, no morro da Providência, aquela que muitos consideram a primeira favela do Rio de Janeiro: a ocupação do morro da Favella expandiu-se ainda mais em 1897, quando ganhou este nome, porque seus primeiros habitantes foram ex-soldados oriundos da Guerra de Canudos, no sertão da Bahia, vindos de uma zona de conflito chamada alto da Favela, assim denominada pela presença de uma planta, o angico-vermelho-do-campo, conhecido como favela por dar uma vagem ou fava. Outro grupo de ex-soldados, também proveniente de Canudos, instalou-se no Morro de Santo Antônio (derrubado na década de 1940), com a autorização do Exército, situado atrás do quartel da Rua Evaristo da Veiga.

A ocupação dos morros configurou-se como uma alternativa de baixo custo e imediata para o problema de habitação popular. Surgiram muitas novas favelas na cidade, e estas habitações provisórias, consolidada a prática, acabaram se tornando residências permanentes. O próprio governo teve papel

<sup>20</sup> Vaz, Lilian Fessler. Op.cit., p. 266: "'O Estado vai facultar à gente pobre que habitava naquele recinto a tirada de madeiras que podiam ser aproveitadas'... Por coincidência, parte desse morro onde surgiram casebres pertencia a uma das proprietárias do Cabeça de Porco".

ativo na constituição das favelas, uma vez que permitia, em caráter temporário, a instalação de casebres de madeira em encostas, mas não regulava ou fiscalizava para que estas habitações temporárias não se tornassem permanentes, como ocorreu. Evitava-se neste período a aglomeração em locais indesejados e os focos de controle das habitações populares estavam nos cortiços e na área central da cidade plana.

A cidade do Rio de Janeiro apresentava condições insalubres em todos os lados, e não condizia com a imagem de uma Capital Federal. André Rebouças denunciava: “O subsolo desta capital é úmido, poroso e saturado de matérias excrementícias pela nefanda rede de ruins canos de esgoto”. No dia 9 de maio de 1903, o “Jornal do Brasil” escrevia:

*Não pode ser mais lastimável, mais descurado o estado da Capital do País [...]. Basta que venha conosco dar um passeio pela cidade, à noite, quando há exalação dos bueiros, dos ralos, quando da terra, que o sol esteve a queimar durante 12 horas, começam a subir emanações.*

## Diretores dos Conflitos e a Polícia

*A polícia achou um meio de acabar com essas cenas: fazer os facínoras prestarem serviços ao delegado, é o que dizem. Essa ingênua ideia deu em resultado serem aproveitados os valentões, que se tornaram terríveis e são agora diretores dos conflitos, falam-nos nessa ocasião quatro deles, arrogantes com um desbocado falar (Jornal “Gazeta de Notícias”, 21 de maio de 1893).*

Tendo seu papel atrelado à repressão de movimentos populares, despejos, aplicação de multas e a vigiar e controlar usos e costumes em desacordo com a civilidade preestabelecida, a polícia ficaria responsável frente ao Estado em atuar junto aos problemas sociais, de maior ou menor escala, resolvendo desde furtos, brigas, assaltos, até ameaças à ordem pública em agitações populares ou jogos clandestinos. As Forças Armadas, que também desempenhavam um papel repressivo, eram preservadas pelo Estado, não atuando no caso de problemas sociais. Assim sendo, ligava-se à imagem da polícia o autoritarismo e a violência, sendo, portanto abominada pela população. Incansavelmente noticiadas investidas indiscriminadas da polícia atingindo inocentes, a fim de repreender os motins urbanos do período

republicano, a cada revolta ouvia-se com mais veemência gritos de "Morras à polícia! e Vivas ao exército!"

Os novos tempos da República dificultavam ainda mais, em meio a massas sociais, a identificação dos maus elementos que estariam dispostos ou mesmo praticando crimes e atentando contra a população. A polícia republicana se adaptava e se preparava às novas conformações sociais de acordo com as demandas, e os eventos colocavam em teste suas antigas ferramentas e atribuições.

As greves aparecem, em meio à organização do movimento dos trabalhadores que lutavam por seus direitos, como uma ameaça à ordem pública. Os piquetes dos grevistas eram alvo de forte repressão policial. A imprensa demarcava ainda um "personagem tipo, vindo dos redutos perigosos" que promovia o tumulto no comando das massas. Esta figura estava associada aos capoeiras<sup>21</sup> e sua conhecida Guarda Negra, que na época do Império incumbiam-se de combater os movimentos republicanos e, agora, eram taxados de desordeiros profissionais, fichados nas delegacias como defensores da monarquia.

No início da República, a prática da capoeira foi criminalizada pelo Código Penal (1839) e seus adeptos passaram a ser autuados como contraventores. No imaginário carioca a capoeira estava atrelada ao malandro. Utilizada pelos negros nos quilombos como luta para defender-se, a capoeira usava o corpo como arma. Acompanhando as maltas (grupos de capoeira), crianças de 10 anos andavam armadas e eram treinadas para aos 14 anos começar a lutar. Muitos não passavam dos 22 anos, morrendo em combates contra adversários de outros grupos ou em enfrentamentos com a polícia<sup>22</sup>.

Líderes casuais e efêmeros assomam a cada movimento, comandando a massa contra a ordem, a polícia, os bondes e os serviços e bens públicos. Nestas circunstâncias despontam os "diretores de conflito", destacados pela

---

<sup>21</sup> Na virada do século, capoeira passou a ser o termo designado aos malandros e desordeiros, fichados nos distritos policiais das freguesias do centro. Através das gírias e vestimentas próprias e tendo suas façanhas disseminadas, tornaram-se temidos e populares. Na circunscrição de seus territórios eram tidos como protetores.

<sup>22</sup> Ver mais detalhes no livro: *Capoeiras e malandros*. Pedços de uma sonora tradição popular. Tese de doutorado da UNICAMP, 1999, da pesquisadora Maria Ângela Salvadori

valentia: Manduca, Carlito, Olho de Vidro, Vira Bicho, Veneno da Gamboa... E ainda nos dias atuais, se é que se pode fazer esta analogia, Sininho etc...

Desde os primórdios da industrialização, na Inglaterra, quando parte da população ficava excluída do processo ou do resultado da produção, investir contra o patrimônio público era uma forma de explicitar publicamente esta segregação e chamar a atenção das autoridades para as suas demandas. E ainda, conforme entendia Gustave Le Bon, autor da *Psicologia das Multidões* (1895), há uma "sugestão contagiosa" nos líderes das multidões que faz com que, através de seus exemplos e pelo prestígio adquirido do líder, o cidadão comum diluído na massa se deixe dominar por seus instintos primitivos, tendo as suas capacidades intelectuais momentaneamente diluídas. Esta circunstância provocada pelo pertencimento a uma multidão e a abstração da individualidade podem fazer com que cidadãos de bem tenham atitudes hostis.

Tão logo aparecem, estes líderes momentâneos perdem-se na multidão e não voltam a liderar novos movimentos. Muitos foram os questionamentos sobre a quem estaria atrelada a presença destes indivíduos à frente das rebeliões; se partia de uma iniciativa própria, em colaboração à população que carecia desta voz de comando, ou se ela estava vinculada a políticos, empresários ou à própria polícia para tirar a legitimidade do movimento. Fato é que, ao participar destes movimentos, por mais legítimas que fossem as causas, para a polícia, eles passavam a figurar como ameaças à ordem pública, e não mais cidadãos de bem que reivindicavam seus direitos urbanos e civis. Distinguir, naquele momento, as aspirações era um grande desafio para a polícia em fase de reestruturação do novo modelo político.

### **Inauguração do jornal "Correio da Manhã"**

No dia 15 de junho de 1901, em meio às greves isoladas que pipocavam foi inaugurado o jornal "Correio da Manhã", por Edmundo Bittencourt. O clima, em janeiro de 1900, era ditado pela paralisação dos responsáveis pelo transporte de mercadorias da cidade, os carroceiros, em protesto à abusiva taxa cobrada para sua circulação pelo novo Orçamento Municipal. Tendo, todos os que furavam a greve, os seus veículos danificados por tiros e pauladas, virados e queimados. Neste contexto nascia o jornal, que foi



reconhecido, quase imediatamente, como opositor e combatente do governo, do então presidente Campos Sales (1898-1902). A população era vista nas páginas do noticiário como "cidadãos de bem indefesos" que exerciam seu pleno direito de reivindicar melhorias sociais e das condições urbanas, em meio às violentas investidas policiais incitadas pelo governo.

*O povo tem razão: exerce o mais legítimo direito resistindo a esse vexatório imposto com o da intendência da prefeitura em benefício da companhia de bondes de São Cristovão (...). Nós que somos o povo, esse povo honesto, para o qual neste instante voltam-se às carabinas da polícia. A verdade da situação é esta: empregados infiéis criminosamente desfalcaram o cofre da companhia. Quis o conselho municipal e o prefeito sancionou que os prejuízos fossem pagos pelo suor do povo (Jornal "Correio da Manhã, Editorial, 18 de junho de 1901).*

### **1901 - Protesto do Aumento da Passagem de Bondes**

(Esquina Rua Matoso com Haddock Lobo - Posteriormente, Largo de São Francisco)

Conforme exposto na *Revolta do Vintém*, a insatisfação do povo com os serviços prestados pelos funcionários das linhas de bonde e os abusos por parte dos empresários, além do comprometimento do governo com o setor, eram recorrentes nas manchetes de noticiários. Reclamações diariamente chegavam ao editorial denunciando o péssimo atendimento e falta de cortesia dos funcionários para com os clientes das linhas, afora a indelicadeza dos condutores, dando partida nos veículos enquanto os passageiros ainda estavam entrando. A classe trabalhadora que se deslocava das regiões mais afastadas já vinha expressando indignação com o custo das passagens de bondes, mas a revolta, anunciada, explodiu com a notícia, na madrugada do dia 15 de junho de 1901, do aumento das passagens pela Companhia São Cristovão, responsável pela ligação da zona norte ao centro, pegando os trabalhadores de surpresa.

Segundo noticiado nos jornais Gazeta de Notícias e Correio da Manhã no período de 15 a 30 de junho de 1901, sob o comando de Cabelleira e Palhinha, registrou-se o primeiro conflito, na esquina das ruas Matoso com Haddock Lobo. Os dois, já conhecidos como agitadores e arruaceiros, armados de paus

e pedras, bloquearam o tráfego, danificando bondes da Companhia de São Cristovão.

Como já era de costume nas revoltas do centro, não demorou para os ânimos se elevarem e a revolta se irradiar pela cidade. Parada obrigatória de todos os bondes da cidade, o Largo de São Francisco encontrava-se repleto de pessoas aglomeradas ao redor da estátua de José Bonifácio de Andrade e Silva, conforme relata Jane Santucci, e não tardou para que os comentários dos protestos pela cidade ganhassem ali ainda mais adeptos, principalmente quando, segundo a referida autora: "(...) uma bomba foi lançada, seguida de uma voz exaltada do 'grito de comando': 'Virar os bondes!'" . Mais uma vez atentando contra os bens públicos e, sob um novo comando, atearam fogo, nesta ocasião incluindo sete carros desatrelados das parselhas que no momento foram destruídos. Num cenário composto por enorme labareda, uma população, que não se sentia acuada começava o confronto direto com a polícia que investia pesado contra a multidão.

A Rua do Ouvidor tomada por histeria foi palco da construção de barricadas (formadas por caçambas de limpeza, arrancadas das esquinas, ou barricas vazias que ali se encontravam) por parte dos populares que ali se acumularam, com o intuito de se proteger dos violentos e crescentes combates com a cavalaria.

No entanto, foi na Praça Tiradentes esquina com a Rua do Lavradio onde a situação verdadeiramente se agravou, uma vez que os policiais atacaram a tiros populares desprotegidos, que nada tinham a ver com os protestos pulverizados pela área central da cidade, e que estavam ali, em grupos, esperando a chegada de condução. No registro final constam dois mortos, no local, e vários feridos foram encaminhados à Santa Casa, aonde alguns vieram a falecer. Em virtude do fato, no Senado, em 18 de junho, Rui Barbosa discursou condenando a ação policial na região.

O povo pôde comemorar quando o aumento da passagem foi suspenso pelo governo, a contragosto dos empresários da companhia, no dia 19.

### **1902 - A Revolta das Carnes Verdes**

(Bairro da Saúde, espalhando-se principalmente pela área central - Rua do Ouvidor)

O povo seguia sua rotina passivamente, em meio à briga de empresários e judiciários, quando, nos últimos dias de maio de 1902, açougues e carroções de distribuição de carnes foram saqueados. As ações, inicialmente isoladas de populares, rapidamente foram intensificando-se e ganhando contornos de revolta, que se irradiaria e radicalizaria pela cidade causando grandes danos aos bens públicos.

Para entender melhor a questão, nos reportaremos às regiões da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, no bairro da Saúde, onde ocorreram as primeiras manifestações populares às carnes verdes (frescas), local estigmatizado pela criminalidade. Esta área, que se constituiu no início do século XVII, tendo no cerne de sua formação dezenas de trapiches, apresentava-se como uma zona de pescadores responsável pelo comércio importador e exportador, dividindo espaço com grandes escritórios da Companhia de Navegação, oficinas, armazéns e cortiços. A região só alcançou o desenvolvimento em 1770, com a intensificação das atividades comerciais, muito graças à transferência do mercado dos escravos da Rua Direita para o Valongo. A Abertura dos Portos em 1808 teve papel fundamental no seu redimensionamento para que pudesse abrigar as principais atividades portuárias.

Desde o alvorecer do século XIX, sob o comando do barão de Mauá, assistia-se o desaparecimento de mangues e áreas pantanosas em função dos aterros e do primeiro trecho de canalização do canal do Mangue. Assim, esta região, formada por uma sucessão de praias, com um litoral bastante recortado, da Prainha (atual Praça Mauá) até o Caju, e marcada pela presença dos morros de São Bento, Conceição, do Livramento, Providência, do Pinto (Nhéco) e, à beira-mar, dos morros da Saúde e da Gamboa, foi sendo transformada.

Cenário de ajuntamentos cotidianos de homens, posicionados em frente aos trapiches, em busca de trabalhos na estiva; onde aportava o café, oriundo do vale do Paraíba, transportado parte em lombo de burro e parte por pequenas embarcações até a Prainha, onde eram descarregadas por negros seminus; além de palco para desembarque de passageiros de vias marinhas, a região seria palco de grandes investimentos. O bairro "... era marcado pelo movimento desordenado no entorno de pequenos cais, onde tudo convergia",

segundo Santucci. No mês de dezembro de 1902, justificada pela intensificação do movimento, foi aprovada no Congresso a obra de melhoramento do cais, que configuraria definitivamente a paisagem do local.

É na iminência das grandes reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro que eclode a Revolta das Carnes Verdes, primeiro nas páginas dos noticiários e de documentos expedidos pelo Poder Judiciário aos empresários e políticos e, posteriormente, toma as ruas da Saúde e toda a área central da cidade.

O Matadouro Municipal de Santa Cruz foi inaugurado em 1881 por D. Pedro II, mais precisamente, esta é a data da postura municipal vigente que autorizava somente esse matadouro a fazer o abate de gado destinado ao abastecimento dos mercados de carne da cidade. Tal medida fora justificada sob a alegação de ser o único com condições de higiene e instalações adequadas, supostamente. Do matadouro ao entreposto de São Diogo, a Empresa de Carnes Verdes detinha o monopólio sobre a distribuição do produto para os açougues da capital. Adaptando as suas instalações às condições determinadas pela Comissão de Saúde da Câmara Municipal, estabeleceu-se um matadouro modelo, na área de Santa Cruz, com laboratórios, pastos vastos para o descanso dos rebanhos de gado que viajavam longas distâncias, desde Minas Gerais, dispondo ainda de um ramal de estrada de ferro circular ligado à estação de Santa Cruz e uma vila operária onde residiam os funcionários. Com base na livre circulação de pessoas e dos elementos (água e ar), seguindo a doutrina do higienismo, conforme analisa Michel Foucault em seu estudo “Microfísica do Poder”, assim como os cemitérios, os matadouros deveriam circundar a cidade para não contaminar a saúde da população urbana.

As divergências sobre o monopólio do serviço de abastecimento de carnes, a cargo da Empresa Carnes Verdes, eram noticiadas nas páginas do recém inaugurado jornal Correio da Manhã. Os editoriais escritos por Edmundo Bittencourt geraram grande polêmica, desencadeando debates nas ruas, na tribuna do Senado e até mesmo entre os jornalistas. Neste momento, era notória a ligação dos acionistas da empresa, muitos políticos e empresários, ao presidente Campos Sales, em contrato firmado desde 1887 e vigente até 21 de julho de 1892, com as ações de fiscalização e apreensão de mercadorias

(carnes provenientes de matadouros clandestinos da cidade<sup>23</sup> e que não passavam por nenhuma inspeção sanitária do município). Frequentemente, açougues da cidade eram vistoriados pelos agentes do Serviço de Higiene do Município e tinham toda a sua mercadoria (carnes e vísceras) procedente de outros matadouros que não o matadouro de Santa Cruz monopolizado pela empresa Carnes Verdes, inutilizada, muitas vezes queimada com querosene.

O povo encontrava-se praticamente excluído do consumo de carne, devido ao seu alto valor no mercado, e os comerciantes viam-se obrigados a vender apenas os produtos do Matadouro de Santa Cruz, sob ameaça de expulsão do entreposto. No dia 13 de Junho de 1901, o diretor do Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt, recebeu a visita de um vendedor ambulante que comprara minutos antes, na presença de outros vendedores, vísceras, com um fígado que apresentava diversos apóstemas em estado desenvolvido, em um açougue do largo da Sé. O diagnóstico foi confirmado por especialistas, informando que provavelmente o fígado pertencera a um animal doente, em avançado estado de tuberculose, doença incurável no início do século XIX. Portanto, o caso causou grande comoção na população ao tomar conhecimento do fato, quando o jornalista expôs a víscera em frente à redação, com a procedência do produto. A situação agravou-se quando o Correio da Manhã publicou, denunciado pelos próprios funcionários do entreposto, que a Empresa Carnes Verdes havia subornado um estradeiro para assumir a autoria, declarando que transportara de Niterói várias peças de miúdos de boi, os quais foram vendidos para o açougue acusado de vender o fígado apostemado.

Mesmo recebendo ameaças de morte e até sofrendo uma tentativa de assassinato (quando foi salvo de ser atacado por um bando armado na saída do tribunal), Edmundo Bittencourt seguiu com suas matérias, cada vez mais afiadas, no intuito de incitar o povo contra o monopólio do serviço das carnes. O presidente Campos Sales, grandes empresários e o diretor do Serviço de Higiene foram acusados muitas vezes pelo jornal por suas posturas que, segundo o jornalista, atentavam contra a saúde da população e o seu direito de consumir carnes de procedências que julgassem mais adequadas

---

<sup>23</sup> Dentre os matadouros clandestinos encontravam-se os do barão de Mesquita em Maxambomba, a Companhia Comercial Brasileira, na região de Niterói, que ainda continha o matadouro de Maruhy.

financeiramente ou em relação às quais sentissem mais confiança. A qualidade da alimentação dos soldados nos quartéis foi posta em cheque, em 1º de agosto, com a manchete: "Veneno nos quartéis!". Além da qualidade da carne e do superfaturamento na compra dos produtos, foi sugerido aos militares um motim como resposta ao ocorrido no quartel do 5º Regimento de Cascadura, onde foi encontrado um enorme apóstema oculto sob o tecido da carne, com uma enorme quantidade de pus a correr no momento que a faca cortara a carne.

Trocas de acusações seguiram até o final de 1901 e início de 1902, quando interpretando a Constituição, em seu princípio de liberdade de comércio, o juiz federal Godofredo Cunha expediu mandados judiciais para a comercialização da carne pelos matadouros clandestinos do barão de Mesquita e de Maruhy, não tratando nem das condições de higiene e muito menos do recolhimento dos impostos. Ao mesmo tempo, a Diretoria de Higiene Municipal lançava na cidade a campanha sanitária para a extinção dos estábulos, sem poder, contudo, intervir na comercialização das carnes. Assolados pela febre aftosa, muitos rebanhos vinham de Minas Gerais e eram imediatamente abatidos e postos à venda para consumo da população por grandes matadouros; já os açougueiros ou pequenos comerciantes, não protegidos pelos mandados judiciais continuavam recebendo ordens de busca e apreensão de produtos pelos agentes municipais, muitas vezes acompanhados de policiais, para, em caso de resistência, ser dada voz de prisão.

A população o que queria era consumir carne a baixo custo, não se importando com a sua procedência, se clandestina ou não. O jornal "Gazeta de Notícias" passou a diariamente publicar a lista dos açougues que comercializavam carnes inspecionadas. Nesse contexto, a peste bubônica encontra na capital ambiente oportuno para um novo surto. As autoridades e médicos eram vistos pela população marginalizada com certo constrangimento; muitos doentes permaneciam escondidos sem o devido tratamento.

Em meio aos casarios coloniais degenerados, localizados em becos e vielas, espalhavam-se tabernas barulhentas, açougues, cortiços, barbearias, envoltos no penetrante cheiro do cais. Em grupos, os trabalhadores amontoavam-se nas calçadas, esquinas e portas; mulheres gritavam, crianças

corriam livremente, homens fumando mata-ratos bebiam cachaça e vinho barato. O bairro possuía também, uma intensa vida noturna.

Neste contexto, na Rua da Harmonia, uma das principais vias comerciais do bairro, uma carroça de transporte de carnes do Matadouro de Santa Cruz teve seus cavalos desatrelados e foi lançada ao mar, depois de ter sido saqueada pelos moradores, que receberam a polícia com tiros e pedradas. A população mal alimentada, revoltada com a inutilização das carnes apreendidas pela prefeitura, nos últimos dias de maio de 1902, começou a saquear açougues e carroças, por vezes em ações armadas (como em 27 de maio uma sequência de açougues da Rua Santo Cristo). O terreno do antigo cortiço Cabeça de Porco foi novamente palco de um ato de resistência do povo, quando uma carroça de limpeza pública foi levada por um grupo de populares ao local e incendiada.

No início das rebeliões, muitos açougues eram cercados por venderem apenas carnes certificadas e os manifestantes apenas bloqueavam a passagem de mercadorias. No entanto não demorou até que multidões invadissem o comércio de carnes para saquear quartos de reses e dividi-las. Mais uma vez, a figura dos diretores de conflito reaparece nas páginas da imprensa (“Gazeta de Notícias”, em 27 de maio de 1902): Carlos Touro Pacheco, conhecido como Carlito, Moleque Paulo, Manuel Bahiano, agitadores que instigavam a população a atacar os policiais com pedras e paus.

Assaltar carroças da empresa Carnes Verdes, saqueá-las, dividindo as reses esartejadas destinadas aos açougues da região entre os manifestantes que se espremiavam, mãos ao alto; amedrontar os cocheiros, desatrelar os animais que saíam relinchando em disparada e jogar as carroças no mar, ou na baía; receber a polícia, de forma hostil, a pedradas e pauladas, obrigando-a a se retirar em busca de auxílio, após disparar alguns tiros. O alvoroço tomava conta das praças e ruas com o povo comemorando o assalto. Esta sucessão de acontecimentos tornar-se-ia uma prática na área central da cidade, repetindo-se inúmeras vezes. Ora na Rua da Gamboa, próximo ao Beco da Viúva, por um grupo chefiado pelo famoso capoeira da área da Saúde, Carlito; ora no Largo da Harmonia, quando uma multidão aguardava a chegada das carroças às 18 horas, observada por um expressivo número de praças da infantaria. Procurando preservar a imagem da polícia frente à opinião pública,

peças começaram a ser contratadas (identificavam-se pelo uso de um lenço branco no pescoço) para atacar o povo, caso houvesse reações às iniciativas policiais. Numa dessas ocasiões, os ânimos se inflavam com o passar dos minutos e à espera das carroças, até que se abriu uma clareira na multidão, escutaram-se ruídos da chegada das mercadorias, e a polícia viu frustrada a sua tentativa de impedir que a primeira carroça fosse saqueada, dada a agressividade e rapidez dos revoltosos, que provocaram uma fuga quase que repentina dos mercenários contratados. Gritos de "vivas" ecoaram no cortejo que seguiu até a praia, onde a carroça foi jogada na água e, mesmo vigiada por quatro praças, antes de submergir lentamente, teve suas últimas mercadorias levadas por sujeitos em um bote.

O comércio passou a fechar as portas quando percebia sinais de possível confronto entre a cavalaria numerosa e os manifestantes; e a multidão, com a prática, como que absorvida pelas vielas e becos, dispersava-se cada vez com mais agilidade. Poucos eram os desafortunados presos. Trincheiras armavam-se improvisadamente nas ruas da Saúde (Rua Santo Cristo, Rua América), com o intuito de atirar nos policiais que se aproximassem. A iluminação pública, feita por combustores de gás, era destruída, deixando as ruas completamente às escuras, as tampas dos bueiros arrancadas serviam de armadilhas para a cavalaria (conforme ocorrido na esquina da Rua Vidal de Negreiros com Santo Cristo).

A cada investida policial as vaias populares cresciam e novos aparatos para conter a intervenção policial eram providenciados, como arame farpado, utilizado para fechar as ruas ao acesso da polícia (como na Praia Formosa e na Rua Santo Cristo - locais onde o tráfego de bondes também fora interrompido e os policiais recebidos com cacos de vidro; os atos de vandalismo proliferavam e os próprios moradores fechavam portas). A mesma prática repetiu-se com grande presença popular no Catete, do Palácio do Catete até a Rua Dois de Dezembro. Ao anoitecer e com a chegada de reforço o movimento ganhou um centro de combate: o Largo do Machado, que foi atacado com grande vigor e muitos foram os feridos e presos na ocasião. Os policiais buscavam outras formas de lidar com a multidão rebelada, e seja pela contratação de milicianos, seja por reforço em cavalaria, ou por novas estratégias, como na Rua América, onde os revoltosos entrincheirados em um



depósito de carvão no morro do Nheco foram surpreendidos por policiais que tinham pegado um bonde que passaria no local e lá chegando abriram fogo contra os revoltosos, usando os passageiros como escudos humanos, sendo recebidos também com tiros<sup>24</sup>.

O clamor da revolta espalhou-se pela cidade, até por ação de menores, na Rua do Ouvidor e várias ruas do centro, articulados em bandos. Segundo descrição dos cidadãos registrada em jornais: "São menores capazes de ferir e matar, alguns são conhecidos pelo vulgo de pivetes". Atingiu Laranjeiras, Vila Isabel (um bonde que transportava mercadorias para aquele arrabalde foi virado e incendiado). Na esquina das ruas São Pedro e General Câmara (desaparecidas com a abertura da Presidente Vargas), um grupo caminhava disposto a ferir os policiais que encontrasse pela frente e depredar os combustores de iluminação pública em seu caminho. Nada parecia capaz de fazer cessar o movimento.

As redações de jornais, no centro, nas horas mais calmas do dia viraram locais de reunião de grupos atrás de informações sobre as revoltas. A cidade não havia presenciado, até então, conflitos de tamanha proporção e o povo, apavorado, cogitava que a cidade estava sitiada e que a revolta não acabaria tão cedo, e repetia-se nas esquinas: "Abriram as portas do inferno!".

O juiz Godofredo Cunha, vendo que a justiça intensificou a distribuição de mandados de liberação de carnes e açougues, tomou uma medida incendiária e determinou a prisão de agentes municipais que, por desobediência à lei, seguiam fiscalizando e até apertando a fiscalização sobre as carnes consideradas ilegais e agiam com escolta policial. O prefeito, no dia 29 de maio, acreditando que uma trégua acalmaria os ânimos populares, solicitou um *habeas corpus* preventivo para amenizar o embate entre o Judiciário e os agentes municipais ameaçados de prisão, e resolveu suspender a ordem de apreensão das carnes não oficiais.

A imprensa, mais precisamente, o jornal "A Notícia", teve um papel fundamental para que os acontecimentos desastrosos urbanos provocados pelo movimento revoltoso não cessassem, ao publicar uma nota do chefe de polícia Muniz Barreto, declarando que nenhum quilo de carne ilegal seria

---

<sup>24</sup> Jornal Gazeta de Notícias, 27, 28 e 29 de maio de 1902.

vendido na cidade. A declaração dada era exatamente o contrário do que o jornal publicara, conforme reconhecido pela própria editoria, posteriormente. Disposto a evitar maiores danos, o chefe de polícia lançou um editorial que convocava os "cidadãos de bem", ao perceberem algum aglomerado de turbulentos, que procurassem se afastar para não ser confundidos, nestes locais urbanos, em geral praças – a esta altura já reconhecidas como locais de concentração e mesmo dispersão, por suas conexões à rede urbana - com os desordeiros, contra os quais as autoridades investiriam energicamente. O editorial, colocado em diversos cantos da cidade, em geral, era arrancado ou rasgado<sup>25</sup>.

O Gasômetro da Companhia de Gás e a Central do Brasil foram protegidos pelas forças do Exército, que se pôs de prontidão. A Companhia do Jardim Botânico suspendeu o tráfego de seus veículos, temendo maiores prejuízos. Em Botafogo, Glória, Riachuelo, Vila Isabel e Catete, as atitudes da população e a reação da polícia se equiparavam, e os bens públicos - combustores de iluminação, calçamentos de vias, trilhos de bondes eram os mais afetados.

O prefeito do Distrito Federal em exercício, Dr. Xavier da Silveira (1901-1902), pediu demissão, após ter seu pedido de *habeas corpus* a favor dos agentes municipais, ameaçados de prisão, negado, em reunião no Palácio do Catete, com o presidente Campos Sales, que recomendou que o mesmo continuasse a exercer sua função. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a apreensão das carnes não inspecionadas no município, acabando com o monopólio.

As movimentações foram se dispersando e perdendo força e aos poucos a cidade foi voltando à rotina. A destruição dos bens públicos aos poucos era reparada, mas ainda se podia observar no cenário da cidade - bueiros destapados, restos de carroças, obstruções de trilhos, calçadas com buracos, marcas de queimados enormes e trechos escuros por falta de iluminação pública. Os comerciantes e os cidadãos paulatinamente reabriam seus negócios e casas; a polícia, desfalcada pelas baixas, estruturava-se; e os hospitais repletos de feridos se organizavam. O Jornal “Correio da Manhã”

---

<sup>25</sup> Jornal “A Gazeta de Notícias”, 30 de maio de 1902.

denunciava os abusos das autoridades durante a revolta, e, sobretudo, com os presos que estavam na Ilha das Cobras alguns, ou os diretores de comando e mais perigosos na Ilha Fernando de Noronha.

Movimentações ainda podiam ser vistas, porém mais relacionadas a piquetes de trabalhadores, e ocorriam principalmente próximas a fábricas da zona sul (como a fábrica de Tecidos Aliança - localizada na atual Rua General Glicério). A Gávea ainda presenciou um movimento de cerca de mil pessoas, em sua maioria operários da Fábrica de Tecidos Carioca e Corcovado que protestavam contra a violência dos policiais nas ações. Em marcha, o povo seguiu rumo ao local conhecido como Três Vendas (atual Praça Santos Dumont), não havendo qualquer resistência dos poucos policiais ali presentes que se declararam prisioneiros do movimento. Os condutores de bondes que por ali circulavam foram aconselhados a não voltar e o comércio aos poucos fechou as portas. Com a chegada do reforço policial, tiros foram ouvidos, muitos foram levados presos e os feridos foram deixados nos hospitais. O movimento foi controlado ali, e outros surgiram acolá cada vez mais brandos.

Contudo, não apenas de violência e depredação foi feita a Revolta das Carnes Verdes. Muitas foram as manifestações pacíficas, ordenadas e com um viés cômico. Como, por exemplo, o cortejo pelas ruas do centro, especialmente na Rua do Ouvidor, dos estudantes da Escola de Medicina que carregavam uma vaca magra cercada de acadêmicos vestidos com aventais brancos, e erguendo cartazes em formato de chifres, contendo frases soltas falando da magreza das vacas e da fome da população; e ainda, espetado em bengalas, um mocotó de boi. Gritavam com vigor: "Carne barata, carne fresca e ensopada! Bifes à milanesa, carne superior! Fora o monopólio!"<sup>26</sup>. Era o manifesto leve que o povo carioca também sabia fazer.

No final deste período, em 10 de junho, foi oficialmente liberada a matança do gado, que teve como consequência um aumento do valor da carne de boi. Tendo sido vã a luta de parte do povo, que agora se encontrava ou preso, ou moral e/ou fisicamente ferido. Do embate entre os empresários que detinham o monopólio do produto e os que almejavam o acesso livre a este

---

<sup>26</sup> "Gazeta de Notícias", 31 de maio de 1902.

negócio, sobram para a população que foi às ruas, em batalha, apenas os prejuízos públicos expressos na cidade e que prejudicavam a sua normalidade.

## **LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, DO FINAL DO SÉCULO XIX**

**1879, 31 de Outubro - REVOLTA DO VINTÉM** - (Marcha de 4.000 pessoas ao Palácio Imperial) - **POPULARES**

**1891 - ÓPERA DO THEATRO LYRICO - Rio de Janeiro 1891** - (Mil envolvidos - Campo da Aclamação- entre as ruas dos Ciganos -hoje, Constituição- e do Hospício -atual Buenos Aires- Rio de Janeiro) - **ESTUDANTES E ALTA SOCIEDADE**

**1893 - REVOLTA DA ARMADA** - (Militares deodoristas da Aeronáutica - Baía de Guanabara) - **MILITARES**

**1893 - DEMOLIÇÃO DO CORTIÇO "CABEÇA DE PORCO"** - (Rua Barão de São Félix, nº 154 - Centro do Rio de Janeiro) - **POPULARES MISERÁVEIS E COMERCIANTES**

**1901 - PROTESTO DO AUMENTO DA PASSAGEM DE BONDES** - (Esquina Rua Matoso com Haddock Lobo - Posteriormente, Largo de São Francisco) - **TRABALHADORES**

**1902 - A REVOLTA DAS CARNES VERDES** - (Bairro da Saúde, espalhando-se principalmente pela área Central - Rua do Ouvidor) - **POPULARES**

## PARTE II - CONSTRUÇÃO URBANA DA VITRINE DO PROGRESSO

### Males Tropicais

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma imagem de urbanização desigual e incompleta (com uma grande deficiência nos serviços básicos de saneamento, coleta de lixo, falta de água, afora as adversidades da geografia, como terrenos alagadiços agravados pelas péssimas condições de salubridade). Doenças e epidemias disseminavam-se pela cidade, resultantes do atraso do país. Surtos de crescimento populacional, atrelados a problemas de acessibilidade e disponibilidade de moradias, em sua maioria em péssimas condições, além da pobreza que seguia recrudescendo, eis o quadro. Pessoas de todas as camadas sociais eram afetadas ou mortas por doenças pestilenciais (febre amarela, febre tifoide, varíola, malária, peste bubônica), os denominados "males tropicais". A tuberculose, recorrente nas camadas trabalhadoras, era conhecida como doença do trabalho e da pobreza, matava os que se encontravam enfraquecidos, principalmente pelas condições inadequadas a que eram submetidos. A área do porto da cidade refletia sua imagem no exterior: "túmulo dos estrangeiros".

il. 28 Panorama da área portuária do Rio de Janeiro, c. 1890.

Marc Ferrez



O maior e mais violento surto de epidemias da história da cidade ocorreu no ano de 1891, alcançando a taxa de mortalidade da capital ao seu mais alto índice (0,052%), tendo matado: a varíola (3.994 pessoas), a malária (2.235), a febre amarela (4.454 vítimas, especialmente imigrantes recém-chegados) e a tuberculose (2.373)<sup>27</sup>.

Os surtos epidêmicos constantes explicitavam as duras condições às quais estava exposta a população miserável, flutuante e trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro. As epidemias tornavam-se ainda mais perigosas em freguesias com grande densidade populacional, nas quais se espalhavam mais rapidamente, e atingiam, sobretudo, os moradores de cortiços e favelas.

A demolição dos cortiços era uma das medidas recomendadas pelos médicos higienistas para amenizar as pestes. Considerados focos das doenças, e como nada se fazia para melhorar as suas condições, extingui-los se tornaria um objetivo. A degradação e a falta de higiene igualmente estavam presentes nas indústrias modernas. Conforme informou, em carta à Inspetoria Geral de Higiene, o Clube Protetor dos Chapeleiros:

*É demasiado o sofrimento dessa classe, que é obrigada, em uma estação tão calmosa, como atravessamos, rodeada de diversas moléstias [...] a trabalhar ao pé de grandes maquinismos movidos a vapor, em espaço acanhadíssimo, sem nenhuma entrada para o ar e mesmo sem luz do dia, aglomerados assim os operários e em pleno contato uns com os outros, porque as atuais fábricas de chapéus, todas edificadas em ruas estreitas e em edifícios pequenos e impróprios, não têm espaço para a distância dos mesmos operários; o vapor que move os maquinismos e o espaço um dos outros, e finalmente, não podendo ventilar suas oficinas, porque estão rodeadas de outros edifícios que não permitem, por exemplo, a abertura de janelas e outras medidas de pura higiene<sup>28</sup>.*

## O Clima De Revolta

Na virada do século passado, o Rio de Janeiro e sua população viviam um período de transição das condições de cidade colonial para cosmopolita. As ruas, tomadas por um clima de inquietação, converteram-se em um espaço propenso a ecoar e fomentar as transformações impostas. Concebida para ser a "vitrine do progresso", a cidade do Rio de Janeiro, mergulhada em um

---

<sup>27</sup> Idem, ibidem, p. 179.

<sup>28</sup> Apud BARBOSA, Jorge L. Art. cit., 1992, p. 324.

processo de profundas melhorias e remodelações urbanas, não sabia lidar com a legião de miseráveis e excluídos que ela mesma absorvera anos atrás.

Refletindo as divergências de interesses entre as parcelas da sociedade, diversos setores alimentaram nas ruas um clima de rebeldia que ameaçava constantemente entrar em erupção. Com focos difusos, sem lideranças ou uma estratégia previamente discutida, rebeliões pipocavam no ambiente urbano.

Em pleno anseio de modernização e civilidade, imposta pelo governo como forma de estabelecer a ordem, as ruas, então utilizadas como espaço de circulação, trabalho e produção, passam a ser apropriadas enquanto espaço de uso comum, tomadas por multidões em rebeliões ou greves, pouco comuns até então. Já no momento que antecedeu o "bota abaixo" imposto por Pereira Passos, no período entre 1901 e 1904, o Rio de Janeiro vivia, de outra maneira, um quebra-quebra protagonizado por manifestantes (parcela descontente e excluída das melhorias urbanas) e a polícia que agia, sob ordens do poder público vigente, violentamente reprimindo os movimentos.

Este clima de repressão e rebeldia, sem uma estratégia, motivação, ou mesmo liderança clara poderia ser transposto e aplicado, 110 anos depois, aproximadamente, aos movimentos ocorridos, na mesma área central da cidade, que se mantém como espaço propício, ou simplesmente escolhido para abrigar tais movimentos. No início do século XX, a escravidão ainda marca a rotina da cidade e as imigrações fervilham, num meio em que a receptividade carioca já caracteriza o seu povo, mesmo tendo que lutar por habitação, saúde e trabalho, para sobreviver, morando em casebres improvisados nos altos dos morros ou empilhando-se em habitações coletivas. Neste contexto, impõe-se, ao povo que esta cidade se civilize através do ordenamento urbano e de "bons costumes" trazidos da elite europeia, o que vai implicar em exclusão, remoção ou mesmo extinção deste setor social, os mais pobres, do núcleo original de ocupação.

Conforme defende Jane Santucci em seu livro *Cidades Rebeldes: As revoltas populares do início do século XX*, a cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "cidade maravilhosa", logo após as remodelações da área central promovidas pelo então prefeito Pereira Passos, conjugaria lado a lado dois elementos intrínsecos à identidade da cidade: o fascínio e o medo, que neste período seriam ainda mais evidentes.

Desde a sua fundação, no alto do morro do Castelo, o medo foi um elemento constituinte, uma vez que a cidade teve origem ali, estrategicamente, para resguardar a sua população e bens de possíveis ameaças de invasão. Os corsários, que rondaram a cidade por mais de dois séculos, também foram motivo para a instalação de fortificações na entrada da Baía de Guanabara; pelo temor de que eles entrassem. Muitas foram as razões que concorreram para as ruas serem temidas, transformando-as em palco e cadafalso de histórias e lendas.

Os negros escravizados também provocavam temor em seus senhores; a tensão de que poderiam se rebelar contra o domínio feroz da minoria branca. A capoeira chegou a representar um dos grandes desconfortos à sociedade; as “batalhas” em locais públicos foram características do século XIX. Ainda segundo Jane Santucci:

*A noção de uma cidade dividida já se manifestava. Em 1903, a reportagem sobre uma visita ao morro da Favella, publicada no jornal Gazeta de Notícias, revelava, para espanto de seus leitores, um mundo particular e perigoso bem próximo: 'Subimos o morro por um caminho íngreme bordado de águas empapadas por onde vão negras maltrapilhas, moleques desnudos, tipos suspeitos de lenço no pescoço. É impossível acreditar que no centro da cidade habite gente tão estranha, com uma vida tão própria'<sup>29</sup>.*

As populações de baixa renda amedrontavam a nova classe da *belle époque* na capital da República. Dos boatos gerados, por exemplo, sobre a vacinação obrigatória da varíola, a situações reais provocadas pela profunda desigualdade social, como os bandos de esfomeados das mais diversas faixas etárias pedindo esmolas ou furtando nas ruas, ou os criminosos, como eram taxados a maioria dos moradores dos cortiços e habitações coletivas, esta camada da sociedade era vista como "classe perigosa".

Por outro lado, as inovações e reformas urbanas atraíam a atenção e o fascínio dos habitantes. As largas avenidas, com arborização planejada, calçadas pavimentadas e desenhadas, permitiam a circulação de veículos em grande velocidade, além de proporcionar aos pedestres um percurso confortável por áreas sombreadas e com edificações projetadas para atrair seus olhares; lojas no térreo e muito bem ornamentadas. Estes traços da *belle époque*, que ornaram a cidade, pareciam ressaltar sua beleza natural - as

---

<sup>29</sup> Jornal “Gazeta de Notícias”, 21 de Maio de 1903



proporções abriram a cidade ao céu, permitiram que o sol tocasse o solo urbano, que a noite recebesse iluminação própria; os automóveis encantavam pela agilidade de deslocamento, proporcionando uma paisagem dinâmica, que a arquitetura embelezava ainda mais, e as camadas sociais mais elevadas ali circulavam livremente e cordialmente. Assim é que as ruas consolidavam-se como o palco das manifestações; seja para usufruto das possibilidades que a cidade proporcionava (consumo, distração, negócios), seja para protestar, quando os populares saíam de seus nichos e guetos e eram vistos e ouvidos, marcando presença na sociedade, que se preocupava em escondê-los cada vez mais.

Em 1900, realizou-se na Capital francesa uma exposição (Exposição Universal de Paris) que reunia arte e tecnologia, em uma feira, que alteraria os paradigmas das cidades e influenciaria diretamente na modernização da Capital Federal do Brasil, além de outras cidades do mundo. A arquitetura eclética aparece como alternativa para absorver a pluralidade gerada pela modernidade. Através das artes e da literatura, bem como pela fotografia e principalmente pelo cinematógrafo, hábitos e padrões culturais se propagaram para além das fronteiras e acabaram por influenciar a modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Os novos materiais proporcionavam inovações na arquitetura, que iam desde o vencimento de maiores vãos, até o melhor aproveitamento estético de suas propriedades.

Até 1850, se as freguesias centrais tiveram a sua forma-aparência muito pouco modificada, a partir desse momento começariam a sofrer inúmeras transformações. Em contraposição ao que ocorria em outros setores menos habitados da cidade, elas passariam a receber grandes investimentos do Estado e do capital privado, experimentando rápidas modificações na sua paisagem. A publicação do primeiro relatório de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro, em 1875, efetivava-se como o primeiro plano conjunto da cidade, onde se aconselhava que a área central também fosse inserida nestas melhorias:

*alargamento e retificação de várias ruas e abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos dando, ao mesmo tempo, mais beleza e harmonia às suas construções (devendo as ruas e praças*

ficar) dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitos com facilidade<sup>30</sup>.



il. 29 Cinematógrafo -  
O Rio da Belle  
Epoque:  
Cinematographo Rio  
Branco

Foto: Augusto Malta

Entretanto, apenas a partir de 1903, sob a administração de Pereira Passos é que estas melhorias viriam a ocorrer. Até então, as regiões centrais continuavam a se adensar, em função da necessidade da população carente, e até escrava, de residir próxima aos locais de empregos. Com a chegada do século XX, o Rio de Janeiro precisava adequar a sua forma urbana às exigências do capital, modernizando-se e conformando, assim, um ambiente propício à criação, concentração e acumulação do capital. A cidade, que se inseria cada vez mais no mercado internacional capitalista através de suas crescentes exportações, demandava que o espaço urbano estivesse de acordo com a organização social.

A forma urbana apresentava uma série de contradições que as transformações projetadas pretendiam resolver ou amenizar. O principal

---

<sup>30</sup> REIS, José de Oliveira, op. cit., p. 10.

produtor de café do mundo, bem como a elite econômica e política nacional, careciam de um espaço que traduzisse a importância do país e seu modo de viver. O porto ainda espelhava os padrões coloniais, o que repercutia nas relações de exportação e importação que ali se desenvolviam.

*Neste sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziriam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam 'status' às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do 'novo Brasil' (Abreu, Maurício de Almeida 2006).*

Ao assumir a Presidência da República, em 1902, o então cafeicultor Rodrigues Alves, disposto a reformular esta condição, declara:

*Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta capital. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação... A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede da vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (Jornal Gazeta de Notícias 1902).*

Visando atrair investimentos e créditos, além de estimular o comércio internacional e fortalecer interesses político-ideológicos era preciso modernizar a capital brasileira, afirmando o poder da elite republicana. O clima tenso, que sempre esteve presente nas habitações coletivas e insalubres da região central, começa a transbordar em manifestos, gritos e reivindicações nas estreitas e escuras vielas. Uma equipe, formada por Francisco Pereira Passos, na prefeitura da cidade, então capital federal; Lauro Severiano Müller, no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; Francisco de Paula Bicalho, na direção técnica da Comissão das Obras do Porto do Rio de Janeiro; e André Gustavo Paulo de Frontin, na presidência da Comissão Construtora da Avenida Central, é nomeada pelo presidente para comandar as obras de remodelação, saneamento e embelezamento da Capital Federal.

## 1903, 14 de agosto - Greve Geral

(200 trabalhadores - Operários da indústria têxtil - Fábrica de Tecidos Cruzeiro - Largo do Capim, extinto com a abertura da Presidente Vargas)

Operários da indústria têxtil iniciariam, no dia 14 de agosto de 1903, aquela que seria considerada a primeira greve geral do Rio de Janeiro, por envolver toda a produção da cidade reivindicando direitos trabalhistas. Diferenciava-se de outras manifestações por sua forma organizada, através de um movimento de classe. Conforme destaca a historiadora Francisca Nogueira Azevedo, a radicalização de movimentos como a Revolta da Vacina, em 1904, está diretamente vinculada com a resistência à ampliação da participação social e com a rigidez do sistema republicano. Apontar a paralisação de 1903 como a primeira greve geral ocorrida no Rio de Janeiro, responsável por promover um amplo debate sobre a República que se pretendia e a respeito da cidadania relacionada à classe trabalhadora, parece natural.

As últimas décadas do século XIX assistiram ao nascimento da classe operária enquanto um novo segmento social, e isso foi possível devido à ascensão da indústria nacional. Subordinados a um regulamento estabelecido pelos empregadores, estes trabalhadores, crianças (em geral órfãs), mulheres e homens encontravam-se submetidos a péssimas condições de trabalho, sob duras penalidades, com ameaças de demissão, multas e castigos diversos<sup>31</sup>. Era necessária uma articulação ampla entre os diversos sindicatos e grupos profissionais em prol do fortalecimento da categoria. Foram publicadas em 1903 no Rio de Janeiro as bases para o estatuto da Federação das Associações de Classe no jornal “A Greve”. Pequenas paralisações - dos sapateiros (1902-1903), dos cocheiros e carroceiros (1900 - 1901), dos bondes (1902) - antecederam e contextualizaram a greve geral iniciada.

Os motivos responsáveis pela eclosão da manifestação operária eram muitos, visto que denúncias publicadas em jornais operários sobre os baixos salários, as longas jornadas de trabalho diárias e os maus-tratos por parte dos chefes e mestres eram recorrentes. Ao mesmo tempo em que os tecelões estavam em greve na cidade do Porto, em Portugal, movimento amplamente

---

<sup>31</sup> AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros descontrolados*. O diário da primeira greve geral do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp.471-500

divulgado pela imprensa carioca, trabalhadores das indústrias também se manifestavam no Rio de Janeiro, reivindicando a redução da jornada laboral. Historicamente, a jornada de oito horas já levantava bandeiras de greves e piquetes em vários países do mundo, sendo objetivo de muitos movimentos alcançarem a almejada redução. O famoso slogan de Robert Owen de 1817, "Huit Heures: huit heures de travail, huit heures de loisir, huit heures de repos" encoraja, em 1847, mulheres e crianças inglesas a conquistar uma jornada de trabalho de dez horas, antes mesmo dos trabalhadores franceses lograrem-na, na Revolução de 1848. A jornada de oito horas é uma conquista da Primeira Internacional, criada em Londres em 1864, e foi posta em prática em 1866<sup>32</sup>.

A greve de 1903 promoveu a solidariedade entre diversos setores da classe obreira, que até essa data formavam uma classe bastante heterogênea. O compartilhamento de experiências vivenciadas por cada grupo em um sindicato possibilitou a identificação de causas e interesses comuns.

A paralisação começou no dia 14 de agosto de 1903, envolvendo cerca de 200 operários da fábrica de tecidos Cruzeiro, suas mulheres e crianças, em protesto contra os baixos salários, as longas jornadas e os maus tratos. Às 11 horas do mesmo dia, operários da Tinturaria Aliança também suspendem as atividades e organizam uma comissão para entregar suas solicitações de melhores condições de trabalho e vida ao presidente da empresa, ameaçando suspender as atividades até serem atendidos. As reivindicações incluíam, além da jornada de trabalho de oito horas (seis horas da manhã às 16 horas, com pausa de uma hora para almoço), descanso semanal (até então, os trabalhadores enfrentavam de 12 a 15 horas de trabalho diárias sem direito à folga semanal), salários mais justos e readmissão dos demitidos sem justa causa. A recusa em dialogar foi peremptória e acabou desencadeando a oficialização da paralisação das atividades. Aos poucos, operários de outras fábricas (Carioca, Cruzeiro, Bonfim, Santa Heloísa) foram aderindo, ainda que parcialmente, ao movimento, convencidos por um comitê grevista disposto a estimular outros operários a abandonar suas máquinas e serviços e se juntar ao movimento.

---

<sup>32</sup> Na primeira Internacional oficializou-se a festa dos trabalhadores em Primeiro de Maio, o que já era comemorado desde 1846, na Austrália.

Com os jornais noticiando a adesão à greve e os organizadores percorrendo outras indústrias visando novas adesões, a polícia começou a se armar, em grande alerta, disposta a agir a qualquer momento. A tensão entre os grevistas e os operários que não aderiam à causa da greve começava a ficar evidente nos portões das fábricas e, neste momento, a polícia entrou em ação promovendo a dispersão dos grupos, com a justificativa de garantir a entrada dos não grevistas, e depois dando voz de prisão aos resistentes. Os grevistas reagiram com agressividade atirando pedras contra os policiais, virando bondes, ateando fogo, quebrando lampiões de gás e atacando também com pedras e pedaços de paus as fábricas. Inúmeras foram as prisões e crescente o rigor aplicado pela polícia aos piquetes de operários sob as ordens do chefe de polícia do Distrito Federal, Dr. Cardoso de Castro.

A rotina da cidade durante a greve geral não foi interrompida, no que diz respeito à circulação nas áreas centrais, pois o movimento concentrou-se nos centros e federações operárias, localizados na região em frente ao Largo do Capim. Extinto para abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, o Largo do Capim ficava na confluência das ruas dos Andradas, Senador Câmara e São Pedro. Era onde se abasteciam de forragem os animais que conduziam carruagens e veículos de carga.

O centro da cidade, principalmente o Largo de São Francisco, foi tomado de cartazes que convocavam para um *meeting*, ao meio-dia, no Largo do Capim. De sobreaviso, a polícia tratava de dispersar os possíveis grupos em uma tentativa de dissolver o movimento. O clima de tensão aumentou com a chegada das tropas de cavalaria e infantaria e o crescente número de manifestantes que chegavam; as tropas cercaram a área e conseguiram sufocar o encontro que foi cancelado. A Liga dos Artistas e Alfaiates também foi tomada e todos os que ali se encontravam foram presos, em ação realizada naquela mesma noite.

O grande número de prisioneiros incluía muitos imigrantes estrangeiros, os quais eram chamados de "anarquistas cabeças dos movimentos". Justificadamente, os primeiros núcleos operários surgiram no Rio de Janeiro e São Paulo e eram compostos por imigrantes vindos da Itália, Portugal e

Espanha<sup>33</sup>, e segundo Edgar Carone, os estrangeiros trouxeram em sua bagagem as lutas e reivindicações da Europa, imprimindo às lideranças operárias um forte viés anarquista, visto que muitos eram simpatizantes desta ideologia. Carone afirma ainda: "O movimento operário vem ao Brasil empacotado; nada é original, nada é *sui-generis*. Formas de organização e teorias, tudo, nos vêm como herança de fora"<sup>34</sup>. Os imigrantes estrangeiros eram diretamente deportados, não passando por processo judicial, procedimento que, em 1907, fora regulamentado com a lei da expulsão de estrangeiros.

Diante da indiferença do governo frente aos ocorridos, principalmente diante das denúncias publicadas nos jornais sobre o tratamento dado pela polícia aos manifestantes, alguns patrões foram aos poucos cedendo às pressões dos operários e negociando. Por outro lado, o movimento dos tecelões ia ganhando força com a adesão de outros segmentos como alfaiates, carpinteiros, marceneiros, pintores. Mesmo assim, os empresários apostavam no enfraquecimento da greve e convocavam seus trabalhadores para retornar ao ofício. Mantido o movimento, as demissões aumentaram e as reivindicações dos grevistas ganham um novo item, englobando a readmissão dos demitidos por aderir ou manter a paralisação.

A presença de agitadores e pessoas estranhas à causa operária não era admitida. A radicalização do protesto não interessava à categoria, que buscava o reconhecimento de seus direitos de forma pacífica. No entanto, a hostilidade dos primeiros dias de protestos deixou a população apreensiva e a polícia seguia interessada em descaracterizar o movimento, desmoralizando-o. "Agitadores conhecidos" chegaram a ser infiltrados pelos policiais nas manifestações e em suas preparações, mas foram repudiados, tão logo foram reconhecidos pelos operários. Estes mercenários, ou *malandros* eram responsáveis por promover barbáries e danos aos bens públicos, culpando o

---

<sup>33</sup> O Rio de Janeiro teve seu desenvolvimento industrial relacionado a uma série de condições favoráveis, a partir de 1890, proporcionando um incremento na produção de bebida, alimento, calçados e, sobretudo, tecidos, entre outros. A Capital atraía investimentos na indústria. Com o porto facilitando negócios de importação e exportação de matéria-prima, havia força de trabalho disponível e investimentos em transportes e serviços estavam sendo feitos. Já no primeiro censo industrial, em 1907, o Rio de Janeiro aparece em primeiro lugar com 33% da produção industrial, seguido de São Paulo, correspondendo a 16%.

<sup>34</sup> CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo. Difel, 1984, p.19

movimento grevista pelos atos. Armados com facas e revólveres, alguns, como Vera Tripas e Caixerinho, foram reconhecidos e apreendidos pelo grupo de comando na Associação de Pintores e denunciados à imprensa<sup>35</sup>.

Cobrando uma mediação entre os trabalhadores e os empresários, a imprensa desempenhava um papel fundamental nos acontecimentos. O governo mantinha-se inerte, não tratando de questões relacionadas às causas sociais. Porém, o Ministro do Interior J.J. Seabra se dispôs a receber os operários dispostos a negociar, revendo suas exigências, desde que os detidos fossem liberados e os demitidos recontratados. O Centro Operário havia elaborado um relatório sobre o movimento destinado ao Presidente da República. Imediatamente, o ministro passou a intermediar o diálogo entre as partes e a situação parecia estar sob controle, quando os estivadores aderiram à greve.

Os estivadores eram os trabalhadores do cais do porto, moradores em cortiços da região da Saúde. A labuta era dura, mas a sua jornada de trabalho não tinha a mesma rigidez disciplinar do trabalho nas fábricas. Eles tinham tempo de descanso e trabalho bem definidos, e as noites de muita algazarra. Eram conhecidos pelos sucessivos confrontos com a polícia e por sua valentia, e desempenhavam uma função de grande importância para o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, a greve da estiva preocupou o governo e teve grande repercussão na imprensa.

A decisão interrompeu as atividades de cerca de mil trabalhadores. O trabalhador da estiva tinha consciência do seu poder de negociação por constituir um setor prioritário para a economia, envolvendo exportação e importação, e esta importância foi solidariamente estendida à causa de todo o setor operário da indústria, que, sob a liderança de uma comissão lutaria por uma jornada de oito horas de trabalho por dia, valor da hora extra dobrado, descanso semanal remunerado.

As reivindicações não foram aceitas pelas companhias de navegação, que as julgaram descabidas, e puseram a polícia a postos para garantir a segurança daqueles que quisessem trabalhar. Depois de seguidas assembleias e presença massiva na Federação dos Operários das Fábricas de Tecido, o

---

<sup>35</sup> Jornal “Gazeta de Notícias”, 23 de agosto de 1903.



resultado foi uma categoria mais unida. E, apesar de terem sido postas de prontidão, as forças do Exército e da Marinha não entraram em conflito com os estivadores, que, embora a fama de brigões, não partiram para o enfrentamento. Mantiveram a paralisação e armaram vigília para que nenhum fura-greve embarcasse.

A despeito de uma atmosfera tensa dominar a zona portuária, nas indústrias, os trabalhadores retomavam às suas rotinas, e as companhias de navegação, dispostas a evitar prejuízos e confrontos contrataram pessoal extra, sendo o embarque realizado longe da vigilância grevista. O esvaziamento do movimento era inevitável e com o passar dos dias os estivadores também foram voltando aos serviços, até que a comissão decidiu por conta própria aderir à jornada de nove horas e os estivadores retornaram às atividades, mesmo sem ter comunicado aos empregadores, ficando acertado que pegariam no trabalho às sete horas da manhã e largariam às 15 horas, com intervalo de uma hora para almoço. Sem registros, atesta-se que em uma nova greve, em 1905, retorna a luta pela jornada de oito horas.

Então, no dia 1º de setembro de 1903 chega ao fim a primeira greve e as rotinas de trabalho são restabelecidas. Dentre os ganhos do movimento: a organização observada ao longo do processo, principalmente, e a readmissão dos funcionários demitidos sem justa causa - os líderes de movimento tiveram suas demissões mantidas. Apesar da grande movimentação de pessoas e dos confrontos com a polícia, o patrimônio urbano não sofreu grandes danos e a população, de fato, pouco sentiu os reflexos desta greve geral. Muito pela localização pontual dos protestos, no Largo do Capim, mas deve-se levar em conta também a abordagem pacífica e a não admissão de pessoas que não estivessem diretamente relacionadas à causa. As condições de trabalho ainda estavam longe das ideais e muitas das reivindicações não foram alcançadas neste momento. Entretanto, o povo experimentou pela primeira vez a sensação de lutar pelos seus direitos, não aguardando uma decisão direta vinda do Congresso, e reviu-se a relação autoritária entre empregador e empregado. Este movimento chama a atenção pela participação popular nos processos políticos do país, negada desde a República. Em 1906, os operários realizariam o I Congresso Operário Brasileiro, onde foi reconhecido o feriado de 1º de Maio como dia da luta do trabalhador.

## Moradia Operária

A cidade do Rio de Janeiro figurou como o primeiro centro industrial do Brasil, posição alcançada em função do crescimento da indústria têxtil, a partir de 1880. E, em 1894, a tecelagem Cruzeiro construiria casas junto aos seus galpões de produção, logo seguida por outras indústrias. Este sistema trabalho-moradia foi trazido da Europa, mais precisamente da Inglaterra, de onde não apenas máquinas e motores foram importados, mas, sobretudo, uma tipologia funcional de moradias, um verdadeiro modelo arquitetônico que se aplicaria aos galpões fabris e às moradias de seus trabalhadores. Esta inserção ajudou a conformar o operariado urbano brasileiro, mesmo que em contexto social e econômico distinto do contexto de origem.

A produção fabril fora marcada, anteriormente, por faltas constantes, abandono de serviço e baixa produtividade dos trabalhadores, que conviviam com baixos salários e altos custos de moradia. A aglutinação entre habitações operárias e produção foi uma medida tomada para manter um quadro de funcionários mais estável, para aumentar a produtividade e, ainda, para garantir aos patrões um controle sobre a família e a vida de seus funcionários, padronizando assim seus comportamentos dentro e fora do horário de serviço.

As classes trabalhadoras, desde o período vitoriano, são regidas por códigos comportamentais utilizados para o controle moral e social; uma influência inglesa. Nesse sentido, atribui-se à organização espacial o papel de transmitir um conjunto específico de valores.

As "habitações higiênicas" nada mais eram do que as moradias dos operários, com casas de dois ou três quartos, sala, cozinha, latrina (com toda a infraestrutura básica de saneamento - água encanada e fossa séptica), e algumas ainda dispunham de iluminação a gás. Estes conjuntos de casas-padrão localizavam-se em arrabaldes e ocupavam grandes áreas, próximos a cursos d'água, responsáveis por movimentar os motores hidráulicos. Em sua maioria, as unidades de habitação dos operários situavam-se ao lado dos galpões de produção, ou em ruas adjacentes.

Em 21 de agosto de 1903, o jornal Gazeta de Notícias publicou uma nota comparando as casas dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Cruzeiro com uma fazenda repleta de casinhas ao redor, pela extensão do terreno e pelos

capinzais que rodeavam o loteamento, mas, também, pelo padrão mais humilde dos tipos arquitetônicos e mesmo a simplicidade da vida de seus habitantes. "As casinhas dos trabalhadores ali são um tanto acanhadas e bandos de crianças correm descalças pelas ruas".



il. 30 Vila Operária da fábrica de Tecidos Alliança no início do século XX.

Foto: Augusto Malta

### 1903, 16 de agosto - Batalha Das Flores

(Campo de Santana) - Foliões - Carruagens e automóveis

Em um cenário de contestação e ideias revolucionárias, hábitos, festividades e normas eram trazidas de outras capitais internacionais para as ruas da Capital Federal do Brasil, e aqui eram veiculadas pela imprensa e o governo visando introduzir e cultivar os modos de vida civilizados característicos dos novos tempos. O Campo de Santana foi escolhido para receber uma festividade, aos moldes do carnaval de Nice, durante as *Batailles des Fleurs* ou Batalha das Flores, uma verdadeira festa ao ar livre, promovida com grande destaque nas páginas dos jornais da época e que era organizada pela prefeitura. Ainda repercutiam os detalhes da organização do evento,

precisando data, local e uma listagem dos participantes do cortejo, quando foi anunciado que o evento se repetiria anualmente<sup>36</sup>.

No dia 16, um domingo de sol, as aleias do Campo de Santana já estavam tomadas por pessoas com vestes claras dominicais. As casacas masculinas e as sombrinhas e chapéus rendados eram marcantes na paisagem, bem como a decoração de guirlandas floridas que se encontravam nos corredores onde o público presente perfilava-se para saudar, com lenços e bandeirolas, a passagem de cada carro (carruagens enfeitadas com flores e, posteriormente, automóveis igualmente ornamentados), que dois a dois, repletos de foliões fantasiados se cruzariam atirando confetes, serpentinas e buquês de flores uns nos outros.

Ao mesmo tempo em que o clima de folia predominava na tarde ensolarada do Campo de Santana, no mesmo dia 16 de agosto de 1903, a tensão tomava conta do Largo do Capim com a organização da primeira greve geral. Vivia-se um momento de contradições expostas no ambiente urbano. A cidade dominada pelos ares de civilidade, com a importação de novos costumes, era a mesma que contestava direitos e deveres e que encontrava na comoção social expressa nas ruas uma maneira de se expor.

## **A RE(INVENÇÃO) URBANA DO RIO DE JANEIRO E A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DO ESPAÇO PÚBLICO - REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS**

*ia perdendo pouco a pouco, o aspecto pitoresco e inconfundível de grande villa portuguesa. Modificara a feia e pesada edificação colonial e banira archaicas usanças commerciaes. Abandonara para sempre a indumentária desataviada, como que num gesto de repulsa de senhora de alta distincção. Queria ser nova e bonita, com automóveis a aguçarem-lhe a ânsia de vida farta e confortável<sup>37</sup>.*

Os ideais da República precisavam transparecer nas formas da cidade. Aspirava-se por uma cidade moderna e as elites nacionais, inspiradas em padrões europeus, nutriam o desejo de erguer dos escombros da cidade

---

<sup>36</sup> Nos dias 14, 15 e 16 de agosto de 1903, o Jornal Gazeta de Notícias publicou em detalhes o evento, trazendo nas edições citadas croquis e esquemas de apresentação.

<sup>37</sup> NORONHA SANTOS, F. A. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*, op. cit., vol. 2, p.88

precária uma nova cidade onde o progresso marcasse a paisagem e a civilização se fizesse presente.



il. 31 Rua da Carioca - Remodelação do Rio de Janeiro. A construção de uma nova cidade. 31/01/1906.

Augusto Malta

As reformas urbanas foram possíveis no Rio de Janeiro graças a um ato autoritário de Pereira Passos que o impôs ao presidente como pré-requisito para assumir o cargo de prefeito da cidade. Assim, um decreto federal datado de 29 de dezembro de 1902 conferia-lhe plenos poderes para iniciar sua administração governando a cidade; suspendia, por seis meses, o Conselho Municipal, que por sinal se opunha às reformas e criava um estatuto de organização municipal para o Distrito Federal. Esta suspensão garantiria ao prefeito fazer empréstimos, desapropriar e demolir prédios, inserir tributação, dentre outras medidas, afiançando-lhe poderes suficientes para a realização do extenso plano.

Passos fora um dos engenheiros envolvidos na elaboração, em 1875, após longa carreira como engenheiro dedicado às obras públicas, do relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, e que, concebido entre duas grandes epidemias de febre amarela e em meio aos debates fervorosos sobre a urgência do saneamento urbano, vinha tendo suas deliberações adiadas. O prefeito acreditava que esse ato hostil de fechar o

Conselho Municipal, ainda que momentaneamente, era a maneira de pôr em andamento as reformas urbanas que a cidade demandava.

Conforme publicara o Jornal do Brasil, no dia 17 de abril de 1893, a cidade precisava de um gestor que fosse capaz não apenas de administrar a cidade, mas principalmente de executar os projetos que eram necessários, e destacara em nota:

*Não é de hoje, é de vinte, é de trinta anos atrás que se discute a reforma da cidade, arrasamentos de morros, alargamento de ruas, abertura de boulevares e avenidas, criação de jardins e squares, e, que fartem os relatórios, informações, discursos, artigos, memoriais, que sobre esse assunto tem vindo a público, sem que o problema tenha tido sequer começo de solução. (...) Para encetar, porém, esta obra difícil e complexa, verdadeiramente urgente, precisa-se de um homem de raras capacidades administrativas, cultivada inteligência, largueza de vistas, enérgico, laborioso, decidido.*

O saneamento, inegavelmente uma questão relevante, era apenas uma pequena parte da justificativa para as tamanhas intervenções que vinham sendo pensadas. Na realidade, o plano era mais ambicioso e pretendia-se, a partir dele, resolver antigas contradições da cidade. Buscava-se através dos investimentos urbanísticos arquitetônicos, neste momento, direcionados às redes de infraestrutura, atrair o capital estrangeiro, bem como os imigrantes qualificados. Os mecanismos disponíveis para viabilizar este processo seriam: saneamento urbano, modernização do porto e abertura de vias de circulação.

O porto não apresentava condições operacionais de atender às grandes demandas de importação e exportação do país. Os cargueiros, que cada vez eram maiores, vinham provocando reestruturações ao longo de todo o mundo. As ruas estreitas do centro já não suportavam o tráfego das enormes carroças de mercadorias que por ali circulavam; como gargalos, qualquer pequeno desembarque de mercadorias suscitaria uma enorme paralisação.

Em 30 de maio de 1903, o jornal Gazeta de Notícias questionava o motivo pelo qual, em vários cantos do mundo modificações urbanísticas, muitas vezes drásticas, foram impressas às cidades, verdadeiras cirurgias urbanas, e, no Brasil, as ideias não triunfavam sobre o carrancismo (conforme descreveu a publicação). Em Paris, o plano de Haussmann sofreu grande e veemente oposição à sua implantação; em Portugal, muitos foram os debates questionando o projeto de rasgar a bela avenida, que hoje é marcante em

Lisboa; algo semelhante ocorrera na reformulação da Argentina, onde Alvear teve que batalhar por seu ideal.

A reinvenção do Rio de Janeiro, feita por Passos, tem forte inspiração na Paris de Hausmann, cujo plano revolucionou a cidade francesa e o partido urbanístico ecoou em todo o mundo ocidental, deixando as capitais do Ocidente muito parecidas. Mas, conforme evidencia Rouanet, falando sobre a funcionalidade das ideias estrangeiras:

*Elas quase sempre são nacionais em seu funcionamento, ainda que não o sejam em sua origem. Quero dizer com isso que as ideias estrangeiras raramente são apenas importadas. Elas são assimiladas e modificadas de acordo com os interesses locais, exercendo a esse título efeitos históricos absolutamente comparáveis aos que exerceriam se houvessem sido geradas dentro do país.*

A imagem da cidade seria impressa em cartões postais, que trariam a Avenida Central enquanto forma urbana de expressão do progresso que o país vivia. O projeto da avenida reflete de certa forma a tecnologia da época, na dimensão morfológica, nos materiais construtivos, nos mobiliários urbanos e mesmo na designação racional dos usos. Sua concepção foi iluminada pelo padrão cosmopolita e deveria abrigar bancos e casas comerciais de destaque para a economia. Grandes mestres estariam envolvidos em concursos com o intuito de ter a construção da avenida valorizada e pautada em importantes edificações inseridas em um novo modelo arquitetônico. Inovações construtivas e de concepção de projeto foram adotadas na avenida, tais como: o planejamento da arborização urbana, desenho de mosaicos empregado na pavimentação das calçadas, valorização e introdução de esculturas no espaço urbano como parte do programa de embelezamento, o ajardinamento dos canteiros centrais nas vias. E apesar do alto custo social (imposto aos populares que tiveram suas moradias desapropriadas e demolidas para a construção do eixo central que ligaria a área portuária ao centro) e financeiro (com as construções e desapropriações), o investimento valia a pena pela valorização dos terrenos comercializados pelo governo, através de uma grande operação imobiliária.

O programa de obras do prefeito Pereira Passos tinha como destaque as largas avenidas pavimentadas e extremamente retas, que se articulariam na cidade. A Avenida Beira-Mar contornava sinuosamente a Baía de Guanabara

em direção a Botafogo, no eixo centro-sul; a Avenida do Cais (Rodrigues Alves) estabelecia em linha paralela ao cais a conexão com a linha férrea e a Avenida do Mangue (Francisco Bicalho), comunicando-se com a área industrial e zona norte; a ligação com o cais viabilizava o funcionamento do porto, atendendo às suas necessidades; enquanto o eixo centro-norte conectava-se através da Avenida Mem de Sá, que seguia em direção à Tijuca.

A reforma Passos foi extremamente importante para o desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, não apenas por ter proibido o exercício da mendicância ou por ter posto abaixo os cortiços (uma lei municipal de 10 de fevereiro de 1903, já havia proibido qualquer reparo nestas edificações), mas principalmente por atestar que: "novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento" (Abreu, Maurício de Almeida, 1987). É a grande intervenção do Estado sobre o urbanismo, que evidencia que a presença de pobres na área mais valorizada, como a área central, não condiz com as novas bases econômicas e ideológicas. Ao mesmo tempo, a destruição dos cortiços abre como único precedente para os mais pobres habitar as áreas de encostas, consolidando as favelas na área do centro, até então pouco habitadas (Providência, São Carlos, Santo Antônio, dentre outros). Passos representa, assim, a superação das formas coloniais e suas contradições e a adequação espacial da cidade ao modo de produção capitalista.

O então prefeito da cidade Pereira Passos havia residido (1857/1860) em Paris, no auge das reformas urbanas promovidas pelo barão Georges Eugène Haussmann, durante o Império de Napoleão III (1850-1860), onde, para propiciar a abertura dos bulevares (grandes avenidas), foi necessária a demolição de bairros populares inteiros no centro parisiense, obrigando os antigos moradores a se deslocar para outras áreas. O objetivo era atender às aspirações da elite por um embelezamento nos moldes do padrão burguês e ainda uma melhoria no fluxo de veículos que permitisse a melhora na circulação para o desenvolvimento da grande indústria.

Muitos foram os debates que antecederam a execução do plano urbanístico para a capital, e se de um lado, no Clube de Engenheiros, fundado em 1880, ouviam-se gritos de "progresso", "civilidade" e defendia-se uma



reforma "estética e sanitária"; de outro lado, no mesmo ambiente, as questões sociais vinham à tona, quando o assunto era o grande impacto da intervenção sobre as massas populares. Afinal, a sociedade não se confundia com um plano e nem os mais pobres deveriam ser tratados como ambulantes submetidos às decisões do governo. Na pauta das discussões também estavam os gastos exorbitantes e questionava-se, ainda que se reconhecesse a beleza e funcionalidade estética das obras com destaque para a Avenida Central, as razões de investir em obras deste porte enquanto a maioria da população encontrava-se na extrema penúria.

Entre as elites cariocas seguiam as discussões sobre o que representava a modernização enquanto olhar sinalizador do futuro, sem desprezar, no entanto, a importância de considerar o passado, mesmo se visto como obstáculo a ser transposto. Alice Rezende de Carvalho define a representação do progresso para os populares: "como fachada, não convencia, não integrava, não incorporava as massas, [e] não condicionaria, portanto, a experiência dos homens a uma nova ética social, de caráter universalista"<sup>38</sup>.

A modernização do Rio de Janeiro do início do século XX foi alicerçada por grandes obras na paisagem urbana, algumas relacionadas à administração de Passos, outras, até mais monumentais, promovidas, financiadas e construídas pela União. Duas obras emblemáticas ficaram a cargo do Governo Federal, a construção do Porto do Rio de Janeiro e a abertura em aterro das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves que lhe confeririam acesso. Estas intervenções não tiveram um efeito social tão danoso, no que tange a desapropriações e demolições, e permitiram a estruturação indispensável ao ingresso do Brasil no mercado internacional, alcançando um efeito econômico impactante.

Entre as inúmeras obras de melhoramento da capital, sem dúvida, a mais impactante em termos de transformação urbana foi a Avenida Central (atual Rio Branco), conforme explicita Maurício de Abreu, 1987:

*...a construção da Avenida Central (atual Rio Branco) para cuja abertura foram demolidas 'duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas'<sup>39</sup> custando as desapropriações ao Governo*

---

<sup>38</sup> SOLIS, Sidney S. F. e RIBEIRO, Marcus V. T. Art. cit., pp. 45-59.

<sup>39</sup> LEEDS, Anthony & LEEDS, Elisabeth, op. cit., p.190

*Federal a quantia de 26.456:638\$019<sup>40</sup>\*. Esta avenida era, sem dúvidas, o complemento atual de duas outras grandes obras que se realizavam na cidade, ou seja, a Avenida Beira-Mar (pela administração Passos) e o novo porto do Rio de Janeiro (a cargo da União). Decorria também da necessidade do capital e dos valores de época de se expressarem simbolicamente no espaço, razão porque, após a inauguração, em 15/11/1905, as melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis, e vários edifícios do governo (Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Teatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados<sup>41</sup>.*



il. 32 Obras de alargamento e junção das antigas “rua estreita” e “rua larga” de São Joaquim, rebatizadas como rua Marechal Floriano, c. 1904.

Anônimo

Com as reformas, novas formas de ocupação e uso do espaço público seriam estabelecidas, que alterariam circunstancialmente a circulação de pessoas, mercadorias e veículos nas vias urbanas. No final do século XIX, pelo porto do Rio passavam mercadorias de importação e exportação em grande volume, que encontravam um sistema ineficiente no desembarque dos grandes transatlânticos para as pequenas embarcações que atracavam nas docas modestas da alfândega de onde seguiam para os armazéns ou trapiches. Por vezes, dias se passavam e as mercadorias não haviam saído das pequenas embarcações.

Inaugurado oficialmente em julho de 1910, os 2.700 metros de extensão já não atendiam o grande fluxo de mercadorias que a cidade do Rio de Janeiro recebia. Entretanto, em novembro de 1903, o início da obra do porto, a cabo do engenheiro Francisco Bicalho, só foi possível devido ao grande investimento (8.

<sup>40</sup> REIS, José de Oliveira, op. cit., p.22

<sup>41</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, op. cit., vol. 2, p.504

500,000 libras) obtido em Londres, país sede justamente da empresa responsável pelo aterro e construção dos armazéns. O porto foi equipado com 52 novos armazéns e guindastes elétricos (em mesma quantidade), e inseria-se em um sistema que incluía linhas das estradas de ferro Leopoldina e Central do Brasil, bem como a recém construída Rodrigues Alves<sup>42</sup>. Erguido sobre uma área de aterro de 17. 500 m<sup>2</sup> de orla, retificando o traçado litorâneo, o novo cais foi viabilizado graças à demolição do morro do Senado, de parte do morro do Castelo e ainda com os restos de demolição da área próxima ao Convento da Ajuda para a abertura da Avenida Central<sup>43</sup>.

### O “Bota-Abaixo”: A Cidade em Ruínas

Em 28 de fevereiro de 1904, começaram as demolições no Rio de Janeiro, na qual cerca de 2.700 prédios foram ao chão. Considerados focos epidêmicos, a recomendação expressa era sua demolição; tratava-se em grande parte de habitações coletivas. Tais demolições não apenas abriam solo urbano para o embelezamento da capital republicana, mas, sobretudo, criariam uma atmosfera de insatisfação por parte dos desabrigados, à medida que não houve do lado do governo uma preocupação com os despejados. A insatisfação se estendia aos donos dos cortiços ou dos locais que abrigavam estes inquilinos. Na freguesia do Sacramento, onde se situava grande parte das edificações desmontadas, assistia-se uma comoção popular que se estendia aos comerciantes, pois naquela região encontravam-se pequenas manufaturas, comércios e moradias populares. O número de pessoas postas na rua com as demolições envolvia milhares.

Em decreto<sup>44</sup>, o prefeito Pereira Passos destinara para a construção de casas populares algumas sobras de terrenos de prédios desapropriados na Avenida Salvador de Sá, porém esta medida foi tardia e ineficiente se for levado em consideração o enorme número de despejos, a demanda por

---

<sup>42</sup> “Nosso Século”: 1900/10, 2, p. 34.

<sup>43</sup> “Nosso Século”, 1900/10, 2. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.34.

<sup>44</sup> Decreto nº 1.042, de 18/07/1905: "a adquirir para a municipalidade, a fim de aproveitá-las na construção de casas para operários, as sobras de terrenos dos prédios desapropriados para a abertura da Avenida Salvador de Sá ou outras, constantes do plano de saneamento e embelezamento da cidade..." (...) "...vila operária, com lotação mínima de 250 pessoas, que for construída na zona urbana do Distrito".

habitações e a carência da população, além da necessidade de permanência na área central. Esse contingente intensificou o povoamento das favelas e cortiços de regiões menos afetadas do perímetro central, como as freguesias de Santa Rita e Santana.

A Associação Comercial recebeu uma solicitação dos comerciantes, a maioria de origem portuguesa, principalmente da freguesia do Sacramento, para entrar com um pedido de intervenção diplomática e suspender as obras, devido aos grandes prejuízos gerados na região, uma vez que os cortiços, abarrotados de habitantes, eram clientes de seus estabelecimentos. Estes mesmos, insatisfeitos, foram acusados de fornecer querosene para que os rebeldes incendiassem os bondes na Revolta da Vacina<sup>45</sup>, conforme descreve José Vieira (1934): "Vendedores portugueses, avarentos a ponto de negar um pão de esmola, davam aos revoltosos querosene às *latas* para os incêndios".

Eram contraditórias as opiniões e publicações a respeito do que se denominara "bota-abaixo". Desde que foi anunciada, em 1875, a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, os jornais cobravam diariamente a execução das reformas urbanas ali discutidas, porém, neste momento, havia divergências, dadas as condições a que eram expostas as camadas populares. Claramente oposicionista, o *Correio da Manhã* atacava o governo, questionando suas determinações. Outros jornais, como *A Notícia*, destacavam o grande movimento de operários vindos de todos os cantos do Brasil, e mesmo de países vizinhos, impulsionados pelas reformas urbanas e a quantidade de serviços gerados, ressaltando, na publicação do dia 18 de novembro de 1904, os altos salários pagos. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho foram criados cerca de 8.000 empregos, que não demandavam mão de obra qualificada, nos serviços de saneamento do porto, na Avenida Central e no canal do Mangue.

O maior símbolo das reformas, a Avenida Central abriria caminho não apenas enquanto conector urbano retilíneo que ligaria o Largo da Prainha (atual Praça Mauá) à praia de Santa Luzia, mas propiciaria grandes lucros aos investidores capazes de construir modernos prédios de negócios (em sua maioria), no espaço que antes abrigava uma cidade colonial. As ruas da

---

<sup>45</sup> VIEIRA, José. *O bota-abaixo*. Chronica de 1904. Rio de Janeiro. Selma Editora, 1934, p.56

Prainha (atual Rua do Acre), Municipal, Visconde de Inhaúma, Teófilo Otoni, S. Pedro, General Câmara, Alfândega, Hospício, Rosário, Ouvidor, Sete de Setembro, Assembleia e São José seriam cortadas pela monumental avenida que se abria, comprometendo grande parte das ruas São Bento, Beneditinos, Municipal, Ourives, Santo Antônio, Barão de São Gonçalo, Ajuda e do Beco do Manuel de Carvalho. Nesse trajeto, 550 prédios foram desapropriados e postos abaixo em apenas seis meses; as indenizações eram pagas desde que as edificações não fossem consideradas "ruínas".



il. 33 Detalhe do Projeto da Avenida Central (atual Rio Branco), 1982.

Marc Ferrez

O trecho por onde passaria a avenida foi transformado em um imenso canteiro de obras e criou-se uma logística que incluía uma linha de bonde elétrico da Companhia Jardim Botânico destinada ao transporte de materiais para as demolições. Havia carroças deslocando os entulhos, picaretas, dinamites, saveiros, pás e uma infinidade de operários divididos em três distritos no traçado do eixo modernizador, a atual Avenida Rio Branco.



il. 34 Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905.

João Martins Torres



il. 35 Linha de bondes instalada no percurso das obras da avenida Central, c. 1904

João Martins Torres

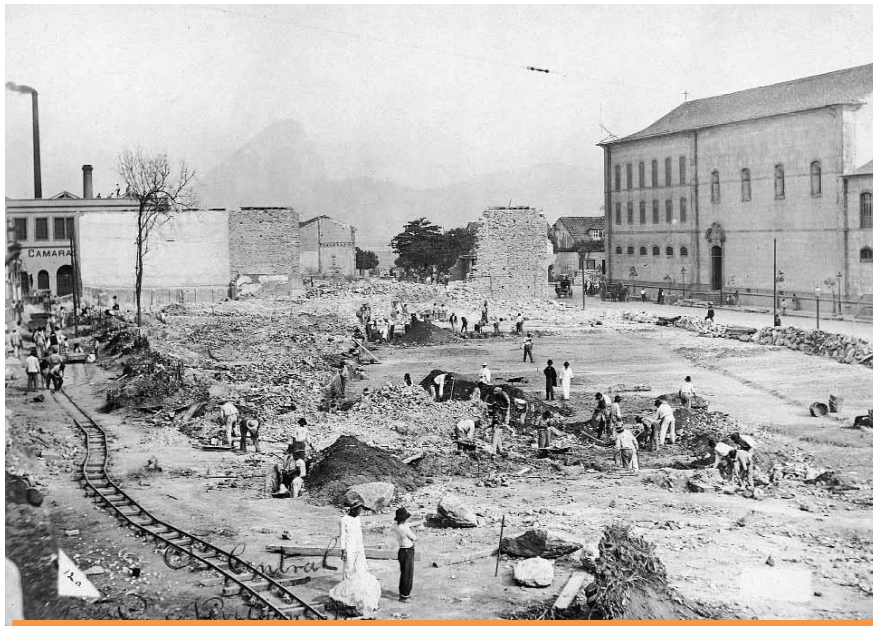
A geografia da cidade na área central sofreu grande interferência com as reformas, como o desmonte total do morro do Senado (1891) e o desmonte parcial do morro do Castelo (só na década de 1920, na administração de Carlos Sampaio, o morro do Castelo seria totalmente destruído), apesar de sua importância histórica como berço de fundação da cidade arrasada, em parte, para dar lugar à avenida; muitas residências familiares da região de encosta, grande extensão da ladeira do Seminário e parte da entrada do antigo Seminário dos Capuchinhos, também no morro do Castelo, foram destruídos<sup>46</sup>.



il. 36 A imprensa ilustrada e a crítica social: Querem arrasar o morro? Pois arrasem, mas se não há casas, façam barracões para a gente pobre! Descendo do Castelo. 2.9.1905.

O Malho

<sup>46</sup> BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Op. cit.*, p. 213.



il. 37 Remoção de entulho nas proximidades do antigo Convento da Ajuda, c. 1905.

João Martins Torres



il. 38 A fúria demolidora nos planos de remodelação urbana do prefeito Pereira Passos. Um barracão de menos = O Malho, 31.3.1903

### Desdobramentos da Força da Picareta

A Revista Kosmos, ano 1, nº 3 de março de 1904, publicou um trecho de uma crônica de Olavo Bilac que retrata o lamento à ruptura com o passado provocado pelas "picaretas regeneradoras de Passos":

il. 39 O prefeito Pereira  
Passos em ação.  
Depressa! Depressa! O  
Malho, 18.3.1905

Anônimo



*Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio, da Cidade Colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, que estava soluçando no soluço daqueles materiais apodrecidos que desabavam. Mas, o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas - as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!*

Mesmo gerando empregos e tendo proporcionado um extraordinário movimento de operários, o efeito das demolições foi devastador. Conforme destacou o jornal A Notícia, edição de 18 de novembro de 1904: "Ninguém ignora que nos últimos dois anos tem havido um afluxo enorme de operários para esta cidade atraídos pelos salários altos, que chegaram nos primeiros meses a ser despropositados, começaram a vir de todos os pontos do Brasil e de Repúblicas vizinhas". As implicações das demolições iam além da derrubada de "materiais apodrecidos" do tempo da colônia, elas acarretavam um grande contingente de desabrigados, brasileiros e imigrantes, além do povoamento não planejado de áreas vizinhas, provocando um descontrole da ocupação urbana e futura degradação das regiões, uma vez que suas formas e aparências foram forçadas a adaptar novos contingentes e funções.

O Seminário de São José, transformado em casa de cômodos, onde moravam segundo o jornal Correio da Manhã cerca de 300 pessoas, entre



migrantes de outros estados e alemães, italianos, franceses, árabes etc.<sup>47</sup>, fora derrubado antes do prazo de oito dias acordado, atitude recorrente na cidade, e muitos desabrigados desesperados assistiam à demolição de suas residências.



il. 40 Edificações que foram abaixo para dar lugar à Avenida Central, c. 1904.

João Martins Torres

A situação se agravava ainda mais quando se considerava que no período o preço dos imóveis subira, inviabilizando a permanência na região, desestruturando vizinhanças e as próprias relações culturais. As freguesias centrais Sacramento, Candelária, Santa Rita e São José eram as mais populosas e, desde o final do século XIX, sua população vivia em cortiços e habitações coletivas, constituindo, portanto, o principal foco das picaretas do "bota-abaixo". Segundo o censo de 1906, sofreram um grande aumento populacional desde o final do século XIX:

| FREGUESIA  | 1872    | 1890    | Aumento | %   |
|------------|---------|---------|---------|-----|
| Sacramento | 26 909  | 30 663  | 3 754   | 14  |
| Candelária | 9 818   | 9 701   | -       | -   |
| São José   | 20 010  | 40 017  | 20 007  | 100 |
| Santa Rita | 30 865  | 43 805  | 12 940  | 42  |
| Santana    | 38 446  | 67 533  | 29 087  | 75  |
| TOTAL      | 126 048 | 191 719 | 65 788  | 52  |

Fonte: Censo de 1906 – *Apud* Oswaldo P. Rocha. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1910*, 1995, p. 73.

<sup>47</sup> BRENNNA, Giovanna R. Del (org). *Op. cit.*, p.297.



il. 41. Prédios já derrubados ou à espera da destruição, c. 1904-1905.

João Martins Torres

*Seus habitantes tinham desenvolvido, durante anos e anos, formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desaparecem sob o peso da picareta. Podemos dizer que são comunidades inteiras que desaparecem, indivíduos que perdem sua identidade social, na medida em que veem seu universo cotidiano transformar-se em poeira, em questão de dias. Amizades são desfeitas, famílias se separam e, até mesmo, espaços destinados ao lazer desaparecem pela força do poder público, poder este que, em teoria, estaria a serviço dos interesses da população* <sup>48</sup>(Rocha, Oswaldo; 1995).

O "bota-abaixo" promoveu a importação em grande escala da cultura estrangeira<sup>49</sup>, uma vez que não apenas edificações coloniais foram visadas, como principalmente laços culturais foram desfeitos. Acentuou-se a crise habitacional, deslocando populações para os subúrbios, favelas e áreas próximas à região central, como a zona sul. A necessidade de manter-se próximo à oferta de trabalho era evidente; as diferenças sociais também apareceram mais claramente neste período, não apenas pela implementação de código de condutas e proibição de atividades tradicionais, como a venda de frutas e mercadorias, na área central. A cidade moderna emergiria deste caos.

<sup>48</sup> ROCHA, Oswaldo P.R. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870 - 1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995, p.102.

<sup>49</sup> ROCHA, Oswaldo P. *Op. Cit*, p.101.

Por entre as ruínas da cidade colonial devastada erguer-se-ia "uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado"<sup>50</sup>.



il. 42 Demolições na encosta do morro do Castelo, 1904.

João Martins Torres

### 1903 - Caçada aos Velhos Costumes

(Populares e autoridades de políticas públicas - Sobretudo cortiços e habitações populares do Centro do Rio, proximidade com área da futura Av. Central)

#### O PREFEITO DORMINDO

*Hontem fatigado de muito trabalho S. Ex. [o Prefeito Pereira Passos] adormeceu ao zum-zum confuso de vozes que vinham de salas próximas. Adormeceu. Mal, porém, as pálpebras lhe cerraram, S. Ex. começou a sonhar. A cidade, velha e imunda de hoje havia desaparecido. Em seu lugar uma lindíssima cidade moderna se estendia, cheia de extraordinários palácios, de enormes avenidas, de verdejantes parques. De repente, porém, de toda parte surgiram pesados carrinhos de mão, num grande barulho de ferro sobre Que dor. Ui! Ui! Com a dor despertou.*

*- Ora bolas!*

<sup>50</sup> WISSEMBACH, M. C. C. Art. Cit., p.97.

*Tinha sido isto: recostara-se de mau jeito comprimindo um braço. S. Ex. esfregou a manga da sobrecasaca e fechou os olhos de novo. Tornou a sonhar. Desta vez o Rio de Janeiro, transformado em uma capital superior a Buenos Aires, estava em festa: ia ser inaugurada a estátua de seu Haussmann. Mas de súbito, algumas centenas, depois milhares de vacas ferozes com campainhas ao pescoço sacudindo terrivelmente as adadas e retorcidas pontas apareceram enchendo as ruas... Quis refugiar-se em alguma loja, mas todas as portas estavam fechadas. Que perigo! E por toda a parte milhões de bocas invisíveis gritavam atordoadamente:  
- O leite! Olha o leite! Olha o leite! (O Paiz, 11 jan. 1903).*

As políticas modernizadoras de Pereira Passos (1902-1906) sustentavam-se não apenas em uma ampla reforma urbana e no combate sistemático aos símbolos emblemáticos do passado colonial, mas, sobretudo, em “(re)implementar” uma série de posturas municipais que balizassem estas transformações.

A nova ordem urbana, importada de grandes capitais mundiais, redefinia a geografia adaptando-a aos anseios de uma nova cidade: vitrine do novo regime. As mudanças deveriam ser sentidas na rotina da cidade e se aplicar efetivamente aos habitantes. Segundo as autoridades era indispensável uma reforma de comportamento e costumes dos cidadãos urbanos, sem a qual, a reformulação urbana não estaria completa. Com o intuito de disciplinar os hábitos da população, muitas destas posturas vinham seguidas de cobranças de multas e pagamentos de impostos, aumentando consideravelmente a receita do município.

Alteração ainda maior do que as intervenções cirúrgicas na paisagem urbana seria a transposição da ordem escravista e latifundiária para a consagração da ordem capitalista moderna. Este olhar direcionado do progresso referenciado à Europa, objetivando uma forma burguesa de viver a cidade, desencadeou reações e resistências em diversos níveis.

A proposta de “regeneração urbanística, higiênica e social” de Rodrigues Alves para a nova Capital da República distanciava-se formalmente da cidade provinciana com seus becos e ruelas pestilentos, os sobrados, muitos deteriorados por falta de manutenção, os cortiços e estalagens que se proliferavam na Cidade Velha, bem como os quiosques, mercados e armazéns de secos e molhados com os quais os fascinados pelo progresso civilizatório eram obrigados a se confrontar ao caminhar pela cidade.



il. 43 A quitandeira "condenada" a desaparecer, tal como o quiosque, c. 1895. Marc Ferrez. In: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

K. Lixto



il. 44 O mercado público nas proximidades do cais Pharoux, 1880.

Juan Gutierrez

Se, por um lado, as elites urbanas detinham o poder para espacializar a cidade, procurando através das inspirações formais francesas uma aceitação internacional para atrair o ingresso de capitais, por outro, claramente, reprimiam os costumes tradicionais; escondiam a pobreza, as contradições geradas na periferia e os vícios. A intenção era dominar não apenas as funções e aparências das formas, mas, sobretudo, manter sob vigilância e controle, abafando-as, as vozes oriundas da sociedade, especialmente as vozes discordantes dos excluídos.

Na medida em que as autoridades cariocas do início do século XX se empenhavam em embelezar, racionalizar e higienizar a cidade moderna, metamorfoseando sua forma-aparência para o luxo, a miséria figurava ainda mais incompatível com a imagem republicana. Ao invés de solucionar os problemas proeminentes da miséria, principalmente no perímetro original de ocupação urbana do Rio, Pereira Passos resolveu extingui-la, proibindo a presença dos “mendigos e tiradores de esmolas” nesta região e encaminhando-os a asilos, precários e insuficientes, dada à demanda e à carência de recursos investidos, inviabilizando a funcionalidade da medida. A ordem era punir os falsos mendigos, e disponibilizar agasalhos e encaminhar os verdadeiros a locais mais confortáveis, livrando-os de “exporem pelas ruas sua infelicidade”<sup>51</sup>, como o conhecido Asylo São Francisco de Assis e outras instituições privadas que aceitaram recebê-los. As medidas para completar a “limpeza” das ruas iam do recolhimento e extermínio dos cães vadios que vagavam pela cidade, à matrícula dos animais cujos donos habitassem a cidade, até medidas mais impopulares como proibição de “cuspir e escarrar nos veículos de transporte de passageiros”<sup>52</sup>. O fator comum à série de decretos é que em sua maioria geravam reações irônicas e debochadas por parte dos jornais, ridicularizando as medidas, como no artigo publicado, em junho de 1903, pela Gazeta de Notícias:

*A CIDADE*

*[...]*

*– É boa! e há escarradeiras nos bonds?*

*– Não. Mas não é preciso cuspir no chão do carro. Pode cuspir para fora.*

*– Sim, posso cuspir para fora, quando estiver ocupando a ponta do banco. Mas, quando estiver no centro?*

*– Peça licença ao vizinho da direita ou ao da esquerda, e incline-se um pouco.*

*– Mas, se eu não quiser pedir licença?*

*– Não peça, mas também... não cuspa!*

*– Esta agora. Mas eu quero cuspir! eu hei de cuspir! eu tenho o direito de cuspir! é o meu direito...*

*– Perdão! o senhor também tem o direito de andar descalço, e anda calçado; tem o direito de não usar gravata, e está hoje com um formoso laço a Eduardo VII; tem o direito de trazer o almoço dentro de uma latinha e de comê-lo no bond, e almoça em casa;*

---

<sup>51</sup> BRENNNA, Giovanna R. Del (org.). *Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. São Paulo: Index, 1985, p. 255

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, pp. 98 e 99.

– *Porque? por que, tendo o direito de fazer tudo isso, tem também o dever de ser bem educado [...]. – Mas se o sr. for tuberculoso, continuará a usar do seu direito?*  
– *Qual tuberculoso, homem! Tenho pulmões de ferro, - e hei de cuspir! E, se ficar tuberculoso, tanto pior para mim e para os outros! Hei de cuspir! é o meu direito [...]*  
– *Só tem um direito!*  
– *E qual é?*  
– *É o direito de morrer! E digo-lhe mais: nem é um direito! É um dever! Morra, meu amigo, morra por amor dos seus semelhantes!*  
(“A Cidade”, Gazeta de Notícias, 3 jun. 1903<sup>53</sup>)

Assim, a reconstrução do espaço urbano se fez em meio a reações de desagrado, revoltas e duras críticas às alterações radicais em andamento na cidade. A nova espacialidade determinaria novos valores, importados como simples mercadorias; novas formas de perceber o espaço e interagir com ele; e quais cidadãos estariam aptos a dialogar com estas melhorias formais e a elas teriam acesso.

As áreas periféricas, menos submetidas ao controle policial, além de absorverem as parcelas excluídas do progresso, os desabrigados dos cortiços e habitações coletivas e os trabalhadores populares, incorporaram, trazidos por esta população, os costumes e festas populares mal vistos pelo progresso.

Pela facilidade de acesso às imagens, Paris virou modelo a seguir. O francês passou a ser a língua da modernidade e os costumes, vestes, construções, lazeres e modos de viver franceses se tornaram grandes referências urbanas; compunham a imagem do comportamento social almejado. Dar as costas ao passado e às influências portuguesas e africanas e ir atrás da “cidade-luz”. Os ex-colonizadores portugueses foram discriminados e sofreram desprezo e perseguição, culpados pelo atraso da cidade frente ao cenário civilizador.

A Capital Federal deveria se distanciar daquela imagem das mortandades e epidemias, dos carregadores descalços e sem camisas, dos ruídos emitidos pelas ruas através de seus ambulantes e carrinhos de mão; o odor de mercadorias, carnes, verduras e frutos do mar deveriam ser banidos das ruas da cidade, bem como os populares, capoeiras e qualquer ser que, aos olhos da elite, pregasse a vadiagem desafiante da ordem.

---

<sup>53</sup> BRENNNA, Giovanna R. Del. (org.), Op. Cit, p.54

Os crimes e contravenções pareciam denunciar a insatisfação da grande parcela segregada, que discordava dos métodos impostos para a construção formal da capital, entendida por espacialização, socialidade, funcionalidade do ambiente urbano. Rodrigues Alves e Pereira Passos assumiram o desafio de solucionar, ou eliminar as características da tradição urbana colonial, tais como: “promiscuidade social nas ruas e indiferenciação espacial”<sup>54</sup>.

A população pobre que vivia no centro urbano em habitações populares ou cortiços salpicados ao longo de ruelas e becos, entremeados de largos, viu seu espaço, em pouco tempo, ser substituído por quarteirões disciplinados, higiênicos, circundados por belas e largas avenidas, de fácil circulação. O *espaço público disciplinado* passou a representar uma nova fase do controle social popular, antes assumido pelos senhores de escravos, agora nas mãos do Estado. O advento da República trouxe novas posturas à rua, e o entendimento e ocupação de público e privado e entre centro e periferia foram ressignificados.

Se nos finais do século XIX as vias públicas contaram com ampla ocupação popular devido ao crescimento populacional, à migração interna e externa, à expansão comercial e à vida noturna, as reformas urbanas do novo século viriam a reverter este processo, evidenciando a ordem pública e a vida privada como indícios dos novos tempos.

Conforme destaca Elen Medeiros de Menezes em seu artigo *Em busca do progresso: Pereira Passos e as Posturas Municipais (Rio de Janeiro, 1902 – 1906)*:

*As alterações radicais então vividas fizeram-se presentes na obra dos cronistas que se dedicaram a registrar a chegada da modernidade republicana, como Luís Edmundo, que embora aplaudisse as reformas em execução, não deixou de manifestar sua saudade frente a um passado recente, marcado pela presença da população nas ruas: ‘Só os ricos podiam criar, para viver, ambientes agradáveis em matéria de conforto, a grande massa da população vivia mal, sobretudo durante o estio, quando a casa de residência se transformava numa verdadeira estufa [...]. Por isso, na casa desconfortável, em geral, só ficavam as mulheres e as crianças. Os homens saíam, indo em busca, fora, de consolo de largos ambientes arejados. Iam pelos bares, pelos cafés e até pelos logradouros mais centrais da urbe [...] ou ficavam, então, em grupos, parados pelas esquinas, a falar, a rir, a discutir. Refrescavam-se. Desenfadavam-se. Espaireciam. E, as vezes, por esses lugares, assim permaneciam*

---

<sup>54</sup> MENEZES Elen Medeiros - *Em busca do progresso: Pereira Passos e as Posturas Municipais (Rio de Janeiro, 1902-1906)*.



*loquazes e tarameleiros, até uma, duas, três e quatro da madrugada. Daí a vida noturna que tínhamos, tão falada [...]*<sup>55</sup>

As vias públicas, espaços de livre circulação, cenário onde nasceu o samba e a descontração, as serenatas, espaço em contato direto com a morada e onde trabalhava-se, na virada republicana tiveram suas estruturas e usos reformulados para um “viver civilizado”. Imposição da vigilância e da disciplina, marcando o espaço público como espaço político, altamente policiado, e tendo na privatização da vida um dos maiores valores dos novos tempos. Era preciso resguardar-se nos lares dos olhares ostensivos do Estado. A administração de Passos representa um grande momento de ruptura com o atraso colonial, declarando guerra a todos os seus símbolos como quiosques; cortiços; casas, como as do tempo do Marquês do Lavradio, sem luz, sem ar; aos bacalhoeiros da Rua do Mercado, quitandeiras, ambulantes, aos tamanqueiros do Beco do Fisco; aos mestres de obras que constroem no estilo compoteira. A meta é alargar ruas, criar praças, arborizá-las, calçá-las, embelezá-las, terminar com os velhos costumes.

Para viabilizar a ampla reforma da velha cidade colonial à Capital Federal Moderna, o ano de 1902 foi dedicado ao estabelecimento de instrumentos necessários e instrumentos jurídicos que respaldassem as ações administrativas, bem como à criação de medidas econômicas. Era preciso: ampliar os poderes da Prefeitura, fazer empréstimos com bancos ingleses além de conjugar as instâncias federal e municipal.

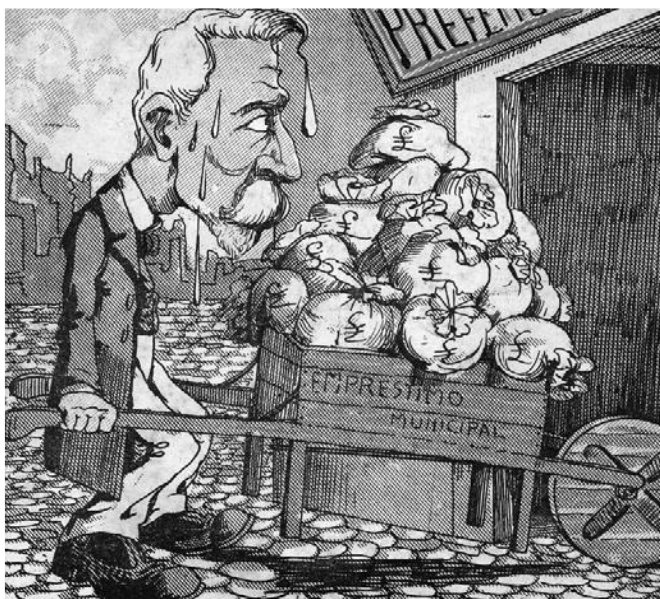
No ano de 1903 efetivaram-se as transformações planejadas, ditadas sempre do alto, dos poderes executivos, do município e federal. O período de janeiro de 1903 a outubro de 1904 marcou o cotidiano carioca por uma série de decretos e escritos de atribuição municipal, era uma espécie de código de posturas e condutas da nova Capital Federal; uma extensa listagem de proibições e limitações de uso do espaço público da nova era.

Com a extraordinária concentração de poderes em mãos do prefeito do Distrito Federal, as ações administrativas transformaram o viver na cidade-capital no objeto da série de instrumentos capazes de impor os novos modelos de comportamento urbanos da modernidade. Fizeram-se alterações na Lei

---

<sup>55</sup> Luís Edmundo. OP. Cit. Vol. II, p. 407-8.

Orgânica do Distrito Federal e, usando-a como base, entra em vigor o Código de Posturas Municipais, elaborado segundo os parâmetros da modernidade.



il. 45 Caricatura do prefeito Pereira Passos Empréstimo Municipal O Malho, 13.8.1904

Anônimo

Do Código composto por cerca de 700 artigos serão destacadas aqui as disposições mais relevantes ao tema tratado. Entre os seus objetivos: regulamentar licenciamentos, discriminar crimes e comportamentos, tendo como referência o Código Penal. Foi o mecanismo encontrado para aplicar multas e impostos aos que não se adaptassem à disciplina requerida ao viver na cidade; as casas comerciais e de diversão foram normatizadas. Enfim, a vida da população urbana passou a ser regida por uma nova ordem formal burguesa. A vida urbana passou a ser organizada por partes, títulos, capítulos e artigos através desta compilação sistêmica e racional que abrangia desde a regulamentação das profissões, até o funcionamento de indústrias; circulação de pessoas na rua, descrição de delitos e comportamentos desviantes.

|                   |                      |   |
|-------------------|----------------------|---|
| JANEIRO DE 1903   | Circular do Prefeito | Recomenda que seja reprimido o uso dos trilhos das companhias de bondes pelos "carrinhos de mão"  |
|                   | Decreto nº 966       | Transfere para a administração federal os serviços de "Higiene Defensiva" da capital              |
| FEVEREIRO DE 1903 | Decreto nº 370       | Proíbe que mercadores ambulantes de leite conduzam as vacas pelas ruas para a venda deste gênero. |
|                   | Decreto nº 371       | Proíbe a venda ambulante de moedas de   |

|                  |                             |  |
|------------------|-----------------------------|--|
|                  |                             | reses.   |
|                  | Decreto nº 372              | Proíbe a venda ambulante de bilhetes de loteria.   |
|                  | Decreto nº 391              | Regula a construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios.  |
|                  | Decreto nº 397              | Regulamenta a obrigatoriedade de pintura, caiação, consertos e limpeza de imóveis em todas as faces visíveis da via pública.   |
| MARÇO DE 1903    | Decreto nº 400              | Organiza um serviço extraordinário de inspeção sanitária das habitações.   |
|                  | Decreto nº 403              | Dispõe sobre o recolhimento de “Tiradores de esmolas e mendigos”, com o encaminhamento dos inábeis ao Asilo São Francisco de Assis e dos outros às autoridades competentes.                            |
| ABRIL DE 1903    | Decreto nº 414              | Providência sobre matrícula e imposto de cães e sobre “apanha e extinção dos cães vadios”.   |
|                  | Portaria ministerial nº 571 | Organiza o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, dividindo a cidade em distritos sanitários, sendo o serviço de isolamento dos doentes, expurgos das casas etc. realizado por “brigadas sanitárias”. |
| MAIO DE 1903     | Decreto nº 422              | Prescreve o uso de escarradeiras nos estabelecimentos públicos e proíbe “cuspir e escarrar nos veículos de transporte de passageiros”.   |
|                  | Decreto nº 430              | Proíbe fogueiras e fogos de artifício e os “balões de fogo” nas ruas e praças públicas.  |
| SETEMBRO DE 1903 | Projeto Azevedo Marques     | Foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e altera disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal, ampliando os poderes do Prefeito.  |
|                  |                             | O prefeito autoriza a construção de <i>waterclosets</i> e mictórios no Passeio Público e no Parque da República.   |
| NOVEMBRO DE 1903 | Lei nº1101                  | Modifica a Lei Orgânica do Distrito Federal, aumentando os poderes do prefeito.  |
| JANEIRO DE 1904  |                             | Decreto reorganiza os serviços de Higiene Administrativa da União.   |
|                  |                             | A Comissão Construtora da Avenida Central abre concurso para projetos de fachadas dos prédios da nova avenida.   |
| MARÇO DE 1904    |                             | Foi aberto, por edital da Prefeitura, um concurso artístico para a apresentação de projetos para a construção do Teatro Municipal.   |

|                 |             |  |
|-----------------|-------------|--|
| MAIO DE 1904    |             | O prefeito promulga decreto que reorganiza o Serviço de Limpeza Pública e Particular.  |
| OUTUBRO DE 1904 | Lei nº 1261 | Torna obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola em todo o território da República, fazendo explodir, na capital, uma revolta generalizada da população. |

Tabela do Código de Posturas Municipais, 1903.

Costumes populares cotidianos foram regulados ou passaram a ser alvo de repreensão, como o comércio ambulante, já tratado, a queima de fogos ou a soltura de balões, as serenatas que varavam as madrugadas e até mesmo o entrudo, antecessor do carnaval, fora substituído por folguedos civilizados; os capoeiras foram enquadrados na contravenção da vadiagem.

Alguns itens são curiosos, como o que se refere à vadiagem e mesmo aos jogos, valendo um destaque. Muito recorrente, a prisão por vadiagem marcou época, uma vez que eram considerados vadios, e taxados de vagabundos, todos aqueles que fossem encontrados em ambiente público desempregados, figurando assim o trabalho como valor social supremo. Esta contravenção fora muito questionada na época, uma vez que o desempregado precisaria sair às ruas para buscar emprego, algo não tão fácil numa cidade onde ano após ano os populares distanciavam-se das regiões de oferta de emprego.

Quanto aos jogos, fazia-se uma clara distinção entre jogos de cultura popular e jogos ligados ao refinamento burguês. Ainda que figurando no Código de Posturas, reproduzido do artigo Penal que considerava crime “ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnam pessoas, embora não paguem entrada, para jogos de azar, aqueles cujos ganhos e perdas dependiam exclusivamente da sorte”. Segundo a legislação municipal determinava “não compreendiam na proibição dos jogos de azar as apostas de corrida a pé ou a cavalo, ou outras semelhantes”<sup>56</sup>. Quer dizer, o veto destinava-se, sobretudo, aos jogos mais populares, como o Jogo do Bicho, que representa uma das formas de resistência popular mais forte e longa da história da República.

<sup>56</sup> BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Código de Posturas Municipais de 1904-1906. Título XIII, Capítulo III, Artigo 369-374.

O Código tratava ainda dos mendigos e ébrios, proibindo, explicitamente, a prática de mendicância nas ruas da capital (mendicar, tendo saúde e aptidão para o trabalho, era proibido e punido com prisão de 30 dias para os que contestassem a lei, aos que fingissem enfermidade para mendicar a pena era ainda maior), contando com estabelecimentos para o recolhimento dos mesmos, bem como indigentes e loucos, garantindo invisibilidade à pobreza, mesmo a que persistia e impunha-se, ainda que momentaneamente, nas ruas da cidade marcada pela desigualdade<sup>57</sup>.

Vale ressaltar ainda a proibição de: “embriagar-se por hábito ou apresentar-se em público em estado de embriaguez manifesto”<sup>58</sup>. Pretendia-se com esta medida coibir o vício, muito vinculado à boemia, que se disseminava junto à classe trabalhadora e que levava à internação de inúmeros indivíduos no Hospital dos Alienados, dentre os quais o escritor cronista Lima Barreto.

Neste contexto e temporalidade, civilizar o Rio de Janeiro constituía-se em um processo conturbado e bifacetado. Mediante as aspirações burguesas, fazia-se necessária a criação e concretização de um espaço central moderno, racional e funcional, capaz de atrair investimentos e olhares internacionais. Com este intuito, optou-se pela construção de passeios públicos, planejamento vegetal, construção de teatros, lojas de departamento e edificações institucionais imponentes, abertura de avenidas rasgando a malha urbana existente. Encarou-se a construção do novo através do arrasamento e demolição das edificações e estrutura urbana tradicionais, bem como de alguns costumes, ainda que importados, como os quiosques, mas que aqui ganharam usos considerados degradantes à vida moderna.

*Que metro é preciso para contar que vamos perder os quiosques? Dizem que o conselho municipal trata de acabar com eles. Não quero que morram, sem que eu explique cientificamente sua existência. Logo que os quiosques penetraram aqui, foi nosso cuidado perguntar às pessoas viajadas a que é que os destinavam em Paris, donde vinha a imitação; responderam-me que lá eram ocupados por uma mulher, que vendia jornais. Ora, sendo o nosso quiosque um lugar em que um homem vende charutos, café, licor e bilhetes de loteria, não há nesta diferença de aplicação um saldo a nosso favor? [...] Não obstante, lá vão os quiosques embora. Assim foram as quitandeiras crioulas, as turcas e árabes, os engraxadores de botas, uma porção*

---

<sup>57</sup> BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Código de Posturas Municipais de 1904-1906. Título XIII. Cap. XII, Art. 391-395.

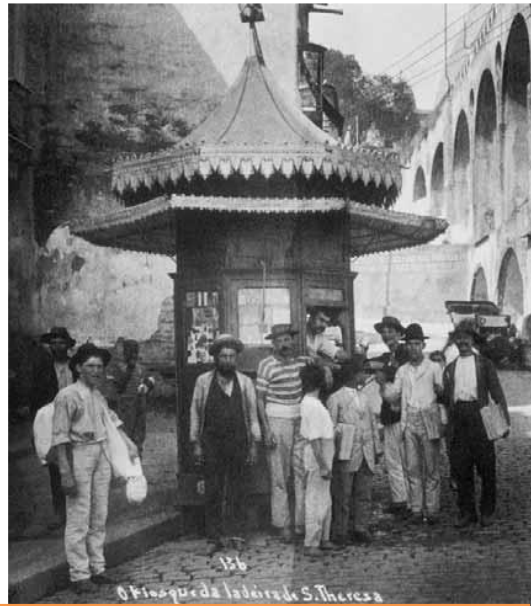
<sup>58</sup> Idem. Ibidem. Art. 396-398

*de negócios de rua, que nos davam certa feição de grande cidade levantina.*

(Machado de Assis. In A Semana, 16 abr. 1893)

il. 46 Quiosque nas proximidades dos Arcos, aos pés da ladeira de Santa Tereza, 7.11.1904.

Augusto Malta



Para os novos parâmetros de vigilância e repreensão tornava-se indispensável, entre outras medidas, a constituição de uma polícia científica e métodos de repressão mais precisos. Sendo assim, entre a defesa da ordem e a garantia da lei, seguindo um modelo excludente, embora liberal no discurso, a República mostrou-se autoritária nas suas práticas políticas do cotidiano da cidade-capital e excludente, principalmente no que diz respeito à população pobre, sempre colocada no papel de espectadora do progresso. Os setores populares não observavam melhorias reais em suas condições de vida, mas eram submetidos a grandes imposições em sua forma de vida. Muitas foram as resistências, nas primeiras décadas republicanas, pontuadas por motins e revoltas que agrupavam os excluídos e descontentes em amplas e poliformes manifestações. Estas imposições à maneira de vivenciar a cidade e a submissão obrigatória a medidas implementadas pelo governo desencadeariam, no ano de 1904, uma das revoltas de proporções mais alarmantes da história do país: A Revolta da Vacina.

### **1904 - Revolta da Vacina**

(Populares e sanitaristas - Sobretudo cortiços e habitações populares do Centro do Rio, proximidade com área da futura Av. Central)

**Rua foi feita para ajuntamento. Rua é como cobra. Tem veneno. Foge da rua!**

Máxima popular, declinada em eubá (língua africana).  
- Oh! Febre Amarela! Chegas agora?  
Febre Amarela – É verdade.  
Varíola – E eu parto.  
Febre Amarela – Venho substituir-te. (Apertando-lhe a mão) Foste feliz?  
Varíola – Felicíssima!  
Febre Amarela – Que tal a Inspetoria de Higiene?  
Varíola – Boa.  
Febre Amarela – E a Intendência Municipal?  
Varíola – Ótima.  
Febre Amarela – Ainda bem! Até a vista!  
Varíola – Sê feliz!  
(Apertam-se as mãos e saem, a Febre Amarela pela esquerda e a Varíola pela direita)

Arthur Azevedo<sup>59</sup>

Desde meados do século XIX a febre amarela assolava a cidade em surtos que se propagavam atingindo todas as classes sociais. Em 1895, uma tripulação inteira, 234 pessoas, do navio italiano *Lombardia* veio a óbito em decorrência de uma contaminação viral, ainda no porto da cidade. A repercussão internacional negativa do caso foi tamanha que toda a economia cafeeira foi prejudicada, não apenas pelas exportações, mas, sobretudo, pela mão de obra em geral imigrante. Os portos do Rio e de Santos (São Paulo) eram os mais afetados por moléstias e também os mais importantes do país. “Porto proibido”, assim ficou conhecido o do Rio de Janeiro, onde frequentemente embarcações estrangeiras eram submetidas a quarentenas.

Segundo escrito da francesa Adèle Toussaint-Samson, que habitou no Rio de Janeiro durante a década de 1840, sobre as suas impressões a respeito do primeiro surto de febre amarela (1849):

*Até então, o país fora muito são. Quando essa terrível doença abateu-se no Rio de Janeiro, atingiu em primeiro lugar os estrangeiros, depois os negros, em seguida a classe pobre e, enfim, os próprios brasileiros abastados (...). A mortalidade era tanta na cidade e os cemitérios estavam tão cheios que já não se podiam enterrar os mortos; nada mais de festas, nada de barulho, nada de alegria, por toda parte o luto*<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> AZEVEDO, Arthur de. *A Capital Federal*. Cidade: Editora, 1897. Disponível em: [www.bibvirt.futuro.usp.br](http://www.bibvirt.futuro.usp.br)

<sup>60</sup> TOUSSAINT-SASON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003, pp. 93-94.

Nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, o jovem médico sanitarista Oswaldo Cruz foi incumbido de coordenar o Serviço de Saúde Pública e cuidar do grave problema de saneamento de pestilência da Capital Federal. As estratégias do médico, compatíveis com as técnicas da época de combate à doença, eram inspiradas no médico e cientista cubano Juan Carlo Finlay que, desde 1900, tratava do controle dos surtos através da eliminação do mosquito *Aedes Aegypti* responsável pela transmissão da febre amarela enquanto hospedeiro do vírus.

A população não contribuía muito para a obtenção de dados precisos sobre a doença; muitos casos de óbitos ou de afetados pelo mal eram mascarados ou acobertados pela população assustada com a rapidez e o crescimento vertiginoso da doença. O sucesso do método de combate à doença adotado em Havana por Juan Carlo Finlay para vencer a resistência da população foi tamanho que o doutor Cruz optou por lançar mão de recursos autoritários.

O crescimento desordenado da cidade, assim como sua geografia acidentada e repleta de pântanos e áreas alagadiças contribuíram, ainda que indiretamente, para a propagação da doença, uma vez que, com a expansão, as áreas pantanosas e de mangues eram aterradas de qualquer jeito, com entulhos e materiais provenientes dos desmontes dos morros, proporcionando um suporte urbano, onde eram levantadas casas e ruas, depressivo, facilitando o acúmulo de água pelo péssimo escoamento, que favorecia a proliferação dos mosquitos.

Atos fúnebres, ou de esperança religiosa passaram a marcar a rotina da cidade, consolidando rituais simbólicos como o descrito por Toussaint:

*Os teatros estavam fechados, grandes procissões percorriam a cidade todos os dias para pedir a Deus o fim do flagelo. À frente da procissão, caminhavam meninas vestidas de branco. Quando se chegava a uma praça pública, um banco era imediatamente levado para o meio da praça e nesse banco subia uma das meninas, que recitava em voz alta uma prece, que todos repetiam depois dela. Nada mais fúnebre que essas litâneas, salmodiadas num tom monótono e as únicas a vir romper, de tempos em tempos, o triste silêncio que pairava sobre a cidade!*

(Adèle Toussaint-Samson<sup>61</sup>)

---

<sup>61</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. Op. Cit.



A cidade do Rio de Janeiro estava doente em meio a tantas pestes, e, dispostos a curá-la, médicos e higienistas estabeleceram uma série de medidas sanitárias através de uma intervenção do poder público. Criou-se um conjunto de medidas para atacar todos os focos de propagação e origem das doenças, bem como foram desenvolvidos métodos eficazes de prevenção. Formou-se uma brigada sanitária, composta por agentes conhecidos como mata-mosquitos (cerca de 2.500)<sup>62</sup>, encarregados de eliminar os hospedeiros do vírus nas residências. A cidade foi dividida em distritos de atuação onde eram, primeiramente, analisadas as condições e descobertos os focos e, posteriormente, tomadas as atitudes estipuladas para controle e eliminação dos focos. Limpeza de ralos e caixas- d'água; remoção de lixo; desinfecção de bueiros, ralos, tanques; desocupação de porões e sótãos e até o confisco de galinhas e porcos, além do isolamento com lona das residências empasteadas, pulverizadas com enxofre e píreto (planta com propriedade inseticida) em seu interior. Os doentes mais pobres eram removidos e tratados nos desinfetórios e hospitais públicos, enquanto os mais ricos eram isolados em suas casas. "Nas habitações coletivas, afixavam nas portas dos cômodos o número máximo de ocupantes, e exigiam que a lavagem de roupa fosse feita em tanques sobre calçadas cimentadas e ligados a rede de esgoto"<sup>63</sup>.

A brigada epidemiológica visitava as residências juntamente com policiais das delegacias de saúde, uma vez que havia grande resistência à verificação das condições das residências, pois os imóveis considerados insalubres eram multados e o proprietário intimado.

Conforme noticiara através da reflexão escrita de Olavo Billac, o *Jornal Gazeta de Notícias* do dia 19 de fevereiro de 1903: "Parece mentira, mas é verdade: estamos em fevereiro, as cigarras estouram, o sol incendeia a cidade e não há mais febre amarela". As medidas impopulares dos médicos sanitaristas surtiam o efeito esperado, e embora o desprestígio popular, os dados estatísticos revelavam que, se no primeiro semestre de 1903 o número de óbitos foi de 469, no ano seguinte caíra para 39.

---

<sup>62</sup> CARVALHO, José M. de. Op. cit., 2002, pp.94 e 95.

<sup>63</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992, p.25

il. 47 Equipe de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, causador da febre amarela, c. 1904.

Anônimo



As epidemias de doenças pestilenciais decorriam das “causas naturais”, intimamente ligadas a questões geográficas – calor, umidade, mar, ventos, montanhas, chuvas, pântanos - e das “causas urbanas”, relativas às más condições de vida – habitação, trabalho, alimentação, saneamento básico – da população pobre, negra e estrangeira principalmente.

A peste bubônica, doença infecciosa do rato e transmitida ao homem através da pulga, foi alvo de campanhas, mais uma vez incompreendidas pela população e os meios de comunicação, de Oswaldo Cruz e sua equipe. Adotando um sistema americano utilizado com sucesso nas Filipinas, pagava-se por animal capturado, transformando o combate ao rato em um verdadeiro comércio paralelo. Funcionários da prefeitura percorriam as ruas do centro e subúrbios, pagando 300 réis por animal capturado e entregue pela população. Em pouco tempo, não apenas os ratos, como também os casos de peste sumiram da cidade<sup>64</sup>.

As brigadas sanitárias, mais uma vez, visitavam as residências das áreas mais afetadas aplicando raticidas. Os cortiços novamente figuravam como problema, visto que se encontravam em situação precária; em alguns

<sup>64</sup> “Nosso Século, 1900/10”, 2. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p, 34

casos, solucionados com a demolição. Os moradores eram orientados a remover entulhos e reformar seus imóveis, sob pena de multa.

Foi aprovada, em janeiro de 1903, a interdição e demolição de prédios, obras e construções, mais precisamente no dia 5, segundo o Decreto nº 1.151, com base no Código Sanitário.

## A Questão da Vacinação

Em 1904, ainda lutando contra a febre amarela e a peste bubônica, houve um aumento dos casos de varíola, triplicando a preocupação. Se por um lado a incidência de febre amarela era maior nos meses quentes, a varíola manifestava-se epidemicamente nos meses mais frios. A vacina figurava, então, como o meio disponível para a erradicação ou controle destas enfermidades. No entanto, esta medida preventiva gerava repulsa alimentada por credices populares, o que dificultava, quase anulando, a sua eficácia e abrangência. A população menos instruída não queria se inocular com o vírus da doença por medo ou desinformação e por não acreditar na vacinação como a única forma de combate às doenças e principalmente à varíola.

Em 1837, o uso da vacina foi considerado obrigatório para crianças e em 1946, para adultos. Como um dos primeiros decretos da Proclamação da República, em 1891, foi declarada obrigatória, em tempos normais ou epidêmicos, principalmente para a população infantil, para a população em idade escolar e estendendo-se para funcionários públicos e oficiais, a vacinação e revacinação no Distrito Federal. No entanto, a lei foi pouco efetiva porque, apesar de disponível nos postos de saúde, pouquíssimos procuravam a vacinação.

O Jornal Gazeta de Notícias, no dia 17 de março de 1903, publica a situação de uma mulher moradora do cortiço da Rua Frei Caneca; ao perder de varíola um filho declara ao vacinador, diante do cadáver da criança, que era o único filho restante. Passados 18 dias, ao perder o segundo filho pela mesma enfermidade, repete a declaração e após 30 dias morre o terceiro menino. Nenhuma das três crianças havia sido vacinada. Situação recorrente, gerada pela falta de meios disponíveis ou utilizados para a comunicação de Oswaldo

Cruz com a população. Prepararam-se extensos folhetos informativos que foram distribuídos para uma população praticamente analfabeta.

*Estamos com a varíola a fazer a ronda assassina na cidade. Essa malvada, que se reveza com a febre amarela na triste missão de nos desmoralizar, entrou agora em serviço, enquanto a companheira descansa afiando sua foice para o próximo verão. Só em 24 horas a portaria do hospital da Misericórdia foi procurada por mais de vinte variolosos, logo remetidos para os hospitais de isolamento. E como sempre as crianças fornecem um grande contingente de vítimas desse morbus cruel. A Vacinação gratuita está aí ao alcance de todos, pobres e ricos. Mas o que não está, infelizmente, ao alcance da inteligência de todos é a compreensão de que comete um verdadeiro crime o pai que, por desídia ou pirraça, deixa de submeter seu filho à imunização. Gazeta de Notícias, agosto de 1903*

Oswaldo Cruz, escaldado pelo fracasso das campanhas anteriores e inspirado em países como Cuba, Alemanha, França e Inglaterra, resolve adotar métodos repressivos e autoritários que vinham sendo empregados, com sucesso, nos países citados. Por outro lado, não avaliou a reação da população, que a esta altura alimentava boatos sobre a vacina, dizendo que: "seu componente principal era caldo de rato morto", além da repulsa que a palavra "obrigatória!" suscitava, conforme destaca o jornal A Notícia em 19 de novembro de 1904:

*Mas o que arrepiou muita gente na série de enganos que lhe insuflaram foi a palavra 'obrigatória'. Há um ditado popular que sentencia: "Preso nem que me derem um doce". Ele diz a repugnância natural a qualquer coação. E, como são as palavras que governam o mundo, essa palavra faz seu efeito.*

Os antecedentes do ano de 1904 favoreceriam o que se firmou como a maior revolta do início do século e uma das maiores já vistas. Nas greves, obras impostas e demolições inesperadas, nos atos de protesto pelas carnes verdes... o povo demonstrara sua capacidade de articulação e, sobretudo, o seu domínio do território urbano quando se tratava de paralisar o funcionamento da cidade. Neste momento, as inquietações presentes, seja em função da vacinação ou pelos antecedentes descritos, articulavam-se a uma oposição ao governo de Rodrigues Alves e os jornais patrocinados, através da impressão de folhetos, distribuição de panfletos e disseminação de rumores, insuflavam levantes populares contra as medidas sanitaristas vigentes. Os medos de mudança, despejo, morte por doenças epidêmicas, a obrigatoriedade

da vacina e seu desdobramento (invasão domiciliar e perda da privacidade do morador, multas), somavam-se a boatos alimentados dia a dia.

George Lefevre<sup>65</sup>, em sua análise da Revolução Francesa sob a ótica do domínio do medo, destaca que em um ambiente dominado pelo terror, a despeito das condições políticas, a revolução foi um evento histórico *desencadeado por boatos impulsionados pelo medo*. Os boatos disseminados acabavam se tornando realidade, e as pessoas passavam a acreditar nessa realidade e a validá-la. Esta máxima aplica-se a esse início do século no Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à vacinação da varíola: "Eis como se semeia uma revolução - com boatos!"

O embate filosófico e científico aquecia o início do século, pondo em lados opostos os adeptos do positivismo de Augusto Comte (1798-1857), para quem não se devia intervir no funcionamento do organismo humano e sim criar condições para que ele pudesse se restabelecer, e o higienismo, que acreditava no poder de intervenção no espaço urbano, na moradia, no indivíduo para recuperar a salubridade do ambiente junto a medidas de salubridade e vacinação, efetivando uma higiene social.

*Na Rua do Ouvidor, postavam-se à tarde como figuras de profetas e gestos silenciosos de quem estava semeando a verdade, homens cabeludamente românticos que entregavam aos transeuntes folhetos Positivistas contra a vacina... (Jornal "A Notícia", 14 de novembro de 1904)*

O projeto da vacinação obrigatória fora aprovado no Senado em 29 de junho de 1904 e mesmo tendo recebido a maioria de votos na Câmara, no dia 31 de outubro, tornando-se projeto de lei, seguia causando grande comoção e movimentação popular fomentada pela oposição. Até que, em 5 de novembro, foi lançada a *Liga Contra Vacinação* por Lauro Sodré (candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1898) no *Centro das Classes Operárias*, que saíra fortalecido após a greve de 1903, apoiado por sua diretoria. Abaixo-assinados e panfletos eram encaminhados às residências incitando a população contra a lei. "A Linfa contém drogas venenosas, defendam a honra de sua família!", conforme destaque do jornal *Correio da Manhã* do dia 6 de novembro de 1904.

---

<sup>65</sup> LEFEVRE, George. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Um golpe estava sendo articulado, contando com nomes relevantes dos diversos segmentos de oposição ao governo de Rodrigues Alves - militares (parlamentares e florianistas), jacobinos, monarquistas e líderes de categorias profissionais em ascensão, além da imprensa oposicionista com seus artigos que insuflavam os leitores. Os militares almejavam recuperar a hegemonia e estabelecer os fundamentos de "uma nova república" inspirada nos ideais positivistas, pois consideravam que nos governos civis dos presidentes paulistas: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves (representantes da oligarquia do café), o espírito republicano havia se perdido. A Liga Operária, por sua vez, buscava firmar sua identidade nos movimentos sociais. Enquanto os monarquistas vislumbravam a retomada do poder, com destaque para o Visconde de Ouro Preto, Cândido de Oliveira, Andrade Figueira e Conde Afonso Celso.

Aos poucos, o movimento ia ganhando as ruas e reuniões se multiplicavam para debater e fomentar a revolta programada. Na sede do Centro das Classes Operárias, diante de centenas de pessoas, discursos como o de Lauro Sodré contra o governo e ressaltando a necessidade de resistência da população, nem que fosse diante de bala, impactaram os espectadores. Nada causou maior comoção, entretanto, que o pronunciamento de Vicente de Souza (líder entre os operários), que falou de promessas urbanísticas não cumpridas e de carências dos operários, como a demanda não atendida pelo prefeito de duas mil casas operárias para substituir os cortiços insalubres. Porém, ao invocar em seu discurso a honra e a moral do cidadão que o ouvia, estimulando-o a reagir contra a lei que ameaçava a honra pessoal e de suas mulheres e filhas, que deveriam desnudar os seus braços e colos a agentes de saúde desconhecidos, dentro da intimidade de suas casas, a multidão se revoltou em um clamor generalizado.

*Ao voltar do trabalho, o chefe de família fica sem poder de afirmar que a honra de sua família esteja ileso, por penetrar ali um desconhecido amparado pela proclamação da lei da violação do lar e da brutalização aos corpos de suas filhas e esposas<sup>66</sup> (Carvalho, José Murilo).*

Para o historiador José Murilo Carvalho, a especificidade da Revolta da Vacina ante as demais revoltas e movimentos sociais tem a ver com a ameaça

---

<sup>66</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*, pp. 135-137.

aos valores morais. Enquanto outros movimentos questionavam perdas materiais, a rebelião de 1904 fundamentava-se em questões ideológicas e morais. As atitudes autoritárias do governo atuando nas medidas sanitárias violavam os valores sagrados da família e sua privacidade ao decretar a vacina obrigatória. Esta questão moral teria sido o ponto de ruptura que culminou na disseminação da rebelião pela cidade.

il. 48 O médico Osvaldo Cruz, com seu exército sanitário, enfrentando a fúria da multidão. O *Malho* 29.10.1904.

Anônimo



No dia 9 de novembro, ao publicar na íntegra uma cópia do projeto de lei da vacinação obrigatória, o jornal *A Notícia*, não apenas estava dando um furo de reportagem, como também inflamava de forma irreversível a revolta. E apesar de, em reunião marcada para aplacar os ânimos, o ministro da justiça J. J. Seabra ter argumentado que o projeto de regulamentação ainda seria pauta de debates e reformulações, as manifestações populares já espalhavam-se por toda a parte na cidade. O Largo de São Francisco reuniria a maior parte dos atos revoltosos, recebendo a multidão.



il. 49 Cena de manifestação popular no início do século XX. Praça Tiradentes.

Augusto Malta



il. 50 Cena de manifestação popular no início do século XX. Largo do São Francisco.

Augusto Malta

O primeiro confronto se deu no mesmo dia da publicação, onde um grupo de estudantes, na frente da estátua de José Bonifácio Andrade e Silva, discursava em tom de pilhéria, atraindo a atenção das pessoas que por ali transitavam formando uma multidão, que logo após caminhava em direção à Praça Tiradentes, quando ficou frente a frente com a cavalaria. Vaias, insultos e ameaças eram ouvidos pela tropa de cavalaria, seguidos de: "Fora a polícia! Abaixo a vacina!" Pedras, tijolos, madeiras e materiais recolhidos pelos populares na construção da Avenida Central se transformavam em artilharia pesada contra a repressão policial. No dia seguinte, nos dois extremos da cidade (Botafogo e Caju) a rebelião crescia.



No dia 10 de novembro de 1904, enquanto operários, funcionários públicos, comerciantes saíam após o jantar para fazer a digestão, depararam-se com os antes pacatos cidadãos reunidos junto a ativistas protestando. Rapidamente a curiosidade que atraía multidões transformara-se em indignação e logo em revolta. E mesmo que a lei da vacinação não passasse de um projeto já fora julgada e contestada. Podemos dizer que a Revolta da Vacina foi uma comoção de massas descontentes com uma série de mudanças decorrentes da visão segregadora da elite, mas, sobretudo, foi o resultado da indignação do povo instigado pelos opositores através de comunicados impressos.

No Largo de São Francisco, cercado por policiais, sucediam-se discursos contra o governo e a lei da vacinação obrigatória. Agitadores profissionais incitavam a população a investir com paus e pedras contra a formação policial. Na Tribuna do Senado, Lauro Sodré defendia a luta armada, enquanto nas ruas, rumando para a Praça Tiradentes já haviam sido presas 15 pessoas.

No dia seguinte, logo pela manhã se aglomeravam pessoas no largo, discutindo os acontecimentos da noite anterior e aguardando a manifestação que fora convocada pela Liga Contra a Vacinação Obrigatória, presidida pelo senador, também oficial do exército Sodré. À tarde já se reuniam os estudantes, militares, funcionários públicos e do comércio, além é claro da cavalaria da polícia de prontidão ocupando as cercanias do largo. O clima de tensão já se instaurara, Neste dia, 11 de novembro, fora feita a primeira vítima fatal. O comércio fechara as portas por precaução e os manifestantes se concentravam em frente ao Centro das Classes Operárias, na Praça Tiradentes, seguindo em passeata até o Palácio do Catete, sede do governo federal, quando, em meio à multidão, disparos foram feitos à polícia que revidou.

Durante quatro dias, a região do centro, Gamboa e Saúde permaneceram em estado de revolta. O dia que começava tranquilo parecia se alimentar das notícias dos jornais e às 17 horas já estava nas ruas com a multidão protestante uma grande variedade de grupos sociais, onde se encontravam misturados vagabundos, operários e até burgueses ou políticos descontentes. Isto causou além da surpresa no governo, uma convocação das

forças armadas da Marinha, Exército e Guarda Nacional, visando reforçar as tropas.



il. 51 Cenas de guerra nas ruas do Rio. Barricada de Porto Arthur. Revista da Semana, 27 de novembro de 1904.

Anônimo



il. 52 Cena de guerra nas ruas do Rio. Bondes virados e incendiados na Praça da República. Revista da Semana, 27 de novembro de 1904.

Anônimo

As Reformas de Pereira Passos, em pleno andamento, transformaram-se em palco de guerra. O cenário das demolições precedentes se misturava com as construções e canteiros de obras, bem como com as depredações. A paralisação do tráfego de bondes, danos aos patrimônios públicos e as barricadas eram recorrentes a esta altura, assim como a repressão ostensiva da polícia. Muitos eram os feridos por tiros, em geral removidos para a Santa Casa de Misericórdia.

Na Rua do Sacramento, que a partir de 1910 passaria a se chamar Avenida Passos, a primeira obra de "embelezamento e Saneamento da Cidade", apenas três meses depois do encaminhamento das propostas à Câmara, acabara de ser entregue. A avenida, com suas novas dimensões, parecia um convite às massas; ali foram feitas barricadas com madeiras

retiradas por populares das obras da Avenida Central e os manifestantes, em trincheiras feitas no terreno da avenida, recebiam os policiais com pedradas (paralelepípedos do calçamento da avenida, ainda não postos ou retirados) e tiros. Os andaimes montados nas fachadas dos edifícios em construção ou reforma eram escalados e serviam como torres estratégicas para ataque e observação. Grupos se concentravam nas esquinas e armavam obstáculos para a passagem da cavalaria, que ao se aproximar da avenida em construção era recebida com pedradas, madeiradas e tiros, conformando um barulho estridente de relincho dos animais. Comandados por alguns militares, os populares colocaram fogo em todos os materiais que podiam encontrar, iniciativa que pareceu aquecer ainda mais os ânimos dos revoltosos que na entrada da Rua do Sacramento viraram dois bondes de tração animal, liberaram os passageiros e atearam fogo próximo a Rua da Alfândega.

Conforme destaca Jane Santucci<sup>67</sup>: "A nuvem espessa de fumaça negra que se elevava aos céus encorajava os gritos: *'Morra a polícia! Abaixo a vacina! Abaixo o presidente da República! Viva Lauro Sodré! Vamos comprar querosene!'*"

Tomado por uma imensa massa humana, do Largo do Carioca ao Largo da Lapa via-se um rastro de destruição dos bens públicos: postes de iluminação a gás, deixando as ruas completamente escuras; bueiros destampados; janelas e vitrines quebradas, bondes virados, pedras e madeiras por todo lado... Na Avenida Central, segundo cita o escritor José Vieira, no momento em que manifestantes cortavam a fiação de telefone e condutores de eletricidade, passava um bonde da Cia. Jardim Botânico, sob o qual caiu um dos cabos provocando uma enorme explosão. E segue o escritor descrevendo: "Tiravam ripas e varas do material das construções novas, arrancavam paralelepípedos; tomavam de assalto sacos de rolhas de cortiça na soleira dos armazéns; vendedores portugueses, avarentos, davam aos revoltosos querosene em latas para os incêndios"<sup>68</sup>.

Os confrontos seguiam, reforços chegavam a fim de acalmar os ânimos dos revoltosos e proteger os edifícios relevantes como a estação Central da Estrada de Ferro e a Fábrica de Gás, além das novas construções. A cidade

---

<sup>67</sup> SANTUCCI, Jane. *Cidades Rebeldes - As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*.

<sup>68</sup> VIEIRA, José. *O Bota-abaixo*. Chronica de 1904. Rio de Janeiro: Selma Editora, 1934, p.56

ardia em fogueiras e na manhã do dia 14 de novembro na Rua Senhor dos Passos, um grupo de amotinados, dando *morras* a vacina virou 17 bondes e incendiou alguns deles, de todas as companhias, que por ordem da polícia suspenderam o tráfego.

*O barulho do combate era ensurdecedor, tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaias e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça (Sevcenko, Nicolau, 1993) <sup>69</sup>.*

No dia 14 de novembro, aproveitando-se do caos instaurado no centro da cidade, alunos das escolas militares e oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha insurgiram-se contra o governo, na tentativa de depor o presidente. Na fracassada tentativa de estabelecer uma "nova república", curiosamente financiada pelos monarquistas<sup>70</sup>, segundo descrevia o Jornal O Estado de São Paulo, somando 200 pessoas, as tropas rebeldes haviam se disposto a marchar até o Palácio do Catete, mas foram derrotadas pelas metralhadoras e canhões da Marinha e tropas do Exército, já prevenidos pelo vazamento da tentativa do golpe. Após este acontecimento, o governo declarou estado de sítio por 30 dias.

Na Saúde, formou-se o maior reduto de resistência popular às forças do governo, denominado: "o baluarte Porto Arthur". Na quinta-feira, 17 de novembro, uma manhã chuvosa, não se falava em outra coisa senão nos acontecimentos da região. Sob o comando de "Preto-Prata" (Horácio José da Silva), os manifestantes organizaram barricadas de mais "de um metro de altura constituídas de sacos de areia, trilhos arrancados à linha, postes telefônicos, fios de arame, paralelepípedos, troncos de árvore, madeiras de casas velhas, bondes e carroças"<sup>71</sup>. Havia um lirismo na resistência que remete a *Os miseráveis*, de Victor Hugo.

Conforme notícia o jornal Gazeta de Notícias de 1904, as forças policiais eram constantemente surpreendidas pelos revoltosos na Saúde, que parecem ter desenvolvido códigos de comunicação entre os que se localizavam nos altos dos morros, nos mirantes a observar tudo e os entrincheirados; bandeiras

---

<sup>69</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993, p.19.

<sup>70</sup> idem, ibidem, pp.1993, p.70

<sup>71</sup> ("Gazetilha", J. C., 17.11.1904). In: BRENNAN, Giovanna R. Del (org.). Op. Cit.,1985, pp.278 e 279.

coloridas pareciam comunicar mais do que as forças de repressão previam. Altamente armados com bombas de dinamite, revólveres e carabinas, os manifestantes dividiam-se em grupos. A destruição nas ruas da Saúde, próximas ao centro, causavam grande espanto:

*O calçamento das ruas revolvido a picareta; os ralos dos esgotos e dos encanamentos de água arrancados; as árvores derrubadas; os postes de iluminação e dos telegraphos derrubados; os lampiões inteiramente destruídos; as casas do pequeno comércio cheias de homens comendo bacalhau, pão, farinha e bebendo fartamente; outras vidraças espatifadas; os leitos das ruas cobertos de montes de latas, garrafas, colchões, restos de cousas incendiadas, e aquella multidão sinistra, de homens descalços, em mangas de camisa, de armas ao hombro uns, de garruchas e navalhas a mostra outros, - davam uma impressão profunda e viva de que não se pode esquecer quem esteve nesse theatro de anarchia e tumulto [...]*<sup>72</sup>

Em 16 de novembro, a lei de obrigatoriedade da vacina foi revogada pelo governo, ainda em meio ao levante popular, porém tal iniciativa não era capaz, a esta altura dos acontecimentos, de fazer cessar a revolta, levando o governo a intensificar ainda mais a repressão. O bairro da Saúde seria atacado por forças conjugadas em terra e mar, no entanto, mal o couraçado Deodoro apontou suas baterias para as trincheiras, os revoltosos fugiram rendendo-se. Assim, acabava a rebelião, expondo números oficiais de dimensões preocupantes, quando se atenta ao fato de que os dados reais deveriam ser assustadoramente maiores: 30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados<sup>73</sup>.

À tarde, foram expostos nos postes da cidade os seguintes dizeres:

Ao povo,  
O governo já declarou que a vacina não é obrigatória, senão para alguns institutos oficiais. Não há razão para continuar o protesto que até agora está sendo feito. Só os políticos estão explorando a situação. Não se deve o povo iludir, a causa do protesto está morta (Jornal Gazeta de Notícias do dia 16 de novembro de 1904).

O governo ordenou a prisão dos líderes populares da rebelião e dos militares insurgentes, ou acusados de. O senador Lauro Sodré, responsabilizado pelo levante nas escolas militares, esteve desaparecido por alguns dias, mas acabou se entregando, alegando ter sido ferido, embora corresse à solta que ele fugira durante o motim. Instaurado o processo, foi

---

<sup>72</sup> ("Gazetilha", J. C., 17.11.1904) Pereira Passos, 278 e 279.

<sup>73</sup> CARVALHO, J. M. de Op. Cit., p.126.

absolvido, sob o argumento de que apenas esteve ao lado do povo contra a obrigatoriedade da vacina, e tempos depois voltou à vida pública. Vicente de Souza foi processado pelos seus crimes motivados pelos tumultos.

Os presos foram encaminhados à Ilha das Cobras, que se tornou o centro dos castigos. Fazendo valer a máxima de "limpar a cidade", nas palavras do chefe de polícia Cardoso de Castro, dias depois, embarcados em porões de navios, os presos eram levados em viagem sem volta ao Acre, território recém comprado pelo Brasil (1903) dos bolivianos. Segundo Euclides da Cunha: "Os banidos levavam a missão dolorosíssima de desaparecerem..."<sup>74</sup>. Entre os banidos muitos eram desempregados, miseráveis ou mesmo trabalhadores que se envolveram circunstancialmente nos acontecimentos e foram considerados "perigosos" pelas autoridades.

A discussão sobre a atualidade da mudança da Capital Federal para o Planalto Central, ato que fora promulgado pela Constituição de 1891, parece ter sido uma das consequências deste confronto bélico na cidade do Rio de Janeiro. O jornal A Notícia apontara, em 18 de novembro, a necessidade de afastar a capital das perturbações e turbulências de um grande centro urbano repleto de estudantes, composto por cinco escolas militares e operários influenciados cada vez mais por "anarquias estrangeiras".

*cada dia mais esta cidade se torna mais imprópria para continuar como a sede dos poderes federais, é um centro comercial, cosmopolita, que não traduz de modo algum o espírito brasileiro. Aqui, uma greve dos sapateiros como houve no tempo do sr. Campos Sales ou uma greve dos carroceiros, como tivemos o ano passado, refletem imediatamente sobre a estabilidade do poder central. (...) A pressão de todos esses elementos não pode se fazer sentir sobre o poder público. De mais é uma grande cidade turbulenta, com cinco escolas militares, quatro faculdades civis superiores e uma população advéncia extraordinária, resultado natural de sua situação de pequeno porto da América do Sul.*

*Todos estão vendo a rapidez com que estão se executando as obras da avenida, do porto e das modificações empreendidas pelo prefeito. O movimento das construções é extraordinário. Ninguém ignora que nos últimos dois anos tem havido um afluxo enorme de operários para esta cidade atraídos pelos salários altos, que chegaram nos primeiros meses ser despropositados, começaram a vir de todos os pontos do Brasil e de Repúblicas vizinhas. Mas é evidente que esta febre de construções não pode se manter com a mesma intensidade por muito tempo. Dentro de dois ou três anos ela baixara, ora, é sabido que o operário atraído pela facilidade para o grande centro não mais o abandona. E nós vamos ter aqui uma população de operários desempregados ou pela demasia, mal remunerados. E todas as*

---

<sup>74</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. 1993, p. 70.

*complicações para greves, as perturbações da ordem, os conflitos sérios, conflitos que sempre se refletirão sobre a marcha das instituições.*

*Essas previsões não são para daqui a séculos, elas se realizarão dentro de pouquíssimos anos...*

*Os prenúncios desses movimentos estão nos acordos de nossos operários com anarquistas estrangeiros, acordos que nossa polícia tem perfeito conhecimento. O fato que essas obras que estão fazendo na cidade não é um embaraço para a mudança da sede dos poderes federais. É no coração do Brasil, no seu centro, na vizinhança de um número maior de estados, que a capital deve ficar (...).*

## **A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL COSMOPOLITA INTERNACIONAL**

*Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua socialidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins (Nicolau Sevcenko, Literatura como missão).*

A adequação da forma urbana era uma necessidade da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. O novo momento da organização social brasileira, especialmente da capital federal, exigia uma reorganização espacial que acompanhasse a rápida evolução da economia brasileira, a intensificação das atividades de exportação e a inserção da cidade e do país no contexto internacional capitalista.

Era preciso resolver através da forma urbana questões, tais como: a ausência de edificações suntuosas, que davam "status" às rivais platinas; o rápido crescimento em direção à zona sul; a adequação das vias exigida pelo novo meio de transporte de elite (automóvel) e o surgimento do bonde elétrico; e a importância internacional do país enquanto maior exportador de café do mundo, com destaque para o papel que a cidade do Rio de Janeiro deveria cumprir como espaço de transmissão de um *modi vivendi* cosmopolita e altamente moderno das elites econômicas e políticas nacionais.

Instituído o recuo progressivo das edificações na área central e a uniformidade dos planos de alinhamento das ruas da cidade, a reforma consistia na abertura de grandes avenidas e alargamento das principais artérias, assim como na construção de edificações que concorressem para o embelezamento da cidade. Buscando, assim, resolver aspectos estruturais que

enquadrassem a cidade na lógica formal e funcional demandada pelo capitalismo. As ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembleia, Uruguiana, Carioca e Visconde do Rio Branco foram alargadas, passando a ter 17 metros; as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da Rua Larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma passaram a ter 24 metros; e a Rua Mariz e Barros 14 metros. Outras ruas da área central também foram alargadas, como: Treze de Maio, Acre, Camerino, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão entre outras.

il. 53 A  
 comparação do Rio de Janeiro com Buenos Aires foi uma constante na Imprensa Carioca do final do século XIX e início do século atual. As críticas à Intendência Municipal, ao estado sanitário da cidade e à ausência de melhoramentos urbanos eram inúmeras, como bem demonstra a charge.  
 Dom Quixote, n. 69, 8/8/1896  
 Dom Quixote



Com olhos voltados para a valorização imobiliária da região, as demolições das edificações excediam o alargamento estipulado; a intenção era, ao final das obras com os terrenos remanescentes valorizados, recuperar os custos das intervenções urbanas, ou parte deles. Conferindo-lhes ainda mais "status", algumas ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo receberam calçamento asfáltico, que pela primeira vez era empregado no Brasil. A Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes entraram nas obras de embelezamento propriamente ditas, recebendo imponentes estátuas e/ou tendo seus jardins melhorados. O planejamento de arborização também foi uma grande preocupação da época no Centro,



Botafogo e Laranjeiras e uma série de pavilhões arquitetônicos foram construídos (Vista Chinesa e o Pavilhão de Regatas e Mourisco).

A Avenida Central nasceu de uma necessidade do capital se expressar simbolicamente no espaço. Sem dúvida, foi a obra mais importante e imponente do período em termos de transformação da forma urbana, não considerando a demolição de "duas ou três mil casas, muitas com famílias numerosas"<sup>75</sup>; os valores das desapropriações pagos pelo Governo Federal chegaram a 26,456:638\$019<sup>76</sup>. Funcionalmente, era o complemento de duas outras grandes obras: a Avenida Beira Mar, realizada pela administração de Pereira Passos, e o novo Porto do Rio de Janeiro, a cargo da União, consolidando sua ligação. Entretanto, formalizava em seu espaço o cerne das Reformas Urbanas, representando o novo momento da organização social e as novas funções exercidas na cidade. Constituía ainda o primeiro exemplo de intervenção estatal de grande vulto sobre o urbanismo, organizada sob nova ótica econômica e ideológica que afastava os mais pobres das áreas mais valorizadas e que recebiam maiores investimentos. E, finalmente, serviu para mostrar que, ao resolver antigas contradições, a tendência é aparecerem outras como, por exemplo, o aumento das habitações populares e o crescimento das favelas nos morros da área central (Providência, São Carlos, Santo Antônio).

A importância atribuída à avenida enquanto espacialização do capital e manifestação das novas organizações sociais capitalistas evidenciou-se logo após a sua inauguração, em 15 de novembro de 1905, quando

*as melhores casas comerciais foram ali instaladas; os jornais construíram seus prédios monumentais e as grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do governo (Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Supremo Tribunal, Theatro Municipal, Palácio Monroe) foram nela localizados<sup>77</sup>.*

Pretendia-se, segundo os construtores, transformar a Avenida Central e seus 1.800 metros de comprimento e 33 metros de largura em parâmetro de modernidade urbana na América do Sul, rivalizando com a Avenida de Maio

---

<sup>75</sup> LEEDS, Anthony e LEEDS, Elisabeth, op. cit., p.190.

<sup>76</sup> REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Evolução Urbanística da Cidade*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, p.22

<sup>77</sup> REIS, José de Oliveira, op. cit., p.22

(30m), em Buenos Aires, tendo como inspiração clara os bulevares franceses. Conforme narra Jeffrey D. Needell: "Nada expressa melhor a *belle époque* carioca do que a nova Avenida Central - um imenso bulevar cortando as construções coloniais da Cidade Velha"<sup>78</sup>.



il. 55 O início dos trabalhos de abertura da Avenida Central (vista em direção à Prainha, atual Praça Mauá), 1904.

João Martins Torres



il. 56 Os novos edifícios da avenida Central em fase de construção, 1905.

João Martins Torres

O período Passos marca a superação formal das contradições da cidade colonial-escravista e o começo da adequação espacial da cidade às exigências do modo de produção capitalista. A construção da avenida representou um excelente negócio para as empresas imobiliárias envolvidas e que investiram

---

<sup>78</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. Tradução de Celso Nogueira, 1993, p.58.

em seus novos prédios. Segundo análise do urbanista Cândido de Malta Campos, as áreas liberadas pelas demolições foram "eleitas para construir os novos polos de prestígio e poder, e na conseqüente renovação da ocupação imobiliária"<sup>79</sup>.



il. 57. Avenida Central e seus edifícios, ainda em construção, tendo ao fundo o Pão de Açúcar, c. 1905-1906.

Marc Ferrez



il. 58 A Avenida Central, já plenamente integrada à paisagem carioca, c. 1910

Marc Ferrez & Filhos

Foram proibidas pela Comissão Construtora da Avenida Central edificações baixas e acanhadas. Exigia-se a construção de edifícios públicos de estilos de arquitetura variados atrelados a rígidos padrões construtivos. Novas técnicas de construção foram efetivadas em termos urbanísticos, como

<sup>79</sup> CAMPOS, Cândido de M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2002, p.135.

o uso de asfalto em vias públicas e calçamento decorativo em mosaicos de pedras portuguesas nas calçadas; estruturas metálicas passaram a ser largamente utilizadas, bem como os elevadores e novos materiais de acabamento, grande parte importados<sup>80</sup>. As edificações transformar-se-iam em um "catálogo da capacidade construtiva das grandes construtoras"<sup>81</sup>.



il. 59 A avenida, rebatizada em homenagem ao barão do Rio Branco, vista em direção ao cais do porto, c. 1915-1920

José dos Santos Affonso

A infraestrutura urbana foi uma grande preocupação sanitarista posta em prática na cidade, principalmente no que se referia ao escoamento de água e esgoto e construção de bueiros. Para o calçamento, mestres "calceteiros" de

<sup>80</sup> Materiais como: Tintas, vernizes, papéis de parede, vidros, espelhos, maçanetas, torneiras etc.

<sup>81</sup> ROCHA, Oswaldo. Op. cit., p.100.

Lisboa foram chamados, chanfrando e arredondando muitos quarteirões. Os lampiões de gás, tradicionais na iluminação das vias públicas, ganharam reforços através da empresa estrangeira Light and Power, que instalou nos postes lâmpadas de arcos voltaicos, munindo toda a Avenida Central com iluminação elétrica. Além disso, 53 mudas de pau-brasil (nos canteiros centrais) e 538 mudas de jambeiros (nos canteiros laterais) foram plantadas<sup>82</sup>.



il. 60 Obras de saneamento paralelas às demais medidas sanitárias. Caixa da Rua da Carioca, em frente da travessa de S. Francisco de Paula, c. 1906

Augusto Malta

A avenida ganhou ainda dois marcos simbólicos em suas extremidades: uma coluna no Largo da Prainha, composta pela Estátua do Barão de Mauá (1910) e o obelisco (em frente à praia de Santa Luzia), inaugurado em 14 de novembro de 1906 por Rodrigues Alves e Lauro Muller, pesando 27 toneladas e com 17 metros de altura, construído com granito retirado do Morro da Viúva que foi oferecido à cidade pela firma A. Januzzi e Cia, uma das construtoras dos novos prédios da avenida.

### 1904- Concurso de Fachadas

*Uma boa avenida não é somente uma rua muito comprida, muito larga e muito reta: a Avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto, é um horror! Uma avenida precisa de prédios bem construídos, elegantes ou suntuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como vilões na corte, todos os defeitos se exageram. E, se vamos encher a avenida de prédios de cacaracá, melhor será que*

<sup>82</sup> REZENDE, Renato. *Av. Rio Branco, 100 anos: um projeto de futuro*. Rio de Janeiro: Usina das Artes, 2002, p.20.

*nos deixemos de sonhos, e que nos contentemos com o Beco das Cancelas e com a Travessa do Ouvidor!  
O que me aplacou o susto, foi o ato louvadíssimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para a construção -, abrindo esse belo 'concurso de fachadas', cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões (Olavo Billac, 1904 - Revista Kosmos)<sup>83</sup>.*

Aberto em 27 de janeiro de 1904, pela Comissão Construtora da Avenida Central, o concurso contava com prêmios em dinheiro e especificações (normas) para os projetos inscritos: havia um quadro de referências preestabelecidas sobre o estilo arquitetônico, um mínimo de três pavimentos por edificação, o térreo necessariamente seria ocupado por lojas comerciais e as alturas das fachadas variavam de 10, 15, 20, 25 chegando até a 35 metros<sup>84</sup>. Os projetos eram ecléticos, em sua maioria cópias de modelos europeus, principalmente franceses. Buscava-se a construção de fachadas ornamentadas, rebuscadas e com materiais importados e, sobretudo, edificações construídas com estruturas de alvenaria e ferro.

Criava-se assim uma cidade- cenário, que devia encarnar a modernidade que representava munida de civilidade. Consolidava-se como espaço privilegiado destinado a grandes empresas e às elites sociais, mas, principalmente, como um espaço privilegiado e regido pelo Governo Republicano. Edificações emblemáticas deveriam ali repercutir as tendências e novas maneiras de se relacionar e vivenciar a cidade. Nesse sentido, houve um grande investimento material e simbólico nos projetos vencedores. Marc Ferrez, entre 1905 e 1907, já um profissional de prestígio, produziu um amplo catálogo fotográfico dos projetos arquitetônicos e das fachadas dos edifícios construídos ou em processo de, do qual foi publicada uma tiragem de mil exemplares pela Comissão Construtora, e que se transformou em um emblema da nova avenida.

Assim, erguer-se-iam em poucos anos, o Palácio Monroe, o Supremo Tribunal Federal, a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes, a Caixa de Amortização, o Clube da Engenharia, a Companhia Docas de Santos e sedes de grandes jornais.

---

<sup>83</sup> ROCHA, Oswaldo. Op. cit., p.68.

<sup>84</sup> BRENNNA, Guivanna R. Del. (org.), 1985. Op. Cit., pp. 123 e 163.

## Companhia das Docas de Santos - atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



il. 61 Prancha em  
fotogravura Álbum da  
Avenida Central. RJ,  
1908

Fotografias de Marc  
Ferrez

Com estrutura perimetral de alvenaria e central em ferro, a empresa concessionária de serviços públicos construiu na recém aberta Avenida Central, nº 46, sua sede, projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo.

## Palácio Monroe (1906 - Demolido)



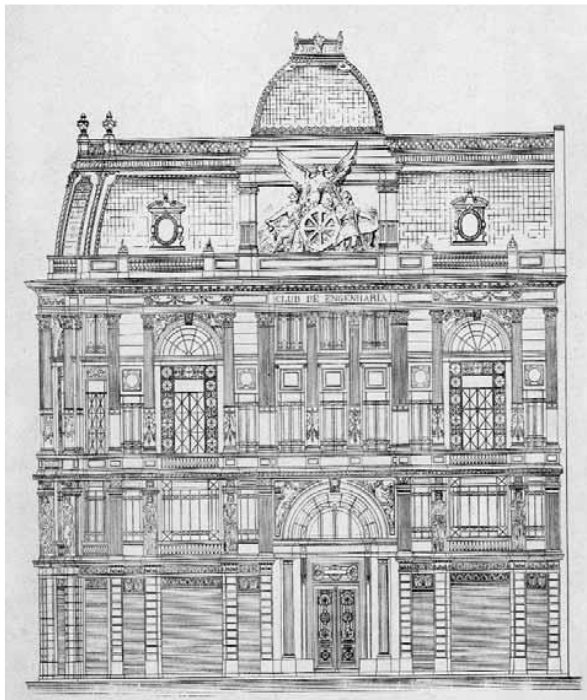
il. 62 Prancha  
em fotogravura  
Álbum da  
Avenida  
Central. RJ,  
1908

Fotografias de  
Marc Ferrez

Projetado inicialmente pelo coronel-arquiteto Francisco Marcelino de Souza Aguiar, para ser o pavilhão brasileiro na Exposição internacional de Saint-Louis (Estados Unidos, 1904), a construção em estilo eclético e estrutura metálica foi premiada. Em 1906 ganhou o nome de Palácio Monroe, em homenagem ao presidente americano James Monroe, quando já estava instalada na Avenida Central. O edifício abrigou a Terceira Conferência Pan-Americana, a Câmara dos Deputados, integrou-se à Exposição do Centenário da Independência em 1922, recebeu o Senado e diversas repartições de administração pública federal. Em meio a polêmicas, foi demolido em 1970, porque atrapalhava, segundo as justificativas, o trânsito e a construção do metrô.

### **Clube da Engenharia (1906 - Desabou)**

Vencedor do primeiro prêmio do concurso de fachadas promovido pela Comissão da Avenida, a edificação, projetada pelo engenheiro Raphael Rebecchi, desabou no dia 14 de fevereiro de 1906, quando ainda estava sendo construída, matando dois operários e ferindo outros 11.



il. 63 Prancha em  
fotogravura Álbum  
da Avenida  
Central. RJ, 1908

Fotografias de  
Marc Ferrez

### **Caixa de Amortização (1906)**

Projetado em estilo neoclássico, pelo engenheiro da Comissão Construtora da Avenida Central, Gabriel Junqueira, o prédio, localizado na



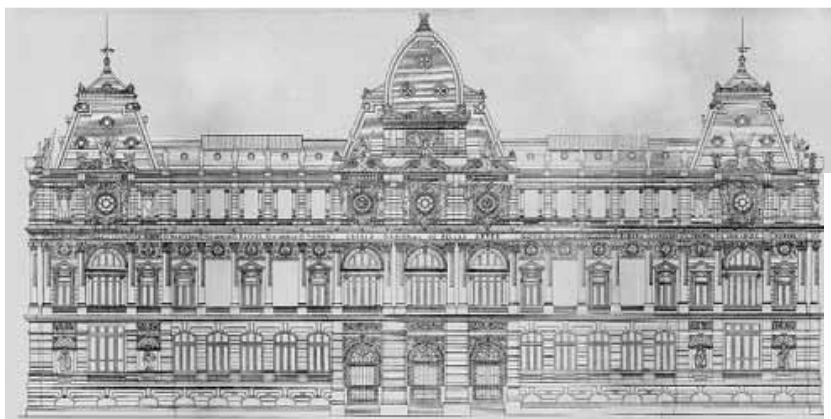
esquina da Avenida Central com a Rua Marechal Floriano, possui três fachadas com colunas de mármore Carrara, bases e capitéis de bronze dourado e, cobrindo três pavimentos, uma cúpula de 19 metros de diâmetro.



il. 64 Prancha em fotogravura  
Álbum da  
Avenida  
Central. RJ,  
1908

Fotografias de  
Marc Ferrez

### **Escola Nacional de Belas Artes (1908)**



il. 65 Prancha em  
fotogravura Álbum  
da Avenida  
Central. RJ, 1908

Fotografias de  
Marc Ferrez

O prédio, que a partir de 1937 passou a abrigar o Museu Nacional de Belas Artes, detentor de um dos acervos de arte brasileira do século XIX mais importantes, foi um projeto do professor da Escola de Belas Artes, o arquiteto Adolfo Morales de Los Rios. Apresenta uma planta quadrangular e fachada inspirada em uma das alas do Louvre, seu estilo é eclético. A antiga Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada em 1816, pelo príncipe D. João, ganhou a sua nova sede em 1908.

### **Supremo Tribunal Federal - atual Centro Cultural da Justiça Federal (1909)**

Inspirada nos prédios pontifícios renascentistas, com um amplo hall de entrada, uma bela escadaria metálica e um vitral representando a justiça, a edificação também foi projetada pelo arquiteto Adolfo Morales de Los Rios para abrigar o Palácio Arquiepiscopal. Comprado pelo governo federal, quando as obras chegaram à construção do terceiro pavimento, foi destinado à sede do Supremo Tribunal Federal, até 1960, quando o órgão foi transferido para Brasília, a nova capital federal.



il. 66 Prancha em  
fotogravura  
Álbum da  
Avenida Central.  
RJ, 1908

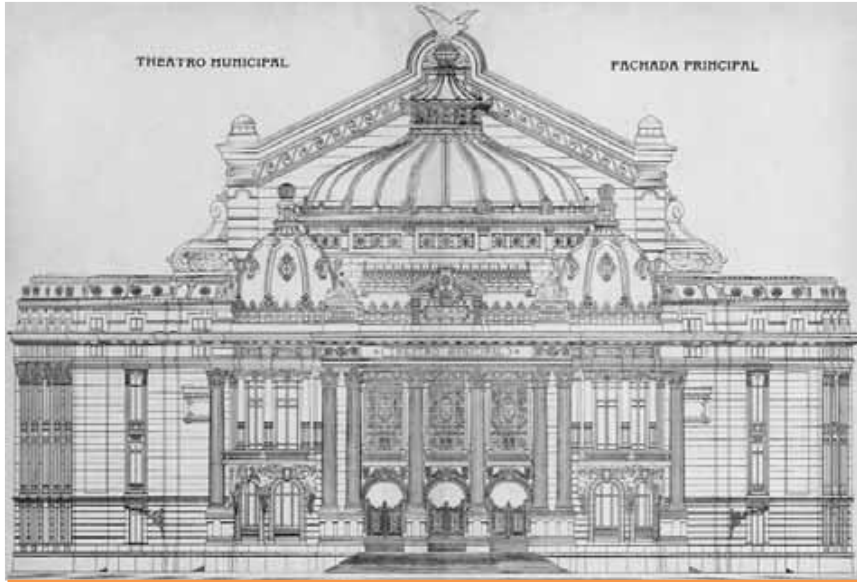
Fotografias de  
Marc Ferrez

### **Theatro Municipal (1909)**

Foi inaugurado em 14 de Julho de 1909, com uma festa monumental que incluiu apresentações de duas óperas curtas - “Insônia”, de Francisco Braga, e “Moema”, de Delgado Carvalho, entre outras apresentações emblemáticas, e até uma conferência de Olavo Bilac. O projeto final, resultante da combinação dos projetos de Francisco Oliveira Passos, filho de Pereira Passos, e do arquiteto francês A. Guilbert, tinha inspiração no *Opéra*, de Paris.

Das estruturas aos acabamentos e obras de arte, todos os elementos utilizados na construção eram de primeira qualidade e alto requinte, a maior parte importado da Europa: as escadarias em mármore de Carrara (Itália), o

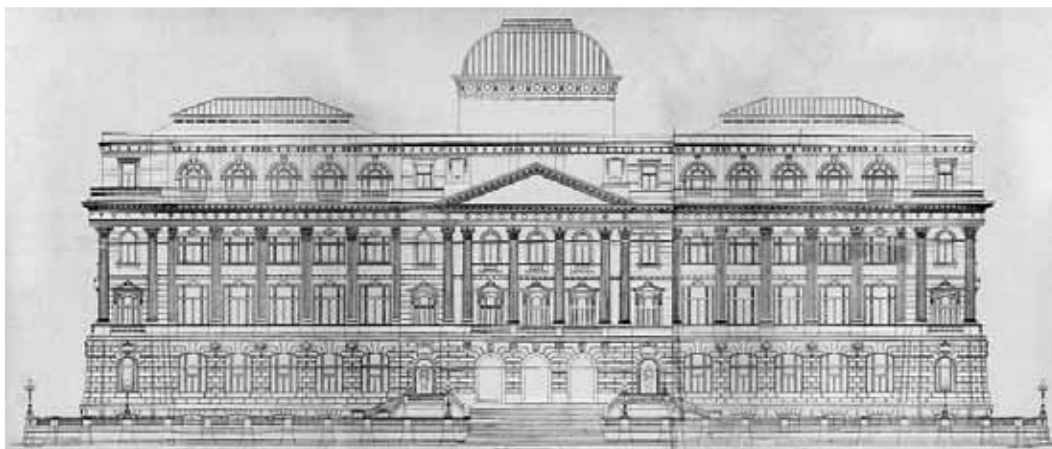
foyer revestido de ônix, os vitrais trazidos da Alemanha, da França vieram os lampadários em bronze; e estátuas representando as artes (Música, Poesia, Dança, Canto, Comédia, Tragédia) de Rodolfo Bernardelli; além de pinturas de Ângelo Visconti e Henrique Bernardelli<sup>85</sup>.



il. 67 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908

Fotografias de Marc Ferrez

### Biblioteca Nacional (1910)



il. 69 Prancha em fotogravura Álbum da Avenida Central. RJ, 1908

Fotografias de Marc Ferrez

Projeto criado a partir dos desenhos do arquiteto francês Hector Pepin, tem sua titularidade normalmente atribuída ao general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, responsável pela direção das obras. Previsto para acomodar todo o acervo da Biblioteca Nacional até meados do século XX, esgotou sua capacidade bem antes disso.

<sup>85</sup> FERREZ, Gilberto e SANTOS, Paulo. F. dos. *O álbum da Avenida Central*. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro, 1903-1906. Introdução de Gilberto Ferrez e estudo de Paulo F. Santos. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; São Paulo: Ex-Libris, 1982, p.17.

Assim como outras edificações da avenida, seu estilo é eclético com estruturas metálicas e alvenaria de tijolos, tendo o interior ornamentado por obras dos artistas: Eliseu Visconti, Henrique e Rodolfo Bernardelli, Modesto Brocos e Rodolfo Amoedo.

### **Sede dos Jornais**

O primeiro jornal que se instalou na avenida foi o edifício sede do jornal O Paiz, que se destaca por seu domo coberto de escamas de zinco, segundo descrição da época em: "estilo ornamental constituído por allegorias, emblemas e symbolos novos e modernos (...)"<sup>86</sup>.

Outros dois importantes jornais se estabeleceram na região, ambos com uma altura máxima de 56 metros, arcabouços de ferro e grandes torres – o Jornal do Brasil (arquiteto professor da Escola de Belas Artes, Ludovico Berna) e o Jornal do Commercio.



il. 68 Prancha em  
fotogravura Álbum da  
Avenida Central. RJ,  
1908

Fotografias de Marc  
Ferrez

---

<sup>86</sup> BRENNNA, Giovanna R. Del. (Org.). Op. Cit., 1985, p.386.

## Inaugurações Festivas

As inaugurações feitas na Avenida Central mais pareciam propaganda do governo, tentando diminuir a má impressão das medidas impopulares tomadas anteriormente, ademais de serem uma forma de legitimar as obras.

Em 8 de março de 1904 aconteceu a primeira, junto à Rua da Prinha, em meio a escombros da demolição. Fora agendada com o objetivo de lançar, ao final da cerimônia, o início da primeira construção da avenida, propriedade do sr. Eduardo P. Guinle e de competência do arquiteto Antônio Januzzi.

*[...] Dirigiam-se todos para o fundo do terreno (da Rua da Prinha), onde havia um tropheo de bandeiras de todas as nações e uma placa com os seguintes dizeres: '8 de março de 1904'. Sob este tropheo estava a lage de granito em que foi atacado o serviço de abertura da Avenida Centra<sup>87</sup>.*

A abertura do eixo da Avenida Central foi o motivo da segunda inauguração, num dia emblemático, 7 de setembro de 1904. Seguida de muitos boatos, contou com um convite especial impresso, e foi alvo de ironias e piadas por parte dos cidadãos e dos jornais. Alguns publicaram que o eixo da avenida estaria fora do alinhamento e chegaram a nomeá-la de "Avenida Errada" ou "Avenida Torta". Também havia quem acreditasse que devido à ligação direta com partes da baía e suas grandes proporções este ambiente seria propício aos resfriados. Daí, chamá-la "fábrica de resfriados", por canalizar o vento do mar<sup>88</sup>.

*As inaugurações da avenida vão ser fragmentadas para termos sempre muitas festas. Agora foi a do eixo, brevemente será o do primeiro lago, depois do primeiro mictorio, depois... Bem sabemos que com isto nada perde o commercio das nações nem periclitará o equilíbrio europeu, mas... não deixa de ser uma grande patacoada (Jornal Tagarela, 8 de novembro de 1904).*

Em 15 de novembro de 1905, ocorreu a última inauguração oficial, que marcava a abertura da Avenida Central, sob chuva e gritos de "Vive la France!". A avenida, pronta em 17 meses e sete dias, foi inaugurada restando quatro lotes para venda, 85 construções de prédios ainda em andamento e 30 finalizados. E conforme registra em 15 de novembro o jornal O Paiz: "Não

---

<sup>87</sup> "Avenida Central", G. N., 9,3,1904. In: BRENNAN, Giovanna R. Del. (org.). Op. cit., 1985, p.154.

<sup>88</sup> ATHAYDE, Raymundo de. *Paulo de Frontin: biografia*. Rio de Janeiro: Edição Especial do Clube dos Engenheiros, 1962, p. 104.

houve sol, mas houve entusiasmo; a multidão que veio para a rua e que a despeito do chuva que se derramou na grande via, enchendo-a de vida e movimento, nella se conservou até desaparecer no ângulo da Rua do Passeio o último soldado da desfilada militar. [...]"<sup>89</sup>.



il. 69 Cerimônia comemorativa do início das obras de construção da avenida, 8 de março de 1904

João Martins Torres



il. 70. Cerimônia de inauguração do eixo da avenida, 7 de setembro de 1904

João Martins Torres

Criado pelo cronista Figueiredo Pimental, o slogan: "O Rio Civiliza-se", parecia aplicar-se na prática ao contexto da avenida construída para a circulação das elites cariocas, tornando este espaço símbolo desta mudança de costumes, desta europeização dos padrões culturais.

<sup>89</sup> MALTA, Augusto. *O Rio de Janeiro do bota-abixo*. Textos de Marques Rebelo e Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997, p.118.

*As ruas amplas e extensas, as largas praças ajardinadas, os altos e formosos edifícios, as múltiplas diversões de simples prazer ou de gozo intelectual que acompanham necessariamente essas transformações do meio em que vive a população, hão de modificar os seus hábitos, influir sobre o seu caráter, ativar a sua iniciativa, despertar-lhe o gosto do belo, o culto do ideal, o amor que se traduz por atos, não o amor platônico e retórico, da terra nata<sup>90</sup>.*



**il. 71** Desfile militar na inauguração da Avenida Central (ao fundo, as torres e a cúpula da igreja Candelária), 15.11.1905.

João Martins Torres

A Rua do Ouvidor, até então a mais famosa do Rio, foi ofuscada já no primeiro dia da Avenida Central:

*Hoje deve ser entregue ao trânsito público a primeira Avenida construída no Rio de Janeiro, que recebeu o nome de Central. Como é igualmente sabido, esta grande artéria será oficialmente inaugurada hoje pelo Sr. Presidente da República, que cortará as fitas que a fecham. Quase todos os prédios concluídos terão as suas fachadas ornamentadas com bandeiras e galhardetes. Dentre estes, destacam-se os do Sr. Eduardo Guinle, posto à disposição da comissão construtora da Avenida e do qual o Sr. Presidente da República assistirá ao desfile das tropas, e da Rio Light Power. O primeiro achase internamente decorado com muito gosto, tendo nos vastos salões, além de escudos com bandeiras encimadas por guirlandas de flores, muitos festões cruzando os tetos assim como nas sacadas que dão para a Avenida. O outro prédio que se destacará pela sua ornamentação é o em que se vê instalada a Light, que além de outros enfeites terá a fachada iluminada por 500 lâmpadas elétricas incandescentes, multicores, tendo no centro uma estrela formada*

<sup>90</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., 2003, p.44.

pelas mesmas lâmpadas. Esse prédio pertence ao Sr. Conde Sucena (Gazeta de Notícias, 15 de Novembro de 1905).

il. 72 Autoridades e populares na inauguração da Avenida Central, 15.11.1905

João Martins Torres



O Jornal do Commercio publicava no dia 16 de novembro informações sobre a festiva inauguração, destacando a grande multidão que fora atraída até a avenida mesmo em condições adversas, e a forma com que soube ocupar os espaços e edificações de modo pacífico e sem grandes tumultos:

*Raras vezes um acontecimento público terá atraído a uma extensa área da cidade mais gente do que a inauguração da Avenida Central atraiu ontem, desde a manhã, à zona urbana, vulgarmente conhecida pelo nome de 'centro'. É evidente que a afluência maior se localizou na nova via de comunicação, mas as transversais entre o largo de São Francisco e o Rocio, de um lado, o largo do Paço e a Rua Direita, do outro, foram, desde as 7 horas da manhã, outros tantos carreiros por onde se agitou num fluxo contínuo e animado um dos mais vastos formigueiros humanos que a atual geração será dado presenciar.*

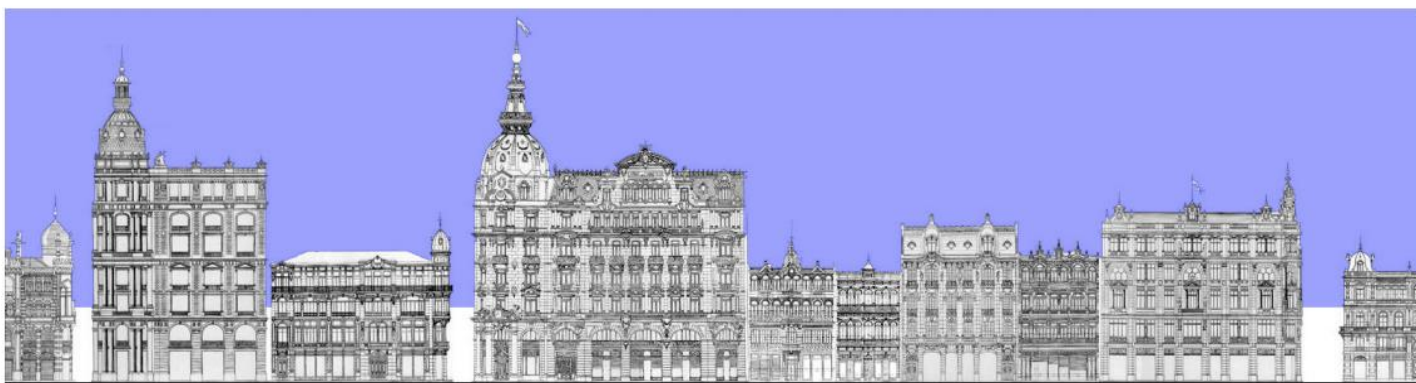
*Foi porque o animava esta mesma convicção, que o povo durante toda a manhã e parte da noite se escoou constantemente entre os dois flancos da Avenida em ondas compactas que só cessaram depois das dez da noite, ante a necessidade imperativa do descanso. O tempo não quis colaborar com a população na consagração do melhoramento novo, mas, considerada a verdadeira avalanche humana que com dia feio encheu a Avenida, quase se pode abençoar o acaso do tempo, pois sem ele o estadio na nova artéria principal da cidade se teria tornado intolerável. Ao demais, ante a má vontade do tempo, os cariocas souberam encolher desdenhosamente os ombros. As senhoras, às janelas dos prédios já concluídos, em palanques improvisados no arcabouço dos em construção, ou pelas ruas chapinhando na lama aristocrática da grande rua elegante, pareciam afirmar que esse documento de progresso valia bem o holocausto de um vestido, de elevado preço que fosse.*

*Do lado dos homens, uma ou outra cartola foi naturalmente votada à perdição, como tributo espontâneo à comemoração grandiosa. Os próprios soldados, marciais, serenos, pareciam eles próprios indiferentes ao gotejar da chuva sobre os dourados e alamares das fardas e deram à Avenida a nota simpática de sua presença.*

(Jornal do Commercio, 16 de novembro de 1905)



Em 1908, a cidade receberia o título de que tanto se orgulha hoje, dado pelo escritor Coelho Neto, de "Cidade Maravilhosa". A cidade, através da Avenida Central, símbolo dos novos tempos e da modernidade do país, por reunir formal e geograficamente os poderes econômicos, políticos e sociais da cidade brasileira mais importante no cenário global, firmar-se-ia como espelho do progresso e vitrine do país. Se por um lado apresentava-se como espaço do poder e da ordem republicana, por outro, vendia-se, mediante suas novas construções, como ambiente propício ao desenvolvimento da capital. Neste momento de inserção no cenário internacional, buscava-se manter controladas as paixões políticas locais e as agitações das massas populares.



il. 73 Desenhos das fachadas da Avenida Central. Acervo LAURD

Este Rio de Janeiro de amplos contrastes, anos depois permanecia o mesmo, conforme evidencia essa notícia do Correio da Manhã.

*Quem visita a capital [...] tem a impressão de estar numa cidade onde parece haver ordem [...], onde se goza de manifesto bem-estar, onde a vida é largamente faustosa. Todavia este é o polo bom, o anverso de atraente medalha. Se porém o forasteiro sair da Avenida Rio Branco ou das ultimamente abertas [...] terá o ensejo de ver o reverso do quadro, verificando que nossos incontestáveis progressos materiais não correspondem, de forma alguma, a certos progressos morais que seriam aliás afirmações de cuidadoso zelo da administração pública (Correio da Manhã, 10 de julho de 1917).*

No início do século XX, circulavam na cidade do Rio de Janeiro muitos jornais e revistas de grande tiragem, que muito serviram para embasar este trabalho, trazendo padrões, comportamentos e acontecimentos cotidianos da cidade que se encontrava em franco processo de metamorfose urbana. Vale destacar que cada um parecia direcionar suas matérias para o público que lhe interessasse, fosse o governo e seus simpatizantes, os populares e mesmo as

elites. No entanto, estas ressalvas ficaram de fora da pesquisa, importando, sobretudo, os fatos narrados.



il. 74  
Avenida  
Central, c.  
1910

Marc  
Ferrez &  
Filhos

O Jornal do Commercio (1827), a Gazeta de Notícias (1874) e até mesmo o Jornal do Brasil (1891) circulavam em variadas tiragens alimentando revoltas e descrevendo fatos. Pode-se afirmar que eles tiveram fundamental importância na vida dos movimentos sociais da cidade, principalmente as publicações que surgiram na virada do século, muitas estimuladas pelas grandes transformações da capital, tais como: o Correio da Manhã (1901); também do ano de 1901 a Revista da Semana, revista ilustrada, com algumas imagens já em cores, comprada, posteriormente, pelo Jornal do Brasil; a revista Kosmos e a revista Renascença, ambas de 1904. Existiam ainda as revistas humorísticas que faziam muito sucesso: Fon-Fon! (1907), Careta (1908), O Malho (1902) e o semanário A Avenida (1902). Estes meios de comunicação fomentaram e acalmaram movimentos, narraram conflitos e tiveram papel ativo neles. Eles marcaram a paisagem com suas grandes edificações, é inegável, mas sua marca maior foram os registros impressos que deixaram, possibilitando hoje a reconstrução histórica, não necessariamente imparcial, da sociedade e da cidade republicana do início do século passado.



il. 75 O edifício-sede do Jornal do Brasil, na Avenida Rio Branco, c. 1915.

Augusto Malta

## Espaço Público e os Novos Costumes

*Conforme já analisado anteriormente, a Reforma Passos representa um momento de corte fundamental na relação entre Estado e Urbano. Até então, essa relação havia sido indireta, limitando-se o Estado a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que se constituía assim na mola mestra de crescimento da cidade. A intervenção direta do Estado sobre o urbano - caracterizada pela Reforma Passos - não só modificou definitivamente essa relação, como alterou*

*substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade no século XX.*

(Abreu, Maurício de Almeida, 1987)

Em um primeiro momento, a atuação direta do Estado proporcionou uma rápida transformação na forma-aparência da cidade (morfologia urbana) bem como na alteração da forma-conteúdo (separando usos e classes sociais nos espaços). Uma vez que se dispôs a operar diretamente no espaço urbano, o Estado potencializou e acelerou o processo de estratificação social, que já vinha ocorrendo desde o século XIX, conformando uma divisão espacial de núcleo e periferia, que ainda hoje se observa. Houve uma divisão espacial dos bairros que atenderiam aos burgueses e aos proletários e direcionaram-se os investimentos para os primeiros, agravando ainda mais, não apenas as carências urbanas, mas, sobretudo, o descontentamento causado por elas.

Enquanto a população pobre procurava refazer a vida e recriar seus hábitos perdidos com a Reforma Passos, obrigada a se mudar para os subúrbios ou morros, que fervilhavam com a implantação popular da sua cultura, os espaços públicos da área central, em especial a Avenida Central iam mudando os hábitos da elite carioca, absorvendo costumes franceses. A rua passou a ser mais frequentada, em detrimento dos grandes salões sociais coloniais, e ali, no ambiente urbano, podia-se ser visto e fazer ver, relacionar-se expondo seus bens e poder de compra. Com modernas lojas de artigos importados e restaurantes finos, frequentar cafés, jardins, livrarias, o bulevar traduzia-se em *glamour* europeu, a rua transformava-se em passarela para exibição do vestuário à moda francesa ou inglesa. Começava-se a viver a *Belle Époque* carioca, que perduraria até a Exposição de 1922.

A antes temida avenida, pela vocação de causar resfriados, convertera-se em um refúgio ao calor da cidade, um convite ao passeio, como ressalta o jornal O Paiz de 9 de dezembro de 1905:

*A bárbara temperatura senegalesca de ontem durante todo o dia levou à tarde uma grande parte da população para o carinhoso aconchego da Avenida Central. Aí se podia respirar à vontade, uma brisa suave abrandava a atmosfera e de alguma forma indenizava da exaustiva canícula que houveram de suportar durante o dia inteiro.*

Iluminada a gás ou através dos postes de energia elétrica, a avenida e seus múltiplos lazeres movimentavam a noite carioca por suas calçadas e vias

de tráfego. As noites abafadas e as mesas de bares ao ar livre, além da possibilidade de deslocamento pelos primeiros automóveis da cidade, em bicicletas, carruagem, tálburis, ou mesmo a pé, tornavam-na um espaço atraente para fugir do calor das residências. As noites na avenida passaram a reunir cada vez mais gente.



il. 77 Vista noturna da Avenida Central, c. 1910-1912. Da esquerda para a direita, a então Escola Nacional de Belas Artes (hoje Museu Nacional de Belas Artes), a Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal Federal (hoje Centro Cultural da Justiça Federal).

Lopes



Com as transformações urbanas, demandadas pela modernidade e sob inspiração francesa, introduziram-se hábitos sociais e comportamentais que rapidamente foram assimilados e aprofundados na capital. O escritor Lima Barreto, contrário às implementações profundas da modernidade, ressalta o caráter cenográfico do espaço público e o intuito teatral adotado pelos cidadãos

da elite ao circular na artéria urbana: "surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia"<sup>91</sup>.

O novo cenário urbano carioca e cosmopolita, mais do que recriar espacialmente a França, parecia querer vivenciá-la: "O chique era ignorar o Brasil e delirar por Paris", conforme comenta o crítico literário Brito Broca. Os costumes coloniais deveriam ser definitivamente deixados de lado e a elite passaria a trajar figurinos que traduzissem o poder de compra e a individualidade dos novos tempos. Evidenciava-se pelas ruas o "culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo"<sup>92</sup>.

il. 78 Artes e modismos no cenário da Avenida, c. 1912

Anônimo



Tão forte era o autoritarismo da moda frente aos costumes urbanos mais simples, como caminhar pelas ruas e avenidas, que se criou uma lei e um conjunto de "normas" que orientassem a forma de transitar e se vestir nas áreas urbanas reformuladas. A nova lei tornou obrigatório o uso de paletó e sapatos em todas as pessoas, para "pôr termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade"<sup>93</sup>. A lei não foi adiante apesar de ter levado preso um cidadão por andar sem colarinho pela avenida<sup>94</sup>.

As restrições não atingiam somente os populares que não se adequavam às condições elitizadas da avenida, mas a própria elite teve que se

<sup>91</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Os bruzundangas*. Porto Alegre: LEPM, 1998, p.106

<sup>92</sup> SHAPOCHNIK, Nelson. "Cartões-postais. Álbuns de família e ícones de intimidade". In: SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., 1998, p.440.

<sup>93</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. ver e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.46.

<sup>94</sup> Idem ibidem. p. 46

adaptar para manter-se naquele espaço de novos costumes. As vestimentas masculinas escuras, sobrecasacas e cartolas, da época do Império, foram substituídas por paletós de casimira clara, roupas de linho, gravatas, camisas de tecido inglês; e até mesmo acessórios como luvas, polainas, chapéus e guarda-chuvas ganharam destaque nas vestes urbanas. Em relação às mulheres, as influências da cultura francesa, do embelezamento e da moda eram ainda mais explícitas e pareciam refletir-se nas próprias leis de elegância. "As roupas das mulheres transformaram-se no sentido de destacar as formas femininas [...] Os modelos [...] criados em Paris e feitos em casas especializadas do Rio de Janeiro [...]"<sup>95</sup>.

Os chapéus apresentavam-se como "ingresso da civilização" e, segundo Nicolau Sevchenko, envolviam códigos extremamente complicados, que iam desde a idade do usuário até variações complexas como a posição do pai e da mãe, referenciando-se em horários, estação e mesmo ambiente.

A nova mulher da elite carioca, com sua feminilidade realçada pelas vestimentas, parece ter se adaptado bem ao ambiente da Avenida Central, emoldurando e destacando sua beleza e seus atributos, ressaltando a graciosidade de seu andar, fazendo-a mais notada. As dimensões avantajadas das avenidas e novas ruas parecem ter contribuído para as trocas de olhares entre os cidadãos urbanos, segundo destaque da revista Kosmos, em 1907, extraído de uma conversa entre dois rapazes reunidos em um café da avenida:

*– Hoje, até as mulheres são mais lindas, repara. A princípio, andei a supor que a idade é que me fazia vê-las mais lindas, mas não. [...] Para mim, sabes a quem a Mulher de hoje deve o realce encantador de sua beleza e elegância? [...]*

*– À rua, aos melhoramentos da Rua. Antigamente, nos apertos do nosso velho Beco do Ouvidor, no círculo desairoso do Largo da Carioca, nem eu nem tu, podíamos ver bem a mulher, nem ela se nos podia mostrar com a exigida perspectiva. Além disso, o mau calçamento, sempre em péssimo estado, tirava-lhe a cadência do andar, fazendo-a gingar, como os nossos capadócios. [...]*

*– Agora não. Com as ruas amplas, com a moldura alegre das casas novas, o movimento e o gesto podem obedecer a todas as exigências e aos rigores de todos os estudos: e o próprio passo poder ter a cadência que a toilette demanda, porque, não sei se já tens observado, a mulher que traja a elegância custosa de um vestido de seda não tem no passo a mesma cadência da que exhibe a elegância apetitosa de um tailleur de brim branco (Revista Kosmos, 1907).*

---

<sup>95</sup> COSTA, Angela M. d C. e SHWARCZ, Lilia M. 1890-1914. *No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.71.

il. 79 Apreciando a vitrine da nova filial da loja Parc Royal na Avenida, 27.3.1906.

Augusto Malta



O entendimento da Avenida Central como espaço de consumo foi se consolidando com suas famosas lojas de grife (Casa Colombo e o Parc Royal), que vendiam artigos tanto masculinos quanto femininos, em geral importados, seguindo os padrões de alta moda europeia. O comércio urbano valia-se da necessidade alimentada na sociedade de estar atualizada nas novidades da moda. "Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a 'novidade', a 'última moda' e os artigos '*dernier bateau*'"<sup>96</sup>.



il. 80 A tradicional loja Parc Royal, "templo" da moda na Belle Époque carioca, c. 1905-1910.

Augusto Malta

<sup>96</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., 2003. p.40



Os cafés reformulados ou recém inaugurados (Paris, Globo, Café do Rio) espalhavam-se pela cidade e principalmente pela avenida e proximidades (como a famosa Confeitaria Colombo na Rua Gonçalves Dias, a 100 metros da Avenida Central), facilitando encontros casuais e programados de estudantes, políticos, jornalistas, artistas, advogados e outros profissionais liberais. Eram intensamente frequentados, inclusive por famílias.

Embalados por valores de uma sociedade moderna dos trópicos, hábitos saudáveis também passaram a fazer parte da paisagem urbana. Seguindo a crença de propriedades medicinais e terapêuticas do mar, cada vez mais os cariocas foram se aproximando das praias da cidade. Horários pareciam estipulados pela etiqueta para senhoras e famílias usufruírem das praias, após as sete da manhã estes espaços começavam a ser ocupados por rapazes barulhentos e *cocotes*. Os horários de banho das senhoras de família não regulava com o sol e seus trajes de banho seguiam os rígidos padrões morais da época: "Uma dama de respeito [...] toma seu banho, sempre, de madrugada. [...] E como indumentária de banho traz umas calças muito largas [...], um blusão [...], sapatos de lona e corda. Na cabeça, destas toucas [...] ou chapelões de aba larga" (Luis Edmundo, 1993).



il. 81 Inauguração do Café do Rio, 1911.

Augusto Malta

A vida social do carioca, pós-plano de reforma Passos, intensificou-se. Multiplicaram-se as salas de cinema, a grande novidade da época, que causou fascínio através de seu cinematógrafo; as salas de teatro e a abertura do

Teatro Municipal com suas obras variadas, muitas importadas, além de artistas internacionais e belas óperas concorreram para alterar a rotina noturna da cidade. Os numerosos salões de dança de diversos gêneros, o culto à saúde do corpo, as idas à praia, o aparecimento do futebol e seus clubes e campeonatos, enfim, muitos eram os atrativos de lazer da cidade moderna.

Em 1896, houve a primeira apresentação de cinema na cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor nº 57, através de um aparelho precursor do cinema: o "omniógrafo". O "cinematógrafo", com sua fidelidade de reprodução, reafirma e multiplica a abrangência das tendências e costumes europeus, uma vez que vem aumentando a quantidade de admiradores deste lazer. Em 1898, as primeiras imagens cinematográficas da Baía de Guanabara já eram feitas e, aos poucos, novos filmes iam sendo produzidos no país. Em 1907, com o fortalecimento da energia elétrica graças à empresa The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd., 33 salas de projeção foram inauguradas, muitas situadas na Avenida Central, tais como: o Cine Pathé e Paraíso do Rio. A adesão do carioca à arte do cinema era tamanha que a polícia começou, segundo registros de João do Rio, a dirigir as entradas dos cinematógrafos na avenida, tal o tumulto e concentração de gente disposta a pagar para ver os filmes ali exibidos.

O teatro, que figura como paixão do carioca, teve no século XX sua abrangência multiplicada pela disseminação de pequenos, médios e grandes palcos pela cidade (teatros, cafés-concertos, palcos em galpões), mesmo nos arrabaldes mais distantes, dispostos a atender a heterogeneidade do público em diversos gêneros (cantores, domadores de animais, *performers*). Estimulados pela demanda de público, novos teatros foram surgindo, entre eles: o São Pedro, Lucinda, Apolo, República... E, após sua abertura em 1909, o Teatro Municipal sagrou-se como o grande espaço cultural da cidade, recebendo companhias francesas, italianas, alemãs de óperas e dramaturgias. Escritores brasileiros, autores dos teatros musicais, também tiveram espaço e eram sucesso garantido, como João do Rio e Arthur de Azevedo.

O teatro e os cinemas, além da iluminação pública, eram indícios do potencial agregador desta área que viria a ser a Cinelândia, após a demolição do Convento da Ajuda (1911) e o empreendimento de Francisco Serrador, que concentraria suas empresas após 1917. Planejando a construção de modernos

edifícios reunindo atividades diversas (cinemas, lojas, cafés e confeitarias, restaurantes e escritórios), Francisco consumou grande parte de seu plano arrojado através da inauguração dos edifícios Capitólio e Glória (1925), Odeon e Império (1926) todos dotados de suntuosos cinemas.



il. 82 O cinema Pathé na Avenida Central, c. 1915

Marc Ferrez & Filhos

Estes conjuntos aliados à sede do Tribunal Federal (1907), Museu Nacional de Belas Artes (1908), Teatro Municipal (1909), Biblioteca Nacional (1910), Câmara dos Vereadores (1922), junto a uma generosa praça

(apelidada de Praça dos Saberes Conciliados) Floriano Peixoto conformariam o ponto referencial da Avenida Rio Branco. Por sua grande movimentação e oferta de serviços variados, por concentrar ali usos institucionais que atraíam manifestantes protestando seus direitos, conformava um espaço de interesse artístico pelas edificações e, formalmente, configurava um belo conjunto arquitetônico e urbanístico propício à realização de grandes manifestações e receptivo à exposição de opiniões; agregava ainda a facilidade de locomoção e articulação ao resto das vias da cidade.

Se em 1897 foi feito o primeiro passeio de automóvel (um veículo a vapor, importado da França) pela cidade por José do Patrocínio (um dos grandes da campanha abolicionista), em 1903, havia apenas seis automóveis na cidade. No entanto, com a consolidação da civilidade e modernização da Capital, e a abertura da Avenida Central, também pensada para receber este meio de transporte, em 1910 já eram 615 os automóveis circulando pelas ruas da cidade<sup>97</sup>. Inicialmente, o automóvel interrompia o fluxo das ruas, despertando vaias ou aplausos; aos poucos, virou modismo e acelerou a vida moderna através de seus proprietários, "homens de fortuna". Sem leis de trânsito, legislação ou sinalização, frequentemente ocorriam acidentes e atropelamentos. Assistia-se a verdadeiras guerras entre automóveis e pedestres, onde estes últimos ocupavam as vias de circulação além das calçadas e costumavam atravessar de uma calçada a outra tão logo tinham suas atenções atraídas para o outro lado.

Os tempos republicanos trouxeram, ainda, a prática mais intensa de atividades físicas, esportes e ginásticas. Exercido individual ou coletivamente, a adesão aos esportes crescia especialmente a natação, canoagem, equitação, esgrima, salto, basquete, tênis, luta, ciclismo. Entre as mulheres predominava o pingue-pongue, tênis, basquete, equitação, ginástica, ciclismo e dança.

Surge, então, trazido da Inglaterra para o Brasil pelo paulista Charles Miller, em 1894, o futebol: duas bolas, uma bomba de encher, uma agulha e dois uniformes completos, Esporte da elite aristocrática branca que, ao popularizar-se, transformar-se-ia na paixão nacional. Em 1901, através de Oscar Alfredo Cox, foi formada a primeira equipe carioca - Rio Team. Em 1902

---

<sup>97</sup> "Nosso Século, 1900-1910", 3, p.71.

funda-se o Fluminense Football Club e em 1904 o Botafogo Futebol e Regatas. Em 1906, seria disputado o primeiro campeonato carioca.



il. 83 Pedestres e automóveis disputando o mesmo espaço, c. 1930 Rio de Janeiro, trecho da Avenida Rio Branco.

Se por um lado a cidade europeizava-se, por outro, a cultura de massas tomava essas áreas planejadas mostrando-se e se apossando daquele espaço que também lhes pertencia.

### Vitrine do Progresso e a realidade carioca

A Avenida Central foi pensada para ser a vitrine do progresso, e direcionada para acolher as camadas mais abastadas da sociedade, segregando os populares. No entanto, esses segmentos, apesar da determinação governamental de manter a avenida livre deles, esses indesejáveis cidadãos, foram se apropriando paulatinamente desta área da cidade, seja para observar a nova artéria ou simplesmente participar do cenário.

Trabalhando ou residindo nas imediações do novo bulevar, evidenciavam-se esporadicamente traços da cultura popular carioca. Comemorações populares passaram a também tirar partido deste pavimento urbano longilíneo e de dimensões favoráveis às manifestações. Valorizava-se o

poder de observação e de aglomeração de pessoas ali naquele espaço. Nessa medida, o novo eixo central da cidade passou a acolher não apenas festejos oficiais, mas também o povo e suas expressões. Nestas ocasiões, conforme descrito por João do Rio, a "vitrine" desvendava sua miséria. "Vícios, horrores, gente de variados matizes, [...] todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante"<sup>98</sup>. Segundo um jornalista da revista Fon-Fon! (1904): "quando se entra na avenida [...] descortina-se lá no alto, a dois passos da formosa artéria, um trecho de África"<sup>99</sup>.

### 1906 - Festa popular de Nossa Senhora da Penha

(romaria festiva de 100 mil pessoas - Avenida Central)

A festa de Nossa Senhora da Penha, originalmente portuguesa, mas já arraigada na cultura popular da cidade do Rio de Janeiro, incorporou elementos da tradição africana à sua romaria e desfilou com cerca de 100 mil pessoas pelo grande eixo urbano criado para parecer Paris. O motivo da "invasão" popular gerou duras críticas, entre as quais destaca-se a do escritor Olavo Bilac, em outubro de 1906, retirada de uma crônica da revista Kosmos:

*[...] vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo [...] me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie...*

O jornal O Paiz de 15 de Outubro de 1917, salientava ainda a diversidade religiosa manifestada através da romaria de Nossa Senhora da Penha: "promiscuidade absoluta: o samba e o batuque, danças típicas, eram apreciadas por pessoas de todas as classes que admiravam o desembaraço e a destreza de nossos patrícios numa dança racional tão apreciada até por estrangeiros".

### A festa popular do carnaval

---

<sup>98</sup> DO RIO, João. 'Visões de ópio', Rio, 1952, p.85. Apud VELLOSO, M. P. Op. cit., 1988, p.27.

<sup>99</sup> SOUZA, Iara L. S. C. 1994.

Antes realizada na Rua do Ouvidor, a festa do carnaval, a mais popular da cidade, também foi transferida para a Avenida Central. Refletindo a segregação espacial da cidade, a festa acontecia em duas frentes: as comemorações festivas da elite carioca com seus tradicionais desfiles de corsos e a batalha de confetes; e os cordões suburbanos, "Pés espalhados", "Rompe e rasga", "Triunfo das ondas do mar", "Rosa de Ouro", entre outros<sup>100</sup>, que em um dado momento se derramaram para a avenida.

Os carnavais da cidade eram mais do que foliões fantasiados aglomerados nas ruas ou fazendo trezinho em salões de clubes. Sendo reflexo da sociedade carioca, a festa era também polarizada. Se de um lado, no período que antecedia a Quaresma, os populares, negros, imigrantes e estivadores vindos de morros e periferias, inspirados em festas profanas, juntavam-se na Praça Onze, numa brincadeira que terminava, como todo carnaval popular, em uma guerra de bisnagas espirrando os mais variados líquidos. Os mais abastados inspiravam-se no carnaval de Nice, na França. Charretes eram enfeitadas com grandes buquês de copos-de-leite, ramalhetes de margaridas e pétalas das mais variadas espécies e, assim, em perfumados e elegantes corsos a Avenida Central, recém-inaugurada, era atravessada em um elegante desfile que culminaria em uma Batalha de Flores (Bueno, Eduardo. 2010, p.137)<sup>101</sup>.

Data de 1917, pelo que se conta, o nascimento do samba, na Rua Visconde de Itaúna, número 117, em frente à Praça Onze, no centro religioso da baiana Hilária Batista de Almeida (Tia Ciata)<sup>102</sup>, que ali se estabelecera desde o século XIX. Figura sempre presente nos carnavais, a partir de 1929, quando se organizaram os primeiros desfiles das escolas de samba na Praça Onze, era obrigatória a passagem do cortejo carnavalesco em frente à residência dela, que falecera em 1924.

---

<sup>100</sup> VELLOSO, Mônica P. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Edição casa de Rui Barbosa, 2004, p.32.

<sup>101</sup> BUENO, Eduardo. *Avenida Presidente Vargas: um desfile pela história do Brasil* / Eduardo Bueno, Paula Taitelbaum; fotos de Fernando Bueno e Dudu Contursi – Porto Alegre: Buenas Idéias / Arco Arquitetura e Produções, 2010.

<sup>102</sup> A ala das baianas das escolas de samba teria sido criada em sua homenagem.

Os primeiros desfiles das escolas de samba não eram organizados e não tinham itinerário definido e nem disputa e premiação. O importante era passar pela Praça Onze e botar o bloco na rua, garantindo a diversão dos foliões. No entanto, assim que os desfiles chegavam ao fim, os passistas eram impedidos pela polícia de chegar até a Avenida Central e eram escoltados e empurrados para cima dos morros ou de volta aos cortiços.

Em 1930, o carnaval da cidade ganhou status oficial e dois anos depois, com o auxílio do prefeito Pedro Ernesto, em parceria com a Touring uma comissão executiva foi nomeada para elaborar e programar oficialmente a festa.

*É hoje, finalmente, que se realizará na Praça 11 de junho o importante certame que toda a cidade aprecia e que constitui uma das notas mais características do nosso carnaval: o Samba do Morro. As Escolas de Samba, admiráveis redutos carnavalescos, onde a nossa gente dá toda a vibração aos sentimentos de canção popular, vão desfilar perante uma comissão de julgamento que decidirá quais o campeão e o vice-campeão da cidade (Jornal do Brasil, 1933).*

Em 1935, a prefeitura da cidade começou a oferecer uma subvenção regular aos grupos das escolas de samba do Rio de Janeiro e os desfiles passaram a fazer parte do carnaval oficial da cidade. Nenhum governante parecia ter dúvida do potencial turístico envolvido na festividade. A Avenida Central vai se abrindo em dias festivos ao carnaval e consolida-se não apenas como um espaço de desfile das elites, mas aos poucos vai se democratizando, mesmo que o interesse carnavalesco dos populares estivesse voltado para a Praça Onze e posteriormente à Presidente Vargas e ao Sambódromo.

O carnaval, mais do que uma simples celebração festiva, caracterizava-se por uma inversão temporária (quatro dias) da ordem preestabelecida e segregatória, colocando abaixo as barreiras invisíveis ou impostas no eixo central, às diversidades sociais. O espaço urbano, neste momento, dimensionava-se para receber e legitimar a interação entre as diferentes camadas sociais. Levando em consideração que a Avenida Central era um espaço de domínio elitista republicano, o período do carnaval simbolizaria uma vitória popular no espaço urbano, uma inflexão à cultura dos pobres, um momento em que este espaço democratizava-se e, por supremacia numérica,



absorvia as massas populares. Esta afirmação ganha consistência na marcha carnavalesca de 1899, composta por Chiquinha Gonzaga, para o "cordão Rosa de Ouro", da qual destacamos um trecho:

*Ô abra-alas, que eu quero passar  
Eu sou da lira*

*Não posso negar.*

il. 84 Irreverência e humor no desfile carnavalesco pelas ruas da cidade. Carnaval de 1917.

Augusto Malta



il. 85 A multidão na Avenida Rio Branco durante os dias de carnaval, c. 1914.

Augusto Malta



O carnaval figurava também como uma festa de reivindicações e exposição de críticas em tom de humor. Assim, muitos carros acabavam proibidos de circular, pela polícia, por seu conteúdo difamatório à imagem das

autoridades. A presença popular nas ruas, conquistada aos poucos, mesmo no carnaval acabou sendo perseguida pelas autoridades e inúmeros conflitos de pequeno porte se desencadearam nestes momentos de festividade. Mesmo sabendo da importância da presença das tradições indígenas e africanas nesta festa popular, seja pelas vestimentas e rituais, seja pela memória corporal e muscular, conforme destaca Lima Barreto, em 1956: "Eram restos de danças guerreiras ou religião dos selvagens de onde a maioria deles provinha, que o tempo e outras influências tinham transformado em palhaçada carnavalesca"<sup>103</sup>, em 1901, o desfile de índios foi proibido pelo delegado de polícia:

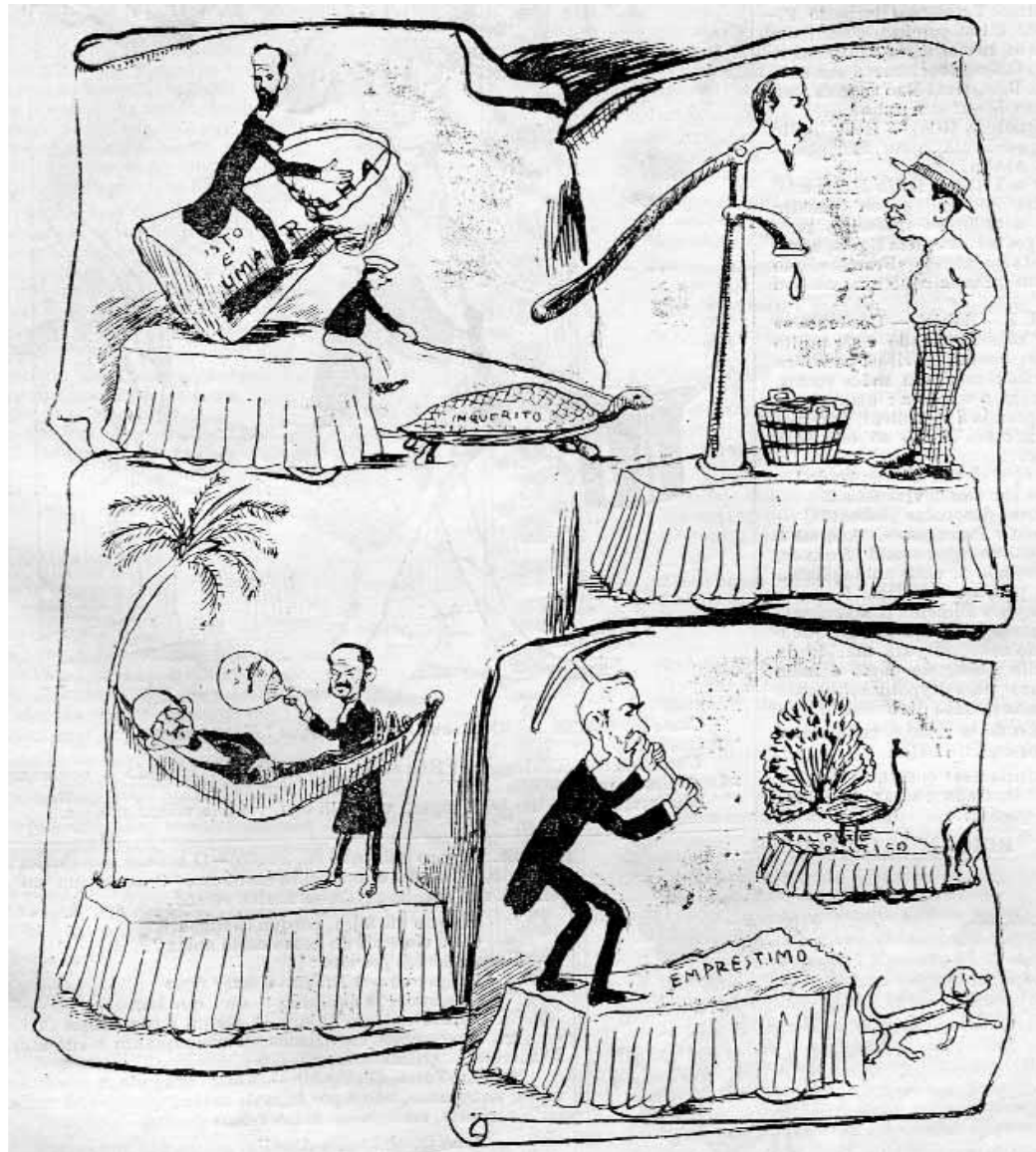
*A exibição daquela tribo pelas modernas ruas de nossa cidade deporia contra a nossa proclamada civilização. Pena S. Exma. que uma cidade que possui binóculo, cinematógrafo, automóveis e tantas outras expressões incontestáveis de progresso e adiantamento não possa suportar este espetáculo atrasado (Revista Fon-Fon! 23 de Janeiro de 1909).*

il. 86 Carnaval na Avenida Central, (Kósmos, revista artística, científica e literária, Ano IV, número 2, Fevereiro de 1907, Rio de Janeiro). 1907.

Augusto Malta



<sup>103</sup> BARRETO, A. H. Lima. *Histórias e sonhos*, 1956, pp.79 e 80.



il. 87 O Carnaval:  
carros de crítica  
proibidos pela  
polícia O Malho,  
11.3.1905.

Anônimo

## LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, DO INÍCIO DO SÉCULO XX

1. 1903, 14 de agosto - **GREVE GERAL** - (200 trabalhadores - Operários da indústria têxtil - Fábrica de tecidos Cruzeiro - Largo do Capim, extinto com a abertura da Presidente Vargas) - **TRABALHADORES - OPERÁRIOS**
2. 1903, 16 de agosto - **BATALHA DAS FLORES** - (Foliões - Carruagens e automóveis - Campo de Santana) - **ALTA SOCIEDADE**

3. **1903 - CAÇADA AOS VELHOS COSTUMES** - (Populares e autoridades de políticas públicas - Sobretudo cortiços e habitações populares do Centro do Rio, proximidade com área da futura Av. Central) - **POPULARES MISERÁVEIS**
4. **1904 - REVOLTA DA VACINA** - (Populares e sanitaristas - Sobretudo cortiços e habitações populares do Centro do Rio, proximidade com área da futura Av. Central) - **POPULARES MISERÁVEIS**
5. **1906, outubro - FESTA POPULAR DE NOSSA SENHORA DA PENHA** - (romaria festiva de 100 mil pessoas - Avenida Central) - **POPULARES**

### PARTE III - PÓS-CONCEPÇÃO: A AVENIDA VIVE

*Os primeiros sinais de uma crise de estrutura, devido à contradição existente entre o desenvolvimento capitalista de uma parte da economia nacional e as condições arcaicas ainda vigentes na nossa estrutura agrária.*

(Basbaum, Leôncio, 1976, p.52)<sup>104</sup>



il. 88 O trânsito intenso no trajeto da avenida, c. 1915-1920.

Carlos Bippus

Se, para a conformação espacial da Avenida Central, a configuração dos terrenos permitiu a construção de grandes edifícios com cunho estritamente comercial, também impôs um status diferenciado a esta área. A predominância de grandes lojas afastava definitivamente os pequenos comerciantes, impossibilitados de arcar com as altas despesas. Assim, a Avenida Central destacou-se de seu entorno (onde persistia a estrutura colonial) como espaço

<sup>104</sup> BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, vol. 2, p.52.

de grandes corporações: bancos, grandes lojas, magazines, jornais e sedes de grandes empresas.

A Avenida Central consolidar-se-ia enquanto uma unidade integrada, mesmo envolvendo em sua concepção um forte processo de setorização após o remembramento dos terrenos, quando, através dos usos que lhes foram designados, dividiu-se, em três grandes áreas. O trecho do Largo da Prainha (atual Praça Mauá) até a Rua General Câmara (destruída para a abertura da Presidente Vargas) seria ocupado, devido à sua proximidade com o porto, pelo empresariado ligado ao comércio de importação e exportação e por bancos ligados a esta finalidade. Até a Rua São José instalaram-se as principais atividades comerciais voltadas para as classes abastadas: grandes lojas de vestuário, grandes confeitarias, jornais representativos da época, estabelecimentos bancários. Aí conformar-se-ia o ambiente propício às aspirações burguesas de ostentação de capital e bens de consumo importados. O trecho final, que se estendia até a Avenida Beira Mar, formado por grandes lotes originados do desmonte de parte do Morro do Castelo e de áreas remanescentes junto à Praça Ferreira Viana, se caracterizou por seu cunho institucional, com portentosos edifícios públicos como o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e o Palácio Monroe. Ali as atividades de lazer noturnas ditavam a dinâmica da avenida.

A última década do século XIX consolida a retomada do poder político pela elite cafeeira, numa República recém-proclamada, com seus alicerces cada vez mais urbanos, onde os grandes fazendeiros, detentores do poder econômico do país, passam a exercer suas influências, também, através das iniciativas e políticas públicas.

O século XX, que tem seu início marcado por grandes transformações na forma- aparência da cidade do Rio de Janeiro, enquanto sede política do capital, já nas suas primeiras décadas assiste ao abalo das estruturas republicanas, com a decadência da aristocracia do café. Pode-se dizer que há em embrião, em 1906, uma nova organização social, que se consolidará apenas pós-Revolução de 30.

Em 1907, os próprios fazendeiros de café tomam a decisão em benefício próprio, juntamente com o Governo, de estabelecer uma política de valorização através da retenção de estoques: sustentando o preço do café e mantendo o

câmbio baixo, a ideia era incentivar a exportação do produto (Abreu, Maurício de, 1987). Esta medida acabou por beneficiar, sobretudo, os bancos e as firmas comissárias exportadoras que financiavam a produção. Nesse sentido, a crise gerada pela superprodução do café muniu os bancos do poder de comandar efetivamente a produção.

A grande repercussão destas intervenções políticas na economia cafeeira desencadeou uma série de protestos e revoltas, e movimentos populares, grande parte de base anarquista. Aumentava o clima de descontentamento popular a cada investida governamental nas políticas de valorização do café, uma vez que, para manter o câmbio baixo, o custo das importações crescia, tanto para a indústria, carente de matéria-prima, quanto para a população que importava seus bens de consumo. Estas medidas interferiam não apenas no custo de vida, que subia consideravelmente, mas, com ele, se intensificava o clima de reivindicações e a adesão aos movimentos de contestação nas ruas e avenidas da cidade capital.

### **A nova Avenida: Rio Branco - 1912**

Nas primeiras duas décadas desde a formalização espacial da Avenida Central foram poucas as modificações na forma-aparência do eixo urbano, no entanto as demandas sociais eram constantes. Os ideais europeus considerados símbolos da modernidade, à época da inauguração da artéria, aos poucos começam a ser substituídos pelo ideário norte-americano, cada vez mais forte e enraizado no Brasil, principalmente no pós- Primeira Guerra Mundial. Assim, expostas às transformações ideológicas, as formas urbanas aos poucos vêm sofrendo alterações consideráveis, especialmente através de iniciativas privadas e de grandes empresas.

O nome Avenida Central duraria tanto quanto a estrutura arquitetônica do próprio bulevar carioca que, a partir de 10 de fevereiro de 1912, data da morte do Barão do Rio Branco, passa a ser oficialmente denominado: Avenida Rio Branco. Algumas alterações pontuais haviam sido feitas até então, como a nova e feérica iluminação; a inauguração do Hotel Avenida, em 1911 (dos primeiros hotéis da cidade com elevador e luz elétrica, marcou época por ter uma grande galeria em ponto central da cidade, a Galeria Cruzeiro, onde havia

também pontos de bondes, foi demolido em 1950 para a construção do Edifício Central); e a demolição do Convento da Ajuda, no mesmo ano, permitindo a criação da Praça Floriano.

*Faleceu hoje, às 9 e 10 da manhã, o nosso ilustre ministro do Exterior, barão do Rio Branco. A despeito dos grandes esforços empregados pelo seu distinto médico assistente sr. Pinheiro Guimarães, a morte teve mais poder que a ciência e roubou a vida e a pátria o mais notável dos brasileiros contemporâneos. S. Ex. foi vitimado por uma insuficiência renal que resistiu a toda medicação empregada. Com o passamento do barão do Rio Branco, perde o Brasil um dos seus mais diletos filhos e um dos seus mais dedicados servidores. A República, principalmente, deve-lhe os mais relevantes e inestimáveis serviços. (...) O Barão do Rio Branco foi o estadista que mais tempo exerceu o cargo de ministro do Exterior, tendo assim a oportunidade de servir ininterruptamente a quatro governos da República, cujos presidentes o honraram sempre com a mais completa e até incondicional confiança. Nenhum brasileiro atingiu mais alto o culto da veneração popular. O barão do Rio Branco era verdadeiramente um patrimônio nacional. A nação que o amou em vida há de idolatrar-lhe reverentemente a sua venerada memória. (...) A ele deve a República, entre muitíssimos outros serviços de não pequena reivindicação de 290.622 quilômetros quadrados de território litigioso e o aumento de sua superfície com 200 mil quilômetros quadrados adquiridos por compra e que constituem hoje esse uberrimo solo do Acre. (...) Fundou nesta capital um vespertino com o título A Nação, onde defendeu com ardor as ideias abolicionistas. (...) (A República, 10 de fevereiro de 1912).*

Tão logo o falecimento do Barão veio a público, as ruas manifestaram o seu pesar. O comércio imediatamente fechou as portas; pela cidade viam-se bandeiras à meia-haste em bancos, empresas, repartições públicas; por ordem do próprio presidente da República a bandeira nacional foi “posta em funeral” no Palácio do Catete; os cinematógrafos desmarcaram suas atrações, mesmo já divulgadas... Segundo o jornal "A Notícia" de 10 de fevereiro de 1912, todos os estabelecimentos de diversão, como bailes, clubes e associações, assim como teatros, suspenderam as atividades. Neste momento a cidade parecia manifestar-se num silêncio de consternação pela morte de alguém tão importante para a História do país. O centro da cidade ficou vazio, sem atividades, com uma grande concentração de pessoas no Palácio do Itamarati.

Convocados pelo presidente, todos os secretários de Estado, na tarde do falecimento, prestaram honras fúnebres ao Barão do Rio Branco, como chefe de Estado.

*Durante todo o dia de ontem esteve exposto, no Itamarati, o corpo do Barão do Rio Branco - e, desde a manhã até a noite, milhares de pessoas desfilarão em frente ao grande morto, cujos serviços ficarão*



*eternamente vivos na gratidão brasileira. (...)* (Jornal A Notícia, 11 de Fevereiro de 1912).

A morte do Barão, que causou grande comoção social e política no Brasil, notadamente na capital, acabou gerando um fato engraçado: a realização de dois carnavais; o que deixou o povo eufórico. Como a morte ocorreu na semana anterior ao festejo, o presidente Hermes da Fonseca decretou luto oficial e adiou o carnaval da cidade para abril (dia 6). No entanto, a população, mesmo diante da tragédia, foi às ruas curtir a folia na data usual, e também dois meses depois.

Neste período, não havia grande participação do governo nos festejos carnavalescos. A festa de rua era financiada por organizações que lucravam com cassinos e jogos de azar, portanto, segundo afirmação de Luigi Bonafé (historiador do IBGE), não havia dependência governamental para que a vontade soberana do povo de festejar se manifestasse.

Grande diplomata brasileiro, o Barão do Rio Branco entrou em 1902 para o governo, sendo o grande responsável pelo traçado moderno da fronteira brasileira. Resolvera a questão de Palmas com a Argentina; do Acre em disputa com a Bolívia; ganhara da França, através da arbitragem internacional o Amapá. Reafirmando, assim, suas características de grande negociador. Em 1910, teve seu nome cogitado para ocupar a Presidência, porém recusou. Por estes e muitos outros feitos não descritos aqui, o funeral do Barão do Rio Branco causou tão grande impacto social e seu nome batizou a Avenida Central do Rio de Janeiro e a capital do Acre.

É problemático afirmar que Hermes da Fonseca era um presidente-eleito popular. Apesar de esta imagem ser propagada até hoje, a eleição de 1910 ficará para sempre marcada como uma das mais polarizadas da História do Brasil. Rui Barbosa, a Águia de Haia, considerado então um dos bastiões da República, lançou-se à candidatura presidencial liderando uma campanha que, pela primeira vez, visaria o voto das classes médias e dos setores urbanos em geral. Logo foi visto como uma ameaça, o que levou várias oligarquias

estaduais a apoiarem a candidatura militar de Hermes da Fonseca, marechal e sobrinho de nosso primeiro presidente, Deodoro da Fonseca.

Imediatamente após a sua posse, resultado de um pleito que, como todos os demais da Primeira República, fora marcado por fraudes, Hermes teve de encarar a eclosão da Revolta da Chibata<sup>105</sup>. Traíndo a palavra dada aos marinheiros amotinados, de que lhes seria concedida anistia, o presidente começa a expulsar um a um os marujos rebelados. Pouco depois seria declarado o estado de sítio em todo o território nacional e lançada “a política das salvaçãoes”, que consistia na derrubada sistemática dos governos estaduais do Norte e do Nordeste, substituídos por interventores responsáveis por perseguir toda a oposição ao seu mando. No âmbito dos escândalos políticos, ressaltavam-se os atrasos das obras de construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré, iniciadas no distante ano de 1907, e ainda inconclusas em fevereiro de 1912.

Rui Barbosa morreu em 1º de março de 1923, em Petrópolis. Apesar da derrota eleitoral, Rui acumulava títulos (senador, jurista, jornalista e diplomata) e era extremamente reconhecido, inclusive internacionalmente, (presidente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto dos Advogados do Brasil), e o seu funeral realizou-se na Avenida Rio Branco, com grande comoção popular e de políticos. A Biblioteca Nacional foi o local escolhido para o velório do grande líder, onde ocorreram as comemorações do Jubileu de 1918<sup>106</sup>, organizado pelos correligionários baianos de Rui. É o único personagem que possui um busto no prédio, uma homenagem ao homem de letras. Celebrado por sua vasta cultura, consagrado como um depositário do saber nacional, era considerado a versão humana da Biblioteca. Ambos representavam a conciliação perfeita das ideias de cultura e de nação.

---

<sup>105</sup> A revolta da Chibata foi um movimento que eclodiu na Marinha do Brasil, planejado por cerca de dois anos pelos marinheiros e que culminou com um motim que se desenrolou de 22 a 27 de novembro de 1910, na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, à época a capital do país, sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto. Na ocasião, mais de 2.000 marinheiros se rebelaram contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade.

<sup>106</sup> Em 1918, o Brasil comemorou o jubileu cívico de Rui Barbosa, ano do cinquentenário do suposto primeiro discurso proferido por ele, e quase o mundo inteiro associou-se a essa consagração. **[é isto?]**



il. 89 Funerais de Rui Barbosa nas escadarias da Biblioteca Nacional, 2.3.1923.

Revista Caras y Caretas

O corpo de Rui Barbosa saiu de trem vindo de Petrópolis rumo ao Rio de Janeiro, já acompanhado por autoridades políticas, e ao chegar à Estação da Leopoldina foi recepcionado por um grande cortejo de populares e autoridades políticas, militares e intelectuais, que acompanhariam a marcha fúnebre até a Biblioteca Nacional, passando pela Praia Formosa. A estação de trem já se encontrava tomada pela elite nacional: o corpo diplomático nacional e estrangeiro, as forças armadas nas figuras dos seus altos oficiais, senadores, membros dos ministérios, deputados, além, é claro, de membros de clubes literários, associações e escolas, a maioria ligados à burocracia, no entanto, com grande participação de agremiações de cunho educacional e cultural.

*O cortejo que se seguiu, ao som de bandas militares tocando marchas fúnebres, tinha uma ordem hierárquica rigorosa. Duas carretas antigas, que carregaram os despojos dos imperadores do Brasil quando de seu traslado ao país dois anos antes, iam à frente carregando as coroas de flores, seguidas pelo coche fúnebre puxado por 3 parselhas de cavalos negros. Eram eles guarnecidos por um pelotão de lanceiros em coluna dupla. Atrás, vinham os automóveis trazendo a família, os ministros, o representante do Presidente, as comissões das duas casas do parlamento, membros do corpo diplomático estrangeiro e do Supremo Tribunal Federal, representantes da imprensa (Gonçalves, João Felipe. 1999. p. 4)<sup>107</sup>.*

<sup>107</sup> Artigo de João Felipe Gonçalves, 1999: *Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República*

O povo lotava as calçadas para assistir ao grande e pomposo desfile da elite. No trajeto das praças Onze e da República, Rua Marechal Floriano, culminando na Avenida Rio Branco, todos os prédios exibiam em suas fachadas bandeiras em meia-haste e faixas negras. No caminho, algumas manifestações culturais surpreendiam o cortejo oficial, como o cordel em honras do falecido, anunciado por um vendedor de folhetos, à porta do Colégio Pedro II.

A grande concentração se deu na Praça Floriano que, além de localizada estrategicamente em frente à Biblioteca Nacional, dispunha de um generoso espaço ventilado e oferecia à população, nas escadarias das edificações que a cercavam como a do Conselho Municipal, grandes arquibancadas e mesmo os nichos arquitetônicos das edificações, servindo para melhorar a visibilidade da cerimônia e até como espaço propício ao registro de cinematógrafo.



**Funerais de Rui  
Barbosa  
nas escadarias  
da Biblioteca  
Nacional,  
2.3.1923**

Revista *Caras y  
Caretas*

Ao chegar ao destino final, as bandas militares tocaram a marcha fúnebre de Chopin, às 18 h 15 (Gonçalves, João Felipe. 1999).

Por todo o percurso, o número de populares era grande e apropriava-se dos equipamentos urbanos para seguir ainda que visualmente o cortejo de despedida, conforme destaque do jornal *O Paiz* (05 de março de 1923):

*De fora a fora, num raio de círculo enorme, abrangido em cheio pelo olhar, a multidão se comprimía, saindo de todos os pontos, das esquinas das ruas, repontando nas janelas... As pessoas subiam aos bancos, postes e árvores, dando a impressão maravilhosa de uma onda humana sem fim, que crescesse e serpeasse pela via pública.*

A Avenida Rio Branco firmava-se enquanto espaço de desfiles de elite e militares, onde a população figurava como espectadora; mesmo quando era possível realizar seus eventos na via, como no carnaval, afiguravam-se concessões do governo. As janelas e varandas das edificações, bem como as ruas pareciam comportar educadamente a elite local; em contrapartida, à população caberia apropriar-se de espaços como escadarias e equipamentos públicos para assistir aos eventos, muitas vezes cercada pela guarda civil e cordões de isolamento diversos, sob o sol. Nítido era o conforto dos "locais" (elite carioca) e o incomodo dos "forasteiros" (populares). Aos poucos, esta percepção veio mudando e as transformações econômicas trazidas pela Primeira Guerra revelam uma classe de trabalhadores mais articulada e ciente dos seus deveres e poderes, e até mesmo dos espaços propícios à escuta das autoridades.

### **1918, 12 de novembro - Festejos do encerramento da Primeira Guerra Mundial**

(Número de participantes impreciso, mas suficiente para ter a avenida tomada de gente - Avenida Rio Branco e Praça Mauá)

Considerada o grande conflito mundial, a Primeira Guerra aqui é posta em destaque: pela grande comoção que ocasiona a entrada do Brasil na guerra; pelas transformações econômicas e políticas geradas pelo conflito; e, sobretudo, pela manifestação social de grande porte ao final do enfrentamento entre os países envolvidos. Assim, não será feita uma análise aprofundada deste conflito, antes, destacar-se-á a sua importância simbólica e a sua repercussão na então Capital Federal.

Iniciada em 28 de julho de 1914 a guerra, centrada na Europa, envolve uma série de países organizados através de alianças: Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo - Itália) e Impérios Centrais, originalmente, conhecida como Tríplice Aliança (Império Alemão, Austria-Hungria). Outras

nações foram aderindo ao longo do tempo, como o Brasil, aliado à Tríplice Entente.

Os números do conflito são catastróficos. A Primeira Guerra ocupa o sexto lugar em mortalidade, considerando a História da humanidade; cerca de 70 milhões de militares, aos quais já se incluem 60 milhões de europeus estiveram mobilizados; houve cerca de 9 milhões de óbitos, devido aos avanços tecnológicos que trouxeram maior letalidade às armas, com poucos investimentos em proteção e mobilidade (Willmontt. 2003. p.307).

Como o único país sul-americano a participar diretamente do conflito, inicialmente, o Brasil defendia uma posição neutra no enfrentamento, através da Convenção de Haia<sup>108</sup>, buscando não diminuir as exportações de café e ter a sua economia minimamente afetada. No entanto, as exportações diminuem devido às taxas alfandegárias, ao bloqueio alemão e ao fato de a Inglaterra não considerar o café produto essencial, proibindo a sua importação em 1917.

Por conta da decisão do Império Alemão de afundar, por meio de seus submarinos, qualquer navio que entrasse na zona de bloqueio, independente do acordo estabelecido com os países neutros, no dia 5 de abril de 1917, o vapor brasileiro Paraná, um dos maiores navios da Marinha Mercante do Brasil, carregado de café, foi atacado e afundado, resultando na morte de três brasileiros.

A notícia do afundamento do navio brasileiro por alemães na costa francesa gerou movimentos de protesto; o ministro das relações exteriores Lauro Muller teve que renunciar ao cargo e casas de comércio e empresas alemãs em diversas capitais do país<sup>109</sup> foram alvos de ataques de populares. No dia 26 de outubro de 1917, sob pressão popular contra a Alemanha, o Brasil declara guerra à Aliança Germânica.

*É difícil descrever, em exatas palavras, o que foram as últimas horas da tarde de hoje na Avenida. O entusiasmo do povo aglomerado na nossa principal artéria não tinha limites. De momentos a momentos, à*

---

<sup>108</sup> A Convenção de Haia ou Conferência de Haia de 1899 e 1907 - realizada nos Países Baixos, consistiu em uma série de acordos multilaterais entre diversas nações do mundo; tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra. Tendo sido Rui Barbosa, em 1907, o representante brasileiro na Convenção, cuja participação foi louvada pela firmeza da diplomacia brasileira.

<sup>109</sup> Em 1 de novembro uma multidão danificou casas, clubes e fábricas em Petrópolis, entre eles o restaurante Brahma (completamente destruído), a Gesellschaft Germania, a escola alemã, a empresa Arp, o Diário Alemão, entre outros - (GOMES, Angela Maria de Castro, *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, ed. 7Letras, 2000, 206).

*aparição de um símbolo das nações aliadas, vivas eram ouvidos, acompanhados de salva de palmas, de aclamações ruidosas. Também os oficiais e soldados estrangeiros, atualmente no Rio, eram constantemente alvo do entusiasmo popular. As bandas de música do Exército, da Marinha e da Polícia, que percorriam a Avenida, eram solicitadas de instante a instante, a execução dos hinos aliados, a cuja terminação o povo prorrompia em aclamações delirantes. Pouco depois das 5 horas da tarde, marchando garbosamente, passou pela Avenida o Batalhão Naval, que foi recebido por entre vivas da multidão, não sendo esquecido o nome do Almirante Alexandrino de Alencar (...). E como esse, muitos episódios confortadores ocorreram, à tarde na Avenida, numa demonstração eloquente do sincero entusiasmo que a todos domina nesta hora histórica (...)* (Jornal A Noite, 12 de novembro de 1918).

Em 11 de novembro de 1918, foi assinado o armistício. Graças à sua participação no conflito, embora pequena, o Brasil conseguiu assento na Conferência de Paz de Paris, que originou o Tratado de Versalhes, e obteve o pagamento, com juros, por parte dos alemães, do café perdido no navio naufragado. Além disso, o Brasil comprou por um preço simbólico os 70 navios dos Impérios Centrais (a maioria alemães) apreendidos na costa brasileira, quando da declaração de guerra.

il. 90  
Multidão comemora no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, o fim da Primeira Guerra Mundial. 1918.

Anônimo



Conforme se pode observar na sequência de citações de jornais a seguir, o final da Primeira Guerra Mundial foi extremamente celebrado na

Avenida Rio Branco, causando uma enorme comoção e movimentos populares festivos.

*Ainda ontem a cidade apresentava o mesmo aspecto festivo da véspera, tinha a mesma vibração de entusiasmo pela vitória sem par dos exércitos aliados, cheia de uma multidão ruidosa, expansiva e delirante de júbilo, dando vivas às nações vencedoras e entoando canções patrióticas. O comércio, fechado em grande parte, desde pela manhã, não concorreu para diminuir, como acontece aos domingos e feriados, o movimento das ruas. Pelo contrário, veio aumentá-la, facultando liberdade aos seus auxiliares para tomarem parte nas manifestações populares em regozijo da paz, que desponta, afinal, depois de quatro anos da mais sangrenta e terrível carnificina. (...) Na Avenida Rio Branco e em todas as ruas principais era extraordinário o movimento. De instante a instante passavam automóveis embandeirados, conduzindo famílias e grupos de populares, uns após outros, surgiam de toda parte, cantando alegremente. (...) Às 4 horas da tarde, quando a nossa avenida estava no auge do entusiasmo patriótico, apareceram, vindos do lado da Praça Mauá, uns nove artilheiros navais franceses, empunhando bandeiras aliadas e entoando a Marselheza. Uns rapazes brasileiros, que na ocasião passavam, correram a abraçá-los, beijando-os no rosto e cobrindo-os de confeti. A multidão acompanhou os nossos patrícios nessa manifestação de estima aos bravos marinheiros da gloriosa França. (...) (Jornal A Razão, 13 de novembro de 1918).*

*Ainda ontem a população carioca exultou pela celebração do armistício, entregando-se a ruidosas expansões. Continuou a cidade empavezada e as ruas mantiveram excepcional movimento de peões e automóveis. À tarde, o aspecto da Avenida, principalmente, era dos mais brilhantes, guardando ainda o ar de festa que desde sábado a alegria extraordinariamente - (Jornal O Paiz, 14 de novembro de 1918).*

*A cidade despertou ontem sob o mais vivo entusiasmo. Os boatos de fuzilamento do ex-Kronprinz e a ratificação da fuga de Guilherme II vieram sacudir a alma do povo, que se movimentou, durante todo o dia, pelas principais ruas da cidade, improvisando cordões e cortejos, a fim de, em verdadeiro delírio, saudar as nações aliadas. À 1 hora da tarde, a Avenida Rio Branco já estava completamente cheia. Às 6 horas, ninguém podia passar por ali. Dir-se-ia estar se assistindo a uma das nossas maiores festas populares. Com efeito, ao passo que os cordões de estudantes, empregados no comércio e outras classes, desfilando pelos "trottoirs" vivavam as nações vitoriosas, uma multidão de automóveis garridamente enfileirados, percorria a Avenida, conduzindo famílias que trajavam as cores dos países aliados, e, então, de todos os lados saíram vivas ao Brasil, à França, à Inglaterra, aos Estados Unidos, à Bélgica e aos demais povos que acabam de subjugar o orgulho alemão. (...) (Jornal O Imparcial, 13 de novembro de 1918).*

Durante a guerra, com a grande demanda internacional por matérias-primas e gêneros alimentícios, o Brasil se viu forçado a mudar sua estrutura econômica, primordialmente agrícola. Há um surto de industrialização no país, valendo-se da mão de obra estrangeira, sobretudo europeia, que migrara



fugindo da fome e da guerra. A indústria brasileira quadruplicou suas fábricas, dobrou quantitativamente seus operários e conquistou o mercado interno, diminuindo assim, a necessidade de importações.

Portanto, se por um lado, em decorrência da Primeira Guerra Mundial verificou-se um decréscimo significativo na exportação do café, por outro, grande parte do capital que se evadia do país através das importações, turismo das classes mais elevadas e até mesmo nas remessas de dinheiro feitas por imigrantes, começa a circular no próprio país, sendo aos poucos investido na criação e desenvolvimento de novas e mesmo nas indústrias preexistentes (Basbaum, Leôncio. 1976. p. 93).

O Brasil, ao final do conflito mundial encontrava-se, não apenas economicamente fortalecido em função do incremento das atividades industriais, como apresentava uma classe operária e proletária mais articulada e numerosa e, sobretudo, que manifestava seus anseios e discordâncias em movimentos grevistas e sindicais que tinham como cenário as grandes avenidas e ruas das principais cidades do país, como Rio e São Paulo.

### **(1917-1918) - Movimentos Grevistas**

(Trabalhadores de fábricas- focos de protestos em diversas regiões do Brasil, sobretudo nas proximidades das fábricas)

A população carioca, no ano de 1918, improvisa uma verdadeira festa, na imponente Avenida Rio Branco, para celebrar não apenas o armistício, assinado no dia 11 de fevereiro por Rothonde, na França, decretando o fim da Primeira Guerra Mundial, que trouxe alívio e esperança de dias melhores e menos tensos, uma vez que muitos brasileiros acabaram vítimas do confronto internacional. Mas, havia um motivo outro, mais próximo ao cotidiano do povo brasileiro, que era o declínio do número de mortes provocadas pela gripe espanhola, terrível epidemia que ceifara inúmeras vítimas, sobretudo na capital federal. Este foi um importante fator para os festejos urbanos.

Essencialmente agrário, o Brasil era visto como um "oceano rural", composto por pequenas "ilhas urbanas" (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife). Aos poucos, num cenário até então evidentemente camponês, vão

surgindo novas organizações sociais, como o proletariado urbano que se distribuía em indústrias de calçados, chapéus, cerveja, ou então estava voltado aos serviços urbanos: bondes, porto, bares, hotéis e restaurantes, além do comércio. Homens, mulheres, crianças e estrangeiros trabalhavam expostos a péssimas condições, com jornadas extensivas (em média de 12, no limite de 16 horas por dia, seis vezes por semana), em locais insalubres, recebendo salários ínfimos, um verdadeiro quadro de superexploração.

*Começou ontem o movimento dos operários a favor da greve geral. A polícia interveio, com o objetivo de impedir que algumas fábricas tivessem seu movimento paralisado. Logo depois, eram espalhados boatos alarmantes de que "os operários anarquistas planejavam uma revolução, estando, para isso, fortemente municidados". Em realidade, pelo que pudemos verificar, os operários não têm pretensões políticas; disputam tão somente a garantia de um direito, que é assegurado aos operários de todas as partes do mundo e que aqui, até agora, lhes tem sido negado. (...)*

*O que querem os operários é suavizar suas condições de vida; é a regulamentação das horas de trabalho; é uma lei sobre os acidentes; é a proteção às crianças e mulheres; é, enfim, fiscalizar como compete a todos os cidadãos a ação do poder público, submetendo ao seu exame as soluções desses problemas, entre nós, tão retardado. Este movimento dos operários era conhecido e esperado. Infelizmente, porém, não se revestiu de um caráter inteiramente pacífico. Houve sérias consequências a lamentar, talvez, devido à ação das autoridades policiais, que se precipitaram em sua ação, efetuando prisões a torto e a direito, utilizando da maior violência, trancafiando no xadrez todo aquele que julga responsável pela situação, sem atender à sua condição social. Foi o que se deu ontem com o professor Oiticica, que antes de ser transferido para a Brigada Policial, esteve encarcerado nas enxovias do palácio da Rua da Relação. (...)*

*De sorte que o movimento operário anunciado por todos os jornais, em favor da greve geral, assim de um momento para outro, assumiu o mais grave aspecto (...). (Jornal O Imparcial, 19 de novembro de 1918).*

Em 1917, os trabalhadores enfrentavam um custo de vida altíssimo em decorrência do aumento das exportações do Brasil no período de guerra. Entre 1914 e 1917 as exportações brasileiras de gêneros alimentícios aumentaram, em média, 11 vezes. No caso da carne resfriada e do charque, esses aumentos foram de 47 e de 30 vezes, respectivamente. Já a exportação do arroz aumentou 14 mil vezes e a do feijão 21 mil vezes! As consequências foram o desabastecimento e a disparada dos preços. Referindo-se a isso, Dules afirma: "Os preços dos gêneros alimentícios continuaram a subir durante os seis primeiros meses de 1917. Artigos de primeira necessidade tendiam a

custar de 20 a 150 por cento mais caro do que no ano precedente (...). O aumento do custo de vida foi o tema dos discursos do Primeiro de Maio de 1917"<sup>110</sup>. À situação econômica insustentável é preciso acrescentar um razoável nível de consciência e organização dos trabalhadores, sob influência anarcossindicalista, e o impacto das primeiras notícias da Revolução da Rússia de fevereiro.

Se a massa dos operários lutava por melhores condições de trabalho, principalmente, nas regiões próximas às fábricas de tecido Carioca e Corcovado, situadas no bairro da Gávea, e junto aos poderes públicos, em manifestações, a princípio pacíficas em protesto às condições a que estavam submetidos, por outro lado, as notícias sobre a Revolução Russa, de outubro de 1917, a primeira revolução socialista vitoriosa na história da humanidade, começam a correr o mundo com extrema rapidez, através do trem, dos navios e mesmo do telégrafo, e disseminam-se no Brasil que dispunha de uma imprensa diversificada e vigorosa, criando um clima de euforia revolucionária, com ideais de igualdade social e felicidade plena.

Os bolcheviques anunciam a chegada do proletariado ao poder, alimentando a imaginação de militantes anarquistas e socialistas que começam a usar a movimentação proletária para disseminar os ideais revolucionários e travar batalhas através de movimentos operários e sindicais combativos no Rio de Janeiro e São Paulo. Até o início dos anos 1920, a Revolução Russa agradava a diferentes correntes ideológicas e gerava um apoio entusiasmado com seu caráter libertário, visando construir, segundo as folhas impressas "Porto-vermelho", um socialismo onde houvesse autonomia individual. Havia uma grande expectativa sobre a internacionalização do movimento.

A situação dos operários é defendida por alguns meios de comunicação, que explicitam suas reivindicações e validam os seus protestos como única forma de alcançar uma condição de vida melhor. Nesse contexto, o ano de 1917 marcou o momento de grandes mobilizações operárias. Em 18 de abril, a Federação Operária do Rio de Janeiro realizou uma grande assembleia em sua sede, ocasião em que foi decidido o envio de uma mensagem ao Presidente da República protestando contra a eventual entrada do Brasil na guerra e

---

<sup>110</sup> DULES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 47.

sugerindo medidas contra a crise que sacrificava os trabalhadores. No dia 1º de maio, uma grande massa de trabalhadores desfilou pelas ruas da capital protestando contra a carestia e pedindo paz. Ainda durante o mês de maio, irromperam diversas greves em fábricas têxteis do Rio de Janeiro, acompanhadas de comícios, passeatas e choques com a polícia. E, em julho de 1917, eclodiu em São Paulo - já então o principal centro industrial do Brasil - a primeira grande greve geral do país, que logo se estenderia para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

O radicalismo começa a se impor e no chamamento à greve dos proletários (1918) o movimento se transforma em batalha com policiais e forças militares, espalhando na cidade um clima de insegurança e medo diante das bombas e ameaças de bombas que se propagavam pela cidade em espaços públicos.

*Os acontecimentos que se passaram ontem nesta cidade devem ter trazido a todas as classes conservadoras da população a convicção de que não é mais possível transigir com os agitadores, que procuram arrastar o proletariado brasileiro a uma perigosa aventura, para repetir no nosso país as cenas de anarquia que desorganizaram a Rússia e eliminaram, politicamente, do convívio das nações o antigo império moscovita. Quando o movimento revolucionário vem para as ruas lançar bombas e tentar assaltar os depósitos de material bélico, não é mais tempo de discutir reivindicações e de argumentar sobre teorias sociológicas. A hora é de ação, de ação enérgica, de ação inflexível, sem hesitações e sem temores, para defender a ordem pública, para proteger a propriedade particular, para assegurar a inviolabilidade dos lares, ameaçados pelo saque e pela violência da mashorca. (...) Era já há dias assunto cogitado pela polícia o esperado movimento operário, que, segundo os boatos que corriam, teria as mais graves consequências. Sabedora desse movimento hostil, a que não faltaria o elemento anarquista, a polícia começou a desenvolver a sua atividade, no sentido de reprimir o movimento logo à primeira manifestação de alteração da ordem pública. Todo esse cuidado, entretanto, não só da polícia como das corporações armadas, apesar da rigorosa prontidão em que há dias se achavam os quartéis, não evitou a violência do movimento operário que ontem, à tarde, se fez sentir com tiroteios de revólveres e bombas de dinamite. Atacados no primeiro momento, parece terem fracassado as intenções malevolas dos grevistas, mas, durante as duas horas, mais ou menos, em que reinou a desordem, houve tempo bastante para trazer um grande pânico à população, principalmente dos bairros onde a violência do movimento mais se fez sentir. (...) (Jornal: O Paiz, 19 de novembro de 1918).*

*Como é sabido, desde julho do ano próximo passado, os operários tecelões conseguiram, à custa de grandes sacrifícios, a semana de 56 horas, que representavam 6 dias de serviço. Os industriais sempre procuraram, por todos os meios, apesar dos acordos que faziam hipocritamente com a União, arrancar essa concessão por eles próprios oferecida aos seus operários. No último acordo realizado em*

*fins de agosto último, sorrateiramente os industriais quiseram abolir esse horário, querendo estabelecer o pagamento por horas e não pelos 6 dias da semana, conforme estava fixado. A comissão da União que fez parte do acordo por delegação dos operários não aceitou tal sugestão. Os industriais continuam a persistir no seu intento, apesar de já estar aprovado o acordo aludido. (...) É, pois, justificável essa greve, que não representa senão um movimento de instinto de conservação, porquanto, com o novo horário imposto pelos industriais, os operários trabalhavam mais ou menos 28 horas por semana, equivalentes a 3 dias completos, fazendo menos da metade dos salários que antes percebiam. Com a situação deplorável a que foram reduzidos pela epidemia e pelo espectro da fome que paira sobre os seus lares, só a greve geral como único recurso, poderia ser o protesto desses trinta mil trabalhadores espoliados (Jornal: A Razão, 19 de novembro de 1918).*

Aos poucos, o movimento vai se enfraquecendo e deixando de ser noticiado em sua cotidianidade. Mas as condições dos trabalhadores das indústrias foram expostas e a cidade vai fortalecendo sua vocação de palco das massas e da população, conforme se divulgava nos jornais:

*Pelo movimento observado de hoje pela manhã, em toda a capital está já extinta a agitação que ontem irrompeu em vários pontos da cidade. Ninguém mais ignora pelas notícias dos jornais da manhã de hoje, as ocorrências havidas. Assim só temos que registrar a mais, o aparecimento de bombas de dinamite em vários pontos e ameaças constantes de grevistas a fábricas cujos operários estão em número reduzido trabalhando. No mais, boatos, com o intuito de perturbar a ordem e manter acesa a agitação, que neste momento não serve aos interesses operários e perturba a normalidade governante, preparada, porém, para manter a tranquilidade pública. A opinião pública acompanha sobressaltada a imprevista e injustificável agitação e espera que tanto o patriotismo do proletariado, como as providências do governo concorram para que a vida nacional volte o mais breve possível à normalidade (Rio Jornal, 19 de novembro de 1918).*

Apesar do fracasso do movimento anarquista em 1918, ele trouxe, contudo, efeitos positivos para a classe operária que experimenta melhores condições de trabalho e de vida, com uma redução na carga horária, e passa a se articular e organizar em comissões e conselhos que irão garantir, em greves futuras (como em 1919), uma maior estabilidade à classe, ainda tão recente no Brasil Republicano.

A Avenida Rio Branco, que desde sua criação foi palco de movimentos de massas militares e elitizadas da sociedade, inicialmente não recebe atos populares de grande escala. Por questões formais, largura da avenida e comprimento, e por sua representação simbólica no contexto nacional institucional da Capital Federal, torna-se reflexo dos bons costumes e de

construções que espelham a educação e os hábitos que deveriam transparecer no país. Reforçando esta imagem de espaço do poder político, desfiles militares em datas comemorativas, funerais honrosos, celebrações diplomáticas aí se realizam.

Aos poucos, porém, o povo vai se apropriando desta espacialidade, experimentando suas qualidades formais, boa ventilação e arborização, bem como as opções de lazer, os equipamentos públicos funcionais (transportes e iluminação), até a infinidade de atividades culturais e institucionais oferecidas. Assim, paulatinamente, seja por meio de organizações sindicais ou em função de festividades culturais, a avenida vai incorporando as massas menos abastadas e transformando-se num ambiente plural socialmente, tal como se apresentavam as ruas da antiga cidade colonial que as reformas trataram de setorizar.

il. 91 Visita do Rei da Bélgica Alberto I e sua Esposa Rainha Elizabeth.

Tropas perfiladas e o povo da cidade do Rio de Janeiro na Av. Rio Branco para recepcionar o casal. 1920.

Anônimo



### **1922, 07 de setembro a março de 1923 - Exposição do Centenário de Independência e Reformulações Urbanas**

(Em torno de 3 milhões de pessoas visitaram a Exposição e 200 mil pessoas atravessaram na Noite de Inauguração o Portal Monumental na Avenida Rio Branco, ao lado do Palácio Monroe)

A conjunção entre o fim do Conflito Mundial e a melhora nas condições econômicas do país, sob a administração municipal de André Gustavo Paulo de Frontin, vão trazer grandes investimentos à cidade que privilegiam as suas

áreas mais ricas. O período de Frontin caracteriza-se por vultosas aplicações de capital na área central da Região Metropolitana - alargamento e construção de avenidas, investimento no prolongamento da Avenida Beira-Mar, construção do cais da Urca (bairro que estava sendo criado por aterramentos, com investimentos de uma companhia imobiliária). As grandes obras públicas em benefício do centro e da zona sul prosseguiram, com maior intensidade, na administração de Carlos Sampaio.

Coube à administração Carlos Sampaio, lutando contra o tempo, preparar o Rio de Janeiro para as celebrações do Primeiro Centenário de Independência do Brasil. A cidade receberia a visita de turistas e personalidades nacionais e internacionais para os festejos, assim como para a Exposição Internacional que se realizaria.

Nos anos de 1920, importantes alterações na paisagem urbana se fazem notar no núcleo central da capital federal, mais precisamente nas imediações da Avenida Rio Branco: surge a Praça da Cinelândia (Praça Marechal Floriano - 1917) e o Morro do Castelo, berço da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no século XVI, é demolido.

*Semelhante às antigas e prestigiosas instituições que, arraigadas aos costumes dos povos e defendidas pelos interesses e pelas tradições de classes privilegiadas, resistem à força potente da civilização e do progresso, e à influência destruidora do tempo, e só pouco e pouco se vão desmoronando, agora pelo triunfo pacífico de novas ideias, logo pelo impulso violento de uma revolução política, o morro do Castelo, firmado em sua imensa base, tem até hoje zombado de não quantos projetos e planos de arrasamento com que o ameaçam desde muitos anos, e apenas vai sofrendo escavações parciais determinadas pela conveniência de alguns particulares que se utilizam do seu barro, ou cedendo ao ímpeto das tempestades e das águas, desmoronam porções de sua terra com espanto e bem fundado susto dos habitantes da cidade.*

(Joaquim Manuel de Macedo. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [18-?]. p. 228.)

Em nome da "aeração e da higiene", logo após tomar posse, o prefeito decide levar a cabo um antigo desejo, muito propagado nos jornais e por alguns estudiosos da cidade: o arrasamento do Morro do Castelo. O morro situava-se nas imediações da avenida e abrigava inúmeras famílias pobres, os remanescentes das desapropriações e expulsões das reformas de Pereira Passos, que ali se instalaram pelos preços baixos dos alugueis. A Avenida Rio Branco era justamente o solo mais valorizado da cidade naquela época, o que

justificava, nesse sentido, a eliminação de um sítio, mesmo histórico, como era o Morro do Castelo, deixando o capital reproduzir-se em solo urbano.

*Tenho por lemma em administração pública que as nações novas devem sempre procurar capital para bem empregá-lo em obras reprodutivas; e convicto, sem a mínima dúvida, de que se tratava de uma iniciativa dessa natureza e urgente para o desenvolvimento da nossa City; isto é, do coração da cidade que se achava asfixiado entre o mar e um morro tão fácil de derrubar; sob o ponto de vista técnico, com os aperfeiçoamentos hodiernos, não hesitei em lançar mão do crédito, que já tinha procurado restabelecer com o pagamento de grande parte da dívida flutuante, para o fim de realizar a obra no mínimo espaço de tempo possível<sup>111</sup> (Sampaio, Carlos. 1924, p. 54).*

O desmante do morro fez-se em uma rapidez enorme e deu visibilidade a bairros pobres, basicamente formados por residências proletárias, como os bairros da Misericórdia e do Castelo, sobreviventes da Reforma Passos, que desapareceriam totalmente para a montagem naquela área da Exposição Internacional. Posteriormente, outros bairros periféricos ao centro seriam arrasados para permitir novos empreendimentos.

*Certo de que, nessa época, estaria o serviço de desmante do Castelo, aterro e construção da muralha em sua pujança de execução, e sentindo, por outro lado, a necessidade de fazer desaparecer, pelo menos em parte, um dos mais infectos bairros do centro de nossa capital... não hesitei em sugerir que fosse escolhido o bairro da Misericórdia, junto à ponta do Calabouço, para local desse, certamente<sup>112</sup>.*

A Avenida Rui Barbosa também foi obra da administração de Carlos Sampaio; no local seria erguido o Hotel Sete de Setembro, em gabarito internacional, destinado a receber os hóspedes internacionais e visitantes ilustres das comemorações do centenário. Com esta avenida concretizava-se a verdadeira Avenida Beira-Mar do período Passos, e novas faixas de terrenos valorizados, a partir de sua abertura, seriam vendidos para a construção de grandes edificações de interesse para a cidade, possibilitando ao mesmo tempo, como no caso do bairro da Misericórdia, a remoção da população pobre da região.

A Exposição Universal de 1922, cujo intuito era comemorar o Primeiro Centenário da Independência Política do Brasil, figurou inicialmente como uma

---

<sup>111</sup> SAMPAIO, Carlos. Memórias Históricas - obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920 - 15/11/1922). Coimbra, Portugal, Editora Lumen, 1924, p.54.

<sup>112</sup> SAMPAIO, Carlos. Memórias Históricas - obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920 - 15/11/1922). Coimbra, Portugal, Editora Lumen, 1924, p.171.



Exposição Nacional e após Continental Americana, chegando a sua internacionalidade em 1921. Carente de melhoramentos na área suburbana e com vastos terrenos desocupados em sua extensão urbana fez-se por sugestão do prefeito, professor das escolas Politécnica e Naval, o arrasamento do Morro do Castelo gerando, conseqüentemente, uma superfície vendável. Lançando-se as terras de seu arrasamento, no sopé do morro, na Baía de Guanabara.

Depois de um primeiro momento de descontentamento, a população aos poucos é tomada pela expectativa da criação da formosa "Avenida das Nações"<sup>113</sup>, referente à Grande Exposição do Centenário. Trabalhadores de diversos cantos do país foram mobilizados, atraídos pelos altos salários em função do curto prazo da obra. Em turnos, revezando noite e dia, a obra foi feita em poucos meses e envolveu grandes quantias de dinheiro.

No dia 07 de Setembro de 1922, de fato, inaugura-se a Avenida das Nações, sobre o aterro de Santa Luzia. Palácios de grandiosa arquitetura revelavam-se na área antes destinada ao Arsenal de Guerra. No dia da abertura, poucos pavilhões estavam prontos: o "Palácio das Festas" e os pavilhões da Bélgica, Dinamarca, Inglaterra, França e Japão, e Grandes Indústrias Nacionais. Os demais foram se aprontando com o passar do tempo e a exposição acabou estendida (estava prevista para estar aberta ao público até fins de março de 1923, foi prorrogada até julho). Embora sejam imprecisos os dados sobre a quantidade de pessoas que circularam pela exposição nos seis meses de sua duração, acredita-se em um número em torno de 3 milhões.

Estrangeiros não paravam de chegar à cidade, e foi perante visitantes ilustres e turistas, além da população local e da elite republicana que o Presidente da República passou em revista as tropas e assistiu na Praça Deodoro ao desfile das mesmas, no dia 7 de Setembro de 1922. Aproximadamente 200 mil pessoas, na noite iluminada por luz elétrica, seguiram em direção à exposição. Atravessaram o Portal Monumental, localizado ao final da Avenida Rio Branco, ao lado do Palácio Monroe, ali assistiriam ao renascimento da nação. Um novo Brasil firmava-se ao som do

---

<sup>113</sup> A Avenida das Nações passou a existir desde a Exposição Universal de Paris de 1878.

Guarani, de Carlos Gomes, transmitido diretamente do Teatro Municipal, onde se apresentava a orquestra.

A Exposição, organizada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, representava a monumentalização da cultura capitalista, apresentando-se como vitrine do progresso das nações envolvidas. O momento era de valorização da indústria e de seus potenciais de desenvolvimento urbano, enquanto estimulador da cultura e modernidade. O trabalho, suas normas de conduta e os comportamentos das classes trabalhadoras também receberam atenção especial. A Exposição visava aumentar as divisas comerciais e estimular o turismo e melhorias de infraestrutura nas cidades. Sendo, portanto, fundamental para o Brasil Republicano do pós-guerra.

Alguns pavilhões, mesmo internacionais, incorporaram-se à cidade após a exposição, como o pavilhão francês, uma réplica do Petit Trianon, residência de campo de Maria Antonieta em Versalhes, que atualmente sedia a Academia Brasileira de Letras; e o consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, que se situa onde, na época, estava o pavilhão norte-americano.

O ano de 1922 foi marcado por acontecimentos significativos, tais como: a primeira travessia aérea do oceânico Atlântico pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, vindos de Lisboa ao Rio de Janeiro. Enquanto palco de inovações aconteceu, na exposição, a primeira transmissão radiofônica do Brasil - o discurso de abertura, feito pelo presidente Epitácio Pessoa; outra novidade, a iluminação especial que possibilitava a visita à noite e permitia que as luzes fossem vistas do outro lado da Baía de Guanabara; valendo lembrar as primeiras exhibições de cinema realizadas durante uma exposição, contando com filmes feitos especialmente para o momento.

Em 1921, ganha força, graças aos festejos do Centenário de Independência, a antiga ideia de construção da estátua do Cristo Redentor, que vinha desde o Império. Houve discussões sobre o local de construção; antes da escolha do Corcovado, estiveram na pauta o Morro de Santo Antônio e o Pão de Açúcar. Em 1923, saiu vencedor do concurso público o projeto do engenheiro Heitor da Silva Costa, tendo sido a estátua desenhada pelo artista plástico Carlos Oswald e projetada pelo arquiteto francês Paul Landowsky. O

projeto inicial sofreu inúmeras reformulações, resultando ao final numa estátua de 38 metros de altura, pesando 145 toneladas, a 710 metros do nível do mar. Para sua viabilidade e realização foi feita uma campanha nacional para arrecadação de fundos. As obras iniciaram em 1926 e foram concluídas em 12 de Outubro de 1931.



il. 92  
Construção  
do Cristo  
Redentor -  
Corcovado  
1930

Anônimo

## **A AVENIDA RIO BRANCO AMERICANIZA-SE**

Novidades de todo o mundo eram trazidas para a cidade e desembarcavam no porto, dentre elas o cinema, que se instala na cidade desde a primeira década do século XX, na Avenida Central, pontuando-a com lazer e cultura. Em 1917, Francisco Serrador, ao adquirir o grande terreno proveniente da demolição do Convento da Ajuda, começa a construir aquela que seria considerada por jornais da época a "Broadway carioca", tendo inaugurado entre 1925 e 1926 quatro grandes arranha-céus: Capitólio, Glória, Império e Odeon; estava formada assim a Cinelândia - grande centralidade de lazer da população, cercada por edificações institucionais importantes como o Teatro Municipal.

Gradativamente, as habitações próximas ao núcleo central vão sendo excluídas, substituídas por prédios voltados quase exclusivamente ao comércio e ao setor empresarial. Observa-se um grande esvaziamento noturno da região

central, aspecto que perdura até os dias de hoje, exceto nas áreas em contato com a Praça Marechal Floriano, que oferecem atividades culturais e institucionais de atração de público. Há com isto uma setorização funcional da avenida, onde em uma ponta da via encontra-se a modernidade nas telas do cinema e na outra, no terreno onde existira o Liceu Literário Português<sup>114</sup>, erguer-se-á o maior arranha-céu da América Latina, o edifício do jornal A Noite, com 22 pavimentos, o maior edifício do mundo em concreto armado.



il. 93 Cinelândia na década de 20. Cinemas e movimentação cultural. 1920

Autor: Sechin. C

Projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire e tendo os cálculos estruturais a cargo do engenheiro alemão Emilio Baumgart, ambos radicados no Brasil e responsáveis por várias obras importantes na cidade, o projeto gerou grande desconfiança na época: “Falava-se que aquilo poderia cair, que o vento iria derrubar o prédio”. Considerado um dos primeiros jornais populares do Rio, “A Noite” já pertencia ao jornalista Geraldo Rocha, quando, em 1929, tem início a construção de seu edifício-

---

<sup>114</sup> No local onde se construía o edifício A Noite existira o Liceu Literário Português, a primeira escola do país a oferecer cursos noturnos, ainda em 1854, no Império, quando nem luz elétrica havia no Rio de Janeiro.

sede na Praça Mauá. Em uma época em que os prédios mais altos do Rio não passavam de dez a 12 andares, causou grande impacto na população carioca. “A conclusão de cada andar era celebrada como se fosse uma vitória da raça brasileira. O Brasil finalmente entrava na era dos arranha-céus, embora seus 22 andares não se comparassem aos equivalentes norte-americanos”, conforme relato do professor Milton Teixeira, estudioso da história carioca.



il. 94 Recorte Im. - p. 23 - Vista aérea da Avenida Rio Branco, destacando-se o edifício do jornal A Noite, c. 1930.

Foto: Anônimo

A inserção do concreto armado no mercado capitalista teve profundas consequências para a Avenida Central, agravadas, ainda, se somadas à substituição da funcionalidade das edificações; sobrepondo-se o uso empresarial em detrimento do uso habitacional, que cada vez mais ia desaparecendo do entorno da avenida. Nesse contexto, o valor simbólico das edificações não se consolida suficientemente a ponto de gerar resistências às intervenções, agora sob a ótica capitalista americanizada de centro de cidade. O concreto armado, muito mais acessível que o aço e por possibilitar vencer

grandes vãos e alturas edificadas, vai progressivamente se sobrepondo na avenida, onde as aspirações parisienses dos primeiros edifícios construídos, poucas décadas atrás, dão lugar a edificações referenciadas nas torres americanas. Os novos pensamentos econômicos devastaram a cidade moderna.

O uso do concreto armado precisou ser regulamentado através do Decreto 2021, de 11 de setembro de 1924 e do Decreto 2087 de 19 de janeiro de 1925, que foram substituídos em 1937, dando origem ao “boom” de construções de prédios com mais de seis pavimentos na cidade, transformando definitivamente a sua forma-aparência (Abreu, Maurício de. 1987, p. 86).

O ano de 1929 marca o Primeiro Jubileu de Prata da Avenida, considerando-se as obras de 25 anos antes. Neste mesmo ano, a revista "A Semana" apresentava o projeto urbano de prolongar a Avenida Rio Branco um quilômetro a partir do Palácio Monroe, em direção ao mar (projeto idealizado por Cortez e Bruhns). Caracterizado por inúmeras cirurgias urbanas no centro da cidade do Rio de Janeiro, o período de 1920 a 1930 contou ainda com a conclusão do arrasamento do Morro do Castelo, na gestão de Prado Junior (1926-1930), mesma ocasião em que foi elaborado o "Plano Agache", que consistia numa proposta de ordenamento urbanístico e embelezamento, sobretudo da área central da cidade, especialmente aquela disponibilizada pelo desmonte do Morro do Castelo e pelo arrasamento do bairro da Misericórdia.

### **Análise Simbólica da Avenida Central**

Antes de tratar de outras modificações na forma-aparência e forma-função da Avenida Central vale a comparação com a Avenida de Maio, em Buenos Aires, ressaltando suas antíteses e similaridades, uma vez que, pela concepção da Avenida Central, ela deveria necessariamente superar em três metros a Avenida de Maio para transformar-se na maior avenida da modernidade latina.

Ambas reúnem edificações de caráter histórico e são utilizadas amplamente como espaços de manifestações sociais. Porém, cabe ressaltar a talvez maior diferença nos seus traçados: diferentemente da Avenida de Maio,

que foi concebida como eixo linear relacionando dois pontos focais monumentais, o Congresso Nacional e sua grande praça à frente e o Palácio do Governo, cada um em um extremo da artéria; a Avenida Central utilizava-se de seus dois grandes espaços (Praça Mauá e Praça Floriano Peixoto) como elementos de transição para as avenidas Rodrigues Alves e Beira Mar. Conforme destaca o historiador Adrián Gorelik, há uma diferenciação "funcional" entre ambas: a Avenida Central é parte de um sistema circulatório referente a atividades produtivas, enquanto a Avenida de Maio constituía-se como representação cenográfica, relacionando diretamente duas edificações monumentais de poder (Gorelik, 1998, p.99).

O desenho urbano dos dois eixos merece destaque, uma vez que a Avenida Central rasgou uma trama irregular e descontínua gerando terrenos irregulares com pouca profundidade, destinados, sobretudo, a usos institucionais, comerciais e empresariais; em contrapartida, a Avenida de Maio inseriu-se em uma trama regular, o que acabou gerando lotes com bom aproveitamento para diferentes funcionalidades, havendo ainda edificações habitacionais com térreos comerciais, o que proporcionava grande dinâmica e inserção desta população na área central da cidade argentina, o que não ocorreu na cidade carioca.



il. 95 Desenho urbano e inserção das avenidas em suas malhas colônias, Avenida de Central e Avenida de Maio.

Autor: LAURD (Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital) [malhas colônias ou malhas coloniais?]

A avenida argentina mantém a quase totalidade de sua formação inicial, com cerca de 340 prédios, dos quais 40 em estado de preservação absoluta;

medida garantida pela vivacidade e dinâmica da inserção das moradias na área central, mas, principalmente, pelo Plano Diretor de Buenos Aires (1938) que manteve a importância cultural da área central, não fazendo grandes modificações em sua forma-aparência. Por outro lado, no Brasil, sob os auspícios modernistas, a Avenida Central foi praticamente demolida, as suas edificações originais foram completamente alteradas, restando cerca de uma dúzia, além de ter sua escala totalmente modificada, através da construção de grandes edifícios empresariais de aço e vidro, preferidos pelo Movimento Moderno, que nega a arquitetura historicista; a demolição do Palácio Monroe simboliza este apoio irreflexivo dos arquitetos deste movimento (Puppi, 1998, p.26).

Na avenida argentina assim como na carioca aconteceram grandes manifestações, passeatas, desfiles militares e carnavalescos, cortejos fúnebres, políticos e diplomáticos. Se, por um lado, a Avenida de Maio apresentava um uso conectado segundo seus polos simbólicos, a Casa Rosada e o Congresso, que uma vez por ano recebia a carruagem presidencial que fazia o caminho da sede do governo até a Câmara para declarar aberta as seções; de outro, apesar de alguns autores acusarem a falta de significação das praças Floriano e Mauá, aqui a avenida será analisada em seus nós articuladores, como os dois citados, e mais tarde a própria Candelária. O obelisco em frente à baía, ao final da Avenida Rio Branco, tem agregado um valor simbólico porque Getúlio Vargas ali amarrou seus cavalos, na Revolução de 30.

Já na primeira década do século XX, a Avenida Central teria quase que completada integralmente sua forma-aparência no trecho da Praça Mauá até a Cinelândia, onde a maior parte dos edifícios tinha um máximo de quatro pavimentos e nenhuma significação simbólica particular, sobretudo no trecho mais voltado aos negócios de importação e exportação (Praça Mauá até a Rua General Câmara). Por outro lado, os quarteirões mais regulares próximos à Cinelândia concentravam os monumentos públicos e edificações institucionais de maior relevância e simbolismo para a cultura da época. No entanto, no Plano Agache foi conferido à Avenida Central um valor secundário, não recebendo grande atenção a artéria moderna da cidade do início do século.



Valorizar-se-ia o eixo monumental integrado ao Centro dos Negócios à Porta do Brasil (Queiroz de Oliveira, 2009, p.140).

## Plano Agache

Resultante de uma série de conferências realizadas no Rio de Janeiro e por encomenda do prefeito Antônio Prado Júnior ao arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, o plano urbanístico carioca é elaborado após o prefeito, estimulado pelo Rotary Club, abrir uma grande linha de créditos necessária para a sua contratação, e simboliza a melhor tentativa das elites dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da já contraditória forma urbana da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de, efetivamente, jamais ter sido executado, muitas das intervenções previstas foram realizadas algumas décadas depois. Conforme Pedro Ernesto, interventor na cidade, o plano, “nem em cinquenta anos seria exequível”<sup>115</sup>.

Se, nas primeiras décadas de 1900, os morros não haviam sofrido drásticas intervenções, excetuando parte do Morro do Castelo, para a abertura da Avenida Central e a construção de seus novos edifícios, e uma retificação no topo do morro de Santo Antônio, as décadas seguintes assistiriam ao arrasamento total destes morros: em 1921, o Castelo e o de Santo Antônio, para melhoramento do Largo da Carioca, consideravelmente alterado, em que a parte frontal, onde se localiza o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira da Penitência<sup>116</sup>, foi cortada e murada, mantendo-se o acesso ao morro graças à construção de uma escadaria. Concluídas as obras de melhoria do largo, o alto do morro novamente chamou a atenção das autoridades. O arrasamento do Morro de Santo Antônio para a abertura das avenidas de ligação da cidade e para a construção de um novo bairro comercial voltado para a futura esplanada constituía-se como um dos pilares do plano.

*Domina o largo da Carioca, à direita de quem vem das bandas da rua Uruguaiana, o Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, um casarão velho, acalçado e triste, mostrando janelas sempre abertas e por onde, não raro, espiam convalescentes em*

---

<sup>115</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento, 1926-1930, Paris, Foyer Brésilien, 1930, p.92.

<sup>116</sup> O Conjunto arquitetônico do convento escapou da derrubada através de seu tombamento em 1938.

*camisolas de dormir, o cabelo em desordem e faces brancacentas. A nota é melancólica, e impressionante. Vezes, apesar dos ruídos que provoca o movimento da praça, ouvem-se os berros ou lamentações dos que sofrem lá dentro, dos que se acabam e vão parar, depois, de pés juntos, no pequenino necrotério que fica quase junto ao chafariz, com sua cúpula muito branca e diante do qual, sinistramente, param os coches fúnebres, entram e saem grinaldas, coroas, ramos de flores e gente que soluça ou que chora, toda vestida de luto [...] encontra-se, então, para o lado aquém da Imprensa Nacional, o chafariz, massa singela e augusta, a lembrar o feitio de um templo, com 29 bicas de bronze, sempre muito polidas e faiscantes ao sol. É para aí que um populacho, esmolambado e sujo, desce do morro de Santo Antônio, então povoadíssima favela e vem de outro morro, o do Castelo, pela famosa Chácara da Floresta. O quadro ofende, de qualquer forma o cenário da praça. Não raro, aos sábados, senhoras elegantíssimas, homens de sobrecasaca e de cartola, fazem mescla, com essa gentalha alvoroçada e suja. Contar, ainda, aumentando o labéu do vasto logradouro, com os imundos quiosques (nove ao todo!) que vendem café-caneca, cachaça e broas de milho, reunindo ranchos espetaculosos de bêbados e vagabundos em torno. Estão colocados próximo ao Bar do Necrotério, quatro e face à Leiteria Itatiaia, e mais dois bem próximos à rua de São José. E dizer que é, essa, uma parte do coração do Rio de Janeiro na aurora do século XXI!*

(Luís Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 74, 82 e 83.)

Quando, em 1950, de fato começa a derrubada, o crescimento de um bairro comercial já não era motivo de grande preocupação e abrem-se as avenidas Chile e República do Paraguai. O Plano Agache é posto em prática nos anos 1930-1940, através da captação de recursos do Governo Getúlio Vargas, tornando-se símbolo do Estado Novo. Assim como aconteceu com o Morro do Castelo, a terra retirada do Morro de Santo Antônio foi utilizada no aterro da Baía de Guanabara, em área que, nos anos 1960, daria origem ao Aterro do Flamengo.

Na época de sua concepção, o plano demandava um poder econômico superior ao que o poder público era capaz de sustentar. A ideia era monumentalizar toda a cidade mediante intervenções públicas de grande porte e subdividi-la por áreas de funcionalidades distintas, ordenando-a e embelezando-a. Estava previsto um investimento também na estratificação social da cidade (Abreu, Maurício de. 1987, p. 86).

*Assim, o centro da cidade seria subdividido em áreas de funcionalidades distintas, tais como o Bairro das Embaixadas, os Jardins do Calabouço, o Centro de Negócios propriamente dito (Castelo), o Centro Bancário (limitado pelo quadrilátero Avenida Rio Branco, ruas 1º de Março, Sete de Setembro e Candelária), o Centro Administrativo (na freguesia de Sacramento) e o Centro Monumental (Santo Antônio). A construção dos dois últimos exigiria um grande*

*número de desapropriações, afetando os bairros centrais de baixa renda que haviam sobrevivido às Reformas Passos, Frontin e Sampaio (Abreu, Maurício de. 1987, p.86 - 87).*

A questão sanitária aparece no discurso de Agache para justificar o arrasamento do bairro de Sacramento, assim como mantinha a prática de favorecimento geográfico às elites; destinando maiores investimentos e as localidades mais atrativas para elas. Possuía uma inequívoca reflexão sobre as favelas e as classes operárias e sua relação com a área de trabalho, deixando claro o seu entendimento das contradições urbanas da cidade, mas, sobretudo, a sua postura em reafirmar, através de intervenções urbanas, a estratificação social carioca.

Os bairros oceânicos da zona sul, ainda com baixa ocupação, destinavam-se à moradia das classes mais abastadas, conformando-se como uma “cidade jardim dos desportos”<sup>117</sup>; já os bairros de Botafogo, Flamengo, Catete e Laranjeiras, os mais antigos desta zona, bem como Andaraí, Vila Isabel, Tijuca, Aldeia Campista e Rio Cumprido deveriam abrigar “as classes médias burguesas”; a população operária estava destinada aos subúrbios que, conforme sugerido pelo plano, deveria ter seus custos barateados pelo Estado via programas de habitação social, e a São Cristóvão; Santa Tereza, dada sua proximidade com o centro, caberia aos funcionários públicos.

O plano de Agache buscava, através da estratificação social no território, um maior controle da reprodutividade da força de trabalho; para as favelas, apesar de reconhecer os motivos de sua proliferação - a necessidade da proximidade da habitação ao ambiente de trabalho, a solução apresentada para seus problemas “sociais e estéticos” era sua extinção, uma vez que esta proximidade poderia resultar em imposições negativas às classes mais abastadas, principalmente em relação à segurança e qualidade de vida, assim como no que diz respeito à manutenção da ordem social.

*O Plano não pode conceber, entretanto, a permanência da favela nas áreas nobres da cidade. As contradições por ela engendradas negavam toda a tentativa de controle abrangente do espaço que se pretendia implantar. Em primeiro lugar, porque aproximavam classes sociais opostas, cidadãos de primeira e segunda classe por assim dizer. Com efeito, para Agache os habitantes da favela formavam ‘uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de hygiene’. (...) “A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros*

---

<sup>117</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit., P.201

*mais graciosamente dotados pela natureza despe os morros da mata da encosta das serras... (A sua destruição é importante) não só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthetica*<sup>118</sup>.

Havia, no entanto, o entendimento de que a questão da erradicação das favelas e dos subúrbios deveria fazer parte de uma grande estratégia de intervenção do poder público do Estado na política de reprodução da força de trabalho e suas demandas sociais formais.

O regime iniciado por Getúlio Vargas, no período pós-Revolução de 30, arquivaria o Plano Agache, mas as contradições urbanas explicitadas por ele precisariam ser enfrentadas pela nova organização social que se efetivava no país, que encontrara na fórmula de Agache a resolução, ainda que momentânea, dos problemas e contradições da República Velha, abrindo com isso, novos caminhos para outras contradições geradas pelas políticas formais do novo momento.

### 1930 - Revolução de 30

(Número impreciso de participantes - Avenida Rio Branco do Obelisco até Praça Mauá)

A revolução de 30 pretendia retirar do governo a aristocracia cafeeira, sem, contudo, evidenciar um grupo organizado e coeso por trás do movimento que pudesse assumir o poder, e talvez aí estivesse seu grande interesse e poder de comoção; congregava um grande número de camadas e setores sociais que viriam a caracterizar o interregno compreendido entre 1930-1964 como um momento de transição na evolução da organização social brasileira.

*a particularidade da Revolução de 30 foi o grande número de camadas e classes envolvidas, de interesses quase sempre contrários ou irreconciliáveis. Nenhuma dessas camadas ou classes sociais podia assumir o poder ou governar com exclusividade porque eram quase todas fracas e pobres, não dominavam os meios de produção e a riqueza do país, nem tinham condições ideológicas ou materiais para apossar-se delas* (Basbaum, Leôncio. 1976, p.165)<sup>119</sup>.

Havia uma aglutinação de grupos diversos: burgueses industriais e financeiros, proletários, a pequena classe média, as forças armadas e a burguesia agrária não cafeicultora (Abreu, Maurício de. 1987, p. 94). Este

<sup>118</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit., p.19, pp.189-190

<sup>119</sup> BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. Vol.3, p.165.

mesmo poder de mobilização fez com que, na tentativa de coalizão destes grupos, surgisse o Estado Novo e, posteriormente, o regime ditatorial. Estrategicamente, o governo buscava revezar períodos de favorecimento às distintas camadas envolvidas. A classe operária conquistou neste período, gradativamente, alguns benefícios consubstanciados nas leis trabalhistas (salário mínimo, redução de carga horária para oito horas diárias, proibição de trabalho a menores de 14 anos, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, assistência e licença remunerada à gestante). Em contrapartida, as articulações proletárias se enfraqueceram com a interferência cada vez maior do Governo, através do Ministério do Trabalho nas suas decisões e na liberdade sindical.

A Primeira República (1889-1930) teve seu fim decretado por esta revolução, a partir da derrota, nas eleições de março de 1930, da coligação que unia políticos e tenentes dispostos a derrubar, através das armas, o sistema oligárquico. Durante dois meses, as principais capitais do país estiveram envolvidas em articulações políticas e preparativos militares, eclodindo o movimento no Rio Grande do Sul e Minas Gerais na tarde do dia 3 de outubro, rapidamente sagrando-se vitorioso em quase todo o território nacional. Após a exigência feita pelo grupo militar da renúncia do presidente Washington Luís, as poucas capitais restantes (Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pará, ainda sob o domínio federal) cederam e o poder foi, então, entregue a Getúlio Vargas.

*Os primeiros boatos que circularam na cidade diziam que o movimento revolucionário rebentara em Bello Horizonte. Succederam-se outras notícias. O agitador Assis Chateaubriand, bem como o Sr. Nelson Paixão, redactor do "Diario da Noite", teriam sido presos. Momentos após, a nossa reportagem era informada que a policia havia effectuado mais a prisão de varios jornalistas pertencentes aos jornaes "Diario da Noite", "O Jornal", "A Batalha", "Diario Carioca" e "A Patria". Em todos os quarteis da cidade, a promtidão era rigorosa. O quartel-general, do mesmo modo, mantinha-se guarnecido por um grande numero de sentinellas. Em varios pontos da cidade viam-se piquetes de cavallaria e a estação da Central do Brasil mantinha-se vigiada por um grande numero de agentes policiaes, que fiscalisavam a entrada e sahida de pessoas. (...) (Jornal: A Crítica, 4 de outubro de 1930).*

A vitória de Júlio Prestes, candidato governista, sobre o candidato apoiado pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas, impulsionou a articulação das forças de oposição que pretendiam impedir a posse do candidato vitorioso,

derrubar Washington Luís do governo e reformular o sistema político vigente. Junto à frente militar, a ideia era introduzir uma reforma social e a centralização do poder. O grupo de dissidentes do governo pretendia através do movimento revolucionário aumentar o seu poder pessoal; dentre os quais se destacam João Pessoa e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Contrário à união de jovens políticos à dissidência oligárquica, Luís Carlos Prestes (ex-líder da Coluna Prestes) decidiu não participar da revolução e criar o seu próprio Manifesto Revolucionário, afirmando que era preciso mais que uma mera troca de homens do governo para se implantar reais medidas que atendessem às necessidades da população brasileira.

*Apesar do terrorismo dos fantasiados pela imaginação exaltada de certos derrotistas, o rythmo normal da vida carioca não soffreu alterações de natureza alguma. O mesmo movimento dos dias communs, a mesma calma imperturbavel que é característica não se modificou. A cidade quase não commentou o que os boatos vehiculavam. Nas casas de diversões a concurrencia foi normal. Os cafés e logares publicos apresentavam o aspecto de sempre, algo mais vivo por ser sabbado - dia ordinariamente consagrado a expansões maiores. **A Avenida - mostuario da elegancia e da futilidade do Rio - não se despovoou, nem, ao menos, seu ruidoso movimento envolvente. Não se viam physionomias sobressaltadas, nem se ouviam commentarios reciosos.** Estava sob a mais completa calma a cidade, hontem. E, o carioca, generoso, bom, nobre, e respeitador, teve seu somno absolutamente tranquillo [Grifo feito para dissertação] (Jornal: A Crítica, 5 de outubro de 1930).*

Em 26 de julho, o inesperado assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidência pela chapa da Aliança Liberal, acelerou os preparativos para a deflagração da revolução e estimulou a sua adesão. Após intermináveis negociações preliminares que objetivavam retardar as ações militares, este acontecimento fatídico transforma João Pessoa em mártir da revolução e seu funeral organizado e realizado no Rio de Janeiro com grande comoção popular, leva setores antes reticentes do Exército a apoiar a causa revolucionária.

*Após um periodo de 21 dias de allucinante expectativa e fundas apreensões, os imperativos da alma popular determinaram os memoraveis acontecimentos que culminaram, hontem, nessa apotheose á liberdade coroando a redempção de um povo nobre e altivo, que parecia pequeno porque permanecia de joelhos. Trazendo no peito o fogo sagrado que levou João Pessoa ao sacrificio supremo da vida, abalado pelo entusiasmo santo que o patriotismo communica a todas as almas bem formadas, o povo carioca saiu hontem para a rua, realizando galhardamente a conquista de seus direitos conspurcados. (...) Foi um brilhante espetaculo, o da manhã*

*de hontem, na aristocratica avenida, espetaculo que se prolongou até á noite* (Jornal: A Batalha, 25 de outubro de 1930).



il. 96 Novo Governo. Tropas da cavalaria desfilam pelas ruas do Centro. Outubro de 1930

Foto: Acervo Jornal O Globo

A Avenida Rio Branco teve participação ativa neste movimento. Embora sua rotina estivesse mantida, tão logo alguma manifestação pontual ou interferência planejada ocorria e já o grande eixo da capital era tomado pelas massas. As edificações repercutiam os acontecimentos estabelecendo uma relação direta com os manifestantes, seja através de papéis atirados das janelas, bandeiras em meia-haste ou mesmo substituídas por panos vermelhos. Pronunciamentos foram feitos das janelas das edificações, como o do “capitão Raymundo da Silva Barros, do Corpo de Intendência, a valorosa corporação que se associou imediatamente à causa do povo. São as seguintes as palavras do valoroso militar que falou ao povo de uma das janelas deste jornal, o primeiro militar que falou sobre o golpe definitivo da Revolução” (Jornal: Diário da Noite, 24 de outubro de 1930); e diversos bens públicos foram danificados pelos revoltosos, que visavam principalmente os bens dos jornais e empresas que apoiavam o governo derrubado.

*O povo na sua incontida expansão de vindicta contra os conspiradores de sua liberdade, praticou varias depredações. Os mais sacrificados com a ira do povo foram os jornaes que apoiaram o governo derrubado. Assim as sédes dos jornaes "A Noticia", "A Critica", "Vanguarda", "Gazeta de Noticias", "A Ordem", "O Paiz", "Jornal do Brasil" e "A Noite" foram violentamente alvejados. Destes, as redacções do "Jornal do Brasil", "A Noite" e "O Paiz" e as officinas da "Gazeta de Noticias", chegaram a ser incendiadas, sendo necessario o comparecimento do Corpo de Bombeiros para abafar as chammass. O edificio da "A Noite" ficou damnificado até ao 4o andar,*

*alem das avarias da redacção. Enquanto isso, o povo victoriava "A Esquerda" e "A Batalha" e outros órgãos das sympathias populares eram victoriados (Jornal: A Batalha, 25 de outubro de 1930).*

O edifício marco da arquitetura da avenida que acabara de ser inaugurado com seus 22 pavimentos feitos de concreto armado, sede do jornal "A Noite", criado por Irineu Marinho em 1911 (que se afastaria para criar em 1925 o jornal "O Globo"), também não foi poupado, sendo atacado e incendiado até o quarto pavimento, acumulando uma série de prejuízos causados pelo fogo, por pedras e paus; e mesmo o grande portão de acesso foi destruído parcialmente por um caminhão. O jornal, que já fora de oposição, havia mudado de posicionamento político, apoiando Washington Luís, devido ao alto custo de sua construção



il. 97 Sede do Jornal A Noite é incendiada após tumulto na Praça Mauá Novembro de 1930

Foto: Acervo Jornal O Globo

Apesar das depredações sofridas, as edificações se recuperaram e algumas, como o edifício sedo do jornal A Noite se mantém até os dias atuais<sup>120</sup>.

*A população do Rio de Janeiro sabe que o edificio da A Noite foi assaltado, que as suas officinas foram quasi totalmente destruidas, que os escriptorios e empresas installados no arranha-céu foram roubados, mas ainda não conhece os autores dessas brutalidades, que surprehenderam a todos, e ninguem attribuiu, nem poderia logicamente attribuir, ao generoso, ao culto povo carioca. As attitudes da A Noite no momento que passava não explicariam taes crimes, que tiveram origem no odio e na inveja, procurando aproveitar-se de uma situação anormal para destruir um jornal em cujas columns têm*

<sup>120</sup> Em 1933, sob nova orientação, o jornal, que ocupava os cinco primeiros pavimentos do prédio, decide criar uma emissora de rádio. Inaugurada em 1936, a **Rádio Nacional** ocupava os quatro últimos andares do prédio.



*amparo todos os desgraçados e que despende uma média mensal de trinta contos para socorrer os necessitados que batem á sua porta. O jornal que tem aberto em favor dos humildes as subscrições mais vultosas, que dá conta minuciosa, aos doadores dos donativos que lhe são entregues, que tem collocado nos hospitaes milhares de enfermos pobres, que levanta das ruas os infelizes sem tecto, que affronta os poderosos na defesa dos fracos, nunca seria, e não foi atacado pelo povo a que se devotou. Conforme declarações espontaneamente feitas deante das novas autoridades, alguns communistas, auxiliados por individuos despedidos da A Noite, no momento em que se atacava O Paiz, conseguiam arrastar os elementos communistas e grupos de individuos fluctuantes, sem classificação, nem idéias, para atira-los contra a nossa folha, cujos empregados, em grande parte, como adiante demonstraremos, estavam nas fileiras da revolução, enfrentando os corpos que ainda não se haviam definido contra o governo. Na A Noite, á hora do assalto, estavam, apenas, um dos directores da Sociedade Anonyma, o gerente, o redactor-chefe, alguns empregados do escriptorio e parte do pessoal das officinas. Quando os aggressores se aproximaram, suppondo-os revolucionarios, recebemo-los como amigos janellas e portas abertas. Um delles, porém, destacando-se exigiu que arriassemos a bandeira nacional, hasteada no terceiro pavimento, gritando-nos: - Arrie a bandeira burgueza! Outro exigiu: - Levanta a bandeira vermelha! Fizemos então baixar as portas exteriores de aço. Uma dellas foi arrebentada com auxilio de um caminhão. Arrancada de nossa fachada a bandeira do Brasil, foi pisada pelos communistas, que a rasgaram, levando um de seus pedaços como um trophéo, a redacção do "Diario da Noite", como noticiou esse vespertino. Assistimos depois á invasão do nosso edificio e á depredação do nosso material. Pensamos no primeiro momento que soffriamos, apenas, a "revanche" do communismo e só mais tarde viemos a saber que outros elementos por despeito e inveja tinham-se reunido aos subversores da sociedade (...)* (Jornal: A Noite, 4 de novembro de 1930).

No dia 3 de outubro, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e o comando militar do tenente-coronel Góes Monteiro, têm início as ações militares que ocupariam as capitais estratégicas do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, levariam a revolução até o Nordeste e deslocariam as forças revolucionárias a São Paulo. Aí o presidente em exercício receberia o ultimato para sua renúncia, que imediatamente negado determinaria por parte dos militares o cerco ao Palácio Guanabara, no dia 24 de Outubro, para a prisão de Washington Luís. Formada uma Junta Provisória de Governo, as forças revolucionárias decidiram delegar o poder a Getúlio Vargas, dado o maior peso político dos gaúchos no movimento.

*O termo da intimação, dirigida ao presidente Washington Luis, estava redigido nos seguintes termos: Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1930 - Exmo. Sr. Presidente da República - A Nação em armas, de Norte a Sul, irmãos contra irmãos, paes contra filhos, já retalhada, ensanguentada, anseia por um signal que faça cessar a luta ingloria, que faça voltar a paz aos espiritos, que derive para uma benefica*

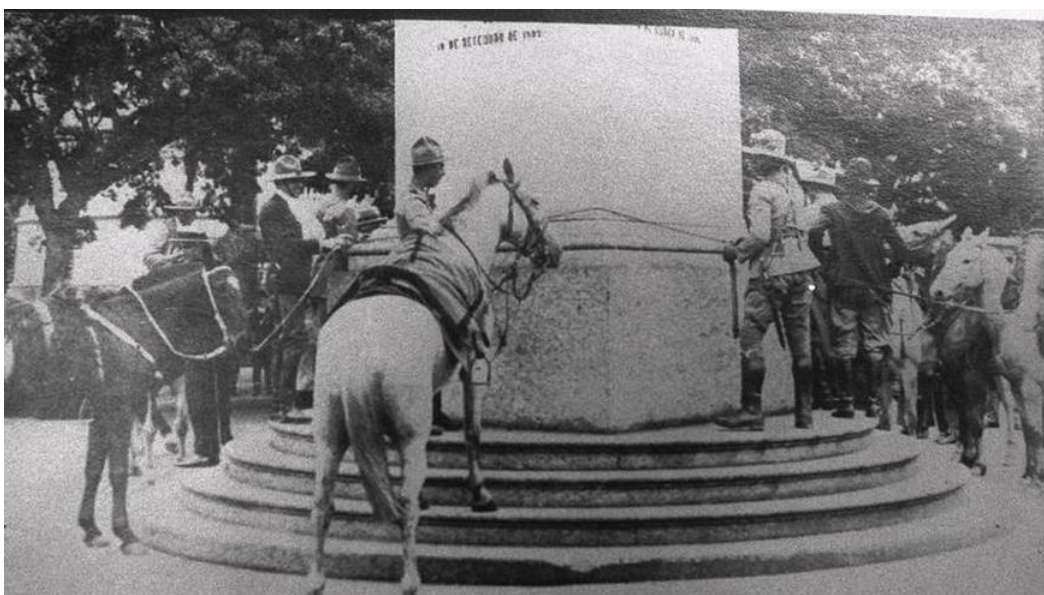
*reconstrução urgente as energias desencadeadas (...) Pela Avenida Rio Branco corria anormal o movimento. O povo - depois de longa tyrannia e liberto, saltava, pulava, dando expansão à alegria immensa que o empolgava. Automoveis, repletos de militares, em fraternal mistura com o povo, passavam aos gritos de - Viva a Revolução! - Viva João Pessoa! - Viva Getulio Vargas! (...) Approximámo-nos, e, então, pudemos comprehender a causa do enthusiasmo do povo. Ali estava, parada, a "barata" n. 12.026. No seu interior uma moça gentil e bella rasgava o vestido de côr rubra, para distribuir os pedaços [de tecidos vermelhos] entre o povo. Quizemos falar-lhe, mas foi impossivel, tão compacta era a massa popular que cercava a sympathica brasileira! (...) O povo suburbano, constituido na sua grande parte pelos menos favorecidos da fortuna, explodiu em vibrantes e enthusiaslicas manifestações, dando expansões ruidosas ao seu incontido jubilo pela victoria dos ideaes revolucionarios. Os sentimentos de revolta do povo, por tanto tempo suffocados pelos actos da mais torpe prepotencia, romperam tumultuosos, enthusiaslicos e delirantes (...)* (A Esquerda, 24 de outubro de 1930).

Um mês depois, no dia 3 de novembro de 1930, chegaria ao fim a Primeira República, consolidando o monumento do Obelisco, ao final da Avenida Rio Branco, tendo o palácio Monroe ao fundo, como um dos elementos urbanos mais simbólicos de nossa cidade. Num gesto político, visando representar a tomada do poder, os revolucionários gaúchos chegando ao Rio, sob a liderança de Getúlio Vargas, amarraram os seus cavalos no monumento. Começava um novo período para a história política do Brasil com Vargas à frente do Governo Provisório. Iniciava-se a Era Vargas. Visto por alguns como uma ruptura, por outros como a continuidade da vida política nacional, este grande movimento revolucionário a nível nacional transcreve-se no urbanismo através das manifestações que ocuparam as avenidas e ruas das principais cidades do país, explicitando os movimentos opositores ao governo nas vias públicas.



il. 98 Chegada da Cavalaria ao Obelisco da Avenida Rio Branco 3 de Novembro de 1930

Foto: Acervo Jornal O Globo



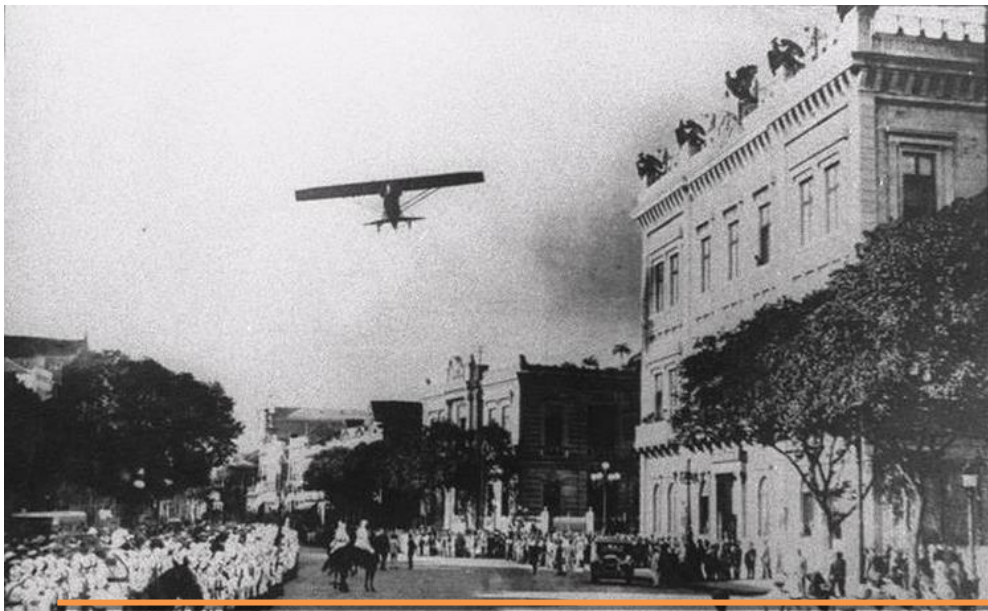
il. 99 Cavalarianos amarram seus cavalos no Obelisco da Avenida Rio Branco. 3 de Novembro de 1930

Foto: Acervo Jornal O Globo

*Neste instante é difícil fixar no papel, no torvelinho da hora histórica que a Nação atravessa, as impressões extraordinárias que nos envolvem. O aturdimento da vitória inebria o povo. Defronte à nossa redacção, povo e exercito, povo na sua mais ampla expressão, senhoras e crianças, em verdadeiro delírio, acclamam a liberdade. A Avenida é toda uma visão alucinante. Os aviões cortam-na sob a vibração das massas. As sirenes atordoam. Em outros pontos, defronte do Paiz e da Notícia as fogueiras improvisadas pelo povo consomem jornaes velhos, livros, escrivaninhas, cadeiras, tudo quanto o povo, no primeiro ímpeto arrancou de dentro daquelles jornaes atirando para a rua. Pelas ruas desfilam multidões inebriadas. O espetáculo é emocionante. A cidade está sob a impressão de desafogo. Aparecem retratos de Getulio Vargas, em quadros estampados, deante dos quaes o povo prorompe em vivas. Era de causar funda impressão o verem-se senhoras quando mais viva era a agitação distribuirem flores ao povo. Lenços vermelhos, bandeiras vermelhas, um delírio vermelho vermelho empolgou a capital. O povo victorioso explodia em vibrações permanentes. São 11,30. (...) Diário da Noite publica com o jubilo natural o documento*

*abaixo, dictado nesta redacção, á hora em que chegava á Avenida Rio Branco notícia da quéda do governo, pelo capitão Raymundo da Silva Barros, do Corpo de Intendencia, a valorosa corporação que se associou immediatamente á causa do povo [Grifo feito para dissertação] (Diario da Noite, 24 de outubro de 1930).*

Examinar o significado da Revolução de 30, analisando se representou uma ruptura ou continuidade na vida nacional, tem sido objeto de inúmeros livros e artigos escritos desde então. No entanto, vale destacar a função desempenhada pela escultura pública ao ar livre: “encarnar valores, fazer propaganda ideológica, e sobremaneira gerar polêmicas [...] é aquela, que se construída por ou para uma comunidade, age como um catalisador de anseios, histórias e lutas dessa população” (Alves, 2004, p. 11).



il. 100 Um avião sobrevoa a sede do Governo Federal (Catete) 1930 Foto:

Acervo Jornal O Globo



il. 101 O Desfile da Glória marcou a vitória da Revolução de 1930

Foto: Acervo Jornal O Globo

Conforme evidenciado pelo Obelisco, associado ao gesto simbólico de Vargas e sua cavalaria, agregando aquele monumento ainda mais valor, visto que o obelisco representava os anseios de desenvolvimento, "uma vez que foi erigido para cumprimentar o governo de então pela velocidade e eficiência na construção da Avenida Central" (Bruinelli, Tiago de Oliveira. 2011, p. 204-205)<sup>121</sup>. Como resultado deste momento, o país ganha uma nova Constituição, a de 1934; posteriormente, em 1945, Vargas é deposto.

*O presidente da República, com as intenções melhores de servir ao Brasil, deu-lhe uma nova Constituição, a Carta Magna, trabalho inteligente, de cuidadoso exame das nossas necessidades sociais, econômicas e políticas, possui uma uniformidade de pensamento que não foi possível imprimir à Carta efêmera de 1934. A Carta fundamental do regime republicano ontem promulgada conserva, nas suas linhas gerais, na perfeição do seu arcabouço, a viga mestra do espírito democrático. As alterações que ela apresenta visam, entre outras coisas fortalecer a representação nacional, criando uma fórmula nova para o sufrágio universal, dando aos municípios um prestígio que eles nunca possuíram, neles reconhecendo a célula mater da federação. Respeitando as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos, a Constituição tem os seus alicerces fundamentais no sentido democrático, do qual a consciência brasileira jamais se afastou e jamais se afastará. Organizando a disciplina, restaurando os princípios da hierarquia, opondo represas poderosas à anarquia e à desordem, a nova Carta Magna não cria círculos de ferro para oprimir e escravizar (Jornal: Diário Carioca, 11 de novembro de 1937).*

### **1945 - Chegada dos Pracinhas - Segunda Guerra Mundial**

(Número impreciso de participantes- Recepção na Praça Mauá e desfile até o Obelisco)

A Segunda Guerra Mundial chega ao campo político brasileiro alterando o sistema de favorecimento alternado que se estabeleceu nos primeiros tempos do novo regime. Conforme o que se verificou durante o período de 1914-1918, na Primeira Guerra, há novamente uma expansão da industrialização e com ela da burguesia industrial, que já se associava à burguesia financeira desde a República Velha, elevando este grupo a uma posição de destaque na sociedade. Este período é marcado também pela

---

<sup>121</sup> BRUINELLI, Tiago de Oliveira. Fotografias e a Revolução de 1930: um possível enfoque para o uso das fotografias como documento histórico. 2011, p. 204-205

introdução do capital estrangeiro no país, não mais como fonte de empréstimos e sim relacionado aos investimentos em atividades diretamente produtivas.

A fase inicial do período compreendido entre 1930-1964 assinala-se no âmbito político pela falta de domínio de um grupo político ou social; durante a Segunda Guerra, no entanto, a burguesia industrial ocupa um lugar proeminente; e o período final de 1945-1964 atesta uma associação clara entre as burguesias industrial e financeira. Em 1964, a burguesia financeira assume o protagonismo econômico. Ainda neste contexto de 34 anos de transição de poderes e domínios, a estratificação social reflete-se cada vez mais no espaço urbano do Rio de Janeiro; as classes altas na “nova” Zona Sul, as classes médias na antiga Zona Sul e na Zona Norte, e as classes pobres nos subúrbios. Cada vez mais se amplia a distância entre o local de trabalho e as residências.

Nas áreas centrais, principalmente, no período de 1945-1964 é retomada ainda que indiretamente a ocupação ilegal dos terrenos, em geral nos morros, e, através de medidas populistas, as favelas passam a ser consideradas intocadas por constituírem uma fonte enorme de “votos”. Apesar dos controles urbanísticos se acentuarem, observa-se uma proliferação das favelas em decorrência, entre outras causas: da demanda crescente de mão de obra barata, fundamental para a indústria e o comércio, garantindo o acúmulo de capital burguês; do fluxo migratório em franca expansão, fato que dificultava um maior controle urbano; do interesse das construtoras por terrenos planos, mais valorizados, uma vez que as habitações populares e favelas cresciam em áreas públicas e desvalorizadas; bem como do caráter populista já mencionado. Assim, a forma urbana carioca afirma-se de maneira mais “democrática” ou menos segregadora.

A Segunda Guerra foi um conflito militar global que envolveu muitas nações e todas as grandes potências, organizadas em duas alianças: os Aliados e o Eixo, congregando cerca de 100 milhões de militares. Caracterizou-se como o conflito mais letal da história da humanidade. Durante os seis anos que durou a guerra, estima-se a perda de 50 milhões de vidas, entre militares e civis. Destes, mais de 5 milhões de judeus foram exterminados em campos de concentração nazistas, como parte da política antissemítica de Hitler.

No quadro de uma economia extremamente afetada pela crise de 1929, com uma inflação fora de controle e desemprego em massa, em 1933, assume o poder na Alemanha Adolf Hitler e o Partido Nacional Socialista da Alemanha. A meta de governo era restabelecer a economia do país e o poder militar, bem como revisar os termos do Tratado de Versalhes, assinado por ocasião da Conferência da Paz, em Paris, no ano de 1919. Desejosos de manter uma política não intervencionista na Europa, França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha, em função do compromisso assumido junto à Polônia de integridade territorial, que havia sido infringida com a invasão da metade ocidental polonesa pelas tropas alemãs.

A política expansionista de ocupação territorial da Alemanha começa a envolver outros países que acabam entrando também na guerra. A Itália, sob o signo do fascismo implantado por Mussolini, com base no pacto Ítalo-Germânico de março de 1936, resolve apoiar a Alemanha. O Brasil entra na guerra apenas em 1942. Declarando-se contra a Alemanha e a Itália, cria a partir de ajustes com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que levaria o país a confrontos na Itália. A inserção brasileira na guerra se dá devido às represálias contra navios mercantes brasileiros torpedeados por submarinos alemães, em resposta ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em janeiro de 1942. Uma forte mobilização popular teve lugar nas grandes cidades brasileiras em favor da entrada do país na Segunda Guerra e na luta contra o nazifascismo.

Em setembro de 1943, os Italianos se renderam aos Aliados e em 7 de maio de 1945 foi a vez do governo alemão, pondo fim à guerra na Europa. Em 14 de agosto do mesmo ano, o Japão rende-se às forças aliadas, após os Estados Unidos terem lançado duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

As dificuldades de comunicação entre os continentes, na época do confronto mundial, fizeram com que aumentasse o interesse dos brasileiros. Em 15 de julho de 1945, a Avenida Rio Branco, lotada, assistiria ao fim da Segunda Guerra Mundial, representado pelo desfile dos pracinhas<sup>122</sup>,

---

<sup>122</sup> Foram mandados para a Europa 25.334 homens – Dados Jornal: O Globo

considerados heróis de guerra brasileiros. O Porto do Rio, na Praça Mauá, encontrava-se tomado por uma multidão orgulhosa para recepcionar os soldados que ali desembarcariam e seguiriam em marcha por todo o eixo monumental, até o Obelisco. A Baía de Guanabara, numa festa espontânea, encontrava-se repleta de embarcações de variados portes à espera do transatlântico militar brasileiro, que despontou em suas águas às 8 horas da manhã, sendo vigorosamente “saudada por canhões das fortalezas, pelos apitos dos navios em roda, pelas sirenes das fábricas, pelo repicar dos sinos dos tempos (...)” (Vieira, Maria Auxiliadora).

A campanha pró- guerra que se iniciou com sátiras, trazia lemas como: “A cobra está fumando”, referindo-se à demora em decidir a participação ou não do país no conflito. Dizia-se que era mais fácil “uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra”.

As tropas nacionais perderam cerca de 2.000 homens feridos em combate e arrolaram cerca de 12 mil baixas por mutilação ou doença. Tendo a FEB registrado em 2 de maio de 1945, 463 óbitos em combates, entre praças e oficiais, sem mencionar os oito pilotos da Força Aérea Brasileira. Em 1960, o Aterro do Flamengo recebeu um Monumento aos Pracinhas, para onde foram transferidas, na ocasião, as cinzas dos brasileiros mortos que se encontravam no Cemitério de Pistoia, na Itália.



il. 102 De volta. Na Praça Mauá, multidão aguarda os pracinhas que lutaram na Itália. Ao fundo, o edifício do jornal “A Noite” e da Rádio Nacional 1945

Foto: Acervo Jornal O Globo

O desembarque começou por volta das 11 horas do dia 18 de julho de 1945, sendo os praças recepcionados pela DNC e pela Legião Brasileira de



Assistência com um lanche. Toda a Avenida Rio Branco fora ornamentada com bandeiras do Brasil, escudos e distintivos históricos da FEB e do Grupo de Caça, ficando a cargo da Prefeitura do Rio esta organização. O grande eixo do desfile encontrava-se tomado de populares, inclusive nas janelas dos edifícios, e ali fora construído um “Arco do Triunfo”. Um cronista da época escreveu que ao passar por este marco, cada bravo estaria transpondo, simbolicamente, os umbrais da História “em cujo seio só se abrigam os deuses, os santos e os heróis” (José Leal - Jornal O Globo, 1945).

*Desde muito cedo começou o povo a afluir aos pontos principais, concentrando-se de preferência na Avenida Rio Branco, na Praça Mauá e no Cais do Porto, para assistir a um dos mais grandiosos espetáculos já desenrolados na cidade. Em cada janela não havia lugar para mais ninguém. Todos seguiam com os olhos ansiosos a marcha do barco-transporte, e as amuradas de Botafogo, do Flamengo até a Praia das Virtudes estavam repletas de gente. Pouco antes das 9 horas o “General Meigs” atracou ao Armazém nº 10, encerrando uma serena viagem de doze dias de Nápoles ao Rio de Janeiro. Ali estavam o Presidente da República e seus Ministros, além dos Generais Clark, Crittenberger e Ord, dos Estados Unidos, convidados pelo governo para assistir à chegada dos Pracinhas. Ninguém mais permanecia no local, à exceção dos jornalistas e dos encarregados do policiamento.*



il. 103 Praça cumprimenta população, Avenida Rio Branco 1945

Foto: Acervo Jornal O Globo

Por decreto presidencial a data foi considerada Feriado Nacional e as firmas comerciais fabricaram serpentina para o povo, bandeirinhas brasileiras foram disponibilizadas para enfeitarem para-brisas de ônibus e automóveis e

as vitrines. A Comissão Nacional do Movimento Unificado dos Trabalhadores reuniu os proletários para saudar os praças.

Às 14 horas, quando de fato começou o desfile, as cenas eram empolgantes, com populares cumprimentando os soldados em marcha lenta, em coluna por um e não perfilados por quatro como mandava o regulamento, até que o povo, descontrolado, entusiasmado, rompeu os cordões de isolamento. Os feridos da FEB causaram imensa emoção, sendo aclamados pelas autoridades e populares, ao serem trazidos do Hospital Central do Exército (HCE) para presenciar a passagem dos companheiros. Após os desfiles protocolados pela Cinelândia, Avenida 13 de Maio, Rua Uruguaiana e Avenida Presidente Vargas, cada soldado seguia rumo aos seus quartéis de origem.



il. 104 Desfile da FEB no Rio, Cinelândia. SECHIN, Carlos. Cinelândia: breve histórico de um sonho. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997

Foto: Anônimo



il. 105 Praças em  
Marcha, Centro do  
Rio de Janeiro 1945

Foto: Acervo Jornal  
O Globo

SEGUNDAGUERRA.ORG



il. 106 Cumprimento  
do Praça, Centro do  
Rio de Janeiro 1945

Foto: Acervo Jornal O  
Globo

SEGUNDAGUERRA.ORG

*Em plena Avenida Rio Branco, um velho atravessou a massa e jogou-se perigosamente sobre um jeep, que no volante estava seu filho. Seu salto poderia ter significado a morte, mas o ancião foi feliz e abraçou o jovem. Pouco depois aconteceu o contrário, um soldado que vinha ao lado do companheiro que dirigia a pequena viatura militar, sorria. Mas de repente, seus olhos se fixaram num ponto qualquer no meio da multidão e o combatente, como que alucinado, jogou-se do veículo sobre o povo, alcançando uma velhinha que era sua mãe. Beijaram-se em silêncio e em silêncio se separaram. Os vendedores de frutas fizeram duplo negócio, acabaram as peras e as maçãs, venderam os caixotes a 12 cruzeiros para aqueles que desejavam colocar-se melhor para ver e aplaudir os soldados. À*

*noite, os oficiais e praças tiveram licença para assistir e participar dos festejos em sua homenagem e retornar a seus lares. Cordões carnavalescos formaram-se nas ruas e o povo dançou. Era o dia da FEB, que a população amava, que a população estimava (Jornal: O Globo, 18 de julho de 1945).*

O Brasil, que vivia a contradição de lutar ao lado dos Aliados na Europa, por uma liberal-democracia, e manter uma ditadura no país, ao final do conflito assiste à derrocada da Era Vargas, que chega ao fim junto com o Estado Novo em 29 de Outubro de 1945. Se, por um lado, a participação das Forças Armadas brasileiras fortalecia o regime, ampliando o poder e o prestígio dos setores civis e militares da classe governante, por outro a participação popular era restrita e, lutando contra os regimes autoritários nazifascistas, mantinha-se aqui um governo autoritário. Assim, a despeito das medidas liberalizantes adotadas, procurando atender às demandas das oposições, um golpe desfechado em 29 de outubro 1945 sob a liderança do alto comando do Exército provocou a queda de Vargas e o fim do Estado Novo.

### **Avenida Presidente Vargas - 1942**

A história da Avenida Rio Branco passa por uma transformação radical, com a construção da Avenida Presidente Vargas e a ruptura que isso causa na compreensão da continuidade do eixo preexistente. Cria-se um corte com a construção do novo eixo do Estado Novo, determinando que a setorização funcional da Avenida Rio Branco, onde as quadras mais próximas à Praça Mauá têm um direcionamento mais comercial de exportação e bancário, tenha a sua conexão espacial seccionada pelo novo eixo, que começa a ser construído em 19 de abril de 1941.

Diferentemente do ocorrido na Avenida de Maio, em Buenos Aires, onde existe uma aceitação dos arquitetos do Movimento Moderno argentino no que diz respeito às formas existentes, não tendo sido propostas grandes alterações na forma-aparência da Avenida de Maio quando ela foi cortada pela Avenida 9 de Júlio, construída anos após. Na capital fluminense, ao materializar este corte, evidenciar-se-ia uma irrupção agressiva de modernas torres de escritórios nos edifícios simbólicos da *Belle Époque*, que só se reforça nas décadas de ditadura militar dos anos 70 e 80.

il. 107 Cartão Postal da Avenida Presidente Vargas, c.1947

Foto: Anônimo



il. 108 Foto aérea da Avenida Presidente Vargas, c.2012

Foto: Anônimo



il. 109 Central do Brasil - Avenida Presidente Vargas. Manifestações sociais contra aumento da passagem de ônibus, c. 2013

Foto: Anônimo



A Avenida Presidente Vargas acelera a substituição de importantes edificações do eixo principal da cidade capital federal, quebrando a homogeneidade espacial e formal urbana, criada para atrair capitais. Desaparecem as monumentais edificações, sedes dos jornais El Paiz e Jornal do Brasil e dos hotéis Avenida e Palace, bem como são extintos os clubes de Engenharia e Derby, com a mudança de gabarito privilegiando altas torres de escritórios.

A concepção destas duas grandes artérias obedece ao mesmo princípio político: representar um momento da economia do país, por meio das formas urbanas e do tecido da cidade. Busca atender demandas antigas de conectividade da cidade, mas, sobretudo, elas se diferenciam pela função de cada projeto. A Avenida Rio Branco foi construída como um cenário completo de edificações, infraestrutura, novos hábitos urbanos, código de posturas dos cidadãos para refletir ao mundo o “novo Brasil civilizado”. A Avenida Presidente Vargas, por seu lado, tem em sua concepção um forte viés funcionalista - entregar à cidade uma grande via de circulação automotiva e grandes espaços para investimento empresarial futuro. A espacialidade conformada na Avenida Central proporcionou a sua rápida ocupação e apropriação pela população, enquanto que na Avenida Presidente Vargas os atos sociais foram inicialmente

planejados até que se pudessem consolidar. Obviamente, no que diz respeito a questões formais, as dimensões ainda mais avantajadas desta última permitiam uma maior amplitude de ocupações.

Em 1938, na “Exposição Novo Brazil”, na Esplanada do Castelo, idealizada para “exibir ao homem comum”<sup>123</sup> as políticas do Estado Novo (instaurado após o golpe militar de 10 de novembro de 1937), Getúlio Vargas, empolgado com o projeto e seu poder simbólico, assume junto ao prefeito Henrique Dodsworth o compromisso de construir a avenida, ali exposta, ainda em maquete.

A obra era uma expressão da cada vez maior intervenção do Estado nos setores da sociedade e no tecido urbano, mas, sobretudo, se fazia necessária num momento em que o país se tornava mais urbano, abrindo-se ao automóvel. A nova avenida representaria a onipotência de um Estado Novo em regime de exceção. O projeto, que cortava o centro em direção à zona Norte e constituía-se por grandes edificações e uma grandiosa e moderna avenida, foi concluído em apenas três anos (1941-1944).

Apesar de o projeto de construção da Avenida Presidente Vargas ter se efetivado a partir de 1938, a concepção do traçado do eixo na rota centro – zona norte, surgiu ainda no século XIX, com o Caminho das Lanternas (uma via de lampiões, a pedido do príncipe regente). Aberto pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, o caminho passava pelo Mangual de São Diogo (Canal do Manguê) e ia do Campo da Aclamação (Campo de Santana) até a Quinta da Boa Vista. O projeto só foi viável graças a demolição de 958 imóveis, em um outro grande “bota-abaixo”, de 1941, onde um mercado, quatro igrejas (São Pedro dos Clérigos, São Domingos, Bom Jesus do Calvário e N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição), o Largo do Capim, uma fatia da Praça da República, quase toda a Praça Onze de Junho (centro do samba e local dos desfiles carnavalescos, até então) e o Paço Municipal foram derrubados. Há uma enorme similaridade na construção dos dois grandes eixos cariocas: as grandes demolições que envolveram as suas construções; a expulsão de comunidades indesejadas (como os afro-brasileiros e judeus que o governo Vargas, cada vez mais à

---

<sup>123</sup> BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Avenida Presidente Vargas: Um Desfile Pela História do Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2010.



direita e com recaídas antissemitas, não hesitou em dispensar); além de munir o espaço com edificações institucionais importantes para a capital.

Visto que a imprensa estava sob censura, não foi possível recorrer aos jornais como fontes documentais que evidenciassem os protestos ocorridos, segundo relatos, na região contra as demolições das quadras compreendidas entre a Rua General Câmara (antiga Rua do Sabão) e a Rua de São Pedro, passando estas duas ruas a constituir os lados ímpar e par, respectivamente, enquanto a pista central formava-se a partir da demolição das quadras centrais.

A construção da avenida foi gestada e gerida pela “Comissão do Plano da Cidade da Prefeitura do Distrito Federal” (constituída em 1932, com o intuito de avaliar e validar a aplicabilidade do Plano Agache). A avenida, que ganharia forma logo após o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em uma época conturbada, em meio à Segunda Guerra Mundial, consolidou-se enquanto novo espaço urbano de paradas militares e manifestações populares da cidade do Rio de Janeiro, pela sua conexão urbana, seus equipamentos edificados do poder (prefeitura), pela Estação Central e sede das Forças Armadas. Hoje, concentra grandes empresas e lojas, instituições de ensino e órgãos públicos.

A visão monumentalizante do urbanismo servia bem ao gosto dos governos totalitários. Assim, os quatro quilômetros de comprimento e 80 de largura seriam as espantosas medidas da grandiosa avenida que, segundo Dodsworth, se “autofinanciaria” através da venda dos terrenos oriundos das demolições, mas também, firmar-se-ia como espaço ideal para a montagem de arquibancadas e mesmo para desfiles abertos, rivalizando esta funcionalidade com a Avenida Rio Branco. Assim, a partir de 7 de setembro de 1944, os desfiles oficiais da Independência, bem como os desfiles carnavalescos das escolas de samba passariam a ocorrer na nova artéria.

A partir do Estado Novo, as paradas militares na Avenida Rio Branco se tornaram mais portentosas, Getúlio Vargas estendeu as marchas do Obelisco (local simbólico onde os correligionários gaúchos de Vargas amarraram seus cavalos na Revolução de 30) até a Avenida Beira-Mar. Em 1944, no entanto, a Praça da República e o percurso ao longo de toda a Avenida Presidente Vargas se encontravam repletos de palanques armados; no prédio do Ministério da Guerra, viam-se em todas as suas janelas os familiares dos

oficiais e a Central do Brasil também estava tomada por cidadãos, até mesmo na torre do relógio pessoas eram vistas disputando posição. Às 7 horas e 30 minutos da manhã, 35 mil militares já se preparavam para o desfile que é a representação maior de nossa Independência.

Seguindo em carro aberto, desde o Palácio Guanabara, o presidente Getúlio Vargas, acompanhado pelo ministro de Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e do prefeito Sr. Henrique Dodsworth foram ovacionados pela população em todo o percurso até o palanque oficial, onde já os esperava o arcebispo d. Jaime Câmara, o qual realizou a benção da avenida. O desfile foi iniciado às 9 horas da manhã, chegando ao fim duas horas depois com a congratulação do Presidente da República ao Ministro de Guerra pela excelente marcha. No palanque presidencial, Getúlio Vargas, após assinar a ata de inauguração da avenida, entregou a nova artéria de circulação da cidade ao tráfego.

Getúlio Vargas seguiu em carro aberto por toda a Avenida Presidente Vargas, entrando na Avenida Rio Branco onde foi vivamente aclamado pelos populares, retirando-se ao chegar novamente no Palácio da Guanabara; a cidade permaneceu aplaudindo intensamente as Forças Armadas.

O Estado Novo interviria profundamente na forma-aparência, principalmente da área central da cidade, buscando no urbanismo monumental uma afirmação de poder através da arquitetura<sup>124</sup>. O Aeroporto Santos Dumont (em aterro) e a urbanização da Esplanada do Castelo, que abrigaria a sede do Ministério da República, datam deste período. Apesar de o Plano Agache ter sido bastante rebatido durante o governo revolucionário, na administração de Dodsworth (1937-1945) ele foi retomado e acatada uma de suas maiores sugestões: “de uma grande avenida de continuação ao canal do Mangue”, que tendo como premissa a demolição de todos os prédios entre as ruas General Câmara e São Pedro “desembaçaria a bonita igreja da Candelária, que se inscreveria perfeitamente na sua perspectiva”<sup>125</sup>. A construção do eixo monumental seguia a mesma prerrogativa da República Velha - com a abertura da avenida levar adiante o processo de expulsão das populações pobres da área central.

---

<sup>124</sup> Revista Cão (número especial): “Estado Novo: Arquitetura e Poder”. Cão. Nº2, jun/jul/ago, 1978.

<sup>125</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento, 1926-1930*. Paris, Foyer Brésilien, 1930, p.136

*Concluída a obra e vendidos os lotes, era de se esperar que a nova artéria se tornasse um prolongamento (ainda que perpendicular da Avenida Rio Branco, e que fosse enquadrada por grandes edifícios de escritórios e sedes de empresas. Isto, entretanto, só ocorreu nas proximidades da interseção dessas duas vias. A nova Avenida ficaria, por longo tempo, vazia das construções monumentais que apareciam no seu projeto, e isto por vários motivos.*

*Em primeiro lugar, a conclusão da Avenida Presidente Vargas coincidiu com o início do boom de construção da zona sul, que atraiu para lá a maior parte do capital imobiliário da cidade. Em segundo lugar, o crescimento populacional de Copacabana nessa época e a sua transformação em verdadeiro subcentro, retirou da área central grande parte de suas atividades de serviços, comércio de luxo e lazer, afetando bastante o seu dinamismo. Em terceiro, a valorização crescente da Área Central de Negócios já existente, cujo eixo era a Avenida Rio Branco, reforçou ainda mais a sua centralidade, dando origem a um processo de renovação de padrão que afetou muito mais os edifícios que encheram de orgulho a burguesia carioca quando da abertura da Avenida Central, do que as velhas casas que margeavam a nova avenida. Ainda em 1965, a situação pouco tinha se modificado: (...) 'nesses últimos decênios um pequeno surto de renovação, com a zona bancária de edifícios moderníssimos que se constituiu no seu cruzamento com a Avenida Rio Branco'<sup>126</sup> (Abreu, Maurício de. 1987, p. 114-115).*

A área central de negócios da cidade não seria transferida após a inauguração da Avenida Presidente Vargas e nem depois de sua consolidação, apenas sofreria intensa transformação em sua forma-aparência. Pode-se dizer que o maior impacto da construção da avenida da Nova República se deu com a ruptura da continuidade formal do eixo da Avenida Central, mas, principalmente, os precedentes abertos com a demolição de edificações históricas e os novos espaços e formas na construção.

Se no momento anterior, chamado de Velha República, a cidade colonial era um obstáculo a ser superado, após a inserção do Brasil no cenário capitalista mundial a verticalidade deveria imperar no âmbito urbano. Nessa perspectiva, a Avenida Rio Branco e seu caráter horizontal não coincidiam com o interesse da nação de mostrar-se moderna para o mundo. Era preciso aplicar as inovações tecnológicas nas novas edificações, que deveriam ser altas, como o prédio do MES, construído na Esplanada do Castelo; do mesmo período, representando a transição da arquitetura moderna para o *Art Nouveau*, figuram o Edifício Fontes Unidos (1937) e o Clube da Engenharia (1954).

---

<sup>126</sup> SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. *Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Geografia. 27 (3), 1965, p.358.

Se, em um primeiro momento, ao resgatar o Plano Agache a intenção da Avenida Presidente Vargas era servir como um prolongamento, ainda que perpendicular da Avenida Rio Branco, ao final observamos uma reestruturação funcional desta última, além da demolição de dois quarteirões onde se ergueriam as moderníssimas torres da nova avenida. Verificar-se-ia, ainda, uma alteração na espacialização dos trechos da antiga Avenida Central, onde a seção de negócios ligada ao porto compreendia agora da Praça Mauá até a Avenida Presidente Vargas; o segundo trecho, destinado a área central de negócios estaria compreendido até a Avenida Almirante Barroso e a seção cultural, recreativa e institucional iria até o Obelisco da Beira-Mar.

Mesmo proporcionando estas grandes modificações formais e funcionais na Avenida Rio Branco, muitos terrenos da Presidente Vargas figuraram como verdadeiros vazios urbanos, por décadas. A exceção fica por conta do trecho em que ela se entroncava com a já consolidada artéria da cidade. Se neste período a zona sul veio sofrendo um enorme crescimento imobiliário, também é neste momento, depois da demolição dos quarteirões da Avenida Rio Branco para a construção da Presidente Vargas, que os modernistas passam a ver a primeira como um solo propício à implantação dos novos modelos formais verticais, em detrimento das formas retrógradas e deselegantes que representavam a República Velha.

Assim, em 1950 noticia-se a demolição do Palace Hotel para a construção do edifício Marquês de Herval, com 36 andares, inaugurado dois anos mais tarde. Durante o período Vargas, foram substituídos ou demolidos, simplesmente, em torno de 15 ou 20 edifícios. Ao final da década de 50, com a alta da inflação e a supervalorização do solo urbano no período JK, o processo de renovação edificada da Avenida Rio Branco acelera-se e a Avenida Central do início do século, já praticamente havia desaparecido em termos formais; hoje, 20% dos edifícios existentes na avenida são deste período. Os anos 1960 trazem uma aparente liberação de gabaritos, estimulada pela onda de demolições recorrentes desde os anos 1950, que afeta, sobretudo, a parte sul da avenida.

Após a transferência da capital para Brasília, criada pelos arquitetos e o poder político, enquanto símbolo da modernidade brasileira, na mesma década (1960), o Rio de Janeiro põe abaixo outros marcos importantes da cidade das

primeiras décadas do século XX, como a Galeria Cruzeiro, sob o Hotel Avenida, demolidos em 1961 para a construção do Edifício Avenida Central, em estrutura de aço, um projeto do arquiteto Henrique Mindlin, totalmente vertical, com seus 34 pavimentos e múltiplas funcionalidades.

O fim da Galeria Cruzeiro também é o fim dos bondes no cenário da Avenida Rio Branco, uma vez que o terminal situava-se na galeria. Os bancos ganham cada vez mais espaço afirmando o momento do capital financeiro no urbanismo. Neste contexto a avenida reflete a economia e passa a ser frequentada pelos cidadãos para trabalhar, tendo seu cotidiano diurno movimentado em oposição ao esvaziamento noturno, principalmente nos finais de semana, onde nem as atrações da Cinelândia e suas atividades culturais conseguem catalisar público para a extensão da avenida.

Em 1960, contrata-se a firma grega Doxiadis and Associates para a execução de um plano urbanístico, que apresenta poucas diferenciações em relação ao Plano Agache no que tange à estratificação social do espaço carioca; afetando os mais pobres para “remodelar” a cidade. Elaborado em pleno período autoritário, a evolução urbana da cidade é pensada em seus moldes originais de separação das classes sociais no espaço (Abreu, Maurício de. 1987. P.95).

## **Carnaval das Avenidas**

As duas avenidas, aos poucos, foram compartilhando as manifestações civis, políticas e militares da cidade, sendo a escolha determinada pelo foco de interesse do movimento e em função das necessidades maiores ou menores de concentração. No entanto, cada vez mais a Cinelândia, pelo seu caráter institucional e a presença da praça, e a Candelária pelo poder simbólico e sua localização no encontro dos grandes eixos iam firmando-se como áreas de congregação e dispersão de massas. As marchas militares começavam na Presidente Vargas e estendiam-se até a Avenida Rio Branco, ou vice-versa, seja através das colunas do desfile militar, seja pela movimentação presidencial como descrevemos. O carnaval aos poucos ganhou seu espaço no novo eixo, mas setorizou-se: grandes escolas desfilavam na Avenida Presidente Vargas onde se armavam palcos nas pistas laterais, enquanto na

Avenida Rio Branco desfilavam as pequenas escolas e os blocos carnavalescos.

Quando o carnaval dos cursos das elites já estava em decadência e não se ouvia mais falar em batalha de flores, as festas carnavalescas do povo ganharam cada vez mais adeptos e enfeites sofisticados eram espalhados pela cidade. No ano de 1941, a Praça Onze, para surpresa de todos os sambistas, começou a ser destruída para dar lugar à Avenida Presidente Vargas, mas nem os buracos e escombros foram capazes de frear os festejos populares que seguiram alheios às obras, e em 1942 o desfile ocorreu novamente no espaço considerado o berço do samba.

Se no período da Segunda Guerra Mundial a verba para o desfile das escolas de samba foi cortada pela prefeitura, em 1945 as festividades retomaram e em 1946 foram oficialmente transferidas para a Avenida Presidente Vargas (em um primeiro momento em frente à escola Rivadávia Correa e posteriormente, aproximando-se de suas origens, nas proximidades da Cidade Nova). A sua largura foi essencial para o desenvolvimento de carros alegóricos cada vez maiores e para a construção de arquibancadas temporárias, fazendo do desfile um espetáculo à parte e visto sob novos ângulos. Em 1975, em função da construção do metrô o desfile transferiu-se para a Avenida Presidente Antônio Carlos, mas logo retornou à Presidente Vargas. E em 1984 foi inaugurado o Sambódromo, quando as escolas de samba voltaram a desfilarem onde um dia esteve a casa de Tia Ciata. Neste meio tempo, os blocos foram fortalecendo suas tradições e a festa na Avenida Rio Branco, totalmente enfeitada, crescia e ganhava as multidões.

O Carnaval, outrora oriundo da cultura popular negra, que se popularizara na cidade, e foi elitizado na Avenida Central sob influência dos sofisticados carnavais de Nice na França, foi sendo reconquistado e devolvido às massas, apresentando-se cada vez mais democrático. A Marquês de Sapucaí funciona como uma avenida munida de suas arquibancadas em concreto armado no cotidiano da cidade. Disposta a receber as elites que pagarem para assistir os festejos populares do carnaval, através dos desfiles das escolas de samba. Com o passar do tempo, o Sambódromo consolidou-se como uma via de circulação popular em dias festivos, onde o povo organizado

em comunidades do samba entra livremente e as elites devem pagar para assistir o espetáculo dos mais pobres.

## Vargas Deposto

"O Brasil viveu ontem horas de intensa agitação provocada pela atitude de intransigência do Sr. Getúlio Vargas. O ditador, apoiado pelos "queremistas", planejou e executou o seu último golpe, com a nomeação de seu irmão Benjamin, para a Chefatura de Polícia. Indiretamente, fez-se sentir um grande movimento de repulsa, que culminava com a sua renúncia ao poder, consequência de seu "ultimatum" que lhe foi feito pelas classes armadas.

Logo após ter transmitido a chefia de Polícia ao Sr. Benjamin Vargas, desde ontem titular do posto em substituição ao antigo coordenador, o Sr. João Alberto esteve no Ministério da Guerra tendo-se feito acompanhar pelo comandante da Polícia Especial, o Sr. Eusebio de Queiroz. Ali estiveram em demorada conferência com o general Góes Monteiro.

Ao terminar a reunião, que durou mais de uma hora, pôde ser notado intenso movimento naquele Ministério, fato que ainda mais chamou a atenção em virtude de terem sido trancados os portões fronteiros e laterais, não sendo permitido, portanto, nem a entrada nem a saída de civis. Imediatamente foi proclamada rigorosa prontidão para todas as tropas que servem ali. Enquanto isso, a cidade se enchia dos mais alarmantes boatos, e os nossos telefones não cessavam de tilintar todos ávidos de informações.

Por volta das 18 horas, tropas do Exército ocupavam a praça da República, colocando imediatamente nos principais entroncamentos metralhadoras. O trânsito ficou desde logo impedido para veículos, salvo os de caráter forçado. E quanto aos pedestres, só podiam passar os que se destinassem a suas residências.

Às 18,30 horas, tivemos informações de que as tropas motomecanizadas sediadas no Derbi Clube compostas de tanques, se dirigiam para o centro da cidade, certamente para reforçar as que já se encontravam na Praça da República. (...)

Pouco depois das 19 horas, três caminhões do Exército, com soldados armados, saíram do Ministério da Guerra em direção ao Palácio do Catete, a fim de guarnecê-lo. Também o Palácio Guanabara estava guarnecido por tropas que imediatamente interditaram o trânsito pelas ruas Paissandú e Álvaro Chaves. (...)

A Avenida Presidente Vargas, em toda a sua extensão, ficou desde cedo ocupada por tropas do Exército, constituídas do 3o Regimento de Carros de Combate e, às 20 horas, chegava ao mesmo local o 1o Grupo de Obuzes. (...)

Depois de tomarem conhecimento da exoneração do Sr. Henrique Dodworth, os secretários da Prefeitura solicitaram também exoneração coletiva. Foi oficialmente noticiada a nomeação do Sr. João Alberto, novo prefeito do Distrito Federal. A comunicação da

exoneração do Sr. Henrique Dodworth Ihe foi dada por telefone pelo Sr. Agamenon Magalhães. (...)

Às 11,30 da noite de ontem, depois dos acontecimentos que são do domínio público, o Sr. Getúlio Vargas renunciou, entregando o Governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares.

Às duas horas e meia, realizou-se, no Ministério da Guerra, perante os chefes militares, a posse do Ministro José Linhares, como Presidente da República

Perguntado pelo representante de Resistência, se haveria restabelecimento de censura à imprensa, o Ministro João Alberto exclama:

Os senhores estão proibidos de falar sobre esse assunto. Não há, e jamais haverá censura à imprensa. Peço a todos, pois, uma colaboração leal e de sentido construtivo, dentro da mais ampla liberdade." (**Resistência, 30 de outubro de 1945**).

## GOVERNO JK - TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

No governo JK os investimentos públicos seguem centrados nas áreas metropolitanas, mas as favelas da região acabam usufruindo desta infraestrutura dada sua proximidade espacial. Estimula-se ainda a construção de unidades habitacionais nos subúrbios; este é um momento onde se verifica um grande crescimento populacional. A partir de 1950, a concentração de capital, o crescimento da zona Sul e os numerosos investimentos particulares nesta região, entre outros fatores, tornam necessária uma transformação da forma urbana no que tange ao seu viés viário – do transporte urbano individual. Há embutida nesta febre viária uma exigência de reforma urbana que iria além da forma-aparência da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo uma transformação de conteúdo, uma vez que se demandavam intervenções, verdadeiras cirurgias urbanas, e algumas localidades eram tratadas apenas como “caminho”.

O período compreendido entre 1950-1964 marca uma fase de substituição do modelo de importação pelo de produção de bens de consumo durável e de capital, ampliando o parque produtivo, até então de bens de consumo imediato. Há um estímulo ao ingresso de capital estrangeiro e à



implantação de indústrias e empresas internacionais no Brasil através de concessões.

as empresas estrangeiras interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir de seus países de origem, maquinarias industriais depreciadas, como se fossem equipamento novos (Ramos, Plínio de Abreu, 1976. P.219)<sup>127</sup>.

Juscelino Kubitschek professa uma ideologia desenvolvimentista, que busca aprimorar as indústrias brasileiras através de investimentos também infraestruturais. Na década de 1950 há um crescimento notável na base econômica infraestrutural do Brasil. O Rio de Janeiro, apesar de apresentar um crescimento industrial menor do que São Paulo, não granjeando para si os investimentos estrangeiros, exercia grande atração sobre a força de trabalho, mostrando um crescimento populacional superior ao que vinha sendo registrado.

Brasília, localizada no centro do país, construída nos moldes modernistas em tempo recorde visando atrair o capital, deveria simbolizar através do espaço toda a prosperidade do país. Este foi um período de déficit permanente nas trocas cambiais, em função do aumento das importações de bens de capital e de uma queda acentuada nos valores do café, que resultou numa grande emissão de papel moeda gerando, além de uma enorme inflação, uma redução no salário real dos trabalhadores. Houve, ainda, em decorrência da inflação uma alta do valor do solo urbano freando o processo de expansão da metrópole. Criou-se o hábito de manter terrenos vagos, enquanto reserva de valor. Como corolário desta sequência de fatores associados ao aumento do valor do solo, à distância do ambiente de trabalho, ao congelamento dos aluguéis verificou-se uma crise habitacional generalizada, afetando primordialmente os mais pobres; multiplicando-se o número de favelas e casas de cômodo.

A nível de metrópole carioca, esse processo de concentração de renda adquiriu também uma dimensão nitidamente espacial, pois a separação das classes sociais no espaço já era um fato concreto. Tal separação entretanto, havia sido ofuscada pelo aparecimento das favelas na área nobre da cidade. Era preciso, pois 'corrigir' esta situação e, para isso, nada melhor do que um período autoritário, no qual as classes dominantes poderiam adotar, sem qualquer possibilidade de reação das classes populares, as políticas urbanas

---

<sup>127</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. Brasil, 11 de Novembro. São Paulo, Editora Fulgor, 1960, p.116.

mais repressivas. Essas políticas foram efetivamente implementadas, e contribuíram bastante para que a forma urbana carioca retomasse seu antigo padrão estratificado, agora entretanto em níveis bastante mais nítidos (Abreu, Maurício de. 1987. p.118).



il. 110 Hora da mudança: funcionários carregam caixas durante os dias de transferência da capital do Rio para Brasília.

Foto: Anônimo

A inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960 modificaria completamente a cidade do Rio de Janeiro. Tem início o processo de esvaziamento político e cultural da cidade, o qual duraria décadas; além de perder o posto de capital federal, milhares de funcionários públicos de autarquias e empresas foram transferidos para o novo centro do poder. Prometida por Juscelino Kubitschek logo após a sua posse (1956), a construção da capital do país no Planalto Central, esperando impulsionar a ocupação do Centro-Oeste do Brasil, era um projeto antigo que remontava à Inconfidência Mineira e fortalecera-se com a Independência do Brasil. A nova capital contou com auxílio técnico do urbanista Lúcio Costa, autor do projeto escolhido por concurso promovido pelo governo. O Plano Piloto de Costa teve a colaboração de Oscar Niemeyer e sua intenção era construir uma cidade do futuro, cujas proporções e prédios fossem monumentais, além de visar diminuir

as diferenças sociais entre os homens que ali habitassem. Quando da abertura oficial da cidade, Brasília já possuía em torno de 142 mil habitantes.

Apesar de definida pelo escritor francês André Malraux como “A Capital da Esperança” nem tudo saiu conforme planejado e a ocupação das cidades-satélites foi desordenada. Tombada pela UNESCO em 1988, como Patrimônio Histórico Universal, Brasília, devido ao grande isolamento de suas construções acabou gerando também um isolamento humano.

### **1964 - Comício da Central - A Ditadura Militar**

(200 mil pessoas insatisfeitas com o governo de João Goulart - Central do Brasil, Avenida Presidente Vargas)

"A cidade ideal era a cidade das multidões caladas!" (Afirmção feita certa vez pelo então presidente Campos Salles)

Com a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros (1961), seu vice João Goulart assumiu o poder por vias transversais, prometendo "reformas de base". Uma medida paliativa articulada pelas forças conservadoras foi aplicada, como forma de conter o poder "ameaçador" que enxergavam em João Goulart. A posse foi garantida sob o regime Parlamentarista, após a rejeição de uma emenda, junto ao Congresso Nacional, proposta pelos ministros militares com o apoio da UDN (União Democrática Nacional) impedindo a posse de Jango. Os anos que se seguiram, 1961-1964, podem ser considerados como os mais efervescentes anticomunistas da História brasileira do século XX. O curso da Guerra Fria e o "perigo comunista" pareciam mais próximos, desde a opção do governo cubano pelo regime socialista e a Revolução Cubana, em 1959.

Em 1964, um grande comício foi convocado para o dia 13 de março, pelo presidente, em apoio às reformas, diante da grande possibilidade da sua não aprovação pelo Congresso. O ato público tinha como finalidade pressionar o Congresso no sentido de mudar artigos da Constituição, concedendo ao presidente poderes para a execução de seus projetos reformistas.

Planejado desde janeiro de 1964, o Comício da Central do Brasil, na Avenida Presidente Vargas, também conhecido como Comício das Reformas, foi marcado para dois dias antes da abertura do Congresso, tendo na pauta reivindicações já aprovadas, como o congelamento dos aluguéis e a Lei da

Remessa de Lucros. Mas também visava, premido pela esquerda sindical, a reforma agrária, o direito de voto aos analfabetos e a elegibilidade dos sargentos.

*- Nenhuma força será capaz de impedir que o Governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E para isso podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas - disse o Sr. João Goulart em seu discurso na Praça Cristiano Ottoni, à noite, perante multidão (...) e ao lado de sua esposa Sra. Maria Teresa (Jornal do Brasil, 14 de março de 1964).*

A Praça da República, em frente à Central, foi o local escolhido para a realização do evento que reuniu cerca de 200 mil pessoas, carregando bandeiras vermelhas, faixas e cartazes pedindo "Reforma Já!" e a legalização do PC. Ao lado de Brizola (RS) e Miguel Arraes (PE), o presidente anunciou a assinatura de dois decretos de menor importância, no momento, assegurando que aqueles eram os primeiros passos rumo à reforma bancária e urbana pretendidas, dando uma forte guinada à esquerda, tão temida. Aclamado pelo povo, Jango termina seu discurso, transmitido pela televisão, convocando a multidão a "ajudar o governo a fiscalizar os exploradores do povo", causando pavor nos proprietários de imóveis e nos donos do dinheiro.

*Transformou-se numa autêntica festa popular, o comício ontem realizado na Praça Cristiano Ottoni. Ao encontro do Presidente da República, uma incalculável multidão deslocou-se desde as primeiras horas da tarde, entoando cantos e trazendo faixas e cartazes, alusivos às suas reivindicações e indicativos do apoio com que pode contar o presidente Goulart nas medidas que vem tomando na defesa dos interesses nacionais. O entusiasmo que recebia as palavras dos líderes políticos, sindicais e estudantis mostrou uma firme determinação do povo de lutar unido e coeso pela implantação das reformas fundamentais de que o Brasil necessita para a consolidação do seu desenvolvimento. Foi uma evidência, na repercussão que teve nos aplausos da grande massa popular, o sentimento da necessidade de uma efetiva e urgente modificação que reformule o arcaico estatuto da terra ainda vigente entre nós. Pacífica e ordeiramente, o povo compareceu ao diálogo democrático com o Presidente da República e disse-lhe, pela voz dos seus líderes autênticos e pela eloquência dos seus cartazes e faixas, o que o povo deseja que seja feito para o bem da Nação. Foi portanto o comício de ontem, uma extraordinária demonstração de pujança do regime democrático, com o povo brasileiro unido ao seu presidente na praça pública, em festivo ato de pleno exercício da Democracia (Diário Carioca, 14 de março de 1964).*

No Ministério do Exército, exatamente ao lado da Central, local da manifestação popular, os militares reunidos articulavam a derrubada do

governo, tendo em vista o efeito explosivo das promessas de Jango. Menos de três semanas depois o presidente seria deposto.

*Guerra civil, fechamento do Congresso, Constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.*

*- O comício - declarou o Sr. Carlos Lacerda - foi um assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido. O pavor de perder o controle sobre as negociatas e escândalos de toda a ordem, que abafa com a sua autoridade presidencial, fê-lo perder a cabeça. Esse homem já não sabe o que faz (...) (Tribuna da Imprensa, 14 de maio de 1964).*

#### **1964 - Revolução ou Golpe de 64**

(Tanques do Exército deslocados ao Ministério de Guerra - Av. Presidente Vargas)

*Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.(...) Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las (Correio da Manhã, 1 de abril de 1964).*

A "Revolução de 1964" foi pouco mais que uma parada militar ou grande movimentação de tropas, pois não houve resistência por parte do presidente João Goulart ao golpe. Similar à movimentação militar que ocorreu na Proclamação da República, ambas tiveram o seu desfecho na Avenida Presidente Vargas. Planejada e construída durante o Estado Novo, 27 anos mais tarde, a avenida seria palco da tomada do governo pelas tropas, consolidando um regime de exceção orquestrado na própria avenida; a cem metros da Central, o Palácio Duque de Caxias foi um dos leitos em que se tramou a tomada do governo.

*A partir da tarde de ontem, principalmente depois que desceram os tanques da Vila Militar, dez dos quais foram colocados em frente ao Ministério da Guerra, onde também se encontram numerosos carros*

*blindados e de combate, a crise político-militar pareceu assumir aspectos realmente perigosos, com a cidade sob o domínio de grande tensão e o povo como que à espera de uma revolução a qualquer momento.*

*À margem dos preparativos da população como que para prevenir-se, sacando nos bancos e adquirindo mantimentos, ocorreram diversos incidentes entre populares e policiais, dos quais o de maior gravidade se verificou na Federação dos Estivadores, na rua Santa Luzia. À esta altura, em consequência da paralisação dos trens da Central e da Leopoldina, respectivamente, às 17h30m e às 19h30m, a cidade parecia em colapso no setor de transportes, com grandes filas se formando ao longo dos pontos de ônibus e lotações para a Zona Norte e cidades fluminenses. As sedes das ferrovias e os demais órgãos federais passaram, então, a ser guarnecidos por tropas do Exército. A tensão crescia à medida que circulavam as notícias sobre a situação em Minas, onde já se teria iniciado a revolução. Tôda Minas, principalmente a capital e cidades como Governador Valadares e Juiz de Fora, já anteriormente agitadas, estavam, segundo os comentários, "pegando fogo". As rodas de populares discutindo política se formavam e não eram poucos os incidentes registrados entre os mais exaltados (Diário de Notícias, 1 de abril de 1964).*

O golpe militar já vinha se desenhando há uma década. Quando do suicídio de Getúlio Vargas, com um tiro no peito, em 1954, a conspiração já se mostrava latente, manifestando-se em 1955 e 1961. Se Vargas pregava no populismo a realização de uma reforma social no Brasil, os envolvidos, civis e militares, no golpe alegaram como motivo oficial o "espectro do comunismo", promovido pela política estatizante de Goulart.

*Às treze horas o Sr. João Goulart deixava o Rio, indo para Brasília e, pouco depois, a Cadeia da Liberdade anunciava que o Sr. Goulart havia partido num avião da Varig para destino ignorado. (...) Às 16 horas, foi lida esta ordem, firmada pelo general Castelo Branco: 'Que as tropas do I Exército cessem todas as operações e voltem aos quartéis'.*

*Era o fim da resistência e a vitória da Revolução.*

*As autoridades civis e militares estão lembrando a tôda a população que estão em vigor as leis e os códigos. Os culpados por atos condenáveis serão punidos. Aconselham que a população se abstenha de participar de aglomerações e movimentos coletivos. Avisam ainda que a normalidade voltou ao País e cessaram, imediatamente, todos os movimentos grevistas."Dezenas de automóveis trafegaram pelo centro da cidade, tocando suas buzinas, em sinal de alegria pela vitória da democracia em todo o País. As estações de rádio e televisão, que estavam sob censura, iniciaram suas transmissões normais, pouco depois das 17 horas. Os contingentes de fuzileiros navais que ocupavam as redações de alguns jornais, foram recolhidos aos quartéis. Por volta das 17:15, o Forte de Copacabana anunciava, com uma salva de canhão, a aproximação das tropas do general Amauri Krueel, que atingiria o Estado da Guanabara às últimas horas da noite de ontem. A*

população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro Carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento. (...) (O Dia, 2 de abril de 1964).



il. 111 Golpe de 64. Deslocamento de tanques para o Ministério de Guerra - Avenida Presidente Vargas

Foto: Anônimo

O povo, a princípio comemorou feliz a renúncia de Jango, não imaginando que se seguiria um regime autoritário, com grandes limitações à liberdade de expressão. De fato, o fechamento político do país foi promovido pela necessidade de alinhamento ao grande capital, impondo o arrocho salarial e a concentração de renda. Medidas econômicas expressas no binômio "segurança e desenvolvimento", sugerido pela Escola Superior de Guerra (ESG), no lugar das políticas sindicalistas e da reforma de base de Jango.

***O Povo brasileiro lavou a alma. O Carnaval que se comemorou ontem em plena chuva só poderia mesmo ter sido feito por um povo que estava precisando dessa desforra que lhe era devida precisamente há 30 meses. O povo que comemorou ontem a queda de Jango foi o mesmo que votou contra êle em 1960 e foi traído pela renúncia de Jânio. A comemoração de hoje é pois uma revanche e uma recuperação. Precisamos agora de organizar o mais rapidamente possível o nôvo govêrno, pois os aproveitadores de sempre já cerram fileiras em tôrno dos cargos, já se apresentam como os heróis de uma batalha que não travaram. Junto com a organização do nôvo govêrno temos que providenciar, também***

*urgentemente, para que os direitos políticos dos que foram ontem legitimamente banidos pelo povo, sejam cassados para sempre. (...)*  
[Grifo feito para a dissertação] (Tribuna da Imprensa, 2 de abril de 1964).

As avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, nos anos de ditadura, além da movimentação de tropas e do cotidiano da cidade, presenciaram duas grandes manifestações sociais; ainda em 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e, em 1968, a Passeata dos Cem mil, quando diversos setores sociais (estudantes, artistas, trabalhadores e intelectuais) reuniram-se para protestar contra o regime militar.

### **1964 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade, chamada de Marcha da Vitória, no Rio de Janeiro**

(Centenas de milhares de pessoas, conforme descrito no jornal Correio da Manhã de 03 de abril - Candelária e Avenida Rio Branco)

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é uma entre a série de manifestações sociais ocorridas, principalmente entre os meses de março e junho de 1964. As passeatas tiveram início em São Paulo (19 de março de 1964), como uma resposta ao Comício da Central (dia 13), logo se propagando por diversas cidades. Foi um momento em que vários setores da população saíram às ruas em protesto contra o governo de João Goulart, por acreditar que o mesmo caminhava para o comunismo e a destruição dos valores religiosos. Caracterizaram-se, inicialmente, como uma espécie de pedido de intervenção às Forças Armadas para salvar as instituições (Família, Igreja e outras). Depois do golpe civil-militar, as marchas que se seguiram buscavam legitimá-lo, apresentando-se como um desejo da sociedade civil brasileira.

A assinatura pelo Presidente da República de alguns decretos referentes às Reformas de Base desencadeou uma organização dos setores sociais, patrocinados e financiados por empresários reunidos no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - Ipes, além de representantes da ala tradicional da Igreja Católica, conservadores políticos, militares e a massiva presença dos grupos femininos: Camde (Campanha da Mulher pela Democracia - Rio de Janeiro) e UCF (União Cívica Feminina - São Paulo).

Segundo Aline Pressot, mestre em História pela UFRJ, o Movimento de Desagravo ao Rosário, criado pela neta de Rui Barbosa, a irmã Ana de Lurdes



(Lucília Batista Pereira), teria sido a inspiração idealizadora da Marcha da Família. Em reunião com o deputado Cunha Bueno (PSD), indignado com o discurso de Goulart no Comício da Central, a irmã teria sugerido a organização da Marcha, que logo se concretizaria em São Paulo. A data para a realização do evento, 19 de março, teria sido escolhida em função da representatividade da mesma para a Igreja Universal e por ser o dia de São José, padroeiro da família. Objetivando universalizar a marcha e agregar-lhe um caráter ecumênico, ela passa a se chamar "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", ao invés de "Marcha em Desagravo ao Rosário".

Segmentos conservadores enxergavam no governo de João Goulart, em andamento desde 1961, ou mesmo em sua trajetória política, ainda quando atuava no período Vargas no Ministério do Trabalho, uma ameaça comunista. Temiam por sua tendência esquerdista (sua ligação sindical) e viram grande potencial, pós-comício, para intensificar junto à opinião pública o movimento contra o governo. As viagens de Jango a China e a URSS (União Soviética) reforçavam esta imagem esquerdista.

As marchas não devem ser entendidas como produto da insatisfação das classes médias urbanas, nem podem ser descritas como de cunho popular. Havia uma enorme pluralidade de significados contidos ali. Os discursos legitimadores do Golpe de 64, que impulsionaram os movimentos que se seguiram, eram a expressão dos medos, expectativas, valores e crenças compartilhadas pela sociedade da época e a cultura política de cada região. O regime de exceção prolongado não era uma das reivindicações em pauta nas manifestações. Defendiam-se "breves intervenções" dos militares para moralizar as instituições e reorganizar politicamente o país.

No próprio dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, enquanto acontecia o Comício na Central, na zona sul, como parte da "campanha de desestabilização do governo Goulart, segundo relato do jornal Correio da Manhã, as famílias cariocas foram convocadas a acender uma vela na janela de suas residências, em protesto. Em São Paulo, na Praça da Sé, mulheres se reuniram para rezar o terço, atitude a qual Jango respondeu em seu discurso posterior: "Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças". Assim, as Marchas da Família surgiram como um movimento de desagravo ao

rosário, que teria sido insultado por Jango. No Rio, as mulheres da Camde chegaram a distorcer as palavras do presidente, afirmando que ele havia dito: que "os terços e a macumba da Zona Sul [do Rio] não teriam poder sobre ele".



il. 112 Vista da Avenida Rio Branco por uma das edificações da Marcha da Vitória no Rio de Janeiro. 02 de abril de 1964

Foto: Anônimo

No dia 2 de abril de 1964, promovida pela mesma organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, aconteceu no Rio de Janeiro, mais precisamente na Avenida Rio Branco, a Marcha da Vitória, reunindo cerca de um milhão de pessoas para comemorar a "salvação da democracia". A intervenção militar que acabara de ocorrer havia ganhado apoio nas ruas dos diversos segmentos que, em festa, marchavam com faixas, sorrisos e sob uma chuva de papéis picados atirados dos edifícios da avenida. A marcha antecedia os duros momentos de ditadura, em caráter de apoio e pela Liberdade.

*Centenas de milhares de pessoas participaram ontem da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que se iniciou às 14h45m, na Praça Pio X, em tarde chuvosa, com os hinos Nacional e do Estado da Guanabara e o repicar dos sinos da Igreja da Candelária, para terminar à noite em concentração na Praça Barão do Rio Branco, Esplanada do Castelo. Às 17h, em palanque armado em frente ao monumento a Rio Branco, mons. Bessa Câmara rezou a Ave-Maria, acompanhado pela multidão, como "desagravo ao Santo Rosário que antes havia sido humilhado em praça pública. A bandeira brasileira que senhoras paulistas desfraldaram na primeira "Marcha da Família",*

empunhada por uma das filhas do gen. Castelo Branco, e outras centenas de bandeiras de pano e papel, faixas, cartazes e dísticos de repúdio ao comunismo e de louvor às instituições democráticas foram levadas pelo povo carioca e representações dos estados ao cortejo que interditou por mais de quatro horas a Candelária, avenidas Rio Branco, Almirante Barroso e Presidente Antônio Carlos e ruas próximas.

**Candelária:** Para participar da Marcha da Família, convidado especialmente pela presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), o marechal Eurico Gaspar Dutra chegou à Praça Pio X às 15h13m [horário impreciso, devido à má conservação do documento]. Anunciada sua presença, o ex-presidente da República [foi] aplaudido entusiasmadamente. Organizado o desfile, a multidão que ocupava toda a Praça da Candelária, Avenida Rio Branco e parte da Presidente Vargas, começou a deslocar-se às 16h45m. Comércio, indústria e repartições públicas encerraram o expediente às 14h30m, para permitir maior afluência à Marcha. Papéis picados eram jogados das janelas dos edifícios e nos mastros tremulavam bandeiras do Brasil, dos estados e de outros poderes, (...) Avenida: Com a Avenida Rio Branco e ruas transversais tomadas pela multidão, os cavalariões da PM abriram passagem com grande dificuldade (Jornal Correio da Manhã, 3 de abril 1964).



Se em São Paulo a concentração havia reunido em torno de 500 mil pessoas na Praça da Sé, no Rio de Janeiro o movimento ganhara força e a partir daí as marchas adquiriram uma abrangência nacional e o estatuto de um

autêntico apoio ao golpe civil-militar, visto que em sua maioria os movimentos ocorreram após 31 de março. As manifestações ganharam vulto popular, transformadas em festa de "ação de graças". Grande parcela da população comparecia às ruas, muitos alheios às questões do banimento do comunismo das terras brasileiras. O povo relacionou-se com o movimento, enquanto festividade promovida pela transição política democrática, através da utilização do espaço público, e encontrou principalmente na Avenida Rio Branco (RJ), as condições urbanas de infraestrutura e dimensão favoráveis para manifestar-se enquanto massa.

### **1968 - Protestos de 68 e Passeata ou Marcha dos Cem Mil**

(Iniciada com 600 estudantes contra a Polícia Militar culmina com mais de cem mil pessoas na Praça Floriano, em frente à Assembleia e em seguida na Avenida Rio Branco)

*Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com tôdas as suas fôrças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.*  
(Correio da Manhã, 1 de abril de 1964).

O restaurante Calabouço<sup>128</sup>, no centro do Rio de Janeiro em frente ao Aeroporto Santos Dumont, funcionava como bandejão universitário, fornecendo alimentação a preços acessíveis aos estudantes. Financiado pelo Governo, era visto pelas autoridades, segundo a enciclopédia *Nosso Século*, como um "foco de agitadores". Com grande concentração de estudantes, o local era frequentemente utilizado pelas organizações estudantis para planejar protestos e debater questões políticas, mesmo as relativas ao próprio funcionamento do restaurante, como o aumento do preço das refeições.

No restaurante, além de comida barata, oficinas diversas eram oferecidas, tais como: artesanato, produção rústica de livros de poesia, grupos de teatro, cursinhos de pré-vestibular, matérias curriculares, cursos de dança, entre outros.

No dia 28 de março de 1968, os estudantes planejavam uma passeata contra o mau funcionamento do restaurante e pela conclusão das obras do Instituto Cooperativo de Ensino, saindo do Calabouço em direção à Assembleia Legislativa. Mas um pelotão de choque da polícia militar cercou o local não os

---

<sup>128</sup> O restaurante tinha este nome porque diziam que ali funcionara uma prisão de escravos.

deixando sair. Após insultos, vaias e até trocas de agressões físicas, pedradas, a polícia começou a atirar:

*Os estudantes foram surpreendidos com a invasão policial, tendo os soldados disparado rajadas de metralhadoras enquanto o tenente que comandava o choque gritava pelo megafone 'parem de atirar, eu não dei ordem para ninguém atirar'. Logo depois, o mesmo oficial sacou sua arma e fez os disparos, um dos quais atingiu Edson Luís Lima Souto (Correio da Manhã - 29 de março de 1968).*

*Os jovens estavam reunidos no restaurante, quando foi ordenado o cêrco - seis carros da PM fechando tôdas as saídas - e, logo que os policiais abandonaram suas posições, os moços saíram em direção à Assembléia, levando nos braços um companheiro morto e outro agonizante, para a manifestação de protesto, até a madrugada. Às 18 horas de ontem, cêrca de 600 estudantes reuniam-se no Calabouço, esquematizando a passeata em que reivindicariam a conclusão das obras do restaurante e do Instituto Cooperativo de Ensino. De repente, surgiram os carros da PM e o cêrco foi feito: dois na frente do prédio, quatro atrás. Às 18h30m, os policiais avançaram, em direção à entrada do restaurante. Quando ocorreu a invasão, os estudantes procuraram defender-se, usando pedras e sacos de areia. Começaram os disparos: os soldados da PM atiravam para o alto, de início, mas logo passaram a acionar suas armas em tôdas as direções, tanto que chegaram a atingir um comercíario que assistia a tudo, da janela de uma firma comercial. Néilson Luís de Lima Souto foi o primeiro a cair: uma bala no coração derrubou-o na hora. Logo depois, outro estudante recebia dois tiros: no braço e na cabeça. Só então veio a ordem do comandante do choque: iniciar a retirada. (...)* (Diário de Notícias, 29 de março de 1968).

il. 113 A atriz, cineasta, cantora e ativista política Vanja Orico seguia a passeata, quando o comboio avançou e ela resolveu parar os manifestantes. Vanja se ajoelhou diante da tropa gritando: “Não Atirem, Somos Todos Brasileiros”, tentando evitar mais mortes. Na passeata, o estudante Edson Luiz foi morto. 26 de junho de 1968

Foto: Gervásio Batista



A violenta ofensiva policial atingiu muitos estudantes (como Benedito Frasão Dutra, que atingido, fingiu-se de morto) e cidadãos que estavam em volta (Telmo Matos Henriques, ferido na boca, por uma bala quando estava à

sua mesa de trabalho, em uma firma próxima), além de depredar o restaurante. Segundo o Jornal do Brasil, do dia 29 de março: "O choque da PM retirou-se do restaurante desfechando tiros para o ar - e na passagem por uma galeria deixou nas paredes marcas de balas que, segundo testemunhas, seriam de metralhadoras". O mais grave, no entanto, foi a morte do jovem paraense, o estudante Edson Luis da Lima Souto, atingido no peito por um tiro, da pistola de calibre 45, disparado pelo comandante do Batalhão Motorizado da PM, o tenente Alcindo Costa.



il. 114 Corpo do estudante Edson Luís de Lima Souto é levado em cortejo até a Assembleia Legislativa 26 de junho de 1968

Foto: Anônimo

O conflito envolveu os cerca de 600 jovens que se encontravam no Calabouço, e após o tombamento de Edson e o cessar fogo dos policiais, os estudantes seguiram em direção à Santa Casa de Misericórdia, onde o médico Luís Carlos Fortes atestou o óbito. O corpo, então, foi levado em marcha pelos estudantes para o saguão da Assembleia Legislativa, formando-se uma fila de populares para velar o corpo, em meio a discursos efusivos dos políticos. Um grupo de militares acompanhava o velório temendo um sequestro do corpo do estudante. No trajeto, os estudantes teriam apedrejado a embaixada norte-americana.

*Cinco mil pessoas, aproximadamente, se aglomeravam em frente à Assembléia, não se notando, nas proximidades, policiais fardados, mas apenas agentes do DOPS e do SNI. O tráfego foi desviado para a Avenida Rio Branco e Rua Evaristo da Veiga. Até às 15 horas, os estudantes haviam recebido, de donativos, três mil cruzeiros novos, que se destinarão à construção de uma estátua, em homenagem ao morto, em frente ao Restaurante Central dos Estudantes. O restante, segundo ficou deliberado, seria enviado à família do estudante, em Belém do Pará e custearia os funerais, pois foi recusado o oferecimento do Governo estadual.*

(...)

O féretro deixou o recinto da Assembléia Legislativa, onde o corpo foi velado, às 16h20m e seguiu por várias artérias da cidade, onde ocorreram alguns incidentes sem gravidade. O enorme número de acompanhantes atrasou sensivelmente o entêro, já que o caixão teve de permanecer por mais de uma hora à porta do Cemitério, aguardando que a massa humana fôsse retirada da frente. Com colegas do morto revezando-se na condução da urna mortuária, o cortejo fúnebre tomou a Avenida Beira-Mar, seguindo, após, pela Praia do Flamengo, onde em frente ao prédio da extinta UNE, um grupo de estudantes queimou uma bandeira americana, usando da palavra na oportunidade, os representantes da FUEG Vladimir Palmeira e Luís Brito. Na Praia de Botafogo, utilizando-se de pedras, os participantes do féretro foram quebrando tôdas as lâmpadas dos postes. Na Rua da Passagem pediram a dois guardas que tirassem o quepe à passagem do corpo. Os policiais se recusaram e os estudantes jogaram seus quepes longe, o que quase originou nôvo conflito (O Dia, 30 de março de 1968).

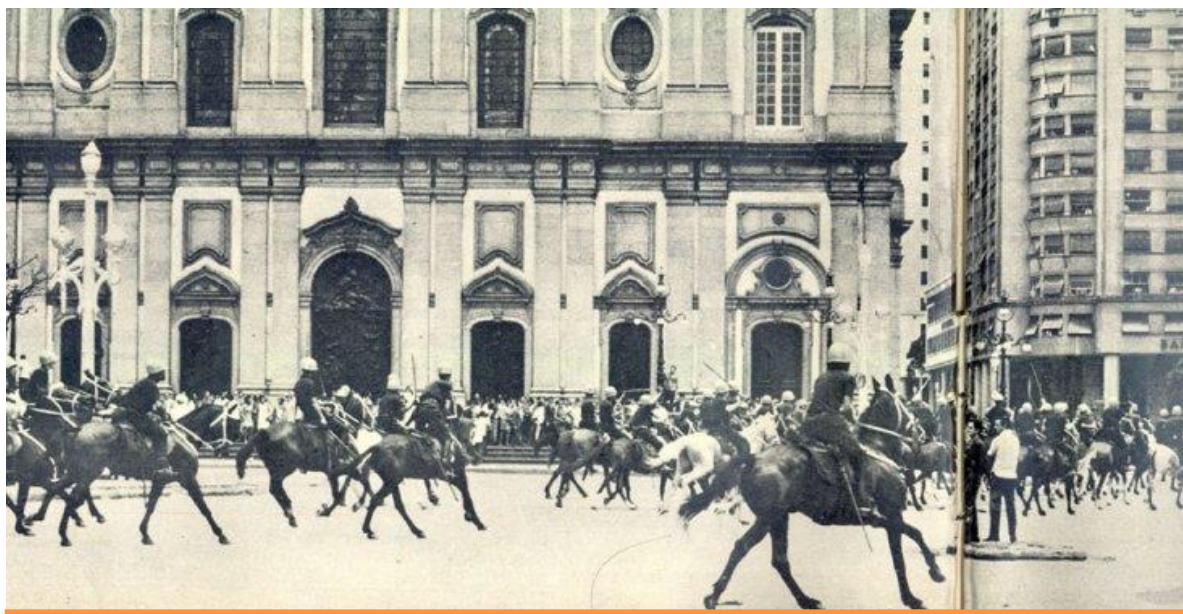


il. 115 Multidão acompanha o enterro do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado 26 de junho de 1968

Foto: Anônimo

A polícia tentou impedir o velório público na Assembleia e a violência continuou com inflamados discursos dos estudantes, seguidos de arremesso de pedras, e revide policial com bombas de gás lacrimogêneo (conforme descreve *Nosso Século*). No dia seguinte, cerca de 50 mil pessoas aglomeravam-se em frente à Assembleia para acompanhar o enterro. A perícia do corpo se deu no próprio hall da Assembleia porque os estudantes não permitiram a sua retirada. O cortejo partiu da Cinelândia em direção a Avenida Presidente Vargas, estando o corpo em um caixão coberto pela bandeira do país. Os dias que se seguiram foram de grande comoção em todo o país; suspensão e luto nas universidades e escolas públicas e protestos no Rio, acompanhados de crescente repressão por parte das autoridades. Momentos antes de ser rezada a missa na Candelária, no dia 2 de abril, estudantes,

religiosos e populares sofreram uma investida por soldados de cavalaria que tentavam controlar a movimentação da massa.



il. 116 Ao final da missa de sétimo dia, violência. Golpes de sabre em meninos, meninas, moças e senhoras. Bombas de gás voltaram a ser jogadas, cavalos atropelavam quem ousasse sair da Candelária. 1968.

Foto: Anônimo

Da morte do estudante Edson Souto até a Marcha dos Cem Mil na Avenida Rio Branco houve algumas tentativas de estabelecer o diálogo entre os estudantes e o governo. Mas todas acabaram de forma desastrosa e com grande repressão das forças policiais. Até que o padre Vicente Ádamo, que encomendara o corpo do estudante morto, na noite de 28 de março, buscou restabelecer este diálogo, enquanto presidente da Associação Católica da Guanabara e reitor do Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria, no Catete, escola onde haviam estudado Vladimir Palmeira e Daniel Aarão Reis Filho.

Após o desafio público lançado em 10 de junho por Jean Marc Frédéric Charles von der Weid, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Química da Universidade do Brasil (UFRJ), ao Ministro da Educação Tarso Dutra (durante sua passagem pelo Rio de Janeiro) para receber os estudantes na manhã seguinte, foi marcada uma concentração no térreo do prédio do MEC, com a autorização do governador Negrão de Lima.

Na manhã seguinte, no entanto, as ruas do centro amanheceram tomadas por cerca de 4.000 policiais e soldados da PM. Postada diante do Edifício Gustavo Capanema, a tropa de Choque, comandada pelo mesmo



policial que estivera no Calabouço, recebeu do ministro, fechado em seu Gabinete, ordens para reduzir o efetivo policial, pois se encontrava aberto ao diálogo. No entanto, nas ruas os confrontos ocorreram fortemente. Alguns jornais, como “Jornal do Brasil”, “O Globo”, “O Estado de S. Paulo”, viram nas investidas estudantis uma nítida inspiração nas "bagunças libertárias francesas", mas o jornal “Correio da Manhã” condenou a ação policial:

*Bastou que os estudantes anunciassem uma concentração pacífica no pátio do MEC, para que o governo se tomasse de pânico. Não deixou passar a oportunidade de demonstrar, mais uma vez, que está mordido pela neurose do medo. Medo de quem? Medo de quê? Dos jovens. Medo dos meninos desarmados, aos quais contrapõe seu equipamento de guerra interna (Ventura, Zuenir. 1988. p.156)<sup>129</sup>.*



il. 117 Faixa pedindo mais diálogo. 26 de junho de 1968.

Foto: Anônimo

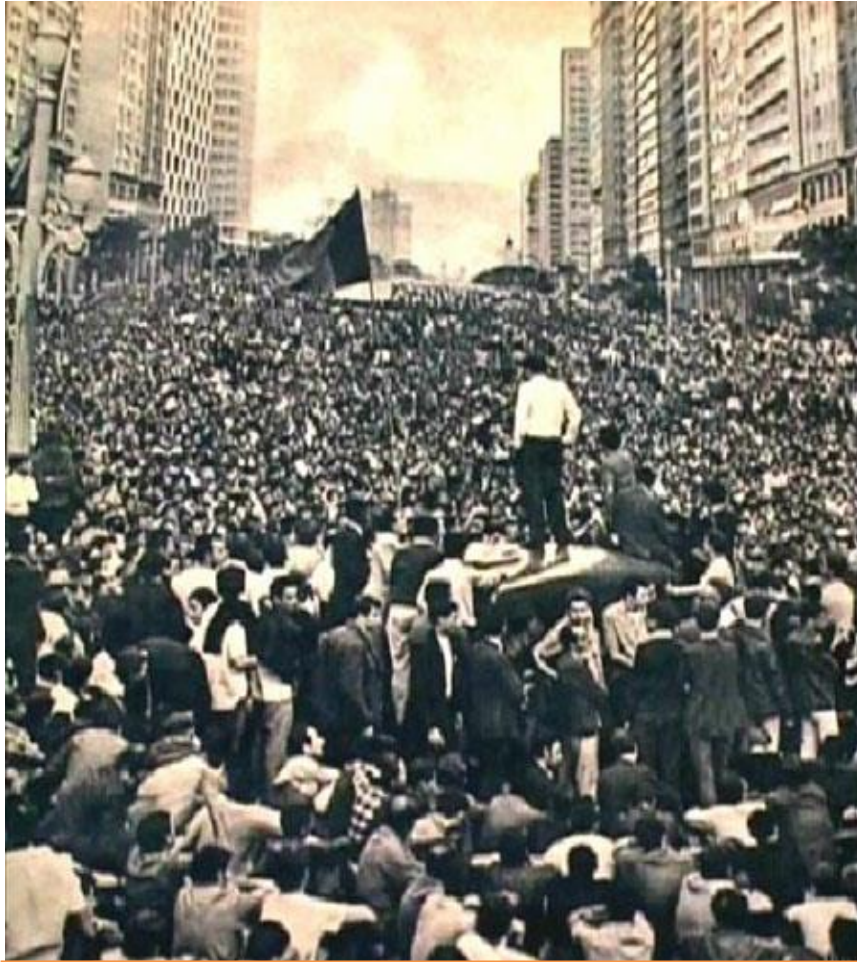
Uma nova passeata foi marcada, como resposta à ação policial-militar, para o dia 26 de junho de 1968. Esta reuniu cerca de 100 mil pessoas, entre estudantes, artistas, trabalhadores, onde se destacavam as mães e a forte presença religiosa, em marcha pelas duas principais artérias da área central da cidade. Comandado pelos líderes da UNE (Vladimir Palmeira, Luis Travassos e José Dirceu), o movimento passaria a história como "Marcha dos Cem Mil" ou "Passeata dos Cem Mil".

Conforme relata Zuenir Ventura, o clima de festa tomou conta do Rio de Janeiro, na passeata autorizada pelo governo no dia 26 de junho de 1968:

*As pessoas iam chegando como nos últimos tempos só chegavam ao Maracanã ou aos desfiles de escolas de samba: em grupos alegres, aos poucos, carregando cartazes com palavras de ordem que identificavam os setores - professores, bancários, estudantes secundários e universitários, mães, garís, engenheiros, arquitetos, médicos, padres<sup>130</sup>.*

<sup>129</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p.156.

<sup>130</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p.147.



il. 118 Discurso na  
Passeata dos Cem  
Mil - Avenida Rio  
Branco. 26 de  
junho de 1968.

Foto: Evandro  
Teixeira

Uma grande concentração de pessoas, por volta das 10h30 da manhã, na Cinelândia, começou pedindo liberdade aos estudantes detidos pela polícia e pelo ensino superior gratuito. Logo, a multidão ganhou o Largo da Candelária, às 15 horas, onde se realizou um comício, que durou perto de 45 minutos, rumando em seguida para a Rua Uruguaiana até a estátua de Tiradentes, na Praça Quinze, onde a marcha se encerrou, por volta das 17 horas.

Durante a manhã, na Cinelândia, os participantes traziam faixas e cartazes para a passeata e as escadarias do Teatro Municipal começavam a se encher, segundo relatos de O Jornal, de 27 de junho de 1968, "conhecidas figuras dos meios religiosos, artísticos e estudantis, entre eles Paulo Autran, Djanira, Eneida, etc". Aos gritos de "Liberdade, Liberdade", os manifestantes, em discursos acalorados protestavam contra a transformação das universidades públicas em fundações e por mais verbas para a universidade, além de liberdade aos líderes estudantis.



il. 119  
Manifestantes da  
Passeata dos Cem  
Mil expõem suas  
faixas nas  
escadarias da  
Assembleia  
Legislativa 1968.

Foto: Jornal do  
Brasil

*O líder estudantil mais influente do Rio subiu as escadas da Assembleia Legislativa, freou as palmas com um gesto e pediu que todos se sentassem. Determinação cumprida, para alegria do cronista Nélson Rodrigues, que no dia seguinte sapecou em sua coluna de O Globo: 'Ali, estavam médicos, romancistas, poetas, atores, atrizes, arquitetos, professores, sacerdotes, estudantes, engenheiros (só não se via um único preto ou um único operário). Como reagiu a elite espiritual do país? Sentando-se no asfalto e no meio-fio. A única que permaneceu de pé e assim ficou foi uma grã-fina, justamente a que lera as orelhas de Marcuse. Estava com um vestido chegado de Paris. E não quis amarrotar a saia. Todos sentados e ela, alta, ereta, numa solidão de Joana D'Arc' (Markun, Paulo. 2014. p.278)<sup>131</sup>.*

No trajeto, houve um imenso cuidado em não danificar automóveis, vitrines e controlar os ânimos dos participantes, por meio de apelos contra tentativas de distúrbios. Uma organização de estudantes estava pronta para sufocar qualquer quebra-quebra. A intenção era não dar pretextos para uma intervenção policial. O estudante Vladimir Palmeira reforçava "a derrota do governo na realização da passeata para a qual não foi pedida autorização, mas que custou o sangue e muita pancada nos estudantes" ("O Jornal", 1968).

Minutos antes do início efetivo da passeata em direção à Candelária, sacerdotes e artistas, postos em locais de destaque, como as escadas do

<sup>131</sup> MARKUN, Paulo. *Na lei ou na marra (1964-1968)*. São Paulo: Benvirá, 2014.

Municipal, se pronunciaram; dali se ouviu o discurso de Dom José de Castro Pinto<sup>132</sup>, que se disse "muito emocionado com o espírito de união do povo".



il. 120 Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil. 1968.

Foto: Jornal do Brasil



il. 121 Paulo Autran, Tonia Carreiro, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Nana Caymmi na Passeata dos Cem Mil. 1968.

Foto: Anônimo

Em todo o percurso, enquanto moças eram vistas pintando com "spray" faixas estendidas nas paredes, papéis picados, em profusão, caíam das janelas dos prédios da Avenida Rio Branco.

<sup>132</sup> Dom José Alberto Lopes de Castro Pinto: ([Itaqui, 5 de agosto de 1914](#) - [Guaxupé, 6 de março de 1997](#)) foi [bispo católico](#) auxiliar do [Rio de Janeiro](#) e o sétimo bispo diocesano de [Guaxupé](#).



il. 122 Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil. 1968.

Foto: Jornal do Brasil



il. 123 Passeata Av. Rio Branco - Assembleia Legislativa, em protesto pelos gastos com a Copa do Mundo, o aumento da tarifa de ônibus e melhorias na saúde e educação. 18 de junho de 2013.

Foto: Tomaz Silva

*Por todo o trajeto, enquanto as moças pintavam inscrições com "spray" nas paredes, toneladas de papel picado brotavam do alto dos edifícios, emprestando à manifestação um colorido festivo. Correspondentes estrangeiros comentavam a facilidade com que o povo debate os seus problemas mais sérios e profundos. Por volta das 15 horas, os manifestantes chegaram à Candelária, cuja praça ficou literalmente tomada. Em silêncio, a multidão ouviu os discursos dos líderes e rumou, 45 minutos depois, para a rua Uruguaiana, por onde desceu até a rua Sete de Setembro, até a Praça 15, ocupando as cercanias do Palácio Tiradentes. Novamente se ouviram discursos, inclusive de um favelado, e por fim o estudante Vladimir Palmeira,*

admitindo não existir qualquer estudante prêso, deu por encerrada a manifestação, saindo sob proteção de um esquema de segurança até a rua da Assembléia, onde embarcou num carro particular. Em poucos minutos a multidão dispersou. Estava terminada a passeata (O Jornal, 27 de junho de 1968).



il. 124 Passeata dos Cem Mil - Av. Rio Branco. 1968.

Foto: Jornal do Brasil

Esta grande movimentação pacífica que tomou as principais ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro e comoveu todo o país, seria uma das últimas manifestações populares que confrontariam o regime. Houve uma intensificação da repressão e, segundo afirma Eduardo Bueno, em seu estudo sobre a Avenida Presidente Vargas: "As vozes de protesto seriam mantidas caladas por mais de uma década!"<sup>133</sup>

### Anos 70 e o tombamento aspirando a um novo momento

Importantes ícones da Avenida Rio Branco tomariam em nome da aspiração de um novo "progresso", que a década de 70 incrementou com voracidade. A arquitetura eclética sofreria certo desprezo dos modernistas, e a demolição do Palácio Monroe, em 1976, representou o marco desta relação de total descuido com a preservação dos ícones históricos da antiga Avenida Central. Duas correntes se formaram na discussão do destino do antigo Palácio, de um lado, notáveis da arquitetura moderna, aliados ao jornal O Globo, lutavam pela sua demolição, abrindo espaço para obras do progresso,

<sup>133</sup> BUENO, Eduardo. Op. Cit., 2010. p.143.

no caso, o metrô; e de outro, entidades como o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e o Clube de Engenharia, atrelados ao Jornal do Brasil, defendiam a sua permanência.

Apesar das alterações feitas no traçado inicial projetado da linha um do metrô, criando uma onerosa curva nos trilhos que impediria a sua passagem embaixo da edificação histórica, nem mesmo a contratação da empresa de estaqueamento (Companhia Franki) para evitar que as paredes do palácio fossem danificadas pelas obras nos terrenos vizinhos foi capaz de impedir a derrubada do Palácio Monroe. O edifício do Capitólio, primeiro "arranha-céu" da Avenida Rio Branco, situado nas imediações da Praça Floriano, remanescente dos áureos tempos do Cinema na região, não resistiu à nova leva de demolições. Surgiria ali, o Edifício Paulino Ribeiro Campos, com 35 pavimentos, onde foi adotado o estilo americano de construção e funcionalidade. Aos poucos, a forma-aparência da avenida antes afrancesada vai dando lugar a construções americanizadas, vencendo grandes alturas.

Não eram apenas as formas que transformavam a avenida, mas, sobretudo, as funções e os usos atribuídos a elas. A proporção pensada sanitariamente, onde a via de circulação aparecia grandiosa, permitindo a entrada do sol, com um canteiro central de iluminação e arborização, e edificações que se davam a ver em toda a sua perspectiva, vão dando lugar a um corredor edificado, no qual a via principal parece estreita, tamanha a altura das edificações. Enquanto áreas como a Cinelândia e a Candelária, bem como a Beira-Mar e a Praça Mauá dão uma sensação de maior respiro aos cidadãos que por ali circulam. A avenida, a partir dos anos 70, se torna o espaço de produção capitalista, de circulação e reprodução de capital, deixando aos poucos, cotidianamente, de ser vista como área de lazer ou passeio. As manifestações sociais, sejam de protesto ou movimentos culturais, trazem para a avenida de relevância histórica uma ressignificação. Nesses momentos, suas vias são novamente assumidas como espaços de produção de conscientização ou interação social, extrapolando sua função primordial de deslocamento urbano.

Se o período de ditadura militar afastou consideravelmente os movimentos sociais dos espaços públicos, com raras manifestações dignas de nota, a chegada dos anos 80, trazendo a redemocratização política, devolveria

às vias urbanas e especialmente à Avenida Rio Branco os grandes eventos. Apesar da promulgação de uma curiosa lei de cunho municipal, em 1983, que tornava ilegais manifestações em áreas compreendidas fora de 30 pontos predeterminados; na área central, somente: Cinelândia, Largo da Carioca e Praça dos Expedicionários.

### 1984 - Comício das Diretas Já

(Teve a participação de 1,1 milhão de pessoas, estimativa da população e 300mil segundo as autoridades - Candelária, Avenida Rio Branco)

Após a Marcha dos Cem Mil, o regime militar enrijeceu e as liberdades democráticas foram banidas do Brasil, principalmente após a decretação do AI-5. Durante aproximadamente 15 anos, as grandes manifestações populares desapareceram do cenário urbano, uma vez que era proibida a participação em passeatas e comícios. Em 10 de abril de 1984, no entanto, a história dos movimentos sociais urbanos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, ganharia um de seus maiores componentes, uma grande demonstração das vontades democráticas da população tomaria as principais avenidas, ruas e praças da região central carioca.

Cerca de um milhão de pessoas participaram do grande Comício, na Praça da Candelária, pelas Eleições Diretas para Presidente da República. A partir daí, uma série de eventos ocorreriam nas diversas capitais do país. Este grande momento de retomada das ruas pelo povo em festa, paradoxalmente, frustrou-se com a derrota na Câmara dos Deputados, por 22 votos, da emenda que estabeleceria as eleições diretas para presidente. No entanto, as passeatas e comícios que congregavam no espaço público urbano segmentos sociais diversos, apontariam para a breve derrubada do Regime Militar.

*No dia 21 de março, uma multidão, que a Polícia Militar calculou em 150 mil pessoas e os organizadores em 300 mil, levou cinco horas para percorrer em clima de festa a Avenida Rio Branco, da Candelária à Cinelândia, no centro do Rio. Sambou, cantou e ouviu várias vezes o mesmo grito: "Diretas Já!"*

*Dois caminhões coordenavam a marcha. Num deles estava instalado o Trio Elétrico Inocente, com seu repertório de marchas e sambas. No outro, iam os parlamentares do PDT, PMDB e PT, discursando. Sorrindo muito, dona Zica, viúva do compositor Cartola garantiu: "Eleição também dá samba!!"<sup>134</sup> (Markun, Paulo. 2014, p.384)<sup>135</sup>.*

---

<sup>134</sup> "Festa na rua", Veja, ed. 812, 28 de março de 1984, p.27



No dia 10 de abril, além de o governo estadual oferecer transporte gratuito, medidas de marketing foram tomadas para que a concentração no Comício da Candelária fosse histórica: o governo personalizou as chamadas de TV, foram veiculados 10 milhões de panfletos, 200 mil cartazes, 700 outdoors, afóra a participação ativa de Leonel Brizola.

Cerca de 1,1 milhão de pessoas, segundo cálculos da organização compareceram à Candelária, dispostos a ouvir os 51 oradores, entre os quais não estavam incluídos os dirigentes comunistas. Segundo revelaram Brizola e Tancredo Neves, em reunião com o comandante do 1º Exército, general Heraldo Tavares Alves, havia uma grande preocupação para que a manifestação não se descaracterizasse e que fosse pacífica, não fugindo do foco - pelas eleições diretas.

**Marcha pelas diretas leva milhares às ruas**

**Indústria em janeiro cresceu 3,51%**

**URSS condena EUA por mina em petróleo**

**Fluminense faz 3 a 1 e já tem vaga garantida**

**Manchete do Brasil - Comício das Diretas Já!**

**Anônimo**

Os organizadores mobilizaram os militantes do PDT (Partido Democrático Trabalhista) para que, desde cedo, ocupassem as imediações do

135 MARKUN, Paulo. Na lei ou na marra (1964-1968). São Paulo: Benvirá, 2014.

palanque, assegurando que as bandeiras vermelhas, que tanto incomodavam alguns segmentos sociais e políticos, não tivessem espaço diante do palanque.

O evento teve grande cobertura televisiva, inclusive da TV Globo, a qual colocou no ar 19 flashes ao vivo de dois minutos cada, com entrevistas dos governadores no Jornal Nacional e interrompeu o capítulo da terça-feira da novela de grande sucesso “Champanhe”, para acompanhar o final do discurso de Brizola, que na ocasião, pediu a todos que preparassem o título de eleitor, "porque as diretas não estão longe"<sup>136</sup>.

Em 16 de abril, outra proposta de emenda foi enviada ao Congresso Nacional, restabelecendo as eleições diretas não para aquele ano, conforme solicitavam as multidões nas ruas, mas para 1988. Figueiredo, o presidente, não admitia que a oposição pegasse carona na derrota da proposta e Brizola se sagraisse presidente. Assim em cadeia nacional às 20h30, Figueiredo anunciou que a emenda enviada extrapolaria a eleição do presidente, alterando 37 outros artigos da Constituição. Em 1986 ocorreria a primeira eleição direta para prefeito e em 1988 para presidente, em dois turnos, caso não alcançassem 40% dos votos; e os mandatos cairiam de seis para quatro anos, com direito à reeleição.



il. 126 O comício pelas eleições diretas. 1984

Foto: Acervo O Globo

[m/erros/diretas-ja.htm](http://m/erros/diretas-ja.htm)>.



il. 127 Cartaz convocando todos a transformar a véspera da votação num protesto sonoro c. 1984

Anônimo

No dia da votação da emenda das Diretas, 25 de abril, no Rio de Janeiro e São Paulo, carros sem placas, com falsos agentes federais dentro, apreenderam exemplares de jornais nas bancas da cidade; também houve grande movimentação nas principais capitais do Brasil. A Candelária estava repleta de telões, e um sistema de alto-falantes foi montado para acompanhar este importante e tão aguardado momento. As "Diretas Já!" trariam com elas mais do que a redemocratização do país, mas devolveriam ao povo a rua como espaço coletivo e mesmo individual de manifestações. A Emenda Constitucional Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984, mas poucos meses depois, embora em eleição indireta, Tancredo Neves, candidato do MDB, derrotaria Paulo Maluf (PDS), aliado dos militares.

As dimensões monumentais e a representatividade do encontro das avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, convergindo em uma grande esplanada urbana, sem falar da monumentalidade arquitetônica e relevância simbólica da Candelária (inúmeros atos políticos marcantes já descritos aqui se desenrolaram na região, o mais emblemático até então, a missa de sétimo dia de Edson Luis e o confronto com a cavalaria da PM; posteriormente, a chacina da Candelária impregnaria ainda mais a região de um poder simbólico emocional), fizeram deste um local perfeito para a realização do Comício que deflagraria o Movimento das Diretas. A convergência no local escolhido para as manifestações dialoga diretamente com as formas e proporções urbanas

empregadas no projeto das avenidas, que foram pensadas para facilitar grandes deslocamentos de massa. Assim, não é de se espantar que a Marcha dos Cem Mil tenha ocorrido também ali, quase exatamente 15 anos antes.

il. 128 Passeata em direção à Candelária, pela Avenida Rio Branco, c. 2013

Foto: Jornal do Brasil



A diferença contextual entre os dois movimentos aqui destacados (Diretas Já e Marcha dos Cem Mil) diz respeito, principalmente, ao caráter de cada um. A Marcha dos Cem Mil, a princípio, tinha um cunho estudantil, levantando questionamentos políticos relacionados a este nicho social, envolvendo, posteriormente, outros segmentos em função dos fatos ocorridos, que geraram comoção; enquanto que o Movimento das Diretas, além de multiplicar por dez a sua abrangência em relação ao anterior, se insurgia contra a manutenção de um regime não democrático, lutava pelas liberdades individuais postulando uma reestruturação política. Ambos pediam um cenário eloquente para que seus ideais se disseminassem e fixassem no imaginário urbano. Era preciso dar dimensão e visibilidade espacial às massas, fornecendo-lhes as estruturas urbanas necessárias para a propagação e explanação de suas ideias. Neste contexto, as grandes vias largas e retilíneas permitiam o avanço dos movimentos, e as edificações que as emolduravam funcionavam como arquibancadas. As vias pareciam apresentar-se como fontes de repercussão dos atos. Assim, a Avenida Rio Branco e posteriormente a Avenida Presidente Vargas, repletas de edificações que pelo contato visual superior, através de suas janelas, ou como área de subsídio, em suas

escadarias e balcões, nas faces das vias, eram ideais para ecoar os clamores ali expostos.

## **AS ÚLTIMAS DÉCADAS E SEUS MOVIMENTOS SÓCIO-URBANOS**

Com a redemocratização do país, a cidade do Rio de Janeiro, novamente, abre-se ao capital externo o que repercutiu nas formas urbanas. Mais uma vez, a Avenida Rio Branco sofreria modificações em sua aparência. O final dos anos 80 e início dos anos 90 é marcado pela grandiosidade das novas edificações no eixo e pelos frequentes movimentos sociais que visam trazer ao espaço público o debate das questões políticas.

Neste contexto, é inaugurado em 1990 o edifício Rio Branco 1, conhecido como RB1, de 30 pavimentos, com uma imponente fachada em vidro azul, que propositalmente, ou não, reflete o ícone do concreto armado da avenida, o edifício A Noite. O padrão americano de construção e de se pensar a cidade e suas formas estava mais do que enraizado na avenida. Em 1992, é inaugurado o edifício Manhattan Towers, cujo projeto é do mesmo escritório que projetou o RB1 citado, com fachadas também envidraçadas que espelham as edificações do entorno. Este um edifício "inteligente", em que computadores controlam desde a segurança de incêndios até a quantidade de pessoas que circulam nas suas dependências.

Nas últimas décadas as intervenções arquitetônicas na avenida têm sido menos constantes e intensas do que nos anos 40 e 50, no entanto, a Avenida Rio Branco enquanto espaço de expressão de afirmação de e na sociedade, constitui-se como um verdadeiro museu da história urbana e política da cidade, com edifícios datados de todos os períodos relevantes da cidade.

### **1987 - Protesto contra o aumento da passagem de ônibus**

(Cerca de 200 pessoas - número não confirmado de ativistas contra Sarney - Avenida Rio Branco)

A avenida é palco não somente de movimentos festivos, como o já consolidado carnaval, como também se afirmam no espaço urbano protestos oriundos das relações e vivências cotidianas da cidade, desde políticas

públicas, até reivindicações por melhores investimentos, ou mesmo governos mais comprometidos. Este é um período marcado por manifestações nem sempre pacíficas, como a de 1987, insuflada pelo aumento das passagens de ônibus, que deixou grande prejuízo à cidade, com a destruição de veículos, equipamentos urbanos e vitrines queimadas.



il. 129 Na Avenida Rio Branco, enquanto colegas tentam apagar o fogo do ônibus, um bombeiro pede calma aos manifestantes. 1987

Foto: Acervo O Globo

Em junho de 1987, as emoções misturavam-se e o povo foi às ruas em protestos diversos, nesse sentido, conformando um público bastante heterogêneo. Um pequeno grupo, consciente de questões políticas mais abrangentes, reunido próximo à Cinelândia, pedia a saída de José Sarney do governo; enquanto outra parcela protestava contra o anúncio do aumento da tarifa de ônibus, já recorrente na realidade citadina.

A pequena manifestação, iniciada com um número mínimo de ativistas e algumas faixas, que tomou a Avenida Rio Branco, se transformaria em um grande e violento protesto popular, que duraria cerca de dez horas, computando-se ao final uma quantidade alarmante de bens destruídos. Foram

contabilizados cerca de 100 ônibus depredados e 19 queimados<sup>137</sup>, deixando a grande avenida encoberta por forte véu de fumaça. O centro se transformou em um verdadeiro campo de batalha - amenizada somente na madrugada seguinte- entre os revoltosos e a polícia que tentava conter as depredações (Assis, Charleston Jose de Souza. 2003).

il. 130 Com faixa contra Sarney, um pequeno grupo inicia as manifestações que culminam na destruição de ônibus. 1987

Foto: Acervo O Globo



Com boa divulgação, apoio da imprensa e com o pânico provocado pela possibilidade de continuação dos conflitos, além da interrupção do fluxo cotidiano da cidade em seu principal centro de negócios, o governo, após alguns dias de grande tensão anunciou a revogação do aumento. E aos poucos a avenida foi restabelecendo a normalidade na cidade.

Com o intuito ou não de interromper as atividades financeiras da cidade, os ônibus foram postos lado a lado na avenida, quase fechando o eixo, e incendiados, provocando também a interdição do trabalho nos prédios do entorno. Com muitas janelas voltadas para a avenida e em fachada praticamente contínua, não havia como fugir da enorme quantidade de fumaça. O eixo linear da Avenida Rio Branco que, com o passar dos anos, foi retificado pelas edificações pós-modernas formando uma face quase única em grandes trechos do percurso, nestas ocasiões gera um grande transtorno causado pela falta de ventilação entre as edificações.

---

<sup>137</sup> ASSIS, Charleston Jose de Sousa. *A Revolta de 30 de Junho – Levante Popular contra o Aumento das tarifas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.



il. 131 Grande quantidade de veículos de transporte coletivo são incendiados em plena avenida Rio Branco. 1987

Foto: Acervo O Globo

O contexto deste movimento, que começou pequeno, na manhã do dia 30 de junho, revelava um profundo descontentamento social, que desencadearia inúmeros protestos e atos na cidade e no Estado, principalmente, culminando na Greve Geral dos trabalhadores da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em 09 de Setembro de 1988.

O aumento do transporte público já havia levado em outras ocasiões a depredações de bens urbanos, como em 1959, em Niterói, no Rio de Janeiro, quando a Estação de Barcas da cidade foi queimada e saqueada. Outros



movimentos se caracterizaram na história da cidade (a Revolta do Vintém, em 1879) pela não aceitação pacífica e passiva da população carioca à implementação de políticas impopulares. Os manifestantes souberam, nestes momentos, partir para uma ação direta em ambiente urbano, na tentativa de resolver suas questões.



il. 132 Centenas de trabalhadores ficaram trancados dentro da CSN cercados pelo Exército e a PM. 1987

Foto: Acervo O Globo

O governo, por outro lado, sempre conseguiu em relação à maioria dos movimentos, dada a não amplitude das demandas expostas, como nos casos dos protestos de 1959 e de 1987, além de outros não citados, mas de mesmo caráter, controlar a agressividade e acalmar os ânimos ao ceder às reivindicações não tão profundas, antes que a situação ganhasse abrangência. Apesar do contexto social envolver grandes desigualdades que influenciavam nos protestos, eles eram desencadeados por questões pontuais, que solucionadas rapidamente pelas autoridades não davam margem ao amadurecimento e exposição dos outros conflitos existentes. Ambas as manifestações demonstraram e descontaram o seu descontentamento através da destruição dos bens relacionados aos serviços prestados de transportes. Acuado, o governo respondeu às violentas investidas populares e às provocações e cobranças da imprensa atendendo às suas exigências imediatas.

As revoltas relatadas acima apresentam semelhanças que vão além do ambiente urbano em que elas se deram, projetado para ser a vitrine da cidade fluminense. Entre elas, a sua grande heterogeneidade (diferentes grupos políticos e sociais), que justifica tanto o sucesso, na medida em que possibilita a reunião de grandes massas, trazendo enorme visibilidade aos protestos, como provoca dificuldade de lidar com os conflitos mais profundos implícitos nas demandas. A questão relativa aos transportes era apenas uma fagulha frente aos problemas infraestruturais atrelados às reivindicações. A realidade da enorme desigualdade presente na capital fluminense, expressa nas políticas de exclusão e exploração social, evidencia a imagem da "cidade partida" de Zuenir Ventura e sua carência de políticas governamentais capazes de transformar este quadro.

As manifestações que enfocaram a questão dos transportes podem não ter solucionado imediatamente os problemas, mas foram responsáveis por iniciativas do governo, sobretudo do Estado, principalmente nos períodos pós-manifestações, exigindo melhorias das empresas de ônibus, barcas e outros como: trens, metros ou os bondes, do passado. As questões paliativas eram levantadas e atendidas, no entanto, problemas de fundo como a cartelização e a monopolização dos serviços, não indicados claramente nos protestos, não eram discutidos e, assim, chegariam ao século 21, provocando grandes debates e discussões, especialmente nos meios cibernéticos, dada a facilidade de reprodução comunicativa.

### **1992 - Os "cara-pintada" (Impeachment de Collor)**

(Números variados, em alguns momentos chega a congregar 100 mil pessoas - Avenida Rio Branco, da Candelária a Cinelândia)

Foram muitas as manifestações políticas dos anos 90, assim como aconteceram grandes movimentações formais e até mesmo de "limpeza urbana", conforme caracterizava-se naquele momento, no núcleo central de ocupação urbana da cidade, sobretudo na Avenida Rio Branco. A Eco-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no ano de 1992, no Rio de Janeiro, reuniu 175 nações de diferentes países para discutir questões ambientais, políticas e sociais para um desenvolvimento econômico. Na ocasião, o governo foi acusado de promover

uma retirada violenta dos mendigos das ruas, afastando-os das principais vias da cidade.

*[...] **Luiz Caversan:** A minha pergunta o senhor já respondeu duas vezes, mas eu não me convenço, não me convenço. O senhor falou para a Marília Gabriela e para o Jô [Soares] que, durante a Eco-92 o poder público – municipal, estadual – não estava promovendo a retirada violenta, ou não, dos mendigos da rua. O senhor disse que houve quase que uma tomada de consciência por parte daquela população indigente, a maioria dela vivendo em condições sub-humanas, e que ela se viu ali quase que dizendo assim: já que eu enfeio a cidade, acho bom eu sair porque a Eco vem aí. O senhor acredita mesmo que aquela população alcançou esse nível fantástico de consciência para sair da rua numa boa assim?*

***Leonel Brizola:** Não quer dizer que eles estivessem lendo jornais, embora muito mendigo goste de ler jornal. Eu muitas vezes passo por alguns lugares onde há mendigos acampados e tem uns mendigos lendo jornal.*

***Eugênio Bucci:** Eles perderam a consciência depois da Rio-92?*

***Leonel Brizola:** Sabe o que acontece? Eles foram naturalmente com muito... eles também ouviram de muitos assistentes sociais, possivelmente conselhos tanto de assistentes do governo quanto particulares. Houve essa cooperação, porque a população de mendigos não é uma população ignorante, de analfabetos.(...) (Entrevista De Leonel Brizola - Programa "Roda Viva - Ao Vivo", Rio de Janeiro - 17 de agosto de 1992)<sup>138</sup>.*

O projeto Rio-Cidade, idealizado pelo escritório do arquiteto Claudio Taulois, pretendia reforçar a identidade e destacar a importância histórica da Avenida Rio Branco para a cidade do Rio de Janeiro, e viria a mudar o seu perfil urbanístico. Melhorias na sinalização davam conta do grande fluxo de ônibus e táxis que circulavam em um trânsito caótico na avenida; as calçadas, antes esburacadas, foram recuperadas, além de haver uma preocupação com a acessibilidade urbana aos deficientes.

No ano de 1992, as ruas das capitais brasileiras foram tomadas pelo movimento que ficou conhecido como "os cara-pintada", que pedia o impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto direto, após a Ditadura Militar, Fernando Collor. No Rio de Janeiro, mais uma vez, a Avenida Rio Branco seria o palco das manifestações. No dia 29 de Setembro de 1992, na Câmara dos Deputados, foi votado<sup>139</sup> o impedimento do presidente do país que

---

<sup>138</sup> Trechos de entrevista retirados de:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/821/entrevistados/leonel\\_brizola\\_1992.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/821/entrevistados/leonel_brizola_1992.htm)

<sup>139</sup> Foram 441 votos contra e 38 a favor da permanência do Presidente.

havia sido empossado em 15 de março de 1990. Pela primeira vez na história da República do Brasil, houve um afastamento por vias democráticas de um presidente eleito por voto direto.

Acusações relacionando Collor e sua campanha eleitoral a um esquema de corrupção, que envolvia pessoas próximas, como Paulo César Faria, ex-tesoureiro da campanha, levou o povo às ruas expressando seu repúdio frente às posturas antiéticas dos governantes. Recebendo forte cobertura da mídia, as denúncias a cada dia se ampliavam nos noticiários e jornais.

Em junho de 1990, apenas três meses após a posse de Fernando Collor, surgiram as primeiras acusações que se ocupavam unicamente do segundo escalão. Mês após mês as notícias atestavam o envolvimento de pessoas próximas ao presidente, que agiam como intermediários de negócios entre empresas e o governo. No dia 24 de maio, o presidente foi diretamente atingido pelas denúncias e, no dia 25, os telejornais informaram que a Polícia Federal instauraria inquérito para apurar as suspeitas levantadas contra Collor.



il. 133 Compilação de fotos da Avenida Rio Branco - Manifestação pelo Impeachment de Collor. 1993.

Foto: Acervo O Globo

Após pedir a abertura de uma ação penal, com base na Lei de Imprensa, responsabilizando o autor das denúncias por crime de honra, o presidente

solicitou ao povo que saísse às ruas em seu apoio vestindo verde e amarelo. No entanto, no dia 16 de agosto, manifestações populares tomaram a Avenida Rio Branco pedindo o afastamento do presidente. Vestida de preto, contra os atos de corrupção, a população levou faixas e transformou o eixo em uma verdadeira festa. Dias depois, jovens de todo o país ganharam as ruas, com seus rostos pintados com as cores da bandeira nacional. E no dia 21 de agosto cerca de 100 mil pessoas se reuniram novamente em passeata pela Avenida Rio Branco, com as "caras-pintadas", sob a liderança, entre outras, do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lindberg Farias.

**Jorge Escosteguy:** *Boa noite. Foi um domingo de guerra de cores no Brasil. Uma guerra, tudo indica, vencida facilmente pelo negro. Milhares de pessoas foram às ruas em todo país protestar contra o presidente Fernando Collor. E é curioso que eles foram às ruas convocados pelo próprio presidente, que pediu à população que agitasse bandeiras, panos verdes e amarelos no domingo em sinal de apoio a ele. As pessoas preferiram sair às ruas e vestir o negro do luto em protesto. Hoje no **Roda Viva** que está começando agora pela TV Cultura de São Paulo, nós vamos falar de política. No centro do **Roda Viva** está sentado o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola."*

**[...] Fernando Mitre:** *Governador, o senhor está convocando uma manifestação para o dia 24? Hoje chegou uma notícia aos jornais sobre isso.*

**Leonel Brizola:** *Eu não, estamos todos convocando essa manifestação. Dia 24, à tardinha, a partir das quatro, cinco horas da tarde, vamos nos concentrar na Candelária. Já se tornou tradicional aquele trajeto: avenida Rio Branco e Cinelândia, e vamos nós para a rua, vamos explicitar, para os que nos querem fazer patrulhismo, a nossa posição.*

**Luciano Suassuna:** *O senhor vai de preto ou o senhor vai de verde e amarelo, governador?*

**Leonel Brizola:** *Olha, nem de um nem de outro, porque achamos isso no fundo uma puerilidade. O preto, eu não gosto, o verde e amarelo você sabe que são as cores do país e que não se prestam para esse tipo de divisionismo na vida brasileira. O preto é uma cor de mau agouro. Sabe que, de 64, eu ainda tenho sob os meus olhos aquelas mulheres de rosário na mão vestidas de preto falando em liberdade, defesa da democracia - e estavam escondendo atrás daquelas manifestações o monstro da ditadura. E eu, francamente, [de] preto... Foi uma contingência, francamente, com todo respeito que eu tenho pelas pessoas que estão numa linha de protesto, não deixa de ser uma situação bastante desafortunada. Eu preferia outras cores... [...] **E dia 24 de agosto, que é o dia da morte do Getúlio, que foi vítima de um movimento golpista e que, do seu sacrifício, é um dia símbolo para nós, vamos assumir a nossa posição própria.** (...) nessa mesma segunda-feira nós vamos realizar essa*

*passeata. Os lemas da passeata já estão definidos, nós podemos explicitar mais em função do conhecimento das situações nesses dias e de uma eventual tomada de posição mais concreta de nossa parte. Mas os lemas estão definidos. Nós queremos fazer uma demonstração, um ato público de repúdio a qualquer tipo de golpismo em defesa da legalidade democrática, da intangibilidade da Constituição. Segundo, nós queremos as penas da lei para todos, para todos, não só para alguns, principalmente para os grandões que estão aí.*

**[...] Luiz Caversan:** *E sobre essa manifestação do dia 24, o que o senhor vai... Essa manifestação vai acabar virando mais uma manifestação pela saída do presidente. Como o senhor pretende conduzir essa manifestação?*

**Leonel Brizola:** *Eu não sei. Eu me congratulo consigo por saber antecipadamente tudo.*

**Luiz Caversan:** *Não, a intenção não é essa, antecipar os fatos, mas vamos suportar... Ontem mesmo o senhor viu da sua janela, provavelmente, se o senhor estivesse em casa, a multidão que passou ali...*

**Leonel Brizola:** *Passou uma manifestação fascistóide ali. Pararam para me insultar...*

**Fernando Mitre:** *Queriam que o senhor participasse...*

**Leonel Brizola:** *Não, não, não. Eu conheço aquela macacada muito bem. Aquilo ali é uma manifestação fascistóide, compreendeu? Radical... Passaram ali sem o mínimo respeito pelo governador, um homem de setenta anos, que tem serviços prestados, como é que podia passar ali, compreendeu? E começaram a dizer aquilo que disseram. Fascistóides, eu conheço bem aquele pessoal. Aquilo é uma raça que eu conheço bem desde 64.*

**[sobreposição de vozes] [...]:** *O senhor estava em casa ontem, governador?*

**Leonel Brizola:** *Não, não estava. Foi bom que eu não estivesse, porque eu ia dar uma de Figueiredo, ia lá embaixo. Ia dar uma de Figueiredo, eu ia lá embaixo...*

*(Entrevista De Leonel Brizola - Programa "Roda Viva - Ao Vivo", Rio de Janeiro - 17 de agosto de 1992)<sup>140</sup>.*

No dia 1º de Setembro, foi entregue, em solenidade, o pedido de impeachment, assinado pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e pelo Presidente da Ordem dos Advogados (OAB), Marcelo Lavenère, no salão da Câmara dos Deputados. No dia 29 de setembro o pedido de impeachment do presidente foi votado e aprovado, com

---

<sup>140</sup> Trechos de entrevista retirados de:

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/821/entrevistados/leonel\\_brizola\\_1992.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/821/entrevistados/leonel_brizola_1992.htm)

441 votos dos 480 deputados presentes. Fernando Collor foi afastado do cargo compulsoriamente por 180 dias e substituído, em 2 de outubro, por Itamar Franco, seu vice-presidente.

Em 29 de dezembro, se deu o último julgamento de Collor por crime de responsabilidade. Na eminência de afastamento definitivo do cargo e suspensão de direitos políticos, Fernando Collor decidiu renunciar antes do final do julgamento. Prosseguindo após a denúncia, os senadores o condenaram, por 76 votos a três, à inelegibilidade e à inabilitação por oito anos do exercício de cargos políticos.

Movimentos de naturezas diversas marcaram as últimas décadas, desde os anos 1990, tendo a Avenida Rio Branco como seu palco principal. A artéria nunca perdeu sua vocação festiva, principalmente nos dias de carnaval, e abrigou momentos importantes de tomada de decisões políticas e econômicas, enquanto espaço de repercussão da opinião pública mediante as propostas ou acontecimentos em voga. O impeachment de Collor foi escolhido para encerrar esta sequência de manifestações populares pela situação que se gerou, na qual o povo, em franca oposição à convocação presidencial de vir às ruas em seu apoio, optou por tomar as avenidas das principais capitais, com os rostos pintados com as cores da bandeira, exigindo o seu afastamento. Nesta ocasião, o povo conscientemente usou a avenida para uma ampla visibilidade na mídia. Enquanto centralidade urbana, o povo reagiu em protesto contra às denúncias de corrupção. Prevaleceu neste momento a vontade suprema da população... E o espaço da Avenida Central foi apropriado pelo povo, como seu palco de manifestações sociais.

### **Desfiles Carnavalescos atuais e o Cordão do Bola Preta**

A cidade do Rio de Janeiro, em dias de carnaval, conta com uma extensa lista de blocos carnavalescos que desfilam pelas ruas e avenidas, arrastando multidões nesse clima de festa. A Avenida Rio Branco é um dos espaços urbanos mais utilizados para o desfile dos blocos, pelas suas dimensões avantajadas, e os desfiles das escolas de Samba dividem-se entre as avenidas Presidentes Vargas e Rio Branco.

O mais antigo bloco de rua da cidade do Rio de Janeiro, o Bola Preta, foi fundado em 1918, na Rua da Glória nº 88 e desfilou pela primeira vez em 13 de dezembro de 1918. Figura ainda hoje como o último remanescente dos antigos cordões carnavalescos, tendo sua sede atual na Avenida Treze de Maio, comprada por Francisco Carlos Bricio, muitas vezes seu presidente, em 1950.

Verdadeiras multidões se espalham pela cidade para vivenciar o ambiente urbano sob ótica festiva. As edificações e vias são apropriadas pela população circulante, estabelecendo diálogos diferenciados. Muitos são os foliões que utilizam as calçadas e escadarias, ou mesmo as sacadas e janelas dos prédios como arquibancadas para assistir e se inserir no evento. Nos últimos anos, porém, visando proteger os bens patrimoniais, as avenidas e ruas passaram a ser encaradas, não como áreas de vivências, mas como vias de circulação de motorizados ou pessoas. As edificações passaram a ser cercadas com grades ou tapumes provisórios e as calçadas são separadas das caixas de rolamento também por divisórias. Perdeu-se o contato direto, físico entre a população e o bem histórico patrimonial, sob a justificativa de que, em dias de folia, acabavam danificados.



il. 134 Cordão do Bola Preta - Teatro Municipal ao fundo 2013.

Foto: Acervo O Globo



il. 135. Cordão do Bola Preta - Desfile pela Avenida Rio Branco separação entre as edificações e a população. 2013.

Foto: Acervo O Globo



O tradicional trajeto do Cordão do Bola Preta tem como área de concentração a Cinelândia, ao lado do Theatro Municipal, de onde sai, espremendo seus membros pelas ruas centrais até chegar à Praça Tiradentes. Composta por Vicente Paiva, a marchinha mais conhecida da agremiação, "Marcha do Cordão do Bola Preta", considerada o seu hino, abre os desfiles, encerrados sempre com a famosa "Cidade Maravilhosa". Cerca de 2,2 milhões de foliões passaram, segundo os organizadores, pela Avenida Rio Branco, acompanhando o bloco Cordão do Bola, no ano de 2013.

## LISTAGEM DAS MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS DESTACADOS, MEADOS E FINAL DO SÉCULO XX

1. 1918, 12 de novembro - FESTEJOS DE ENCERRAMENTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL- (Número de participantes impreciso, mas suficiente para encher a avenida de gente - Avenida Rio Branco e Praça Mauá) - **FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE CARIOCA**

2. **1917 - 1918 - MOVIMENTOS GREVISTAS** - (Trabalhadores da indústria - focos de protestos em diversas regiões do Brasil, sobretudo proximidade com as fábricas) - **TRABALHADORES - OPERÁRIOS**
3. **1922, 07 de setembro a março de 1923 - EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA** - (3 milhões de pessoas visitaram a Exposição e 200mil pessoas atravessaram na Noite de Inauguração o Portal Monumental na Avenida Rio Branco, ao lado do Palácio Monroe) - **ELITE REPUBLICANA, TURISTAS E PARCELA DE POPULARES**
4. **1930, 03 de novembro - REVOLUÇÃO DE 30** - (Número impreciso de participantes - Avenida Rio Branco, do Obelisco até Praça Mauá) - **CAVALARIA NOVO GOVERNO E POPULARES**
5. **1945, 18 de julho - CHEGADA DOS PRACINHAS - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL** - (Número impreciso de participantes- Recepção na Praça Mauá e desfile até o Obelisco) - **FORÇAS ARMADAS, (FEB) E SOCIEDADE CARIOCA**
6. **1964, 13 de março - COMÍCIO DA CENTRAL - DITADURA MILITAR** - (200 mil pessoas insatisfeitas com o governo de João Goulart - Central do Brasil, Avenida Presidente Vargas) - **SOCIEDADE POLÍTICA CARIOCA**
7. **1964, 30 de março - REVOLUÇÃO DE 64** - (Tanques do Exército deslocados ao Ministério de Guerra - Av. Presidente Vargas) - **FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE POLÍTICA CARIOCA**
8. **1964, 03 de abril - MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE chamada de MARCHA DA VITÓRIA, no Rio de Janeiro**- (centenas de milhares de pessoas, conforme descrito no jornal Correio da Manhã - Candelária e Avenida Rio Branco) - **MULHERES, RELIGIOSOS E CIDADÃOS.**
9. **1968 - PASSEATA OU MARCHA DOS 100 MIL** - (Iniciada com 600 estudantes contra a Polícia Militar culmina com mais de 100 mil pessoas na Praça Floriano, frente à Assembleia e após Avenida Rio Branco) - **ESTUDANTES, ARTISTAS E POPULARES**
10. **1984, 10 de abril - COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ** - (1,1 milhão de pessoas, estimativa da população e 300mil das autoridades - Candelária, Avenida Rio Branco) - **SOCIEDADE CARIOCA**

- 11.1987 - PROTESTO CONTRA O AUMENTO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS** - (Cerca de 200 pessoas - número não confirmado- de ativistas contra Sarney - Avenida Rio Branco) - **ATIVISTAS POLÍTICOS**
- 12.1993 - OS "CARA-PINTADA" (IMPEACHMENT DE COLLOR)** - (Números variados chegando a 100 mil pessoas - Avenida Rio Branco, da Candelária a Cinelândia) - **SOCIEDADE CARIOCA.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital*<sup>141</sup> (Lefebvre, Henri. 1999).

As manifestações da sociedade, principalmente dos jovens, ocorridas no ano de 2013, estão na origem da pesquisa das formas urbanas da Avenida Rio Branco, como elementos ativadores ou estimuladores dos movimentos sociais. No entanto, após um longo levantamento histórico e de fontes documentais dos protestos, passeatas e eventos festivos na principal artéria da cidade do Rio de Janeiro do século XX, observou-se que, mais do que fomentadas pelas formas urbanas, as manifestações sociais estabelecem uma relação dialética com o espaço e as políticas urbanas, gerando uma reação na sociedade conectada a este contexto.

A Avenida Rio Branco, em sua forma-aparência, foi construída como representação imagética de uma sociedade próspera e digna de investimentos estrangeiros. O lema "Vitrine do progresso" trazia implícita a transposição de símbolos arquitetônicos e urbanísticos de prestígio e reconhecimento, em diferentes épocas (franceses e americanos), forçando, muitas vezes, uma relação harmônica no contexto em que estas modificações formais seriam inseridas.

As transformações da Avenida Central geraram reações enérgicas dos que foram excluídos do cotidiano da artéria central e, por outro lado, estabeleceram a identidade entre os que puderam desfrutar de suas vantagens formais e visuais, além das inovações tecnológicas. Fato é, que a avenida marcou a população intensamente a cada modificação e reinserção formal que sofria para se manter como imagem do País desenvolvido. Representante por tantos anos do que o Brasil deveria ser, firmou-se no imaginário do cidadão e consolidou-se enquanto signo de prosperidade. Seu papel de "vitrine" era reforçado pela presença das sedes dos maiores jornais e veiculadores de

---

<sup>141</sup> Ver Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo, Boitempo, 2008); Henri Lefebvre, *A cidade do capital* (São Paulo, DP6A/ Lamparina, 1999).

notícias, além dos principais pontos de encontro das elites, bem como, espaço das novidades culturais (teatros, cinemas, livros). As manchetes e notícias dali saíam, chegavam e repercutiam os acontecimentos mundiais.

A história da política urbana do país está exposta na artéria central carioca através de sua forma-aparência, ou mesmo função. A presente dissertação procurou explicitar o protagonismo da política de intervenções urbanas enquanto articuladora, no sentido do uso do espaço pelo povo nas manifestações onde expõem suas insatisfações sociais, políticas, econômicas; que são realidade de qualquer cidade. O eixo monumental era o ambiente propício, permitindo grande visibilidade aos fatos ali expostos, seja através das janelas das edificações ou pelo grande número de pessoas que podia comportar ou mesmo pelos jornais. Enquanto ponto de encontro da alta sociedade, ou centro de negócios, a avenida exerceu sempre papel de destaque no cenário nacional.

Assim, seja pela importância ou imponência arquitetônica, pelo uso aplicado a estas edificações, ou pela visibilidade (desde a concepção estética e salubre do eixo, até a advinda pela atuação da imprensa), a avenida consolidou seu caráter simbólico de vitrine do país. A cada evento ali realizado, ou a cada ciclo político do Rio de Janeiro; ainda quando capital federal, o percurso urbano da antiga Avenida Central, Praça Mauá - Cinelândia incrustava-se na memória social; com a abertura da Avenida Presidente Vargas, a Candelária e sua esplanada se abrem para a Avenida Rio Branco, emprestando-lhe seus muitos significados sociais, religiosos e formais.

Assim, conforme afirmou Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, em entrevista ao jornal “O Globo”:

*Acredito que a Cinelândia e a Avenida Rio Branco sejam ainda, por tradição, espaços preferidos para manifestações, até por serem áreas em que é mais fácil interagir com a população dos edifícios. Mas não podemos nos esquecer do grande comício das Diretas Já, realizado no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, que reuniu um milhão de pessoas em frente à Candelária.*

As manifestações de junho de 2013 não trouxeram inovações em relação a causas e consequências e nem na ocupação da Avenida Rio Branco, sendo aqui tratadas enquanto uma fonte de interesse do estudo apresentado.

Merece destaque, no entanto, o poder de multiplicação das mídias sociais, potencializando a sua abrangência.

il. 136 Protestos de 2013 - Avenida Rio Branco - Foto tirada de um edifício da avenida. 2013

Foto: Marcelo Sayão / EFE



il. 137 Ônibus incendiado em plena Avenida Rio Branco - Manifestações de junho de 2013.

Foto: Acervo O Globo



Muitos outros movimentos, tratados ou não neste trabalho, como os relacionados a seguir, contribuíram para construir a significação do espaço: Abolição da Escravatura, com a participação ativa dos engenheiros André Rebouças e Paulo de Frontin, em 1888; Sede da Liga Brasileira pelos Aliados durante o período de 1914 a 1918 (Primeira Grande Guerra Mundial); movimento contra o nazifascismo durante a Segunda Grande Guerra Mundial; adesão à campanha “O petróleo é nosso”, em 1948; adesão à campanha das “Diretas Já”, em 1984; idealização e lançamento do Movimento pela Ética na Política, em 1991; apoio ao Impeachment do presidente Collor, em 1992; apoio às manifestações contra a privatização das empresas estatais Petrobras, Vale do Rio Doce, Furnas e Telebrás no período de 1994 a 1998; movimento “Reage Rio”, em 1995, passeata pela paz; evento “10 anos sem Chico Mendes: Nossa Luta Continua”, em 1998; ato público contra a oitava rodada de licitações de petróleo da ANP, em 2005; campanha e audiência pública a favor de Angra 3, em 2007; Ato de apoio ao Pré- Sal, com a presença do presidente da Petrobras; Ato contra os leilões do petróleo brasileiro, na passeata em apoio ao Pré- Sal.

A pluralidade de segmentos sociais que aderiram às Marchas de Junho de 2013 graças às redes sociais levou a uma infinidade de protestos, embora contidos em um mesmo movimento, que se caracterizou exatamente pela diversidade de opiniões, desejos e demandas, figurando mais uma vez o aumento da passagem do transporte público como estopim para o movimento. O povo foi à rua, mobilizado através das redes sociais, para expressar-se e materializar-se no ambiente da cidade. Vale destacar a medida estabelecida pelas autoridades de cercar algumas edificações e mesmo proibir a aproximação dos manifestantes de bens edificados públicos e de relevância histórica. As depredações descaracterizaram e enfraqueceram o movimento, levando a sua dissolução; ônibus, carros e equipamentos urbanos como lixeiras foram incendiadas, bancos, lojas e bancas de jornal foram quebradas, houve violentos confrontos e, após alguns dias, o governo decidiu suspender o aumento da passagem de ônibus, entendendo que aquela concessão abriria trégua momentânea. O que importa é que, mais uma vez, a avenida repercutiu enquanto palco de expressão popular, tendo sua extensão tomada pelas multidões.

Os questionamentos explícitos nos diferentes movimentos examinados aqui são decorrentes de um processo político de segmentação, exclusão e exploração social, onde a Avenida Central funciona como palco de exposição destas lutas. A capital fluminense tem sua história marcada pela desigualdade, a qual é reforçada por políticas urbanas de favorecimento às classes mais abastadas ou aos espaços mais rentáveis. Os debates e reivindicações vêm de longa data, mas a facilidade de comunicação, hoje, amplia as possibilidades de articulação e conhecimento, trazendo com isso, um aumento do número de participantes.

*Muitos desses jovens estão descontentes, mas não sabem o que querem. Apenas o que não querem. Neste momento, por mais agressivos que sejam, boa parte deles está em ênfase, alucinada com a diversão que é estar na rua e com o poder que acreditam ter nas mãos. Mas, ao mesmo tempo, com medo. Pois, cobrados de uma resposta sobre sua insatisfação, no fundo, no fundo, conseguem perceber apenas um grande vazio* (Sakamoto, Leonardo. 2013. p.100)<sup>142</sup>.

A falta de iniciativas governamentais para melhoria de infraestrutura, as questões de saúde e educação, a exclusão espacial, são alguns dos motivos pelos quais o povo tem se manifestado. A amplitude espacial, além da construção histórica do significado, hoje intrínseco, e a importância imagética no cenário nacional têm sido fundamentais para a avenida se manter como palco das manifestações sociais cariocas.

Muitas comemorações marcaram a avenida, motivadas pelo carnaval, aniversários do eixo, ou mesmo de paradas militares. Aos poucos, o espaço pensado para a elite foi sendo apropriado pelos populares, principalmente nestas datas. De cidade colonial onde os segmentos sociais eram obrigados a conviver, passando pela construção da avenida, que marca a setorização social no espaço, chegamos a Avenida Rio Branco democrática, expressão da resistência do povo brasileiro. O espaço urbano aqui estudado aparece como materialização da resistência social no ambiente.

Portanto, se, após análise, pode-se dizer que a heterogeneidade da participação (com adesão de diferentes grupos sociais) explica o sucesso inicial dos movimentos, também se pode afirmar que a formação histórica da

---

<sup>142</sup> *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* / Ermínia Maricato... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013. 112p. ; 23 cm. (Tinta Vermelha)



avenida, decorrente de metamorfoses demandadas pela sociedade (colonial, republicana, capitalista etc.), através de políticas públicas que a originaram e a tem colocado em evidência nacional por tantos anos, é a razão para que ela tenha se consolidado como palco dos movimentos sociais dos mais variados segmentos. Pode-se destacar ainda que os movimentos sociais têm similitudes, se não igualdade de causas e consequências pela ausência, na prática, de políticas públicas que busquem resolver, de fato, as questões.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, Sérgio L. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ABREU, Maurício de Almeida (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Coleção Biblioteca Carioca, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.

ANDREATA, Verena. *Cidades Quadradas, Paraísos Circulares*. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer*. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Prefácio de Richard Morse. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. Tradução de Denise Bottmann e Federico Carotti. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ASSIS, Machado de. "A Semana", 16 de outubro de 1892.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

AVRITZER, Leonardo. "Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro". In: Avritzer, L. (org.). *Sociedade civil e democratização*, Belo Horizonte, Del Rey Editora, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

BAUMANN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2005.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992, p. 25.

BENÉVOLO, Leonardo. *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Edições 70, 1985.

BENJAMIN, Walter. "Paris, capital do século XIX". In: KOTHE, W. Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.

BIAR, Marcelo (org). *E o povo reinventou as ruas: olhares diversos sobre as manifestações de 2013*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

BORDE, Andréa de L. P. *Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas*. Tese de doutorado UFRJ, 2006.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Avenida Presidente Vargas: Um Desfile Pela História do Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2010.

CHOAY, Françoise e MERLIN, Pierre. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. PressesUniversitaires de France, 2ème édition, 1996.

Disponível em: <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdefp.htm#EspPu>.

Acessado em: 12 Jul. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.15.

DIGNINO, Evelina. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: Dignino, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DUARTE, Cristovão. *Forma e Movimento*. Rio de Janeiro. Viana & Mosley, 2006.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARNECKER, Marta. *Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A condição Pós Moderna - 6ª ed.*, São Paulo, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas cidades grandes*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

LEFÉBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 178p.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville* (1). Paris: Anthropos, 1968. [O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001]

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2012.

MARANHÃO, Ricardo. *Cinelândia - Retorno ao fascínio do passado* (Colaboração: Eliane Wasinger Lustosa Brasil). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2ª edição, 2003.

MARKUN, Paulo. *Na lei ou na marra* (1964-1968). São Paulo: Benvirá, 2014.

MARKUN, Paulo. *Farol alto sobre as diretas* (1969-1984). São Paulo: Benvirá, 2014.

OLIVEN, Ruben. "Por uma antropologia em cidades brasileiras". In: VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979 (1980).

PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHÉ, Michel – *Elements d'analyse urbaine*, Archives d'Architecture Moderne, Bruxelles, 1980.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Casa da Palavra, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Denise (org.). *Sobre Urbanismo – Rio de Janeiro*: Viana & Mosley, PROURB, 2006.

ROSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Editora Cultrín, s/d.

ROVATI, João Farias. *Terra, Conflito e Direito à Cidade*. Revista da Faculdade de Direito UniRitter, Porto Alegre, n. 11, p. 73-78, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia, 54, junho 1977, p.88.

SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde*. As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da (org.). *A Cidade pelo Averso*. Desafios do Urbanismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, PROURB, 2006.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, A. R. *Preparação e coordenação da execução de obras*: transposição da experiência francesa para a construção brasileira de edifícios. 2001. 440 p. Tese (Doutorado) Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.